

PÁGINAS a&b
arquivos & bibliotecas

Especial

2020 SÉRIE 3

Dinamizado no âmbito do Grupo de Trabalho de Ciência da Informação (GT-CI) da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação), decorreu a 25 de outubro de 2019, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, do Instituto Politécnico do Porto (P.Porto), o VI *Workshop* de Pós-Graduação em Ciência da Informação (WPGCI). Neste número especial da revista *Páginas a&b*, são agora publicados 13 textos das comunicações apresentadas no evento.

O texto de Todorova, que dinamizou a conferência de abertura, introduz a definição e análise do conceito de *copyright literacy*, sublinhando a sua importância tanto em termos de formação como de atuação dos profissionais da informação, com base na experiência resultante de algumas iniciativas internacionais. No contexto digital, onde as possibilidades de criação, reprodução, reutilização, difusão e partilha são dificilmente controláveis, as questões dos direitos de autor ganham nova acuidade.

Gouveia e Silva, dando forma escrita à sua apresentação da conferência de encerramento, propõem a infocomunicação como um objeto agregador da Ciência da Informação e das Ciências da Comunicação ao permitir o uso de estratégias e de metodologias comuns, mais abrangentes, para abordar a complexidade dos fenómenos contemporâneos, com ênfase para o contexto digital.

Os três textos seguintes abordam temáticas relativas aos serviços de informação e projetos relacionados com a leitura vocacionados para as faixas etárias mais jovens. Terra e Pereira relatam a implantação de um projeto piloto da rede de bibliotecas escolares num município do estado do Espírito Santo, no Brasil, concluindo da sua relevância para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Eustáquio e Cardoso descrevem os resultados de um trabalho de investigação-ação destinado a promover o gosto pela leitura e a formar leitores para a vida através de projetos individuais de leitura, no contexto do ensino secundário. O fomento do gosto pela leitura é também preocupação do trabalho de Furtado e Oliveira que apresentam o projeto TecTeca, uma *app* com uma coleção de livros e outras funcionalidades interativas adequadas a crianças dos 7 aos 10 anos.

As questões de formação académica e de identidade dos profissionais da informação são abordadas nos dois textos seguintes. Rico Bocanegra expõe os resultados de um estudo comparativo sobre comportamentos autorelatados de prática docente da Biblioteconomia em cinco países da América Latina, enfatizando singularidades e traços comuns. Oliveira e Rodrigues sistematizam alguns conceitos relevantes para a identificação profissional dos genericamente designados profissionais da informação, enfatizando a necessidade de alicerçar qualquer análise de campo numa base conceitual sólida.

Diferentes vertentes dos serviços de informação são abordadas nos quatro textos seguintes, evidenciando a pluralidade dos contextos de atuação profissional e de investigação da Ciência da Informação. No texto de Casimiro, Silva e Proença é feita uma digressão histórica e crítica pelos modelos organizacionais das Bibliotecas Municipais de Lisboa, de finais do século XIX ao século XXI. Ferreira e Gomes abordam a preservação de uma coleção fotográfica pessoal com valor patrimonial e a sua divulgação com recurso às plataformas digitais. Ionel e Silva apresentam um estudo detalhado sobre a formação, constituição e organização da Livraria do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida (1542-1834). Cano Reyes sublinha a relação das publicações oficiais e do seu tratamento

adequado, através da criação de metadados relevantes, com aspetos de democraticidade, de transparência e de acesso à informação.

Os dois últimos trabalhos deste número especial evidenciam a necessidade de abordagens integrais e complexas nos processos de criação e de implementação de serviços digitais de informação atendendo às características humanas da utilização. No trabalho de Barbosa e Veloso, são identificados os problemas de um serviço público digital de uso generalizado que não atende às necessidades específicas dos cidadãos seniores. Por seu lado, Ferreira apresenta a metodologia seguida para a criação de uma aplicação para dispositivos móveis, destinada a cuidadores em oncologia pediátrica, enfatizando a identificação das necessidades informacionais dos utilizadores e a sua validação dos conteúdos, da arquitetura de informação e da tecnologia adotada.

Com este WPGCI 2019, sexta edição do evento iniciado em 2014, O GT-CI voltou a dar o seu contributo para a divulgação e discussão dos trabalhos de investigação realizados em cursos de mestrado, de doutoramento, ou no âmbito de projetos de Pós-Doc, da área da Ciência da Informação, de instituições portuguesas e do espaço ibero-americano, com contributos do Brasil e do México. A parceria com a revista *Páginas a&b*, para a publicação das comunicações, tem-se revelado essencial para difundir e preservar num espaço mais alargado a memória do evento. Fica o agradecimento à direção da revista que tem acolhido com entusiasmo, ano após ano, a publicação dos textos resultantes dos WPGCI.

O WPGCI 2019 marca também uma viragem no GT-CI pois foi o último a ser dinamizado pela coordenação eleita por dois mandatos para o período entre 2015-2019. Nas tarefas de coordenação do GT-CI fui acompanhada pelo colega Óscar Mealha, da Universidade de Aveiro, a quem agradeço a colaboração neste caminho percorrido. À nova coordenação do GT-CI, constituída pelas colegas Elisa Cerveira, da Universidade do Porto, e Maria João Antunes, da Universidade de Aveiro, desejo votos de bom trabalho e muito sucesso.

A Coordenadora do Grupo de Trabalho de Ciência da Informação da SOPCOM | 2014-2019
Ana Lúcia Terra

Tania Todorova

Abstract: The paper positions the importance of copyright literacy and copyright education for information professionals. Based on a review of scientific literature, the meaning of the term “copyright literacy” is clarified and its characteristics are presented to be used in updating the educational content and methodology of teaching in academic education and continuing professional development training programs. Developing high levels of copyright literacy (knowledge, skills and behaviours) and the ability to implement institutional copyright policy is essential for LIS (Library and Information Science) and cultural heritage professionals. The proposed conclusions in the paper are based on: findings from a multinational survey on copyright literacy of specialists from libraries and other cultural institutions (2013-2015); summary of the activities of the International Copyright Literacy Group (ICLG) in the period 2012-2019; and review of the current documents such as *IFLA Statement on Copyright Education and Copyright Literacy* (2018) and *Copyright in the Digital Single Market Directive* (EU) 2019/790 of the European Parliament and of the Council (2019).

Keywords: Copyright in the Digital Single Market Directive (EU); Copyright literacy; Copyright policy; International Copyright Literacy Group.

Resumo: O artigo aborda a importância da literacia e da educação em direitos autorais para os profissionais da informação. Com base numa revisão da literatura científica, o significado do termo “literacia de direitos autorais” é esclarecido e as suas características são apresentadas para serem usadas na atualização dos conteúdos e métodos de ensino em programas de educação contínua no ensino superior. O desenvolvimento de altos níveis de conhecimento sobre direitos autorais (conhecimentos, habilidades e comportamentos) e a capacidade para implementar políticas institucionais de direitos autorais são essenciais para os profissionais de LIS (Library and Information Science) e do património cultural. As conclusões propostas no artigo baseiam-se em: resultados de uma pesquisa multinacional sobre literacia de direitos autorais de especialistas de bibliotecas e outras instituições culturais (2013-2015); resumo das atividades do International Copyright Literacy Group (ICLG) no período de 2012-2019; e revisão de documentos atuais, como a Declaração da IFLA sobre Educação em Direitos Autorais e Literacia em Direitos Autorais (2018) e Direitos Autorais na Diretiva do Mercado Único Digital (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho (2019).

Palavras-chave: Copyright in the Digital Single Market Directive (EU); Literacia em direitos autorais; Política de *copyright*; International Copyright Literacy Group.

1. Introduction

Copyright literacy becomes increasingly important for specialists from libraries and information and cultural institutions, since the management of copyright-related challenges has a key role in shaping the future of the profession. Specific manifestations of interaction between creators of digitized information (libraries, universities, museums, archives and other institutions), their role as portals to digitized information, as most democratic institutions providing access to knowledge, information and culture to society, and for overcoming the digital divide, and the need for this to be subject to compliance with copyright and related rights – outline the importance to position the meaning of copyright literacy in the broader framework of the digital and information literacy. The evolution and complexity of the concept of “*information literacy*” as from 2011, supplemented with the

concept of "*media literacy*" (UNESCO and IFLA - Declarations of Media and Information Literacy from the city of Fez, Morocco (15-17 June 2011) and from the city of Moscow (24-28 June 2012), in the global information environment has to be upgraded with "*copyright literacy*" (TODOROVA, 2017). According to Morrison (2018) copyright is now an inescapable aspect of learning and research when using digital technologies, and therefore awareness of it is a fundamental part of digital literacy. Copyright implications arise whenever anyone creates, interacts with or shares content with others. It is therefore woven through all the key aspects of digital literacies and capabilities, with particular relevance for the ethics of sharing (MORRISON, 2018).

2. Terminology

The term "*copyright literacy*" is established as a part of a broad understanding that there is a need for increasing range of knowledge, skills and experience required from people when using a content protected by copyright in a digital environment (TODOROVA *et al.*, 2014). According to Frederiksen (2016) copyright literacy can be defined as the ability to identify copyright-protected materials; to be familiar with exceptions and limitations provided for by national copyright legislation; to obtain permission or to negotiate the use of works when necessary; to recognize the risks of infringement of copyright law and to promote the ethical use of copyright-protected works. A person, who is literate in terms of copyright, knows how to find, use and recommend alternative freely accessible information resources (FREDERIKSEN, 2016). Kortelainen underlined also the importance to recognize respective information needs (KORTELAJNEN, 2015). Morrison and Secker (2016:5) define it as the "Acquiring and demonstrating the appropriate knowledge, skills and behaviours to enable the ethical creation and use of copyright material". Arguably, a copyright-literate person also understands the wider policy debate around copyright, and whilst not necessarily engaging directly in copyright advocacy is able to relate their own approach to the history and development of copyright laws. This involves an awareness of the inherent tensions between the various stakeholders (SECKER and MORRISON, 2016). The proposed definition by Morrison and Secker was used in the *IFLA Statement on Copyright Education and Copyright Literacy* (2018).

3. International Copyright Literacy Group

Libraries and other cultural institutions play an important role in providing a balance between two major aspects related to copyright equation: respecting the rights of information creators and owners alongside those wishing to use their content. Developing high levels of copyright literacy (knowledge, skills and behaviours) and the ability to implement institutional copyright policy is therefore essential for LIS and cultural heritage professionals.

Convinced that the theme of copyright literacy for information professionals was significant and promising, an International Copyright Literacy Group (ICLG) was established and has flourished since 2012 to the present day.

3.1. Multinational survey of ‘Copyright Literacy Competencies of LIS professionals’

The beginning of the cooperation of ICLG was the creation of a multinational survey of *Copyright Literacy Competencies of LIS professionals and those who work in the cultural heritage sector (archives and museums)*, conducted in thirteen countries, namely Bulgaria (BG), Croatia (CR), Finland (FI), France (FR), Hungary (HU), Lithuania (LT), Mexico (MX), Norway (NO), Portugal (PT), Romania (RO), Turkey (TR), United Kingdom (UK) and United States of America (USA). The comparative multinational study was a part of research project with international participation, entitled "Copyright Policies of libraries and other cultural institutions" (2012-2014), financed by National Science Fund of the Bulgarian Ministry of Education, Youth and Science and headed by T. Todorova from University of Library Science and Information Technologies in Bulgaria. The survey was implemented in two stages: the survey was first conducted in Bulgaria, Croatia, France and Turkey during July 2013 – March 2014 and then the same survey was replicated in the other countries from June 2014 – March 2015. An online survey instrument was developed in order to collect data from professionals regarding their familiarity with, knowledge and awareness of, and opinions on copyright-related issues. The survey garnered 1926 fully complete responses. It is important to note that the initial goal to collect professional contributions in the area of archives and museum services was not accomplished, because the large portion of the sample were librarians. The multinational copyright literacy survey examined:

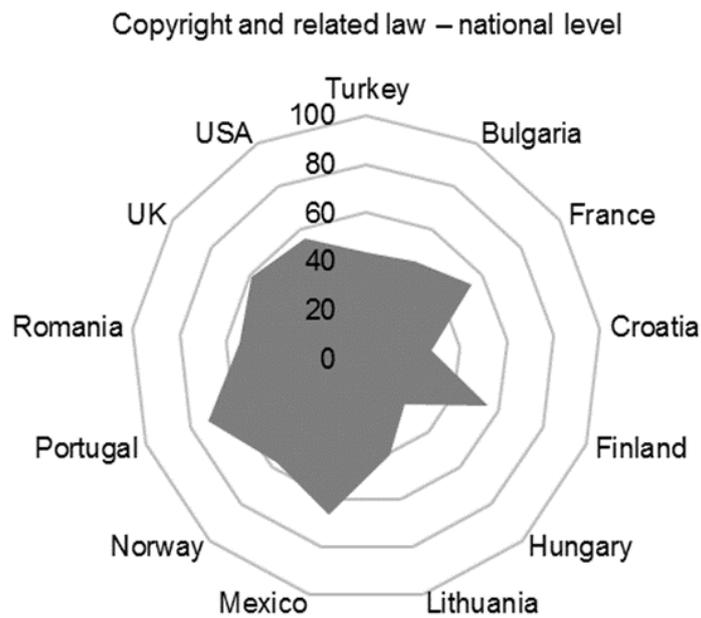
- the levels of knowledge and skills of librarians and other professionals about copyright matters;
- it also explored copyright education, calling for the greater inclusion of IP/copyright learning content in the academic programs and in the continuing professional training programs of professionals;
- and enhancing their role in providing education and support for their communities.

The main findings of this multinational survey can be summarized as follows: **the level of knowledge and the awareness of respondents (managers and specialists responsible for information services in cultural institutions – libraries, archives and museums) regarding copyright issues is far from satisfactory** (TODOROVA *et al.*, 2014; TODOROVA *et al.*, 2017). There are significant differences in the awareness and knowledge level of specialists in the area of copyright literacy across the surveyed countries. The countries with the highest rates of knowledge are the UK, USA, France, Finland, Norway and Portugal, while the lowest rates are from Bulgaria, Croatia, Lithuania, Romania and Mexico. The UK and the USA could stand as leaders, where there are good examples of institutional copyright policies and training programs in academic and continuing education.

3.1.1. Highlights from the findings about general knowledge and awareness regarding copyright issues

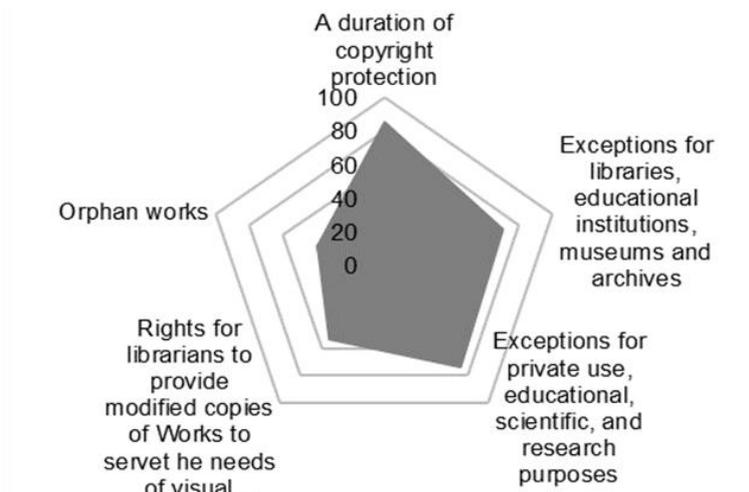
For the whole surveyed sample, the familiarity is highest for national-level copyright related laws and institutions (around 50 percent familiarity rate) (Fig. 1), and for the knowledge of limitations and exceptions in national copyright laws (Fig. 2).

Fig. 1 – Copyright and related law – national level



Source: prepared by Todorova et al (2017)

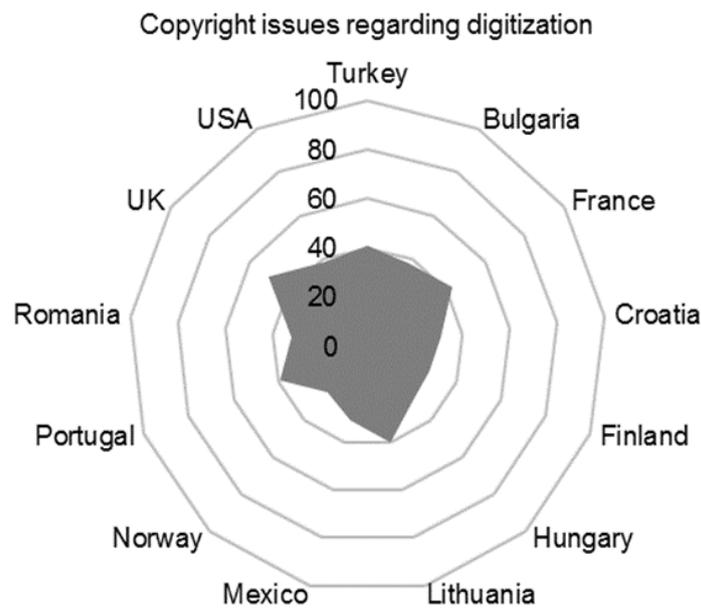
Fig. 2 – Knowledge of limitations and exceptions in national copyright laws



Source: prepared by Todorova et al (2017)

Issues which indicate the lowest awareness level, such as knowledge of the international copyright institutions, clearing rights and concepts of copyleft and fair use / fair dealing, solutions about digitization of orphan and out-of-print works, and virtual services with e-learning practices should be addressed in the LIS learning content. The finding that familiarity with copyright issues regarding digitization is below 50 percent demands particular attention (Fig.3).

Fig. 3 – Copyright issues regarding digitization



Source: prepared by Todorova et al (2017)

The comparative results indicate a need for improvement in copyright literacy. Measures should be taken to increase both awareness and the knowledge level of information professionals regarding copyright issues and for further understanding of copyright in a wider framework of digital and information literacy.

3.1.2. Highlights from the findings about knowledge and opinions on institutional copyright policy

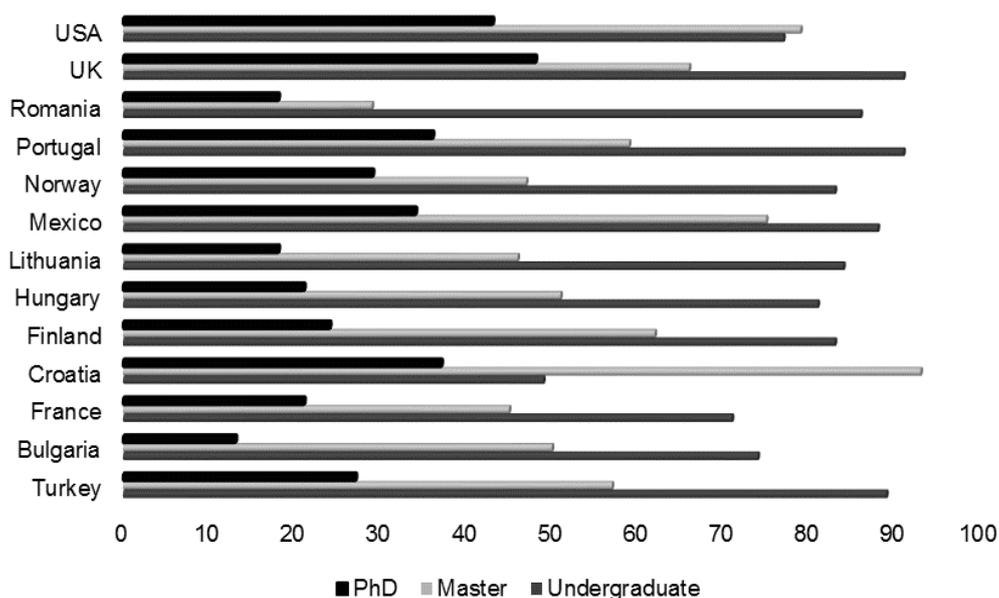
It is common for cultural institutions to possess resources protected by copyright and related rights and the majority of respondents think an institutional copyright policy is necessary for libraries and other cultural institutions. The majority of respondents (80.3 percent, n=1547) declared the need for an institutional copyright policy for libraries, archives and other cultural institutions. But, it is not common yet for institutions to employ a person in charge of dealing with copyright issues in particular, and perhaps that lack of expertise within the staff helps to explain this larger lack of awareness. It is important to find out the actual reason for the low number of employees in charge of copyright issues despite its increasing importance. If it is because of the lack of knowledge and expertise, an active collaboration with LIS schools and professional associations for training could be suggested. However, if it is because institutions believe it is unnecessary, this could be an

important indicator for the lack of awareness of the importance and impact of copyright regulations at the institutional level (TODOROVA *et al.*, 2014). Findings of this study highlight the recommendation that copyright policies must be implemented in cultural institutions as a tool to provide clarity on copyright issues, and that a copyright librarian/copyright advisor position must be established. In competence leading countries - UK and USA -, it is more likely to have librarian with copyright specialization, especially in the academic libraries.

3.1.3. Highlights from the findings about opinions on inclusion of copyright as a subject in LIS education

A high majority of respondents (93 percent) agree that intellectual property and copyright subjects should be included in the curriculum of Library and Information Science and Cultural Heritage Science Education as well as in continuing education programs. As is shown in Fig. 4, more than 71% of respondents across countries indicated that the undergraduate level is the most appropriate place for LIS and Cultural Heritage Science copyright education.

Fig. 4 – Appropriate levels for introducing Intellectual Property issues within LIS and Cultural Heritage Science education



Source: prepared by Todorova et al (2017)

Both the LIS curricula and continuing education programs should be revised to include intellectual property learning content that provides in-depth information along with case studies.

3.1.4. Conclusions from a multinational survey

Analyses of the existing level of information and copyright literacy of professionals that have been made show unsatisfactory results and reveal a serious problem that is neglected. Conclusions and achievements from research activities underlined the need of targeted training and continuing qualification of specialists in respect of these matters, in order to achieve the required copyright literacy for professional conduct in the conditions of global information environment (TODOROVA *et al.*, 2014; TODOROVA *et al.*, 2017). Complex solutions must be applied by means of partnership between academic education on LIS, archival studies and cultural heritage science, professional associations and the collegium of library professionals.

An ongoing discussion is who should be teaching the copyright content and how it should be addressed for successful preparation of graduates to assist people in the process of translating copyright literacy to a life skill and to a career as a copyright librarian.

In the period 2015-2019, the survey instrument was extended to Spain, India (in public libraries system), South Africa and Czech Republic.

3.2. ICLG publications: the beginning of the cooperation

The body of literature on copyright-related issues within the LIS and cultural sector is now substantial. Over the past few years, in an international context in the scientific literature, it has been observed the establishment of the **term copyright literacy**, used together with other derivative or related terms and phrases such as: *copyright for librarians*, *copyright law for librarians*, *copyright library policy*, *copyright librarianship*, *copyright librarian*, *copyright advisor*, *copyright officer*, *copyright equity* between the rights of authors and users of works in a library environment, etc. The publication activities of the ICLG contribute to this field. An extensive literature review was carried out during the first phase of "Copyright Policies of libraries and other cultural institutions" project. From that review, a thematic bibliography of about 3.200 records, entitled as *Copyright Publications* (2003-2013), was published (VASILEVA, 2013). Also, four books in the period 2009-2017 about copyright and libraries were published from the researchers in Croatia, Bulgaria and United Kingdom (HORVAT and ZIVKOVIĆ, 2009; SECKER, J. and MORRISSON, C., 2016; TODOROVA, 2010; 2017). Comparative results for the four countries (BG, CR, FR, TR) that participated in the first stage have been published in 2014 (TODOROVA *et al.*, 2014) and a paper with comparative results from thirteen countries was published in August 2017 in a special issue of the *Library Management Journal* dedicated to the 'Future Roles of Librarians' (TODOROVA *et al.*, 2017). The national survey results for Bulgaria, Finland, France, Hungary, India, Lithuania, Portugal (TERRA, 2016), Romania, Spain, UK and USA were also published and visible at: <https://copyrightliteracy.org/about-2/international-copyright-literacy/>.

3.3. ICLG website and other activities

Jane Secker and Chris Morrison from the UK joined the ICLG in 2014 following the presentation of the results of the CL survey at the European Conference on Information Literacy (ECIL) in Dubrovnik. Together Secker and Morrison created the *copyrightliteracy.org Website* and established the CL Group in UK. Since 2016, together with Tania Todorova, they developed the *International Copyright Literacy* sub-page:

<https://copyrightliteracy.org/about-2/international-copyright-literacy/>, making visible and accessible the results of the international research collaboration (Fig. 5).

Fig. 5 – International copyright literacy sub-page: <https://copyrightliteracy.org/about-2/international-copyright-literacy/>



Source: <https://copyrightliteracy.org/about-2/international-copyright-literacy/> (2019)

Some of the current activities of the ICLG are the following:

- collaboration on Copyright Literacy Survey of LIS (Library and Information Science) Students (CoLIS);
- organization of an opening panel at IFLA Congress 2017, Offsite Session “Models for Copyright Education in Information Literacy Programs” (23rd August 2017);
- an international symposium “Copyright Literacy and the role of librarians as educators” at European Conference on Information Literacy (ECIL) (18th September 2017);
- “Copyright and Libraries” Roundtable Discussion, organized by EBLIDA, Bulgarian Library and Information Association (BLIA), the University of Library Studies and Information Technologies and Global Libraries – Bulgaria Foundation with participation of T. Todorova, T. Trencheva (ULSIT) and Jane Secker and Chris Morrison (with video-message) (26th February 2018, House of Europe in Sofia);
- Copyright Literacy in a Cross-Border Environment: a workshop to build Copyright Literacy in European libraries by Chris Morrison and Jane Secker (31 May 2018, EBLIDA-NAPLE Conference, Strasbourg, France);

- International Copyright-Literacy Event with Playful Opportunities for Practitioners and Scholars by Chris Morrison and Jane Secker (Icepops, 3rd April 2018, LILAC Conference, UK and Icepops, 26th June 2019, University of Edinburgh, UK);
- and others.

4. IFLA Statement on Copyright Education and Copyright Literacy (2018)

In August 2018, IFLA recognized the fruitful collaboration of the International Copyright Literacy Group, the results of a multinational survey of *Copyright Literacy Competencies of LIS professionals*; and the publishing activity related to the popularization of the findings. Jane Secker and Chris Morrison collaborated with Stephen Wyber and other experts in preparation of IFLA's *Copyright Education and Copyright Literacy Statement*: <https://www.ifla.org/publications/node/67342> . It was disseminated widely from August 27th following its release at the IFLA Congress in Kuala Lumpur.

In the Statement, IFLA makes recommendations to governments, libraries, library associations and library educators. The IFLA experts calling that libraries should:

- Comply with the law as it stands, and whilst respecting the legitimate interests of rightsholders, maximise access to information and preservation of their collections.
- Recognise and value the development and updating of copyright literacy among staff.
- Engage in and use any opportunities to ensure that institutional policies and practices relevant to copyright facilitate access to information, within the limits of the law.

In line with the IFLA Code of Ethics for Librarians and Other Information Workers, advocate for stronger exceptions and limitations in order to maximise access to information.

- Offer workshops and training for staff and users on copyright and related issues, especially when laws are amended.
- Ensure that all professional library staff have a basic knowledge of copyright law, and consider designating a specialist copyright librarian, for example regarding questions of copyright in other jurisdictions.

In December 2018, the International Copyright Literacy Group initiates the voluntary translation on different languages of the *IFLA Statement On Copyright Education and Copyright Literacy* (licensed under CC-BY), which we hope will stimulate the discussion and activities of this direction widely throughout the world. In 2019, the translations in Bulgarian and Portuguese were published.

5. Further developments

The new Copyright in the Digital Single Market Directive was published in the EU Official Journal of 17th May 2019 and comes into force on 7th June 2019 (Directive, 2019). EU/EEA Member States must transpose it into their national laws by 7th June 2021. Much of this Directive has major consequences for Library and Information sectors and activities, being concerned with matters such as:

- commercial and non-commercial text and data mining;
- using copyright works for distance learning, online teaching etc.;
- digital preservation and preservation networks;
- protection of certain exceptions from contract override;
- amelioration of the rules for complaints about TPMs;
- mass digitisation and making available of out-of-commerce works;
- facsimile images of public domain works of art;
- using small snippets of text (including headlines) from newspaper websites;
- potential platform liability for user-uploaded copyright infringing materials.

Stratton (2019) concludes that Directive's impact depends very much on the legislative detail and procedural decisions for its transposition that will be made in each Member State, since there is nearly always some scope for interpretation in how a Directive's provisions may be applied. This Directive contains a number of cross-border provisions, so it is important that national implementations are compatible. European library copyright coalition (EBLIDA and its coalition partners, EUA, IFLA, LIBER, SPARC Europe, COAR, EIFL and Science Europe) stands ready to offer support and advice to anyone involved in their national transpositions of the Directive (STRATTON, 2019).

References

DIRECTIVE (EU)

2019 *Directive 2019/790 of the European Parliament and of the Council of 17 April 2019 on copyright and related rights in the Digital Single Market and amending Directives 96/9/EC and 2001/29/EC: text with EEA relevance*. [Online]. Available at: <http://data.europa.eu/eli/dir/2019/790/oj>.

FREDERIKSEN, L.

2016 *The Copyright librarian: a practical handbook*. Amsterdam: Chandos Publishing, 2016.

HORVAT, A.; ZIVKOVIĆ, D.

2009 *Knjiznice i autorsko pravo*. Zagreb: Hrvatska sveucilisna naklada, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2018 *Statement on Copyright Education and Copyright Literacy*. [Online]. Kuala Lumpur, 2018. Available at: <https://www.ifla.org/publications/node/67342>.

KORTELAJNEN, T.

2015 Copyright Literacy in Finnish Libraries, Archives and Museums. In EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY (ECIL), 3rd, Tallin, 2015 – *Information Literacy: moving toward sustainability: revised selected papers*. Ed. S. Kurbanoglu, et al. Heidelberg: Springer-Verlag, 2015, p. 202-209.

MORRISON, C.

2018 Copyright and digital literacy: rules, risk and creativity. In REEDY, K; PARKER, J. - *Digital Literacy nnpacked*. [Online]. London: Facet Publishing, 2018, p. 97-108. Available under CC-BY-NC licence at: <https://kar.kent.ac.uk/70446/> and <https://ukcopyrightliteracy.files.wordpress.com/2018/11/morrison-copyright-and-digital-literacy-rules-risk-and-creativity-in-reedy-and-parker-digital-literacy-unpacked.pdf>.

SECKER, J.; MORRISON, C.

2016 *Copyright and E-learning: a guide for practitioners*. London: Facet Publishing, 2016.

STRATTON, Barbara

2019 Carpe Diem, seizing the day : transposing the Digital Single Market Directive in your own country. *EUCLID Newsletter*. [Online]. 6 (2019). Available at: <https://mailchi.mp/4dc959be69af/eblida-newsletter-june>.

TERRA, Ana Lúcia

2016 Direitos de autor em Portugal: a perspectiva dos profissionais da informação. In COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DIREITO E INFORMAÇÃO, 4^o, Porto, 2016 – *Direito e Informação na Sociedade em Rede: atas*. Ed. L. Neto, F. Ribeiro. Porto: Universidade do Porto, 2016, p. 487-508.

TODOROVA, Tania

2017 *Copyright Competence and Cultural Institutions*. Sofia: Za bukвите-O pismeneh, 2017. In Bulgarian.

TODOROVA, Tania

2010 *Library policies*. Sofia: Za bukвите-O pismeneh, 2010. In Bulgarian.

TODOROVA, T. [et al.]

2017 Information professionals and copyright literacy: a multinational study. *Library Management Journal*. [Online]. Special Issue 'Future Roles of Librarians'. 38:6/7 (Aug. 2017) 323-344. Available at: <https://doi.org/10.1108/LM-01-2017-0007>.

TODOROVA, T. [et al.]

2014 A Multinational study on copyright literacy competencies of LIS professionals. In EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY (ECIL), 2nd, Dubrovnik, 2014 - *Information Literacy: lifelong learning and digital citizenship in the 21st century : revised selected papers*. Ed. S. Kurbanoglu, et al. Heidelberg: Springer-Verlag, 2014, p. 138-148.

VASILEVA, R.

2013 *Copyright publications: thematical bibliography*. Sofia: Za bukвите-O pismeneh, 2013. In Bulgarian.

Tania Todorova | t.todorova@unibit.bg

University of Library Studies and Information Technologies in Sofia, Bulgaria

Resumo: Resultado da conferência de encerramento do VI Workshop de Pós-Graduação em Ciência da Informação, em 2019, o texto apresenta uma posição em defesa da existência do conceito operatório de infocomunicação. A informação tem sido um elemento agregador e objeto central quer da Ciência da Informação, quer das Ciências da Comunicação, assim como da Informática e das Ciências da Computação. Não obstante essa realidade, o seu tratamento e perspectiva diverge inúmeras vezes e outras tantas é mesmo conflituoso. O desenvolvimento e a maior maturidade das referidas áreas e campos de conhecimento tem procurado dar respostas à crescente necessidade de compreender fenómenos associados com a informação, a comunicação e o digital. Neste sentido, é gerada atividade humana, com nova geração de informação, cuja crescente complexidade e impacte em múltiplas áreas da atividade humana obriga a novas formas de entendimento.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Ciências da Comunicação; Infocomunicação; Mundo digital.

Abstract: Resulting from the closing conference of the VI Post-Graduate Workshop in Information Science, in 2019, the text presents a position in defense of the existence of the operational concept of infocommunication. Information has been an aggregating element and a central object of both Information Science and Communication Sciences, as well as Information Technology and Computer Science. Despite this reality, its treatment and perspective diverge countless times and on many occasions it generates conflicts. The development and greater maturity of these areas and fields of knowledge have sought to respond to the growing need of understanding phenomena associated with information, communication and the digital. In this context, human activity is generated, with a new generation of information, whose increasing complexity and impact on multiple areas of human activity requires new forms of understanding.

Keywords: Information Science; Communications Sciences; Infocommunication; Digital world.

1. Introdução

O presente artigo resulta da palestra de encerramento do *Workshop* organizado pelo Grupo de Trabalho em Ciência da Informação da SOPCOM e teve o propósito de partilha com os participantes de uma pesquisa em curso de Epistemologia Prática (PAVIANI, 2009), ou seja, de síntese dos princípios e questões gnoseológicas com as escolhas metodológicas mais adequadas no campo amplo e movediço das Ciências da Informação e da Comunicação... Uma pesquisa com implicações interessantes e que parte dos trajetos percorridos em áreas diferentes, mas convergentes, dos Autores: de um lado da Ciência da Informação, com raízes nas Ciências Documentais; e do outro dos Sistemas de Informação e Tecnologias da Informação e da Comunicação. Trajetos e experiências singulares que convergem numa mesma descoberta: a impossibilidade de se explorar cientificamente o fenómeno humano da informação sem entender conseqüentemente o fenómeno também humano e social da comunicação. E que a partir desta aposta globalizante seja possível encarar a construção de um objeto científico integrador das várias disciplinas em jogo, ou seja, as disciplinas convocadas para a construção de um conhecimento científico em torno desses fenómenos, nomeadamente a Ciência da Informação, a Sociologia, a Linguística (e

as correlatas Semiologia e Semiótica), a História, a Psicologia, a Antropologia e ainda os Sistemas de Informação (e correlatas como a Multimídia). Mas os desafios que se colocam nesta pesquisa em desenvolvimento e para os Autores deste artigo é mostrar que a abordagem científica visada tem um cariz específico, que importa estruturar e deixar bem claro: a quase totalidade das disciplinas citadas abordam a informação e a comunicação com profundidade monográfica, enquanto a Ciência e os Sistemas de Informação desenham um objeto que articula a informação e a comunicação “em arco processual” ou em ciclo. Estas disciplinas desenham naturalmente um objeto de estudo infocomunicacional, que exploram quanto à dinâmica que vai da gênese ou produção ao uso, transformação e (re)criação ou (re)produção, ligando permanentemente a compreensão dos contextos às soluções práticas ou aplicações tecnológicas fabricadas e especificamente adotadas.

Mas se é verdade que estudar a infocomunicação como um “arco processual” ou um ciclo é a marca distintiva das duas disciplinas referidas, também é importante sublinhar, sendo este o principal objetivo do presente artigo, que as demais ciências incluídas na interdisciplina das Ciências da Informação e da Comunicação contribuem e beneficiam da exploração de um tal objeto.

Este trabalho está organizado em quatro partes, propondo uma visita dos campos de estudo da infocomunicação. Depois desta primeira parte introdutória sobre a abordagem adotada, a segunda parte discute o mundo digitalizado, como ponto inicial de todo um processo de crescente centralidade que se traduz na necessidade de dar resposta às questões colocadas, no contexto da infocomunicação. A terceira parte introduz uma discussão inicial da passagem da informação à infocomunicação, enquanto modo de análise de um contexto de mundo digitalizado. O último ponto fecha o texto com a defesa da infocomunicação como um objeto agregador para lidar com a complexidade dos fenómenos contemporâneos.

2. Um Mundo Digital(izado)?

O contexto atual face à informação e à atividade humana é o de uma crescente dependência de meios tecnológicos e das suas aplicações. Quer no contexto profissional, quer em aprendizagem ou mesmo no campo do entretenimento, o recurso a meios e tecnologias de informação e comunicação é cada vez mais comum, popular e intenso. Não obstante, o seu uso e apropriação não coincidem com um entendimento consciente por parte de indivíduos e até de organizações, ele não deixa de ser uma realidade. Estatísticas recentes mostram a sucessão de dispositivos e aplicações, as taxas de penetração de uso e de associação a plataformas digitais e mesmo a emergência de novos fenómenos sociais para os quais se torna necessário um maior conhecimento (OCDE, 2018).

Este é precisamente o contexto de partida para a presente discussão, em que o digital assume um papel predominante na informação que é processada, armazenada e comunicada e em que indivíduos e organizações podem produzir e consumir informação de um modo quase instantâneo e a qualquer hora e em qualquer lugar. A multiplicidade de meios para o fazer e as diversas formas de o fazer têm tornado, por sua vez, mais complexo o relacionamento e a possibilidade de comunicação. É paradoxal que quando se possui uma oferta crescente e sofisticada de tecnologias de informação e comunicação, tantas

dificuldades e desafios sejam colocados à tomada de decisão e mesmo à captação da atenção, a ponto de existir referência a que nos encontramos numa sociedade da atenção.

A Sociedade da Informação é uma sociedade que predominantemente utiliza as tecnologias de informação e comunicação para a troca de dados e informação em formato digital e que suporta a interação entre indivíduos e organizações com recurso a práticas e métodos em construção permanente (GOUVEIA e GAIO, 2004). Esta definição do início do século XXI propõe uma noção operacional para todo um fenómeno que carece atualmente de novas perspetivas que permitam uma maior tomada de consciência e de entendimento para os desafios que um ecossistema intensamente digital tem produzido, com profundos impactos para a atividade humana.

Ainda considerando esta definição operacional de Sociedade da Informação, podemos elencar três das suas características essenciais: uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação; uso crescente do digital; e organização em rede (GOUVEIA e RANITO, 2004). Mas qual a relação com a informação e quais as consequências para a nossa discussão? Desde logo, um foco na tecnologia e não no recurso ou no próprio valor da informação, gerando uma distorção sobre o uso e exploração das tecnologias de informação e comunicação. Do ponto de vista histórico, o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação está associado com um forte investimento e políticas públicas que proporcionaram a existência de infraestruturas que viabilizaram o aparecimento das plataformas digitais e democratizaram o acesso à informação. Por sua vez, o uso crescente do digital permitiu maiores níveis de automatização, que por sua vez possibilitaram uma crescente disponibilidade de informação que pode ser explorada de uma forma mais fácil, de baixo custo e de um modo rápido. Para o efeito, houve a necessidade de investir inicialmente em formas de tornar os sistemas de informação mais eficientes e eficazes. Neste contexto e para lidar com o comportamento dos sistemas de informação e com a sua qualidade, foram adotados processos e uma organização baseada em processos que, conjuntamente com investimentos significativos em formação de recursos humanos, potenciaram a adoção de práticas associadas com o uso eficiente e eficaz de tecnologias de informação nas organizações e, claro, pelos próprios indivíduos também no seu dia-a-dia (GOUVEIA e RANITO, 2004). Com estas duas características associadas num ecossistema digital, foi fomentado um relacionamento mais rápido, também fruto da disponibilidade instantânea proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação e pelos sistemas de informação, agora de base digital. Em consequência, a organização em rede emerge também como forma de relacionamento entre indivíduos e nas próprias organizações. Esta alteração das hierarquias impacta a comunicação e o relacionamento humano e obriga a transformações também nas práticas de comando e controlo em contexto da atividade das organizações, para práticas de partilha e regulação, o que exige um outro tipo de competências e formas alternativas de lidar com a informação, de a partilhar, de a proteger e mesmo de a produzir (GOUVEIA, 2012).

Neste contexto, a organização em rede proporciona novas propostas que evoluem rapidamente em função das necessidades e das dinâmicas de grupos de indivíduos e de organizações que interagem entre si. Depois de explorar e usar as tecnologias de informação e comunicação, ficamos diferentes! Em parte, porque as noções de tempo e espaço têm uma escala não humana, em parte porque o mesmo acontece à qualidade e quantidade de informação disponível (GOUVEIA, 2017).

Embora a atividade humana continue a decorrer no contexto da sua dimensão física, ela agora é complementada de forma não passível de ser ignorada, pela sua forma digital. Neste contexto o mundo analógico adquire uma dimensão digital que o transforma. De que modo? Por vezes, proporcionando práticas que são disruptivas em relação a práticas anteriores. Alguns exemplos: aprender no mundo analógico exige predominantemente práticas de memorizar para aprender, ao invés, no digital, esquecer para aprender é a norma – leia-se descartar informação anterior e substituir por nova informação; trabalhar no mundo analógico exige tomar tempo, enquanto no mundo digital se pode trabalhar sem ter em consideração essa dimensão como um parâmetro básico – este exemplo é desafio para a forma como em muitos locais ainda se controla e contabiliza o trabalho.

Assim, este ecossistema digital traduz-se num contexto que é altamente conectado e opera em ritmo acelerado; que está em constante mudança, a exigir resposta imediata e eficaz; com espaços de trabalho em mutação constante. Onde ainda existe uma exigência de *fazer agora, em qualquer local, com a tecnologia disponível, sem tomar tempo e com eficiência de recursos*. Assim, a ação por parte do indivíduo tem de estar mais orientada à colaboração e partilha de informação; com disponibilidade para aprender ao longo da vida e sempre que tal se proporcione e de um modo informal; de o fazer sozinho e com recursos próprios; e, talvez ainda mais desafiante, cada indivíduo estar preparado para um ciclo virtuoso de lidar com a informação que lhe permita: *partilhar, cocriar, ser criativo, reutilizar, estar sempre ligado, possuir alta mobilidade, descartar* (GOUVELA, 2017).

Em consequência, este contexto mais digital e conectado impõe alguns desafios aos indivíduos, nomeadamente como lidar com mais informação, de forma mais rápida, em maior quantidade e de maior complexidade (que inclui múltiplos canais, formatos, meios, graus de qualidade, entre outras dimensões). Assim, temos que saber mais como lidar com estes desafios. De facto, o recurso sistemático às tecnologias de informação e comunicação possibilitou mais alternativas, mais informação, mas tal traduz-se efetivamente em mais espaço, por termos o virtual? Em mais tempo, por termos a escala do computador e do digital? Conseguimos pensar melhor, por termos mais meios para processamento, armazenamento e comunicação de informação? E, por último, o relacionamento entre indivíduos melhorou com toda a oferta do digital, interagimos mais, mas interagimos melhor?

Estamos assim no contexto *multiverso* e com falta de ferramentas de compreensão do que nos rodeia (onde a sucessão rápida de ideias não se traduz, nem traduz conceitos, gerando mais confusão que certeza) – o que contraria uma consequência da informação, no contexto das ciências da computação que é a informação como redução da incerteza. Certo, parece ser, que vivemos num mundo digital, conectado, dependente, complexo e entrópico e que impõe novos e recorrentes desafios. Este exige, assim, que as novas possibilidades correspondam novos usos, tornando o tempo e espaço digitais, complementares aos tradicionais espaço e tempo físicos e criando novos lugares de resposta aos desafios colocados pelas tecnologias de informação e pela sociedade da informação, entretanto operacionalizada (GOUVELA, 2017).

Vivemos, pois, num ecossistema digital que torna o mundo cada vez mais digitalizado e se relaciona com este por múltiplas formas, criando novos relacionamentos e transformando modos mais tradicionais de processar, organizar e comunicar informação. Este confronto entre o novo e o velho é visível em muitos contextos e tem causado entropia e confusão,

também nas propostas de integração das práticas associadas com a informação. Neste contexto, tal como quem defende que “*o novo nasce do velho*”¹, os desafios colocados por um contexto em rede, a multiplicidade de fontes de informação e o crescente uso do digital para veicular informação proporcionam novos diálogos associados com a informação e a comunicação, mas que devem ser complementados para abarcar o novo.

3. Da Informação à Infocomunicação: um ajuste epistemológico

Afigura-se-nos propedêutico evocar o plausível desiderato de uns Autores (contra, naturalmente, a opinião de outros) defenderem a necessidade de uma definição não apenas conceitual do termo ‘informação’, mas que permita construir o objeto não apenas da Ciência da Informação, mas também das que formam genericamente o elenco das Ciências da Comunicação. Neste sentido, merece relevo o esforço feito pelos Autores alemães, para definir ‘informação’ (posta entre dados e conhecimento), do recente *Handbook of Information Science* (STOCK; STOCK, 2015:36), que ilustra bem o atual movimento epistemológico e formativo das *iSchools* (*Schools of Information Science*), muito marcado pelo domínio instrumental da tecnologia digital:

If we want to put knowledge “into a form”, or in motion, we cannot do so by disregarding this physical process. Information is thus fundamentally a unit made up of two components: the document as signal, and the content as knowledge. For the purpose of information science, we must enhance Shannon’s scheme by adding the knowledge component.

Para estes Autores, a Ciência da Informação estuda “*the representation, storage and supply as well as the search for retrieval of relevant (predominantly digital) documents and knowledge (including the environment of information)*” (STOCK e STOCK, 2015:3).

Contrasta, substancialmente, com este posicionamento, muito caro também a gestores e a informáticos, o utilíssimo exercício etimológico, histórico e hermenêutico que Rafael Capurro e Birger Hjørland fizeram e publicaram, em forma de artigo, *O Conceito de Informação* (2007:148-207). Um exercício que começa logo com estas palavras na “introdução”: “*O conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado*”, *desempenha um papel central na sociedade contemporânea*”

1 Da frase “Não se tira nada de nada, o novo vem do antigo, mas nem por isso é menos novo”, atribuída a Bertolt Brecht, dramaturgo, poeta e encenador alemão (1898-1956).

2 Esta afirmação aparece explicada mais adiante, nas p. 162-163 do artigo: “Mas, ao mesmo tempo, continua a busca por uma reflexão mais aprofundada em que informação e comunicação, sejam ou não humanas, são vistas com suas correspondentes *differentia specifica* de acordo com o ponto de vista do Gênero de interpretação ou seleção. Esta reflexão aprofundada significa, por um lado, uma renascença da dimensão ontológica das raízes gregas de *informatio* além de uma visão humanista restritiva, enquanto, por outro, a perspectiva moderna, agora desumanizada, da informação como conhecimento comunicado, dá origem ao que poderíamos chamar uma ontologia comunicativa em que não apenas seres vivos (além dos humanos), mas também todos os tipos de sistemas são tidos como produtores, processadores e compartilhadores de informação. Esta perspectiva também pode explicar o surgimento da CI como ciência que supostamente está *relacionada tanto aos sistemas computacionais quanto a seres humanos*” (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:162-163).

(CAPURRO e HJØRLAND, 2007:149). E isto significa, em nossa opinião, tomar a informação por sinónimo de conhecimento explícito (ou comunicado), não diferenciando, neste nível, os dois termos, o que é uma demarcação importante em relação à perspectiva dominante que insiste em separar ‘dados’ de ‘informação’ e esta de ‘conhecimento’ (explícito e tácito, não importa...).

Os Autores seguiram uma estratégia interessante e partiram da história da palavra informação, para, conseqüentemente, discutirem não apenas a sua importância, mas também a sua adequação semântica ao tempo atual e a sua centralidade no debate epistemológico em torno da Ciência da Informação. A erudição dos Autores e a capacidade analítica demonstrada de expor e de encadear, de forma sistemática, a vasta literatura disponível, a que acresce a utilíssima síntese sobre a origem e a evolução contextual-histórica do conceito, torna o seu artigo obrigatório na abordagem tanto da informação, como da ciência que a reclama como objeto de estudo próprio. Quer isto dizer concordância plena com o posicionamento expresso dos Autores? Capurro e Hjørland tanto concitam nossa concordância, como provocam compreensíveis reticências. Com efeito, bastam alguns exemplos para comprová-lo.

Um extrato algo extenso merece ser retido e comentado:

Nenhuma ciência deveria ser identificada através de suas ferramentas (por exemplo, tecnologias modernas). Supõe-se que todos os campos utilizam as mais adequadas ferramentas disponíveis. Uma ciência deveria ser identificada pelo seu objeto de estudo. Como tal, o estudo da informação é o melhor. Precisamos, contudo, identificar a função específica da CI em relação à geração, coleta, organização, integração, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, de forma distinta das atividades nas quais outros profissionais são mais qualificados. Do nosso ponto de vista, os profissionais da informação normalmente têm uma visão geral ampla das fontes de informação, de padrões sociológicos na produção de conhecimento, de tipos de documentos e assim por diante. Eles também deveriam ter um conhecimento mais amplo de filosofia da ciência (por exemplo, paradigmas e epistemologia) e dos princípios do uso da linguagem para finalidades especiais. Acreditamos que o foco dos profissionais da informação (distintos dos outros grupos de profissionais a que estão servindo) implica uma abordagem sociológica e epistemológica para a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação. Os cientistas da informação – pela própria natureza de seu campo – devem trabalhar de modo de cima para baixo, ou seja, do campo geral do conhecimento e suas fontes de informação para o específico, enquanto os especialistas do domínio devem trabalhar de baixo para cima, do específico para o geral. (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:187).

Sintonia plena quanto ao essencial do posicionamento epistemológico dos Autores. Não são as normas, as técnicas, nem sequer as tecnologias ou ferramentas empregues no processamento e na recuperação da informação que definem a Ciência da Informação, mas o conhecimento amplo e contextual do modo como as pessoas necessitam e buscam a informação, todavia também, como geram, como coletam, como organizam, como

armazenam, como transmitem e como transformam a informação – estas fases são enfatizadas e bem por Capurro e Hjørland. Eles não retiram, porém, deste encadeado processual, todas as consequências (e, para isto, talvez contribua, entre outros, o facto curioso de eles, em nenhum momento, considerarem, pelo menos, a Arquivística como disciplina associada ou relacionada com a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação). Eles diferenciam os cientistas da informação dos outros especialistas de domínio, pelo modo como trabalham ou operam: aqueles do geral para o específico, e estes do específico para o geral. Compreende-se a ideia, mas é limitada: os cientistas da informação diferenciam-se porque, ao operarem num plano geral (e não se limitando a um domínio específico que importa explorar rumo ao desconhecido) abarcam a informação como processo, no qual as etapas necessárias à comunicação estão incluídas. Não é a informação que é um processo, mas o modo como ela e a comunicação são convertidas, pela Ciência da Informação em objeto de estudo exploratório e sistemático. As etapas enumeradas no extrato, por Capurro e Hjørland, supõem um encadeamento, contudo não necessariamente regular e ininterrupto: há quebras, barreiras, saltos e anomalias que precisam ser analisadas e compreendidas, ou seja, há, assim, uma dimensão teórica, orientada por uma finalidade prática ou de aplicação.

Na mesma página, em parágrafo imediato, afirmam:

Com relação ao conceito de informação, a implicação é que o que conta como *informação* – o que é informativo – depende da questão a ser respondida. A mesma representação de um objeto (por exemplo, uma pedra em um campo) contém diferentes informações para, digamos, um arqueólogo ou um geólogo. O mesmo assunto deveria, portanto, ser representado diversamente em bases de dados de assuntos diferentes. O conceito de informação, em si, pode ser definido universalmente (por exemplo, BATESON, 1972). Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. Em bibliotecas públicas, estes objetivos estão relacionados à função democrática da biblioteca pública na sociedade. Em medicina, com a solução de problemas de saúde. Nos estudos femininos, à compreensão e emancipação das mulheres. Nos sistemas comerciais, às estratégias de negócios (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:187-188).

Informação é muito mais que notícia, ou muito mais que a resposta a uma questão colocada a uma base de dados, disponível nos terminais de uma biblioteca especializada ou pública. E informação não é precisamente qualquer coisa, sobretudo se por coisa entendermos uma pedra, ou uma árvore nascida naturalmente num jardim, num bosque ou numa floresta – uma pedra afiada para servir de punhal, uma escultura em pedra, ou metal, ou um canteiro de flores dispostas de acordo com uma figura geométrica ou antropomórfica, aí sim, tais “objetos” já não são coisas porque contêm informação (a matéria recebeu uma “ideia”

humana)! Entender informação daquele modo é, no mínimo, restritivo e, ao mesmo tempo, impreciso. A informação humana e social, não sendo exatamente como a energia (“propriedade fundamental do universo”), torna-se, como ela, mais compreensível se a adjetivarmos, ou especificarmos; e os qualificativos são imensos – é que a informação está por todo o lado do planeta onde haja seres humanos e suas “extensões”, mais as respectivas necessidades. A necessidade de informação não se reduz à de ler um romance, ou um artigo científico, mas expande-se enormemente, incluindo atos básicos de leitura, ou de oralidade como a indicação de uma localidade, de um posto de gasolina ou de um restaurante...

Na p. 192, lê-se:

A perspectiva domínio-analítica está relacionada com a visão hermenêutica. Porque o entendimento é determinado pelo pré-entendimento do observador. Uma *hermenêutica da informação* explícita tem sido desenvolvida por Capurro (por exemplo, 1986). Está também relacionada com as abordagens semióticas (por exemplo, BRIER, 1992, 1999) e com a abordagem conhecida como construtivismo social (por exemplo, FROHMANN, 1990, 1994; SAVOLAINEN, 2000)” (CAPURRO e HJØRLAND, 2007).

Concordância quanto ao relevo que se deve dar ao papel subjetivo, interpretativo, psicológico e socialmente determinado, do recetor (ou observador ou leitor ou ainda utilizador), justificando uma hermenêutica do significado/do domínio a partir do qual a busca de informação se faz. No entanto, também não pode ser omitido o produtor de sentido, ou de significados (que se pode associar ao emissor). Num processo infocomunicacional pleno, se é verdade que o recetor interpreta a seu modo e/ou altera a mensagem, não há dúvida que o grande desafio desse processo é que se atinja uma efetiva partilha de sentido (*comunio*, isto é, comunhão), através de uma interpretação o mais próxima possível do que o interlocutor (ou o Autor de um texto) quis significar. Aceita-se a proposta hermenêutica de Capurro e suas relações, nomeadamente com a ciber-semiótica de Brier (2008), contudo em vez do construtivismo social, mantemo-nos muito mais próximos do construtivismo piagetano.

Por último, vamos à conclusão do artigo para destacar o seguinte:

Em nossa percepção, a distinção mais importante é aquela entre informação como um objeto ou coisa (por exemplo, número de *bits*) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo. A visão interpretativa desloca a atenção dos atributos das coisas para os *mecanismos de liberação* para os quais aqueles atributos são relevantes. Esta mudança pode causar frustração porque é inerentemente difícil e porque envolve princípios teleológicos que são contrários aos princípios positivistas da ciência. É relativamente fácil contar o número de palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder. Questões de interpretação também são difíceis porque frequentemente confundimos interpretação e abordagem individualista. O significado é, entretanto, determinado nos contextos social e cultural (...).

À medida que os sistemas de informação se tornam mais globais e interconectados, a informação implícita é, muitas vezes, perdida. Esta situação desafia a CI a ser mais recetiva aos impactos sociais e culturais dos processos interpretativos e, também, às diferenças qualitativas entre diferentes contextos e media. Esta mudança significa a inclusão dos processos interpretativos como uma condição *sine qua non* dos processos de informação. Como temos demonstrado, esta tarefa é essencialmente multi e interdisciplinar. A construção de redes é basicamente um processo de interpretação. A construção de uma rede científica como uma atividade autorreflexiva pressupõe o esclarecimento de conceitos comuns. Um destes conceitos é informação (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:193-194).

Persiste a divergência a respeito do sentido de coisa³: um número de *bits*, ou de palavras escritas é um signo que resulta da atividade mental de um sujeito cognitivo e implica a interpretação de outro sujeito de espécie similar, pelo que a distinção da informação, como um objeto ou coisa, e a informação, como um conceito subjetivo, assenta num pressuposto ontológico e epistemológico diferente do nosso. Entendemos informação como o que resulta e é percebido/recebido por um sujeito cognitivo, havendo, neste sentido, sempre uma dimensão subjetiva (maior ou menor, variando do grau de “aderência” da atividade representativa e interpretativa do sujeito cognitivo em relação ao que está fora de si). A partir desta diferenciação, o que nos parece importante é distinguir as diversas e realmente distintas concetualizações de informação em cosmologia, em física, em biologia, em informática e em ciência da informação. Nesta disciplina, a informação corresponde a um fenómeno humano e social, sendo, por causa disto, essencial o papel da interpretação tanto no aparato teórico-metodológico da ciência da informação, como em todo o processo infocomunicacional estudado por ela: há interpretação na produção e/ou coleta, na organização, no armazenamento e recuperação, na transmissão, na busca e transformação. No que concerne a esta evidência há, de novo, sintonia com Capurro e Hjørland.

Uma sintonia flagrante, apesar das dissonâncias apontadas, na definição de informação, exposta publicamente em livro intitulado *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular* (SILVA e RIBEIRO, 2002:37). Ela surge com esta primeira formulação:

Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada.

Mais tarde, em 2006, foi burilada tendo em vista o seu desejável aperfeiçoamento:

³ Os três primeiros significados de coisa, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, desenharam a aceção que adotamos, ao contrário de Capurro e Hjørland: “1. Tudo quanto exista ou possa existir de natureza corpórea ou incorpórea. 2. qualquer ser inanimado. 3. realidade, facto concreto, em relação ao que é abstrato ou assim considerado” (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2002: vol. 2, p. 980).

Conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada (SILVA, 2006:25).

A primeira versão foi precedida por dois parágrafos de enquadramento que importa recordar:

Se parece óbvio que a Informação seja texto e o que isto implica (representações codificadas, não importa como, desde que humana e socialmente inteligíveis), é óbvia também a diferença de olhares problematizadores que interpelam o mesmo objeto. Ao contrário de Popper, diremos que há objeto para lá do sujeito, mas concordamos com ele quando acrescentamos que esse objeto também é construído através de um *corpus* homogéneo de problemas e de perspetivas formuladas pelo sujeito. Ora, algumas dessas operações centradas num tipo específico de Informação (a consolidada para usarmos o termo de Saracevic e Woods) assemelham-se muito a procedimentos metodológicos próprios de ciências sociais e humanas como a História, a Sociologia ou a Antropologia e, neste sentido, teríamos de concluir haver uma profunda “promiscuidade” epistémica entre elas e a disciplina científica orientada para o estudo específico do fenómeno informacional. Julgamos, porém, que não deve haver tal, nem há de facto, e a prova contundente desta nossa opinião, passa pela linha divisória que é possível traçar entre a análise de conteúdo (indexação) e a avaliação/reorganização (produção de sínteses e de resumos). Aquela insere-se plenamente no estudo da informação em si mesma, enquanto esta penetra em segmentos temáticos especializados que só podem ser reorganizados ou resumidos com desenvoltura por quem os conheça em pormenor – o químico, o técnico de eletrónica, o físico, o historiador, o psicólogo, o médico, o jurista, etc. Temos, assim, que a Informação consolidada é, antes de mais, informação, e o ato de consolidação remete mais para o contexto orgânico de produção (veja-se, por exemplo, o caso de uma Assessoria Jurídica de empresa ou instituição que faça resumos e condensados de leis e de disposições normativas para apoio à ação da respetiva entidade), do que para a função científico-técnica de um bibliotecário, documentalista ou arquivista. Há, portanto, limites à esfera científica destes últimos, situada a montante do processo comunicacional. Tais limites justificam a tentativa de uma definição de Informação, talvez ainda imperfeita, mas mais completa (...) (SILVA e RIBEIRO, 2002:36-37).

E a segunda versão é antecedida por um arrazoado explicativo e introdutório de que extratamos apenas este excerto:

Desde já importa esclarecer que entendemos a Informação como um fenómeno humano e social, que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si. Situa-se, pois, entre o conhecimento [“Usamos este termo no seu sentido mais específico, ou seja, como sinónimo

de “cognição”] e a comunicação, tendo como pano de fundo, a montante, a totalidade psicossomática do ser humano – que hoje já ultrapassa muito o âmbito específico da Psicologia Cognitiva e se situa mais no campo das neurociências, como tão bem tem vindo a mostrar os estudos de António Damásio – que não deixa de estar presente também a jusante, pois determina o comportamento informacional dos utilizadores/pesquisadores da Informação; e a jusante, ainda, situa-se a capacidade humana de comunicação, já que o processo comunicacional não pode acontecer sem as mensagens, os conteúdos, numa palavra, a Informação.

Este entendimento leva-nos a estabelecer, de um ponto de vista conceptual, a diferença entre Informação e Comunicação (a segunda não existe sem a primeira, ou seja, a Informação precede a Comunicação, tendo, portanto, uma existência anterior e autónoma), salvaguardando, contudo, a inter-relação entre elas. Leva-nos, também, a estabelecer a distinção entre Informação e Documentação (ou Informação registada) uma vez que o registo, num suporte exterior ao sujeito produtor da Informação, é também algo que acontece *a posteriori*, ou seja, depois de a Informação já existir na mente humana e insere-se já no processo que visa a comunicação. Importa, pois, adiantar como referência de base para o que a seguir for dito, a definição de Informação de que partimos (...) (SILVA, 2006: 24-25).

Do primeiro extrato, percebe-se a necessidade de construir e delimitar um objeto para a Ciência da Informação, que viria a receber esta definição operatória: “*é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno infocomunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação, ou não, das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)*” (SILVA, 2006:140-141). E, do segundo, constata-se o propósito de ir além de uma definição operatória, tomada, eventualmente, como mais ou menos produtiva, e, sobretudo, de construir um objeto científico vinculado à realidade humana e social através da noção de fenómeno – o que aparece aos sentidos, à percepção.

Para haver Ciência da Informação, tem de haver um objeto aceite como tal e para isso não há como evitar um esforço de definição, ou seja, de ajudar a mapear e a focar problemas que convocam uma abordagem sistemática, científica. Jaime Robredo, em 2003, quis fugir a essa “tentação”, mas, na prática, glosou, com desvios e acertos, a definição supracitada em duas versões:

A informação é uma propriedade fundamental do universo e, como a energia, possui uma realidade própria. Não parece que seja possível de forma genérica; da mesma forma que a energia, torna-se mais compreensível quando acompanhada de um qualificativo: energia elétrica, energia hidráulica, energia nuclear, etc.; informação social, informação estratégica, informação genética, etc.

Pode ser gerada, redescoberta ou extraída a partir de conhecimento existente (humano), de registos informacionais (em suportes diversos), ou, ainda, a partir de estímulos externos (percepções, sensações). Quando codificada, pode

ser armazenada, preservada, reproduzida, transmitida, processada, organizada, reorganizada e recuperada. Quando processada e avaliada de acordo, por referências qualitativas preestabelecidas (por meios mecânicos ou cognitivos) pode aumentar seu valor e/ou interagir com bases de conhecimentos geradas natural ou artificialmente. Torna-se perceptível, transmissível, utilizável somente através de algum processo dinâmico, com a intervenção de elementos externos aos registros que, em conjunto se constituem em algum tipo de sistema: a informação registrada. Armazenada em arquivos, bibliotecas (reais ou virtuais), ou bancos de dados, só volta à “vida” – como a eterna Branca de Neve – quando solicitada, eventualmente por intermédio de alguma engenhoca eletrônica, de forma, convenhamos, bem menos poética que no imaginário popular, por algum utilizador em busca de “novo” conhecimento (ROBREDO, 2003:147-148).

Jaime Robredo, seguindo a equivocidade geral que se tornou prevalecente no modo de conceber a informação, não conseguiu libertar-se de uma visão documentalista, que secundariza a informação face ao conhecimento e a converte numa “substância” moldada sempre ao contexto e ao meio/suporte que a anima. Trata-se de uma perspectiva que se distancia da conceituação de Capurro e Hjørland e se afasta muito mais ainda da definição subscrita por Silva e Ribeiro, tanto nas versões evocadas, como na definitiva que se apresenta a público neste artigo. Uma versão com ligeiros ajustes em relação às anteriores, sendo que o principal de todos consiste em enfatizar a informação como infocomunicação. E sobre este termo refira-se que o usamos pela primeira vez precedido do *e* (eletrônico) e com hífen em livro intitulado *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*⁴. A abrir esta obra, há uma nota de editor que vale a pena registar:

As “ciências da informação e da comunicação” (CIC), campo interdisciplinar que na França já tem um perfil de vinculação académico-institucional e um recorte epistemológico, consolidados, encontram, na presente obra, uma original dotação em contexto luso-brasileiro.

e-Infocomunicação: estratégias e aplicações é resultado do esforço comum de investigadores do NAP Escola do Futuro - USP/Observatório Digital da Universidade de São Paulo, e do CETAC.media, da Universidade do Porto e da Universidade de Aveiro. Esta publicação, parceria da Escola do Futuro com o SENAC São Paulo, traz a público o conhecimento que vem sendo produzido no Brasil e em Portugal sobre o fenómeno infocomunicacional.

O termo cunha ou fixa várias significações: (1) um diálogo e uma prática assumidamente interdisciplinares; (2) a construção de um objeto científico que está para lá do senso comum e dos problemas, temas e tensões decorrentes das dinâmicas puramente profissionais (quer do lado do jornalismo e da comunicação multimédia, quer do lado das Bibliotecas, Arquivos, Museus, Sistemas de Informação e Gestão Documental e da Informação); (3) a remissão desse objeto para um fenómeno essencialmente humano e social, com evidentes

⁴ PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando, org.. São Paulo: SENEC; Escola do Futuro-USP, 2014.

implicações epistemológicas; e (4) um duplo movimento de investigação “pura” e aplicada, desenvolvendo-se sobretudo esta cada vez mais através da criação, da implementação e do uso das plataformas digitais.

Esclarecimento ou nota histórica que enquadra melhor a novíssima versão de uma definição utilitária:

Conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas socialmente, possíveis de serem inscritas num qualquer suporte material externo e passíveis, portanto, de serem partilhadas de forma síncrona ou assíncrona e direcionada ou multidireccionada.

Os ajustes podem parecer superficiais e muito pontuais, mas comportam um acréscimo de precisão definitiva, dentro dos três “módulos” que constituem o enunciado produzido:

I conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas socialmente
II passíveis de serem inscritas num qualquer suporte material externo
III e suscetíveis, portanto, de serem partilhadas de forma síncrona ou assíncrona, direcionada e multidireccionada

Arredondando um pouco, sem cairmos em simplificações desnecessárias, no primeiro módulo, fica plasmada a relação cérebro e mente (que inclui a ação do ambiente social), em que se valoriza a cognição como faculdade intrínseca do humano, modelada pelo meio. Acrescente-se, ainda, no módulo inicial da definição, é absorvido o conhecimento explícito, porque, na raiz, conhecer é representar mental/emocionalmente, e da faculdade de representar resultam “competências” várias, como a de compreender/perceber, aprender, descobrir, inovar, etc. Um artigo científico, com novidades e descobertas, é aplaudido como um exemplo feliz de conhecimento científico, sendo, em si mesmo, informação, a que podemos juntar o adjetivo científico, enquanto um bilhete posto em lugar de destaque numa qualquer cozinha, com a indicação do almoço ou do jantar, não merece a categoria de conhecimento, mas é, fenomenologicamente, informação a que podemos juntar o adjetivo doméstica. E, por aqui se pode inferir que é dispensável o uso de conhecimento ou até de informação, como se fossem conceitos distintos, porque informação/conhecimento significam o mesmo e, se queremos distinguir os contextos e a qualidade, valor, impacto, relevância para a Humanidade, dos textos, basta-nos, talvez, adjetivar com rigor: informação administrativa, financeira, contabilística, científica, técnico-científica, literária, desportiva, doméstica, etc.

O segundo módulo tem uma importância escondida: há uma separação subtil, mas efetiva, entre conteúdo e continente. As representações codificadas formam-se na mente,

materializando-se fora do sujeito cognoscente e “informador”, fora da esfera mental, através da função de registo ou de inscrição – na pedra, em argila, em tabuinhas, em papiro, em pergaminho, em papel, no digital... Nasceu, pela função inscristiva, o documento e impôs-se por uma outra função associada, mas não simétrica – a transmissora. Confundir informação com documento é um equívoco redutor que tem sido cometido e que está presente na tríade dados-informação-conhecimento. A visão mecanicista, naturalmente cultivada pelos informáticos, levou a que se amarrasse dados e informação à unidade tecnológica capaz de produzi-los e processá-los, como se dados e informação não fossem, de alguma maneira, uma representação humana, mediada tecnologicamente, ou dito de outro modo, vertida num “suporte tecnológico”. Aqueles que confundem informação com documento, revelando, assim, a influência da teoria “mecanicista” de Shannon e Weaver, sentem, obviamente, a necessidade de uma palavra que signifique algo menos tangível, algo de superior valia intelectual – o conhecimento! Meteram-se por um labirinto, complicando o que, sendo complexo, é simples e compreensível para os etnólogos e antropólogos: nas comunidades anatemizadas de “primitivas”, as narrativas essenciais à sua identidade são transmitidas oralmente, o que significa tratar-se de informação codificada (representações expressas na língua desse povo), que se conserva na memória de todos e, especialmente, de alguns membros com estatuto e poder especial; uma informação que não carece de ser registada fora, através da escrita, até porque, nessas comunidades, não havia ainda a escrita, mas, que os estudiosos, chegados do “mundo civilizado”, registaram em papel ou em gravadores e em filme, produzindo documento, indispensável à ocorrência do prescrito no módulo terceiro.

Havendo documento, potencia-se a comunicação – módulo terceiro. A informação é potencialmente comunicacional, tende a ser partilhada pelos interlocutores ou recetores. Comunicação é partilha plena de sentido, o que significa algo mais que uma função transmissora. Esta é imprescindível, mas não suficiente: a assimilação de informação transforma-se em nova informação, que traz ou devolve a “compreensão correta do sentido transmitido” (ou não...) e, assim, se processa continuamente a interação dialética entre os comunicantes. O epíteto de infocomunicacional, atribuído a esta terceira perspetiva, decorre da articulação que é feita entre informação e comunicação, através de uma “ponte” – o documento “clássico” ou o documento-meio (*docmedia*), eletrónico ou digital – a plataforma digital (SILVA e RAMOS, 2014). O elo documental promove a simbiose das duas facetas de um fenómeno complexo – o infocomunicacional. Fenómeno simbiótico que é complexo e é nitidamente social, surgindo e mantendo-se em condições exigentes e apuradas, nunca garantidas à partida e que, hoje, são muito facilitadas pelas denominadas TIC – tecnologias de informação e comunicação, de que são exemplo maior e complexo, as plataformas digitais.

Na última parte deste texto, explicita-se o objeto agregador que desafia as Ciências da Informação e da Comunicação a reforçarem uma agenda de investigação assumidamente comum.

4. Nota final: infocomunicação, um objeto agregador

É sobejamente conhecido o aparecimento em França, no ano de 1974, da interdisciplina e da carreira académica das *Sciences de l’Information et de la Communication*, com ambições epistemológicas surgidas pela expressão cunhada, mas que na prática ficaram

por cumprir. A palavra informação surge denominada face à importância sociológica da comunicação e na tradição intelectual francesa, o conceito operatório de Cultura subalterniza para sombras densas de ambiguidade, o conceito de informação. Nesta medida, embora a iniciativa que partiu do empenho de Roland Barthes, de Robert Escarpit e Jean Meyrat seja genericamente inspiradora para nós (SILVA e RAMOS, 2014), há uma diferença substancial que importa sublinhar: a comunicação não corresponde em si a um fenómeno meramente social e cultural, ela é inseparável da dimensão informacional e remete para a matriz psicossomática do *Homo Sapiens*. Que a cultura seja um conceito amplo no qual cabe a infocomunicação não sofre contestação, mas os culturalistas sérios são os primeiros a reconhecer o infocomunicacional como elemento constitutivo de Cultura. Suzana Conde mi e François Savatier definem esta como “*todo o conjunto de características comportamentais, de símbolos e ideias partilhadas no seio de um grupo animal. Esta partilha efetua-se através do espaço (isto é, existe transmissão entre os membros do mesmo grupo) e do tempo (ao longo das gerações). Segundo esta definição, os grupos de golfinhos ou de chimpanzés também têm culturas, embora estas não tenham tido, nesses animais, o mesmo efeito evolutivo*” (CONDEMI e SAVATIER, 2019:29-30). Sendo, assim, infocomunicação específica, com vantagem, a singularidade cultural dos humanos e não há, por isso, razões válidas para resistências ao seu uso incluindo nas análises sociológicas e antropológicas.

Tomemos, pois, a infocomunicação não apenas como um conceito operatório, mas como a expressão funcional de um objeto de estudo que, desde logo, desafia a Ciência da Informação a construí-lo e a explorá-lo enquanto “arco processual” ou ciclo dinâmico, basculando do contextual ao aplicativo e tecnológico, e que, conseqüentemente, agrega construtivamente as Ciências da Informação e da Comunicação, através de três eixos fundamentais:

- 1º.** Gênese/produção do *fluxo informacional*;
- 2º.** Organização e *representação da informação*;
- 3º.** “Receção”, busca e uso ou *comportamento informacional*

Trata-se de uma agenda axial que já foi exposta no X Congresso da SOPCOM, realizado em Viseu em 2017 (RIBEIRO e SILVA, 2019: 66-76) e retomada aqui a fim de constituir ponto de partida para sucessivos e necessários desenvolvimentos em direção diferente e mais fecunda que a seguida em França, como atrás se aludiu e que vale a pena insistir.

Se esmiuçarmos as atas dos Congressos realizados pela SFSCI sobressai, desde logo, um forte desequilíbrio entre as comunicações de cariz sociológico, semiótico (semiológico e medialógico e as relativas à “informação documental”, à “inteligência competitiva” e à gestão de conteúdos (organização, classificação e recuperação de informação), além de que não há ou é residual a existência de coautorias cruzadas, isto é, especialistas da Comunicação trabalhando com aproximações conceituais e metodológicas juntamente com os homólogos da Documentação e Informação. Um caminho interessante de cooperação podemos ir encontrá-lo, surpreendentemente, em Cuba, na Universidade de Habana, mais

precisamente na Facultad de Comunicación⁵. No entanto, esse processo de cooperação interdisciplinar efetiva entre as duas comunidades de cientistas albergados na mesma Escola está ainda numa fase elementar, isto é, as partes buscam complementaridades: os especialistas em informação preocupam-se em mostrar como as suas valências, nomeadamente nas questões relacionadas com a comunicação científica, mais concretamente, a biblio/infometria e em tudo o que se relacione com a receção/uso de informação, bem como das estratégias infocomunicacionais quer de busca, quer de mediação, convergem em pleno e possuem um notório interesse para os que trabalham no campo da comunicação. Aliás, é interessante notar que este movimento de exposição e aproximação tem sido unilateral, isto é, daqueles para estes e não vice-versa.

A problemática da génese do fluxo informacional – 1º eixo – em rigor tem a ver com o fluxo infocomunicacional e, deste modo, uma análise contextual ou orgânico-funcional de uma instituição ou entidade de qualquer outro tipo conjuga-se perfeitamente com a análise de conteúdo e de discurso, porque este é indissociável da entidade que o produz. Se passarmos para um plano exemplificativo podemos trazer à colação um investigador de comunicação a trabalhar o discurso ideológico do serviço noticioso ou de programas noticiosos de um canal de televisão privada não empobrece a sua análise e até a reforça e amplifica se a cruzar com os instrumentos de análise da Ciência da Informação, que inclui os modelos mais operacionais de gestão. Estes ajudam a entender como a ideologia é segregada e através de que tipo de aparelho político-administrativo – se sofisticado, profissional, personalizado, se disforme ou obsoleto. Há, assim, uma efetiva transacionalidade ou circularidade de práticas metodológicas dentro do campo interdisciplinar das Ciências da Comunicação e da Informação. Note-se, aliás, que se trata de uma evidência, mas o curioso é que apesar de evidente continue ausente da conduta dos investigadores do campo e surja, aqui, proposta como se de uma novidade se tratasse!

Surpreende que haja uma convergência no estudo do contexto tanto para a criação da informação como para o desenvolvimento do fluxo em termos comunicacionais. É também natural que a surpresa prossiga tendo em foco o 2º eixo, uma vez que os aspetos relacionados com a organização e a recuperação da informação são conotados exclusivamente como tópico técnico da área da gestão de informação. No entanto, uma abordagem mais fina e que leva já um certo tempo de maturação permite converter qualquer produtor e/ou gestor de informação num mediador colocado simétrica e ativamente entre a génese/criação e o uso da informação. Em nenhum caso o mediador é passivo, embora haja uma diferença entre mediar o acesso através de descritores ou metadados aos conteúdos produzidos e mediar noticiosamente o que ocorreu ou está a ocorrer seja em que segmento da realidade for. Essa diferença é concreta e é bem mais visível no plano comunicacional através do exercício analítico e hermenêutico, enquanto as falhas intencionais ou acidentais verificadas nos pontos fornecidos para acesso direto e amplo aos conteúdos podem ser mais subtis, menos perceptíveis e os seus efeitos negativos e censuráveis, mais toleráveis. Há, no entanto, uma situação mediadora que atenua bastante a diferença apontada: os resumos de artigos científicos em particular, mas

⁵ Uma imagem deste esforço que vem sendo feito está refletida no número especial organizado por Gloria Ponjuán para a revista *Prisma.com*, nº 31 (2016):

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/issue/view/129>

também de livros e de qualquer outro tipo de informação posta a circular, são passíveis de evidenciar uma mediação ainda mais imperfeita que a subjacente aos textos a que se reportam e, neste caso, a análise de desconstrução do discurso é a mesma via a seguir. E a diferença atenua-se muitíssimo mais diante do fenômeno grave e exponencial das *fake news*, que afeta diretamente os profissionais da comunicação, mas exige também medidas inteligentes e avançadas no campo da gestão de tecnologia e informação. Temos aqui um tema e um problema retintamente infocomunicacional,

Por último, temos o 3º eixo e aqui a transversalidade metodológica é, sem dúvida, mais óbvia e é mais fácil montar projetos e estratégias comuns de pesquisa. Desde logo, porque é redutor reclamar só para a Ciência da Informação o estudo do “comportamento informacional”, sendo certo que em seu seio prossegue a discussão sobre se o termo comportamento, por conta de seu cariz demasiado “behaviorista”, não deve antes ser substituído por “práticas” de inspiração mais sociológica e de raiz marxista. Mas aceitando-se que a busca, o uso e a reprodução de conteúdos mediados cabem dentro do termo comportamento, criticamente ressignificado, a expressão que faz todo o sentido empregar é a de comportamento infocomunicacional, convergindo para o respetivo estudo o já amplo legado de investigação em torno dos mecanismos e dos efeitos da recepção por parte de leitores, ouvintes, telespectadores, “consumidores” ou “público em geral”. Um legado rico e composto de “camadas”, isto é, desde as abordagens mais quantitativas e superficiais até às amostras mais pequenas indagadas em profundidade com relevo tanto para as condições externas de consumo (busca e uso), como internas (culturais e psicológicas de cada pessoa em particular). Estamos numa área onde é possível importar e fecundar os estudos que se cingem ao modo de busca, uso e transformação da informação com os designados “estudos culturais”, mesmo que para isso seja preciso delimitá-los melhor pois a sua amplitude e variedade tem proliferado sem restrições conceituais. Estamos perante um território a explorar, em que, por exemplo, as análises da “cultura visual” permitem cartografar os caminhos rasgados pelo meio da codificação áudio-imagética em suporte digital que as pessoas são hoje obrigadas a trilhar e ao fazê-lo comportam-se infocomunicacionalmente, convertendo-se em objeto de estudo com vista à fixação e aplicação de modelos. Os modelos de comportamento até hoje propostos e recenseados em Ciência da Informação não beneficiaram minimamente do contributo dos “estudos culturais”. Também, no campo rico e complexo dos Museus em espaços físicos (construídos ou naturais) e digitais, há que superar em definitivo a estreita leitura dada pelos “estudos de público” e articular o infocomunicacional com o educativo. Os Museus são espaços ativamente explorados educativamente, mas é preciso compreender em que medida ocorrem aí processos de ensino e aprendizagem, perceber se aí são suscitadas ou (re)descobertas necessidades informacionais atendidas e convertidas em informação qualificada (conhecimento). No espaço museológico e em muitos outros a Sociologia, a História de Arte e Antropologia têm operado tendencialmente à solta, quando é evidente que o processo infocomunicacional, cada vez mais saturado de tecnologia, precisa de ser também abarcado (contexto) e articulado (estrutura).

Não se pretende aqui traçar um elenco mínimo e muito menos exaustivo de problemas e temas que mostrem sem margem para dúvidas como a infocomunicação agrega as CIC e as estimula a construir estratégias comuns, nomeadamente no plano metodológico. Este é, aliás, um tópico em análise e desenvolvimentos que caberá em próximos trabalhos.

Referências bibliográficas

BRIER, Soren

2008 *Cybersemiotics: why Information is not enough*. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger

2007 O Conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 12:1 (jan-abr. 2007) 148-207.

CONDEMI, Suzana; SAVATIER, François

2019 *Últimas notícias do Sapiens*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019.

GOUVEIA, Luís Borges

2017 Transformação digital: desafios e implicações na perspectiva da informação. In MOREIRA, F. [et al.] - *Transformação digital: oportunidades e ameaças para uma competitividade mais inteligente*. Faro: Sílabas e Desafios, 2017, p. 5.

GOUVEIA, Luís Borges

2012 O Conceito de rede face ao digital e aos media sociais. *Multimed : revista do Reseau Mediterranéen de Centres d' Etudes et de Formation*. 1 (2012) 85-103.

GOUVEIA, Luís Borges; GAIO, Sofia

2004 *Sociedade da Informação: balanço e implicações*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004.

GOUVEIA, Luís Borges; RANITO, João

2004 *Sistemas de Informação de Apoio à Decisão*. Lisboa: SP; Principia, 2004. (Coleção Inovação e Governância nas autarquias; 7).

OCDE

2018 *Going digital in a multilateral world: report on Meeting of the OECD Council at Ministerial Level. Paris, 30-31 May, 2018*. [Em linha]. 2018. [Consult. 28 dez. 2019]. Disponível em: <https://www.oecd.org/going-digital/C-MIN-2018-6-EN.pdf>.

PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando, org.

2014 *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: SENAC; Escola do Futuro, USP, 2014.

PAVIANI, Jayme

2009 *Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da

2019 A Infocomunicação como projeto comum de diálogo e prática = Infocommunication as a common dialogue and practice project. In CONGRESSO DA SOPCOM, 10º, Viseu, 2017 - *Ciências da Comunicação: vinte anos de investigação em Portugal : atas*. Ed. Teresa Antas de Barros... [et al.]. Viseu : SOPCOM; Instituto Politécnico de Viseu, 2019, p. 66-76.

ROBREDO, Jaime

2003 *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*.
Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*.
Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando

2014 *As Ciências da Comunicação e da Informação: casos e desafios de uma interdisciplina*. In PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando, org. - *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: SENAC; Escola do Futuro, USP, 2014, p. 49-78.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2002 *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

STOCK, Wolfgang; STOCK, Wechtild

2015 *Handbook of Information Science*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2015.

Luís Borges Gouveia | lmbg@ufp.edu.pt

Universidade Fernando Pessoa / CITCEM

Armando Malheiro da Silva | armando.malheiro@gmail.com

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM

Elia Terra Barbosa | Gleice Pereira

Resumo: A pesquisa tem como foco analisar as dimensões pedagógica e organizacional das redes de bibliotecas escolares à luz da literatura em Ciência da Informação e da Educação. O projeto piloto balizador da pesquisa teve como referência a Rede de Bibliotecas Escolares do município de Vila Velha/ES que, no ano de 2013, iniciou o processo de revitalização das bibliotecas com a criação, no organograma da Secretaria de Educação, do Setor de Coordenação Geral das Bibliotecas Escolares. O referencial teórico norteador do estudo foi constituído pelas entidades Federação Internacional de Associações de Instituições Bibliotecárias e o Conselho Federal de Biblioteconomia; pelos programas Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Portugal, e o Programa Nacional de Redes de Bibliotecas do Chile; e pelos pesquisadores Castells (2002), Campello (2003), Castro Filho (2016), Moro e Estabel (2011). O resultado da implantação do projeto piloto no município de Vila Velha institucionalizou ações norteadoras para a gestão da rede de bibliotecas do município. Conclui-se que os desafios e metas serão superados e alcançados em curto prazo.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Implantação de projeto piloto; Redes de bibliotecas.

Abstract: The research focuses on the analysis of the pedagogical and organizational dimensions of school library networks in light of the Information Science and Education literature. The fundamental pilot project on this study was based on the School Libraries Network of Vila Velha/ES which, in 2013, started the process of revitalizing libraries with the creation of the General Coordination Sector of School Libraries in the organization chart of the Department of Education. The theoretical reference framework of the study was constituted by the International Federation of Library Associations and Institutions and the Federal Council of Librarianship (Brazilian entity); by the Portuguese Public Library Network program, and the National Library Network Program of Chile; and by the researchers Castells (2002), Campello (2003), Castro Filho (2016), Moro and Estabel (2011). The result of the implementation of the pilot project in the municipality of Vila Velha institutionalized guiding actions for the management of the municipality's libraries network. It is concluded that the challenges and goals will be overcome and achieved in the short term.

Keywords: School library; Pilot project implementation; Library networks.

1. Introdução

A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil, públicas ou privadas, são definidas pelas diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, no Capítulo III; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394 de 1996; e, ainda, pelos programas educacionais contemplados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Todas essas legislações nacionais reportam-se, direta ou indiretamente, ao funcionamento das bibliotecas escolares.

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) instituiu recentemente a Resolução CFB nº 199/2018, que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares, em seu art.1º. “Estabelecer como padrão os parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares das redes públicas e privadas da educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

O Manifesto da International Federation of Library Associations and Institutions (2016:16) para as Bibliotecas Escolares afirma:

Os responsáveis da educação a nível nacional e/ou regional/ local devem estabelecer um sistema de apoio à implementação e desenvolvimento das bibliotecas escolares. Devem ser feitos esforços para definir e implementar um nível básico de serviços e atividades, para que os alunos e professores possam encarar a biblioteca escolar como um recurso para o ensino e aprendizagem a que podem aceder. O trabalho desses serviços de educação pode incidir em questões como: formação inicial e contínua dos bibliotecários escolares, aconselhamento profissional, estudos de investigação, colaboração com grupos de bibliotecários escolares e com as suas associações profissionais e desenvolvimento de normas e diretrizes.

Assim, os sistemas de ensino brasileiro precisam ter bibliotecas com estrutura básica padronizada bem como parâmetros de funcionamento mínimos de acordo com as legislações e resoluções vigentes apontadas. Porém, ainda é evidente o descaso com as bibliotecas escolares no Brasil e com o cumprimento das leis estabelecidas por parte dos governantes e gestores de escolas. Uma maneira de fortalecer a biblioteca e contribuir para efetivar e estruturar as Unidades de Informação dos sistemas de ensino seria uma rede consolidada.

A biblioteca escolar, que atua de forma independente, encontra muitos obstáculos e entraves para avançar e conquistar os objetivos planejados pelos bibliotecários. Muitas vezes, é um trabalho solitário, sem apoio da própria equipe da escola. Já a biblioteca que faz parte de uma rede consolidada tem contato com outros profissionais, tendo suporte necessário à execução de suas atividades. Se a rede tiver uma coordenação central, facilitará e fortalecerá ainda mais os trabalhos desenvolvidos na biblioteca da escola.

Isso posto, a pesquisa tem como foco analisar como as redes de biblioteca escolar no Brasil podem contribuir para o fortalecimento e consolidação de práticas significativas de aprendizagem e potencialização da biblioteca escolar no processo educativo. O problema da pesquisa reside no estudo sobre a atuação dessas referidas redes nas dimensões pedagógica e organizacional, à luz da literatura em Ciência da Informação e da Educação. A rede de bibliotecas escolares do município de Vila Velha/Espírito Santo é apresentada como piloto neste estudo, dialogando com as tendências contemporâneas para a gestão de redes de biblioteca escolar, as múltiplas funções da biblioteca na escola e o papel do bibliotecário no processo educativo.

Fundamentação teórica

A biblioteca escolar é uma Unidade de Informação relevante para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Sendo assim, a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criou as Diretrizes para a Biblioteca Escolar e definiu a biblioteca como:

[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são

fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016:19).

Elaborou também as orientações e recomendações das quais se destacam:

Recomendação 3. Deve ser posto em prática um plano para o desenvolvimento das três características necessárias para o sucesso de uma biblioteca escolar: um bibliotecário escolar qualificado; uma coleção que apoia o currículo da escola; e um plano explícito para o crescimento e desenvolvimento da biblioteca escolar.

[...]

Recomendação 5. Deve ser aprovada legislação sobre a biblioteca escolar, a nível das instâncias governamentais adequadas, para assegurar que as responsabilidades legais são claramente definidas no que respeita à criação, apoio e melhoria contínua de bibliotecas escolares acessíveis a todos os estudantes (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016:12).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) apresenta a biblioteca escolar como um centro de aprendizagem que, conforme definição se configura por meio da:

[...] participação direta em todos os aspectos do programa de educação [...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação [...] com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, 21-22).

Entende-se ainda que as bibliotecas “[...] não só contribuem para a aprendizagem, mas, o mais importante, se constituem em espaços de cidadania, uma vez que valorizam o conhecimento e democratizam o acesso à informação” (VALENTIM, 2017:26).

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) apresentou, em 2008, o projeto mobilizador “Biblioteca escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público”. A proposta ora defendida pelo Sistema CFB/CRB busca configurar tal intervenção sob as perspectivas:

a) Social – porque contempla, prioritariamente, a sociedade como público-alvo beneficiário; b) Profissional – tendo em vista que irá exigir a melhoria na qualidade do perfil do bibliotecário envolvido, tanto no atendimento ao público, quanto na operacionalização do sistema; c) Educacional – uma vez que, diante da fragilidade, em termos legais e operacionais, da biblioteca escolar na Rede Pública de Ensino, e do importante papel que ela assume

como complemento à sala de aula, na descoberta e na consolidação do conhecimento, é preciso que ela se fortaleça, inserindo-se em um contexto maior fazendo emergir deste cenário a necessidade da constituição de um sistema estruturado e dotado de permanência; d) Filosófico – motivado pela convicção de que a biblioteca escolar não pode ficar na dependência de uma legislação inconsistente ou ser levada com pouca seriedade no que tange a sua implementação, mas, ao contrário, seja sua situação inequívoca e leve em consideração que o conhecimento acumulado e registrado pelo ser humano ao longo do tempo é condição para a reflexão e o avanço nos mais diversos níveis; leitura e pesquisa, movidas até pela simples curiosidade, levam o usuário do acervo e da informação a dar um passo à frente (BRASIL. Conselho..., 2008:10-11).

Diante do aporte teórico e pesquisa bibliográfica, encontram-se várias definições acerca do conceito e entendimento de redes de bibliotecas. Nesse sentido, quando se fala em rede e/ou sistemas de Unidades de Informação, entende-se uma estrutura organizada e articulada na qual os participantes interagem com objetivos comuns para o alcance de resultados positivos e fortalecimento de todos os envolvidos.

Rede de bibliotecas seria “[...] um conjunto de sistemas bibliotecários conectados, que mantêm sua autonomia administrativa e cujo fundamento constitui a cooperação entre as bibliotecas que formam a rede” (VALERA OROL, GARCIA MELERO e GONZALEZ GUITIAN, 1988:218). Para Kent (1979), a formação de redes de bibliotecas tem como objetivo central o atendimento aos usuários para disponibilizar o acesso amplo de materiais e serviços, com redução de custos.

Castells (2002) afirma que a rede é um conjunto de nós interligados. No mundo atual, as funções e os processos dominantes organizam-se cada vez mais em torno de redes, favorecendo, assim, as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. O autor avalia que pertencer a uma rede é mais vantajoso do que não lhe pertencer.

A temática sobre o trabalho em sistemas de bibliotecas escolares não é recente e tornou-se um desafio para quem sente necessidade em trabalhar em prol da educação. Assim, percebe-se o campo com várias possibilidades, desde sair da letargia histórica muito relatada na literatura da área, até acreditar em um campo que pode assumir uma postura de protagonista em especial na educação e no campo de políticas públicas (BARBOSA, 2017:1.747).

Para Carvalho (2017), quanto à apresentação das redes de biblioteca, elas podem ser categorizadas por diferentes aspectos: tipologia, funções, benefícios e planejamento. Destacamos aqui alguns benefícios de participação, pois, segundo a autora, as vantagens de se participar de redes são maiores do que não participar porém nem sempre são percebidas e valorizadas pelas instituições que as mantêm e até pelos próprios participantes das bibliotecas. Vejamos:

- [...] • defesa dos interesses das bibliotecas junto a órgãos governamentais, técnicos, profissionais;
- experiência de compartilhamento e colaboração em coleções, serviços e projetos em nível nacional e regional;

- assistência na migração de registros catalográficos e criação de repositórios digitais;
- participação em programas de desenvolvimento profissional, como educação continuada, acesso a consultores e especialistas, acesso a ferramentas de comunicação (wikis, blogues, listas etc.), integração em comitês, grupos de trabalho e fóruns para compartilhar conhecimentos e discutir assuntos de interesse e solução de problemas;
- utilização de múltiplos canais de comunicação para manter os membros regularmente informados;
- gestão profissional a cargo de especialistas com dedicação exclusiva para orientar a biblioteca naquilo que for preciso para obter os melhores resultados da sua atuação na rede.

[...]

Entre os benefícios oferecidos às instituições encontram-se:

- melhoria da avaliação institucional e do nível de aprendizagem, aumento da produtividade de pesquisadores, professores e funcionários através do acesso às vastas coleções das bibliotecas participantes, que proporcionam igualdade de acesso aos recursos eletrônicos para todas as instituições membro;
- redução de custos para compra em escala, pelo compartilhamento de custos e gestão profissional;
- aquisição compartilhada de sistema de automação de biblioteca, veículos e instalações para armazenamento;
- uso de tecnologia para interligar todas as bibliotecas, evitando duplicação de infraestrutura e pessoal por parte das instituições (CARVALHO, 2017:184-185).

Pesquisadores na área de biblioteca escolar (CAMPELLO, 2003; CASTRO FILHO, 2016; MORO e ESTABEL, 2011) ressaltam a lacuna na preparação pedagógica, nas competências do profissional bibliotecário, na falta de políticas públicas e também o descaso dos órgãos competentes para solução dos problemas. Evidenciam ainda a importância da rede de bibliotecas escolares.

Figueiredo (2004) apresenta o Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Portugal, criado em 1987. O contexto da sua criação e desenvolvimento focou os desafios que a sociedade da informação impôs às bibliotecas públicas; evidenciando a importância da política nacional para o setor caminhar com um novo ritmo e objetivando atualizar a biblioteca pública portuguesa e a própria rede no sentido de dotá-la da qualidade de rede informacional.

Quando falamos desta rede estamos a falar de um conjunto de equipamentos culturais criados com base num denominador comum que podemos caracterizar do seguinte modo: a adoção por todos os intervenientes de um mesmo conceito de biblioteca pública, um programa base e uma metodologia para a sua execução comum a todas as bibliotecas, e a parceria estabelecida entre a administração central e local para a concretização, no terreno, de uma política para as bibliotecas públicas (FIGUEIREDO, 2004:65).

No ano de 1996, também em Portugal, foi criado o Programa Nacional Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), com legislação própria em conjunto com o Ministério da Educação e o

Ministério da Cultura. O objetivo da RBE era implantar bibliotecas em todas as escolas de ensino básico alinhadas com diretrizes de organizações internacionais, como Ifla e Unesco. As linhas de orientação técnica e funcional para as bibliotecas delimitavam cinco parâmetros principais. São eles: “[...] recursos humanos e formação, recursos físicos, funcionamento e animação, gestão e apoio da RBE, e Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares” (PORTUGAL, 2009:22).

No Chile, também houve padronização na gestão das bibliotecas tanto nas escolas públicas como nas escolas de ensino privado. Em 1993, foram instituídos os Centros de Recursos para o Aprendizado (CRA). Os CRA estruturam-se considerando diferentes âmbitos de gestão: “[...] definição da Biblioteca Escolar CRA; usuários; espaço; coleção; equipe de trabalho; gestão pedagógica; gestão administrativa; redes e cooperação, com a finalidade apoiar o processo de ensino/aprendizagem, o incentivo à leitura e a educação de usuários” (CHILE, 2011).

Segundo Limas e Campello (2017), no Brasil, ainda não existe implementada uma rede única de bibliotecas escolares. Esclarecem que isso se deve à grande dimensão do país e às diferenças regionais e locais, porém as redes vêm se organizando em âmbito local, nos municípios ou em sistemas particulares de ensino.

As redes surgiram como forma de rever a biblioteca escolar e seu papel, em um esforço de inseri-la no sistema de ensino. Este surgimento ocorreu a partir da segunda metade da década de 1990, impulsionado por contextos de transformação e movimentos mais amplos de reformas nos sistemas de ensino municipais, tendo como um dos pontos centrais a possibilidade de serem alternativa para superar a infraestrutura precária das bibliotecas escolares (LIMAS e CAMPELLO, 2017:9).

Para dar suporte à implantação e investimento em bibliotecas, a International Federation of Library Associations and Institutions (2016) também definiu, nas Diretrizes para a Biblioteca Escolar, orientações aos governos, associações de bibliotecas, escolas, diretores de escolas e comunidades escolares, enfatizando a relevância das bibliotecas escolares em resultados positivos nos sistemas educativos locais, além das necessidades de informação da comunidade escolar de acordo com os aspectos característicos específicos da comunidade:

Sendo da responsabilidade das autoridades locais, regionais ou nacionais, a biblioteca escolar deve ser apoiada por legislação e políticas específicas. As bibliotecas escolares devem ter meios financeiros suficientes para assegurar a existência de pessoal com formação, documentos, tecnologias e equipamentos e ser de utilização gratuita (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016:25).

Especificamente nos investimentos em políticas públicas, a IFLA definiu:

Para garantir a atualização e vitalidade da coleção de recursos educativos e informativos de uma biblioteca escolar, é necessária uma dotação orçamental adequada, tendo em conta a realidade local. As despesas de orçamento devem estar relacionadas com o que projeto educativo da escola prevê para a biblioteca e traduzir-se num investimento na formação dos alunos,

professores e pessoal não docente (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016:28).

Percebe-se, assim, que não somente para o funcionamento das bibliotecas escolares bem como para as redes integradas se consolidarem, é necessário um investimento em políticas públicas, recursos humanos e também legislação própria.

[...] pontos como legislação e documentação, dotação orçamentária, recursos humanos, entre outros, necessitam ser mais bem articulados para que as redes se estruturam [...]. O fortalecimento da biblioteca escolar, no âmbito do setor público, depende em grande parte de políticas públicas. Conclui-se, nesse aspecto, que as atividades de suporte à rede necessitam ser mais bem consolidadas para que atividades meio e fim consigam otimizar a contribuição da biblioteca escolar no meio educacional (CAMPELLO, 2003:17).

Diante do exposto, pode-se inferir que as redes de bibliotecas escolares são eficazes para o compartilhamento de valores, ideias, competências e serviços. Além disso, passaram a ter estratégia privilegiada para trazer inovações e valor agregado como um todo e para cada biblioteca, em particular, para as escolas e sociedade em geral.

Biblioteca escolar em rede: a implantação do projeto piloto da rede de biblioteca em Vila Velha/ES

A biblioteca escolar possui singularidade e potência no processo educativo dos alunos. Quando bem estruturada, administrada e cumprindo sua missão pedagógica, trará resultados positivos no processo ensino-aprendizagem. Mas, como as redes de biblioteca escolar podem fortalecer e qualificar as bibliotecas como ambiente significativo de aprendizagem?

Assim, o projeto piloto balizador do estudo de caso teve como referência a Rede de Bibliotecas Escolares do município de Vila Velha/ES. O Sistema de Ensino conta com 101 escolas: 38 são Unidades de Ensino Infantil e 63 Unidades de Ensino Fundamental.

O projeto piloto da pesquisa demonstrou as contribuições de redes de biblioteca escolar no município de Vila Velha/ES, considerando as dimensões pedagógica e organizacional.

Na dimensão pedagógica, fez-se necessário discutir as leis, diretrizes e normativas da educação que apontam caminhos para a contribuição das bibliotecas no processo ensino-aprendizagem; além da ação da biblioteca e do bibliotecário no ambiente educativo.

Já na dimensão organizacional, as discussões enquadram-se em torno dos âmbitos: de gestão (processos); de políticas (regulamentação, âmbito de atuação, comunidade interna e externa, social); de infraestrutura (ambiente e recursos); de produtos e serviços prestados à comunidade escolar.

Um dos documentos norteadores foi o Grupo de Estudo em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que produziu, no ano de 2016, diretrizes para subsidiar a biblioteca escolar como produção do conhecimento que aponta os parâmetros para as bibliotecas escolares como instrumentos de avaliação e de

planejamento. Esse grupo considera as especificidades de cada escola, sugerindo metas para cada um dos itens especificados, os quais incluem horário de funcionamento, espaço físico, mobiliários e equipamentos, acervo, organização do acervo, computadores, serviços e atividades. Para cada um desses, detalha diversas condições de atendimento.

Os sistemas de ensino público e privado no Brasil têm suas organizações e estruturas estabelecidas nas Leis e Diretrizes federais, estaduais e municipais. Percebe-se que as legislações vigentes orientam o funcionamento das bibliotecas escolares de forma muito superficial e abrangente, a exemplo da Lei Federal nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas.

Nesses sistemas, estão inseridas as bibliotecas escolares que funcionam independentes ou ligadas a uma coordenação central. A tendência é que os resultados do trabalho sejam mais exitosos, quando os bibliotecários estão ligados a uma rede e têm uma coordenação para subsidiar e apoiá-los, diferentemente daqueles que trabalham isolados. A cooperação bibliotecária, a troca de experiências e a integração dos profissionais influenciam diretamente para se alcançar a missão e os objetivos da biblioteca.

Percebe-se, também, que a gestão administrativa da rede de bibliotecas escolares contribui para a capacitação dos bibliotecários na área da educação, na interlocução dos estudos no campo pedagógico, no qual esses estudos são relevantes para os profissionais da biblioteconomia.

Os padrões relativos aos recursos humanos para as bibliotecas escolares variam de acordo com o contexto local, sendo influenciados pela legislação, o desenvolvimento econômico e a infraestrutura educacional. No entanto, a pesquisa internacional de mais de 50 anos indica que os bibliotecários escolares necessitam de educação formal no âmbito da biblioteconomia escolar e do ensino em sala de aula, a fim de desenvolver a competência profissional necessária para as funções complexas de ensino, leitura e desenvolvimento da literacia, gestão da biblioteca escolar, colaboração com os docentes e envolvimento com a comunidade educativa [...]. Assegurar que todos os alunos e professores têm acesso a serviços e programas de biblioteca escolar eficazes, levados à prática por profissionais qualificados. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016:10).

A proposta é que a inserção do projeto piloto apresentado neste estudo contribua para a Ciência da Informação e Biblioteconomia, reconhecendo a importância da rede de bibliotecas escolares em todos os âmbitos apresentados.

Resultados da implantação do projeto piloto

No ano de 2013, teve início o processo de revitalização das bibliotecas com a criação no organograma da Secretaria de Educação, do Setor de Coordenação, administrado por um profissional bibliotecário. A atuação da equipe trabalha para garantir a formação do leitor, profissionais bibliotecários capacitados e especializados e também a construção bibliotecas atrativas e funcionais.

O primeiro momento foi realizar o mapeamento dos espaços físicos e recursos humanos das 58 bibliotecas. A partir daí, fez-se um diagnóstico das bibliotecas e plano de ação.

Das ações iniciais, o resultado alcançado foi elaborado o documento “Guia para organização das bibliotecas escolares”(BARBOSA, 2013), com o objetivo de orientar, detalhar e especificar todas as demandas e procedimentos técnicos que uma biblioteca escolar precisa para seu funcionamento. Desde então, os produtos, serviços e o processamento técnico passam por um processo de padronização. A rede de bibliotecas possui um *software* de gestão das bibliotecas e uma Política de Desenvolvimento de Coleções.

Também como resultado alcançado, o planejamento anual baseado no Projeto Político-Pedagógico (PPP), a equipe das bibliotecas elabora um Projeto Institucional que norteia as práticas pedagógicas e culturais das bibliotecas durante o ano letivo, como as propostas e atividades a serem executadas. Com esse projeto, busca-se o envolvimento e a parceria com os setores pedagógicos da Semed e os atores das escolas, como professores, diretores, pedagogos, dentre outros.

Um dos projetos em destaque é o “Entre Versos e Rimas” que, desde 2015, promove a democratização da cultura capixaba. O projeto acontece nas escolas anualmente, quando todos os alunos e servidores da rede municipal de ensino são estimulados e convidados a participar por meio das suas produções textuais e artísticas. Como resultado do projeto, anualmente, é publicado um livro com a seleção das melhores produções de acordo com a idade escolar, composto por poesias, memórias literárias, crônicas, artigos de opinião, desenhos e fotografias. A divisão por idade é feita da seguinte forma: alunos da educação infantil (5 anos), alunos do 1º ao 9º ano (6 a 14 anos), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e servidores da Educação. O livro é distribuído gratuitamente entre os participantes e também para as bibliotecas escolares, municipais e estadual. No ano 2019, foram impressos 2.500 exemplares.

Institucionalizou as visitas técnicas *in loco* às unidades de ensino, pela equipe de coordenação das bibliotecas, com o objetivo de acompanhar e monitorar o trabalho desenvolvido pelos bibliotecários e auxiliares, solucionar problemas, detectar falhas, apontar melhorias e ações preventivas.

No âmbito de investimento em políticas públicas, elaborou previsão orçamentária com investimentos financeiros, no qual anualmente estão sendo adquiridos para todas as bibliotecas: acervo atualizado, mobiliários novos, computadores com internet e outros equipamentos necessários para o bom funcionamento e prestação de serviços com qualidade.

Para ampliação e fortalecimento das bibliotecas, o município realizou algumas ações. Dentre elas: ampliou o número de vagas para o cargo de bibliotecário, passando de 20 vagas para 58; incluiu um capítulo na Resolução de Diretrizes para o Ensino Fundamental que trata das bibliotecas; assegurou o funcionamento das bibliotecas com o profissional bibliotecário, tendo em vista alcançar as várias metas no Plano Municipal de Educação e no Documento Curricular de Vila Velha.

Como resultado para as ações educativas, e, com o intuito de aproximar as questões pedagógicas da prática do bibliotecário, são realizados cursos e formação continuada durante todo ano para capacitar os bibliotecários e facilitar sua atuação nas escolas.

Atualmente, a rede municipal de ensino de Vila Velha conta com 61 bibliotecas escolares nas Unidades de Ensino Fundamental. Atuam nessas escolas 52 bibliotecários e 30 auxiliares de biblioteca.

Considerações finais

Neste estudo apresentado, é evidenciada a importância da criação e fortalecimento das redes de biblioteca escolar para o futuro promissor das bibliotecas escolares, além de sua contribuição de práticas significativas de aprendizagem e potencialização no processo educativo.

Pode-se inferir, em uma visão micro, que a implantação do projeto piloto no município de Vila Velha resultou em um trabalho exitoso, no entanto ainda se têm muitas metas e desafios a serem atingidos, como a necessidade de concurso público, com previsão para o ano 2020, a melhoria nas condições de trabalho, melhoria dos espaços das bibliotecas. Acredita-se na possibilidade de avanço nas políticas públicas e almeja-se que o legado do trabalho desenvolvido na rede de ensino do município possa se tornar referência como campo de possibilidades na área da Biblioteconomia e da Educação.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Eliana Terra

2017 Boas práticas do gerenciamento das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha-ES. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27º, Fortaleza, 2017 – *Anais...* [Em linha]. Fortaleza: FEBAB, 2017, vol. 26, p. 1.747-1.752. [Consult. 23 jan. 2019]. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1746>.

BARBOSA, Eliana Terra

2013 *Guia para organização das bibliotecas escolares*. Vila Velha: Prefeitura de Vila Velha, 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia

2018 *Resolução nº 199, de 3 de julho de 2018*. [Em linha]. 2010. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares [Consult. 20 jan. 2019]. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1313/1/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20199%20Par%C3%A2metros%20para%20a%20Biblioteca%20Escolar.pdf>.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia

2008 *Projeto mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público*. [Em linha]. Brasília: CFB, 2008. [Consult. 23 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/9-PROMOBILFINAL.pdf>.

BRASIL. Constituição, 1988

1988 *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. [Em linha]. Brasília/DF: Presidência da República, 1988. [Consult. 20 jan. 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2010 *Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010*. [Em linha]. 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. [Consult. 20 jan. 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2010/Lei/L12244.htm.

BRASIL. Ministério de Educação

2016 *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. 2ª versão revista. [Em linha]. Brasília: MEC, Consed, Undime, 2016. [Consult. 20 jan. 2019]. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura

1996 *LDB: Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. [Em linha]. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. [Consult. 20 jan. 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

CAMPELLO, Bernadete Santos

2003 A Competência informacional na educação para o século XXI. In CAMPELLO, *et al.* - *A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de

2017 Redes de bibliotecas: considerações para o desenvolvimento. In LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Ribeiro Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira, org. - *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2017, cap. 7, p. 177-196.

CASTELLS, Manuel

2002 *A Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTRO FILHO, Marcondes Claudio de

2016 As Competências, os perfis e os aspectos sociais do bibliotecário na educação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:2 (maio/ago. 2016). [Consult. 19 jan. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643650>.

CHILE. Ministério de Educación de Chile

2011 *Estándares para las bibliotecas escolares CRA*. [Em linha]. Santiago de Chile: Gráfica Puerto Madero, 2011. [Consult. 28 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.leechilelee.cl/recursos/gestion-bibliotecas-escolares-cra>.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice

2004 Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: atualizar para responder a novos desafios. *Cadernos BAD: revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. 1:1 (2004) 60-72.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2016 *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. [Em linha]. 2016. [Consult. 20 jan. 2019]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>.

KENT, A.

1979 Network anatomy and network objectives. In KENT, A.; GALVIN, T. J., ed. - *The Structure and governance of library networks*. New York: Marcel Dekker, 1979, cap. 1, p. 2-18.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de; CAMPELLO, Bernadete Santos

2017 Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. *Biblioteca Escolar em Revista*. [Em linha]. 5:2 (2017) 21-42. [Consult. 29 jan. 2019]. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/berev/article/download/113284/125584>.

MORO, Elaine Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil

2011 Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. In *Biblioteca escolar: presente!* Porto Alegre: Evangraf, 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

1985 *Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares*. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares, FEBAB, 1985.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

2009 *Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares*. [Em linha]. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, 2009. [Consult. 28 jan. 2019]. Disponível em: www.rbe.min-educ.pt/np4/file/31/978_972_742_3194.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar

2016 *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares*. [Em linha]. Belo Horizonte: UFMG, 2016. [Consult. 22 jan. 2019]. Disponível em:
<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Cartilha-biblioteca-escolar.pdf>.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim

2017 O Perfil das bibliotecas contemporâneas. In LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Ribeiro Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira, org. - *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2017, cap. 1. p. 19-42.

VALERA OROL, C.; GARCIA MELERO, L. A.; GONZALEZ GUITIAN, C. G.

1988 Redes de bibliotecas. *Boletín de La ANABAD*. [Em linha]. 38:1-2 (1988) 215-242. [Consult. 28 jan. 2019]. Disponível em:
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=210>.

Eliana Terra Barbosa | elianaterra@hotmail.com

Sistema de Bibliotecas de Viva Velha/ES

Gleice Pereira | gleiceufes@gmail.com

Departamento de Biblioteconomia e Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo

PROMOÇÃO DA LEITURA NO ENSINO SECUNDÁRIO: os projetos individuais de leitura em Literatura Portuguesa

PROMOTION OF READING IN HIGH SCHOOLS: individual reading projects in Portuguese Literature

Ana Eustáquio | Teresa Cardoso

Resumo: Na sociedade atual, a promoção da leitura constitui um imperativo, tendo em conta os seus benefícios para a formação dos indivíduos e para o sucesso escolar, pelo que deve mobilizar a escola no sentido de renovar o ensino e a aprendizagem da leitura, especialmente da leitura literária, a mais deficitária. Esta necessidade é especialmente relevante no ensino secundário, considerando que os hábitos de leitura decrescem à medida que os jovens avançam na idade. No nosso estudo, procurámos colmatar a situação de carência de hábitos de leitura numa turma de 10.º ano de Literatura Portuguesa, através da aplicação de um projeto de investigação-ação, de acordo com a metodologia de projeto. O projeto de leitura em causa foi desenhado segundo princípios inerentes a modalidades de fomento da competência leitora comumente designadas por oficinas de leitura, clubes ou círculos de leitura, clubes do livro, clubes virtuais de leitura ou comunidades de leitores, e aplicado durante o ano letivo de 2017-2018.

Palavras-chave: Ensino secundário; Leitura literária; Metodologia de projeto; Projeto de leitura

Abstract: Nowadays, the promotion of reading is imperative, given its benefits for the education of individuals and for school success, so it should mobilize the school to renew reading teaching and learning methods, especially literary reading, the most deficient skill. This need is especially relevant in high schools, as reading habits decrease as young people age. In our study, we tried to tackle the lack of reading habits in a 10th grade Portuguese Literature class by applying an action-research project, according to the project methodology. The reading project we developed was designed according to principles inherent to reading modalities usually referred to as reading workshops, reading clubs or circles, book clubs, virtual reading clubs or reader communities. It was applied during one school year - 2017/2018.

Keywords: High schools; Literary reading; Project methodology; Reading project

1. Introdução

Atualmente, reconhecemos a necessidade de se instaurarem novos ecossistemas de aprendizagem, que respondam eficazmente à diversidade dos atores educativos, à proliferação dos seus interesses e ofertas, bem como ao enorme volume de informação disponível. Neste contexto, a aprendizagem das literacias digitais, mediáticas e da informação é imprescindível, porém as literacias clássicas, como a leitura, a escrita e o cálculo não perderam a sua relevância e continuam a ocupar um lugar central na aprendizagem. No que respeita à leitura, os desafios educativos são enormes, tendo em conta as exigências da sociedade e as características dos novos leitores, em particular dos jovens dos 14 aos 18 anos, bem como a organização e práticas de ensino e aprendizagem da leitura na escola, especialmente da leitura literária no ensino secundário.

Assim, a intervenção na realidade escolar, de forma concreta e informada, com vista à promoção da leitura é muito pertinente, o que comprovámos numa turma de Literatura Portuguesa, do 10.º ano, do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades, que revelava diminutos hábitos de leitura, e na qual interviemos com vista a alterar a situação. O projeto de investigação-ação desenvolveu-se no âmbito da dissertação do curso de

Mestrado em Gestão de Informação e Bibliotecas Escolares, tendo o trabalho de campo decorrido no ano letivo de 2017-2018.

O presente texto dá conta daquele projeto, estruturando-se em cinco momentos: introdução, fundamentação teórica, objetivos, metodologia, resultados e considerações finais. Quanto à fundamentação teórica, refletimos sobre as características dos leitores dos 14 aos 18 anos e os seus hábitos de leitura, a leitura literária na escola, tanto a nível do currículo, como a nível da escola e da ação da biblioteca escolar (BE), destacando-se a importância dos projetos de leitura (especialmente o projeto de leitura da disciplina de Português e o projeto individual de leitura de Literatura Portuguesa). A finalidade, retirada do programa, e os objetivos que guiaram todo o projeto estão destacados no ponto 3. A abordagem da metodologia focou a problemática e a questão de investigação, assim como os conceitos de investigação-ação e metodologia de projeto e os procedimentos de recolha e tratamento de dados. Finalmente, apresentamos os resultados obtidos e fazemos algumas considerações sobre os efeitos do projeto.

2. Fundamentação teórica

A leitura, mormente a leitura literária, é uma competência imprescindível para a formação dos indivíduos e para o seu sucesso escolar. Na verdade, tal como afirmam Lages *et al.*, “a leitura é fonte de conhecimento, [...] nela desenvolvemos e afirmamos o gosto estético, [...] através dela aprendemos a melhor nos exprimirmos, [...] por ela criamos imagens do mundo com implicações diretas no que somos e na imagem que de nós damos aos outros e que para nós próprios fazemos” (2007: 9); a leitura é igualmente indispensável ao exercício de uma cidadania plena (SIM-SIM, 2002:2-3; DIONÍSIO, 2004:71). Acresce que a falta de leitura não é fator de insucesso e de *deficit* de cidadania e de desenvolvimento humano apenas a longo prazo, mas também é um impedimento ao bom aproveitamento escolar (TORNERO, 2011; CLARK, 2016).

Os benefícios da leitura são, pois, vastos, seja a nível das competências cognitivas e linguísticas, seja a nível da amplificação e aprofundamento da mundividência, seja ainda a nível do desenvolvimento humano, emocional, intelectual e social (PURVES, ROGERS e SOTER, 1995; CULLINAN, 2000; KRASHEN, 2004; MENEZES, 2010; SILVEIRA, 2014; YOPP e YOPP, 2014). Contudo, importa realçar que a competência crucial para aquele desenvolvimento intelectual, emocional, social, cultural e linguístico é a competência literária, que se adquire depois da apropriação da competência de leitura compreensiva, segundo um processo cumulativo (PURVES, ROGERS e SOTER, 1995; CERRILLO, 2007). A competência literária, de facto, é aquela que permite o prazer de ler, prazer este que resulta da aquisição de um conhecimento profundamente enraizado não só no discernimento, mas também nas emoções e nos afetos, promotor da ampliação do conhecimento, do acesso ao saber e da compreensão de outros mundos e culturas. Este prazer é imprescindível para formar leitores para a vida, que leiam com gosto e discernimento na escola, fora da escola e para além da escola (PURVES, ROGERS e SOTER, 1995; CEIA, [2008?]; CERRILLO, 2007; SILVA, 2010; DUARTE, 2012).

Aqueles benefícios parecem estar pouco acessíveis aos jovens dos 14 aos 18 anos, se considerarmos os seus hábitos de leitura. Este grupo etário apresenta acrescidos problemas no que respeita à leitura, pois, como mostram vários investigadores e estudos, os hábitos

de leitura diminuem à medida que os jovens avançam na idade (CULLINAN, 2000; CASTRO e SOUSA, 1996 *apud* MENEZES, 2010; CLARK, 2016). Os jovens desta faixa etária apresentam características distintivas, constituindo um nicho cultural, na perspetiva de Lages *et al.* (2007). Estes integram-se no quarto estágio de Chall, designado por “pontos de vista diferenciados” (LAGES *et al.*, 2007:6). Neste estágio, o recetor tem de tratar de mais do que um ponto de vista, de modo a mobilizar “planos diferenciados de factos e conceitos que se acrescentam aos aprendidos anteriormente” (LAGES *et al.*, 2007:6); os autores acrescentam que estes alunos aprendem através do estudo de textos escolares e de ficção mais madura, de jornais e de revistas. Cerrillo (2007:109-111)¹, por seu lado, identifica seis estádios de desenvolvimento da leitura, inscrevendo-se os jovens, a partir dos 15 anos, no estágio de maturação, altura em que já estão aptos a ler os mesmos géneros que os adultos, devendo-se, no entanto, relevar a seleção de temáticas, que devem estar relacionadas com o conhecimento do mundo e a consciência social; os jovens de 14 anos, segundo este autor, estão ainda no estágio das operações formais, sendo os livros mais adequados aqueles que incidam sobre questões do interesse dos estudantes, por exemplo, desporto, narrativas com base em factos reais, históricos ou atuais, obras que provoquem surpresa e *suspense*.

O *deficit* de competência de leitura é especialmente visível na leitura literária (CERRILLO, 2007; SILVEIRA, 2014), o que constitui um grande desafio para as escolas e os decisores políticos. Assim, para além da leitura analítica, urge desenvolver a leitura estética e o gosto pelos livros, de modo a formar leitores para a vida (PURVES, ROGERS e SOTER, 1995; CEIA, [2008?]; SILVA, 2010; DUARTE, 2012). Os programas de Português (BUESCU *et al.*, 2014) e Literatura Portuguesa (COELHO, 2001) em vigor fomentam várias modalidades de leitura, incluindo a leitura extensiva, de cariz estético; incluem também projetos de leitura, que alargam o cânone e promovem a diversidade de leituras, particularmente o projeto individual de leitura (PIL), de Literatura Portuguesa.

Os projetos de leitura são meios eficazes de promover os hábitos de leitura, sejam restritos (leitura dos clássicos – COLOMER, 2001; LLUCH *et al.*, 2017), sejam mais abrangentes (oficinas de leitura, clubes ou círculos de leitura, clubes do livro, clubes virtuais de leitura, comunidades de leitores – SOUSA, 2007; TORRE, 2012; KITTLE, 2013; AZEVEDO, 2014; GALLAGHER, 2015; ATWELL e MERKELL, 2016). Estes podem fomentar a dimensão social da leitura, na medida em que propiciam a escolha, o encontro com títulos intrigantes que convidam à leitura, tempo para ler e uma cultura de valorização da leitura partilhada por todos, professores e alunos/colegas (ATWELL e MERKELL, 2016); logo, permitem a criação de uma comunidade de leitores, aliando duas dimensões da leitura: a leitura individual e a leitura social. A socialização da leitura é, igualmente, fomentada pelo recurso às TIC e redes sociais, com destaque para os blogues e o Facebook (MATA, 2009; TORRE, 2012; LLUCH *et al.*, 2017).

A biblioteca escolar é um recurso educativo indispensável para a promoção da leitura e o desenvolvimento de projetos de leitura disciplinares ou de escola, tal como indicam o

¹ Cerrillo (2007:104-111) identifica e caracteriza seis estádios: 1 Sensoriomotor – 0 aos 2 anos; 2 Pré-operacional; 3 aos 6 anos; 3 Operações concretas I – 7 aos 8 anos; 4 Operações concretas II – 9 aos 11 anos; 5 Operações formais – 12 aos 14 anos; 6 Maturação – a partir dos 15 anos.

Manifesto da biblioteca escolar e as diretrizes da IFLA (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015), o quadro estratégico da Rede de Bibliotecas Escolares (PORTUGAL, 2013) e o referencial *Aprender com a biblioteca escolar* (CONDE *et al.*, 2017), não só assegurando o volume, a diversidade e a adequação da coleção às necessidades do processo de ensino e aprendizagem, mas também fomentando práticas pedagógicas colaborativas. Estas práticas, destinadas a criar leitores entusiastas e qualificados, leitores para a vida, podem agrupar-se em três modalidades: a divulgação da leitura, que não implica obrigatoriamente o envolvimento direto do público-alvo na leitura propriamente dita; a animação para a leitura, constituída por atividades que despertem afetos conducentes à vontade de ler e à sua prática; e a animação da leitura, que visa desenvolver as competências crítico-analíticas, pressupondo a leitura intermediada por uma atividade (Silveira, 2014). Ressalve-se, no entanto, que as atividades propostas aquando da leitura de obras extensas não devem interromper o fluxo da leitura (KRASHEN, 2004; KITTLE, 2013).

Concluída a apresentação dos principais fundamentos teóricos que enquadram o nosso estudo, considera-se, no ponto seguinte, os respetivos objetivos, questões e finalidade e resultados esperados.

3. Objetivos

Tendo em conta o programa da disciplina de Literatura Portuguesa e o problema específico diagnosticado – a falta de hábitos de leitura dos jovens do ensino secundário, concretamente de uma turma de Literatura Portuguesa do 10.º ano –, formularam-se as questões de investigação e definiram-se a finalidade e os objetivos orientadores do estudo em curso, como a seguir se explicita.

As questões de investigação podem ser aglutinadas na seguinte pergunta:

- Como promover o gosto pela leitura e formar leitores para a vida no ensino secundário, nomeadamente, através de projetos individuais de leitura?

Relativamente à principal finalidade, pode ser enunciada a partir de Coelho (2001: 9), a saber: formar leitores reflexivos, confiantes e autónomos que leiam com emoção e discernimento, na Escola, fora da Escola e para além da Escola, conscientes das suas escolhas e dos seus gostos.

Quanto aos objetivos, identificaram-se três específicos:

- Promover, consolidar e valorizar as leituras autónomas dos discentes;
- Diversificar e aprofundar as experiências de leitura de livros, mobilizando a razão, a emoção, o conhecimento do mundo e a socialização;
- Promover o recurso à biblioteca para resolver necessidades de leitura e de diálogo com outros leitores.

No que diz respeito aos resultados esperados, decorrentes do nosso estudo, antecipam-se nomeadamente:

- a leitura autónoma;
- a leitura de livros, mobilizando a razão, a emoção, o conhecimento do mundo e a socialização;
- o recurso à biblioteca para suprir necessidades de leitura e diálogo com outros leitores.

No ponto seguinte, consideram-se os fundamentos metodológicos que sustentam o nosso estudo.

4. Metodologia

Este estudo, empreendido pela professora que se deparou com um problema concreto ao qual era imperativo dar resposta, enveredou por uma abordagem designada por investigação-ação, adequada aos profissionais que querem compreender e aperfeiçoar o seu desempenho durante um certo tempo (Bell, 2010). Esta abordagem metodológica tem um carácter essencialmente prático e visa a mudança, implicando tanto o investigador como os participantes no estudo e conciliando métodos qualitativos e quantitativos, ainda que privilegiando os primeiros (BOGDAN e BIKLEN, 1994; BELL, 2010; GUERRA, 2010; FREIXO, 2012).

No contexto da investigação-ação, revelou-se muito adequada a metodologia de projeto que, segundo Guerra (2010:120), “pretende, simultaneamente, obter conhecimento e alterar os contextos de acção, sendo claramente uma metodologia de pesquisa-acção”. Ainda de acordo com esta especialista, a metodologia de projeto “deverá ser entendida como uma metodologia científica de intervenção tendo por base uma ordem lógica de operações sequentes” (GUERRA, 2010:119). Um projeto será, assim, “a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder.” (GUERRA, 2010:126) Marques (2014:28 *apud* PESTANA, 2015:36) também assinala a vontade de alterar a situação presente como justificadora de um projeto: “um conjunto de ações elementares ordenadas, revestindo um carácter de transitoriedade, consumindo recursos relevantes e cuja realização deve originar uma mudança para uma situação qualitativa e quantitativa superior”.

Foi com estes pressupostos que se desenhou o projeto de leitura na turma de Literatura Portuguesa lecionada pela primeira autora deste texto, considerando que a situação da leitura na turma e o sucesso na correspondente rubrica do programa poderiam melhorar. O projeto foi organizado em quatro fases, conforme Serrano (2008:26): diagnóstico, planificação, aplicação/execução e avaliação. Embora estas etapas ocorram em momentos distintos, o ciclo avaliativo acompanha todo o processo, integrando três etapas: a avaliação diagnóstica (avaliação das necessidades), que é uma avaliação inicial, *ex-ante*; a avaliação formativa (avaliação do processo), que é uma avaliação de acompanhamento, *on going*; a avaliação sumativa (avaliação dos resultados ou do impacto), que é uma avaliação final, *ex-post* (FREITAS, 1999; SERRANO, 2008; CAPUCHA, 2008; GUERRA, 2010; MIRANDA e CABRAL, 2017).

A avaliação diagnóstica, ou das necessidades, permitiu conhecer a amplitude do problema concreto – a falta de hábitos de leitura de uma turma de 10.º ano, de Literatura Portuguesa,

incompatível com as exigências do programa – e enquadrá-lo numa problemática mais vasta – a promoção da leitura entre os jovens dos 14 aos 18 anos –, que formulámos através da pergunta de investigação já referida, que nos orientou desde o início.

Foi ainda nesta fase de diagnóstico que procedemos à revisão da literatura sobre a problemática e averiguámos a pertinência e adequação do projeto, tendo em conta o programa, o contexto e os recursos disponíveis, através da análise dos documentos oficiais nacionais (programa da disciplina) e locais (Projeto Educativo do Agrupamento, Projeto de Ação da Turma e critérios de avaliação); verificámos, igualmente, as existências da biblioteca que poderiam suprir as necessidades de leitura, concluindo que eram suficientes, apesar de a coleção de monografias não incluir todos os livros indicados na lista do programa de Literatura Portuguesa e de a escola não possuir, à data, equipamentos de leitura digital (*tablets* ou *ereaders*). Em suma, nesta fase assumiram-se os pontos fortes do projeto, nomeadamente a sua pertinência científica e curricular e a sua exequibilidade, bem como as suas potencialidades enquanto projeto de investigação-ação que, no terreno, poderia usufruir quer das orientações académicas, quer das ofertas da biblioteca escolar, inserida na rede nacional – RBE. E, por outro lado, os pontos fracos, designadamente a falta de hábitos de leitura dos sujeitos e de diversidade de recursos, que poderiam ser ultrapassados, no primeiro caso através da mudança que o projeto pretendia operar, no segundo, através da promoção de variadas leituras, integradoras das escolhas dos jovens. As ameaças ao projeto situavam-se ao nível da cultura do Agrupamento, não explicitamente favorável a estas iniciativas pedagógicas, assim como da colaboração das várias entidades que deveriam conceder as devidas aprovações e autorizações em tempo útil.

Numa segunda fase, estabelecida a amostra e a duração do projeto (a amostra foi constituída por 15 alunos de uma turma de 10.º ano de Literatura Portuguesa, que participou no projeto durante o ano letivo de 2017/2018), formularam-se a principal finalidade, os objetivos específicos e os resultados esperados, destacados no ponto 3 deste texto.

Tendo em conta que a planificação resulta do diagnóstico e corresponde à fase em que se definem as orientações do projeto e se estabelecem as linhas gerais de intervenção (CAPUCHA, 2008:22), depois de formulados os objetivos, seleccionámos as atividades, organizadas em sessões presenciais e *online*, segundo procedimentos informados pela literatura da área, com destaque para as oficinas, clubes ou círculos de leitura, clubes do livro, clubes virtuais de leitura ou comunidades de leitores, anteriormente referidos. Para elaborarmos o cronograma, aplicámos a técnica designada por gráfico de Gantt, que, no entender de Miranda e Cabral (2017), é muito útil para a planificação destas atividades, pois permite a indicação de tarefas mais ou menos pormenorizadas, conforme a decisão do investigador; no nosso caso, este deveria ter a flexibilidade necessária para se adaptar à imprevisibilidade inerente ao decurso de qualquer ano letivo (Quadro 1).

Quadro 1 – Cronograma das atividades do Projeto Individual de Leitura (PIL)

Atividades/Calendarização	2017				2018					
	Set	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
1. Visita à biblioteca: conhecimento da Classe 8 e do serviço de requisição; seleção de livros para o PIL										
2. Guião de trabalho										
3. Leitura silenciosa Registo de notas, ficha de leitura e trabalho de escrita autónomo										
4. Fórum de leitores (partilha de leituras e de pesquisas de notícias, imagens ou outros registos relacionados com a leitura)										
5. Pesquisa de dados sobre o autor e a obra e outros elementos relacionados com a leitura em curso										
6. Leitura expressiva de excertos previamente selecionados										
7. Escrita de um texto criativo/expressivo inspirado na obra (texto narrativo, poético) ou crítico (carta)										
8. Trabalho de grupo e coletivo (aferição e discussão de temas comuns às leituras em curso)										
9. Sessão sobre a elaboração de <i>book trailers</i> com responsável (RBE) pelo projeto Livros entre <i>takes</i>										
10. Elaboração de um <i>book trailer</i>										
11. Apresentação dos <i>book trailers</i> à turma, à professora, e à responsável pelo projeto Livros entre <i>takes</i>										
12. Participação na página “Leitur@s” (Trello)										
13. Balanço dos trabalhos e sugestões										

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Na fase de aplicação/execução, o projeto foi desenvolvido com recurso a mecanismos de acompanhamento e controlo. Promoveu-se a participação dos alunos no projeto, assim como se fomentou a consecução dos objetivos, que requeriam o respeito e a criação ou o aprofundamento da identidade dos leitores e da socialização da leitura entre o grupo de discentes, envolvidos e ouvidos em todas as fases do projeto, incluindo na terceira etapa. Tivemos ainda em conta o postulado de Capucha (2008:42) de que “quanto melhor o

projecto tiver sido negociado e apropriado pelos intervenientes desde o princípio, e quanto mais eles possam participar de forma aberta e transparente no processo, melhores tenderão a ser os resultados”. Procuramos, igualmente, atribuir de forma clara as tarefas e as responsabilidades, e criar mecanismos organizativos promotores da participação, desde logo facultando guiões de trabalho e integrando as contribuições dos alunos no plano, que foi sofrendo ajustamentos nesta fase. De facto, a avaliação do processo mostrou que a página criada na plataforma Trello – *Leitur@s* – como suporte à participação *online* no projeto não era adequada, pelo que foi substituída por um grupo fechado na rede Facebook – *Os Literários* –, por sugestão dos alunos. O calendário também foi sendo ajustado às contingências, conforme previsto, o mesmo acontecendo com o acompanhamento e as instruções dadas pela professora que monitorizou o processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação, última etapa, constitui um instrumento de regulação do processo de intervenção operado pelo projeto, com vista ao seu aperfeiçoamento, ao longo das suas várias fases, como antes aludido. Procedemos a uma avaliação por objetivos (GUERRA, 2010), em vários momentos, também como antes mencionado e que recordamos: avaliação diagnóstica, ou das necessidades; avaliação formativa, ou do processo; avaliação sumativa, ou dos resultados.

Para realizarmos a avaliação, recorremos a fontes diversas, das quais destacamos as fontes primárias, que os especialistas entendem como documentos produzidos pelos sujeitos da investigação durante o período a ser investigado (BELL, 2010; TUCKMAN, 2012; CAMPENHOUDT *et al.*, 2019; BARDIN, 2019); estas foram constituídas pelos portefólios, documentos de autoavaliação produzidos pelos alunos participantes no projeto em três momentos: dois enquanto decorria o projeto e um no final. Estes documentos foram tratados através da aplicação de listas de verificação das leituras efetuadas (REIS, 2011) e da análise de conteúdo, designadamente da análise categorial (BOGDAN e BILKEN, 1994; FREITAS, 1999; GUERRA, 2014; MIRANDA e CABRAL, 2017; CAMPENHOUDT *et al.*, 2019, BARDIN, 2019).

A participação *online*, na página “*Leitur@s*” e no grupo *Os Literários*, foi analisada através da observação direta participante (FREIXO, 2012; PESTANA, 2015; TOCKMAN, 2012; CAMPENHOUDT *et al.*, 2019). Para tal, aplicamos grelhas de observação focada (REIS, 2011): da participação no Trello, em dezembro; da participação no grupo fechado do Facebook, em junho; do desempenho dos participantes no referido grupo enquanto leitores, em junho, com indicadores, exemplos e evidências.

Das análises efetuadas ocupa-se o ponto seguinte, numa sistematização breve de resultados preliminares obtidos, da análise dos portefólios e da participação dos alunos no grupo por nós criado no Facebook.

4. Resultados

Na análise dos portefólios dos alunos foram consideradas as seguintes categorias, salientando-se as quatro primeiras como as mais evidentes: Apresentação das leituras efetuadas; Avaliação das leituras, mobilizando a razão e a emoção; Autonomia e crescimento enquanto leitores; Desenvolvimento do conhecimento de si e do mundo, a partir dos livros e da leitura; Socialização da leitura; Recurso à biblioteca. A partir dos

portefólios foi possível verificar também o número de livros lidos (4 a 7 livros por aluno, num total de 81), e, destes, os livros indicados na lista do programa de Literatura Portuguesa (17) e outros (64); dos livros lidos, só três não integravam a coleção da biblioteca.

Da análise da participação *online* no grupo *Os Literários*, a observação permite-nos concluir que os alunos sobretudo publicam os livros que foram incluindo no seu projeto individual de leitura, sendo mais parcos nos comentários e nas partilhas de vídeos, fotografias, ligações, entre outros. Foi ainda possível observar o seu desempenho enquanto leitores, nomeadamente: apresentam as leituras efetuadas e em curso, mobilizando a razão e a emoção; revelam alguma autonomia enquanto leitores; revelam algum conhecimento do mundo literário e cultural; revelam coesão de grupo e colaboram enquanto leitores, pedindo e fazendo recomendações de leitura, incentivando os colegas nas suas atividades de leitores, assumindo coletivamente os desafios (por exemplo, na elaboração e partilha dos *book trailers* ou na participação de duas equipas da turma no concurso Inês de Castro, do PNL); fazem algumas referências à biblioteca enquanto recurso para suprir necessidades de leitura.

Com base nos resultados explicitados, concluímos, a seguir, apresentando algumas considerações finais.

5. Considerações finais

Da análise dos resultados, podemos concluir que o projeto revelou eficácia na criação e desenvolvimento de hábitos leitores, tal como os alunos evidenciaram e manifestaram, sendo o grau de satisfação dos intervenientes elevado, apesar de o aprofundamento da competência de leitura literária ainda carecer de melhoria. Os alunos revelaram alguma autonomia na seleção dos livros e nos modos de ler e apresentar a sua experiência leitora, mobilizaram as suas capacidades cognitivas e emocionais e o conhecimento do mundo aquando das leituras, e formaram uma comunidade de leitores, desenvolvendo a competência literária em diálogo com os colegas, integrando as dimensões individual e social da leitura.

As referências à biblioteca escolar não foram numerosas, mas a coincidência dos livros escolhidos com as existências da coleção, assim como a interação num grupo de discussão e partilha por meio da conta da BE no Facebook e a integração do projeto Livros entre takes, da RBE, no projeto de leitura, através da formação, produção e apresentação de *book trailers*, evidenciam a relevância deste serviço da escola para suprir necessidades de leitura e de diálogo com outros leitores.

Destacamos, igualmente, as potencialidades do projeto a nível do fomento da leitura na escola, através de outros projetos que, entretanto, se conceberam e/ou se implementaram (entres outros, Ler+ Jovem, 6.^a edição), com a participação de alunos do grupo-amostra deste estudo; estes alunos também participaram em concursos da BE ou externos, a exemplo de: Concurso (Auto) Retrato do Leitor; Concurso de Leitores Criativos (*Book trailers*); Concurso Inês de Castro (10.^a e 11.^a edição). No corrente ano letivo, alguns alunos desta amostra, que já concluíram a disciplina de Literatura Portuguesa, procuraram a professora para continuarem a colaborar no projeto Ler+Jovem, sugerindo fazer leituras a

alunos do primeiro ciclo e a criação de um clube de leitura, pelo qual serão responsáveis, juntamente com a professora bibliotecária.

Em suma, e a terminar, a cultura de leitura vigente nem sempre é favorável a este tipo de iniciativas, o que poderá constituir uma limitação ou um constrangimento a ultrapassar. Contudo, no nosso caso, não comprometeu a concretização dos objetivos do projeto, o que nos instiga a dar-lhe continuidade, quer em sala de aula, quer fora dela, incluindo na biblioteca escolar. Ou, nas palavras de um dos alunos:

O PIL, ao longo deste ano letivo, foi uma ótima experiência. Aprendi bastante enquanto leitora, enriqueci bastante o meu vocabulário, ganhei gosto pela leitura, conheci obras e escritores que não conhecia através da partilha feita em aula e no grupo do Facebook, *Os Literários*. Conheci géneros literários que nunca tinha lido (a não ser os excertos que lemos em aulas, obrigatórios nas metas curriculares) como por exemplo: o teatro e a poesia. [...] Penso que, desde o primeiro período para agora, evolui bastante enquanto leitora e melhorei também o meu sentido crítico, a minha criatividade e imaginação que preciso de ter quando estou a ler uma obra.

Referências bibliográficas

ATWELL, N.; MERKEL, A. A.

2016 *The Reading zone: how to help kids become passionate, skilled, habitual, critical readers*. New York: Scholastic, 2016.

AZEVEDO, F.

2014 Em busca de um compromisso com a leitura e a literatura. In *Boas Práticas*. [Em linha]. [S. l.]: Lulu Press, 2014, cap. 4. [Consult. 3 mar. 2019]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/32676>.

BARDIN, L.

2019 *Análise de conteúdo*. Ed. revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2019.

BELL, J.

2010 *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva, 2010.

BOGDAN, R.; BILKEN, S.

1994 *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BUESCU, H. C. [et al.]

2014 *Programa e metas curriculares de Português: ensino secundário*. [Em linha]. [Lisboa]: Ministério da Educação, 2014. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/programa_metas_curriculares_portugues_secundario.pdf.

CAMPENHOUDT, L. V., MARQUET, J. & QUIVY, R.

2019 *Manual de investigação em ciências sociais: reformulado, complementado, atualizado*. Lisboa: Gradiva, 2019.

CAPUCHA, L.

2008 *Planeamento e avaliação de projetos: guião prático*. [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008. [Consult. 14 nov. 2017]. Disponível em: http://sibme.sec-geral.mec.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15N068Y0H3304.4964&profile=dgide-bd&source=~!edubib&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!147987~!1&ri=1&aspect=subtab102&menu=tab22&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lu%C3%ADs+capucha&index=.GW&uindex=&aspect=subtab102&menu=search&ri=1&limitbox_1=LOC01+=+DGIDC&limitbox_4=ITP01+=+AV.

CEIA, C.

[2008?] *O Poder da leitura literária: contra as formas de impoder*. [Em linha]. [Lisboa]: Casa da Leitura, Fundação Calouste Gulbenkian, [2008?]. [Consult. 21 out. 2017]. Disponível em: http://magnetesrvk.no-ip.org/casadaleitura/portalfbeta/bo/documentos/ot_leitliter_a.pdf.

CERRILLO, P. C.

2007 *Literatura infantil y juvenil y educación literária: hacia una nueva enseñanza de la literatura*. Barcelona: Octaedro, 2007.

CLARK, C.

2016 *Children's and young people's reading in 2015: findings from the National Literacy Trust's Annual Survey 2015*. [Em linha]. London: National Literacy Trust, 2016. [Consult. 10 out. 2017]. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultura/libro/mc/observatoriolect/redirige/estudios-e-informes/otros-informes-externos/lectura/Young-people-readingUK-2015.pdf>.

COELHO, M. C., coord.

2001 *Programa de Literatura Portuguesa*. [Em linha]. Lisboa: Ministério da Educação, 2001. [Consult. 13 nov. 2017]. Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/iterat_portuguesa.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/literat_portuguesa.pdf).

COLOMER, T.

[2001] *La Enseñanza de la literatura como construcción de sentido. Lectura y vida*. [Em linha]. [2001]. [Consult. 3 fev. 2019]. Disponível em: http://www.lecturayvida.fahce.unlp.edu.ar/numeros/a22n1/22_01_Colomer.pdf.

CONDE, E., MENDINHOS, I.; CORREIA, P., coord.

2017 *Aprender com a biblioteca escolar: referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário*. [Em linha]. 2ª ed. ver. e aum. Lisboa: RBE, 2017. [Consult. 15 maio 2019]. Disponível em: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1906/referencial_2017.pdf.

CULLINAN, B. E.

2000 *Independent reading and school achievement*. [Em linha]. *School Media Research*. 2000. [Consult. 20 maio 2017]. Disponível em: http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol3/SLMR_IndependentReading_V3.pdf

DIONÍSIO, M. L.

2004 Literatura e escolarização: a construção do leitor cosmopolita. *Palavras*. [Em linha]. 15 (2004) 67-74. [Consult. 26 jan. 2019]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8586>.

DUARTE, R.

2012 *Ensino da literatura: nós e laços*. [Em linha]. 2012. [Consult. 20 fev. 2019]. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25638>.

FREITAS, C. V.

1999 *Gestão e avaliação de projetos nas escolas*. [Em linha]. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, DGIC, 1999. [Consult. 1 ago. 2019]. Disponível em: http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/gestao_avaliacao.pdf.

FREIXO, M. J. A.

2012 *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

GALLAGHER, K.

2015 *In the best interest of students: staying true to what works in the ELA classroom*. Portland: Stenhouse Publishers, 2015.

GUERRA, I.

2010 *Fundamentos e processos de uma sociologia da ação: o planeamento em ciências sociais*. Cascais: Principia, 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2015 *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. [Em linha]. Trad. portuguesa. Lisboa: RBE, 2016. [Consult. 16 jun. 2019]. Disponível em: http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1853/guide_lines_2016.pdf.

KITTLE, P.

2013 *Book love: developing depth, stamina, and passion in adolescent readers*. Portsmouth: Heinemann, 2013.

KRASHEN, S. D.

2004 *The Power of reading: insights from the research*. Westport: Libraries Unlimited; Portsmouth: Heinemann, 2004.

LAGES, M. F. [et al.]

2007 *Os Estudantes e a leitura*. [Em linha]. Lisboa: GEPE, 2007. [Consult. 3 fev. 2019]. Disponível em: [http://pnl2027.gov.pt/np4Admin/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=157&fileName=estudanteseleitura.pdf](http://pnl2027.gov.pt/np4Admin/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=157&fileName=estudanteseleitura.pdf).

LLUCH, G. [et al.]

2017 El Quixote o Tirant lo Blanc entre blogs y Google Maps. In CRUCES, F., dir. - *Como leemos en la sociedad digital?* [Em linha]. Madrid: Fundación Telefonica; Barcelona: Ariel, 2017, p. 28-51. [Consult. 27 jan. 2019]. Disponível em: <https://espacio.fundaciontelefonica.com/evento/como-leemos-en-la-sociedad-digital/>.

MATA, Juan

2009 Bibliotecas, clubes, redes y otras fraternidades. In JORNADAS DE BIBLIOTECAS INFANTILES, JUVENILES Y ESCOLARES, 17^{as}, Salamanca, 2009 - *Lecturas en la red y redes en torno a la lectura: nuevas dinámicas y servicios de los espacios de lectura pública*. [Em linha]. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2009, p. 103-128. [Consult. 15 maio 2019]. Disponível em: https://www.academia.edu/9402171/Bibliotecas_clubes_redes_y_otras_fraternidades.

MENEZES, I.

2010 *Hábitos de leitura de alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e impacto na aprendizagem: concepções de alunos, professores e professores bibliotecários*. [Em linha]. 2010. [Consult. 23 maio 2017].
Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta. Disponível em: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1678>.

MIRANDA, B.; CABRAL, P.

2017 *Projetos de intervenção educativa*. Lisboa: Universidade Aberta, 2017.

PESTANA, F.

2015 *A Wikipédia como recurso educacional aberto: práticas formativas e pedagógicas no ensino básico português*. [Em linha]. 2015. [Consult. 25 out. 2017].
Trabalho de projeto de mestrado apresentado à Universidade Aberta. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4721>.

PURVES, A. C., ROGERS, T.; SOTER, A. O.

1995 *How porcupines make love. III: readers, texts, cultures in the response-based literature classroom*. White Plains: Longman, 1995.

REIS, P.

2011 *Observação de aulas e avaliação do desempenho docente*. [Em linha]. Lisboa: Ministério da Educação, 2011. [Consult. 21 out. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4708/1/Observacao-de-aulas-e-avaliacao-do-desempenho-docente.pdf>.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. Rede de Bibliotecas Escolares

2013 *Programa Rede de Bibliotecas Escolares: quadro estratégico 2014-2020*. [Em linha]. Lisboa: RBE, Ministério da Educação e Ciência, 2013. [Consult. 16 jun. 2019]. Disponível em: http://www.rbe.mec.pt/np4/np4/?newsId=1048&fileName=978_972_742_366_8.pdf.

SERRANO, G. P.

2008 *Elaboração de projetos sociais: casos práticos*. Porto: Porto Editora, 2008.

SILVA, V. M. A. e

2010 *As Humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2010.

SILVEIRA, T.

2014 *Cérebro e leitura: fundamentos neurocognitivos para a compreensão do comportamento leitor no processo educativo*. [S. l.]: Lema d'Origem, 2014.

SIM-SIM, Inês

2002 Formar leitores: a inversão do círculo. [Em linha]. [Lisboa]: Casa da Leitura, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. [Consult. 24 fev. 2019]. Disponível em: http://www.casadaleitura.org/portalpha/bo/abz_indices/000736_FLE.pdf.

SOUSA, O. C.

2007 O Texto literário na escola: uma outra abordagem. In AZEVEDO, F., coord. *Formar leitores: das teorias às práticas*. Lisboa: Lidel - Edições Técnicas, 2007, p. 45-68.

TORNERO, J. M.

2011 *El Aprendizaje de la lectura comprensiva y crítica*. [Em linha]. 2011. [Consult. 3 fev. 2019]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/296679758_El_aprendizaje_de_la_lectura_comprendiva_y_critica.

TORRE, I. B.

2012 *Clubes virtuais de leitura: práticas e competências leitoras*. [Em linha]. 2012. [Consult. 25 out. 2017].
Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20800>.

TUCKMAN, B. W.

2012 *Manual de investigação em educação: metodologia para conceber e realizar o processo de investigação científica*. Trad. António Rodrigues Lopes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

YOPP, H. K.; YOPP, R. H.

2014 *Literature-based reading activities: engaging students with literary and informational text*. Boston: Pearson, 2014.

Ana Eustáquio | anamariaeustaquio@gmail.com

Universidade Aberta

Teresa Cardoso | teresa.cardoso@uab.pt

Universidade Aberta

Resumo: As mutações ocorridas com tecnologia digital e móvel afetam o ecossistema educacional e cultural. Isto requer um olhar diferenciado para o livro, a leitura, a literatura e o leitor, e para tanto tona-se crucial ter como base a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade entre áreas que permeiam o contexto. Assim, a investigação do estágio pós-doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, na Universidade de Aveiro, Portugal, apoia-se no paradigma pós-custodial da Ciência da Informação e nos princípios do *Design* da Experiência do Usuário, aplicando-os no debate sobre o comportamento e a experiência da Geração Alpha, no processo de leitura e escrita *online*. Apresenta-se um recorte do referencial teórico, que sustenta a pesquisa, com abordagem sobre os termos adotados para definir a literatura infantil na *web*. Devido a inexistência de uma unidade terminológica, evidencia-se o termo literatura-serviço, cunhado em 2018 pela pesquisadora, com o desafio de estimular o debate sobre sua pertinência e aceitabilidade.

Palavras-chave: Aplicativo TecTeca; Ciência da Informação; *Design* da Experiência do Usuário; Literatura-serviço

Abstract: The mutations that occur with digital and mobile technology affect the educational and cultural ecosystem. This requires a different look at the book, the reading, the literature and the reader, and for that, it is crucial to have as basis the interdisciplinarity and the transdisciplinarity between areas that permeate the context. Thus, the research of this postdoctoral internship in Information and Communication in Digital Platforms, at the University of Aveiro, Portugal, is based on the post-custodial paradigm of Information Science and in the principles of User Experience Design, applying them in the debate about the behavior and experience of the Alpha Generation in the process of reading and writing online. A piece of the theoretical framework that supports the research is presented, with approach to the terms adopted to define children's literature on the web. Due to the lack of a terminological unity, the term literature-service, coined in 2018 by the researcher, evidenced with the challenge of stimulating the debate about its relevance and acceptability.

Keywords: TecTeca app; Information Science; User Experience Design; Literature-service

1. Introdução

Vive-se um período incomum, de mudanças de paradigmas e alterações de comportamento no uso de bens culturais, transformações que resultam do desenvolvimento exponencial das tecnologias. As crianças da Geração Alpha, nascidas a partir de 2010, segundo McCrindle (2014), carregam experiências peculiares, tendo em vista sua imersão natural nesse ambiente, onde suas habilidades e conhecimentos alcançam profundidades que são difíceis de serem compreendidas com a percepção dos adultos. O fosso geracional nunca foi tão latente. Dessa forma, urge estudos que possam traduzir a estreita relação entre a nova geração e os dispositivos móveis, aliados à tecnologia digital.

A leitura e a escrita continuam como competências decisivas para o progresso educativo, econômico, social e cultura, porém, com a inserção de textos multimodais, as instituições educacionais envolvem-se em papéis originais nos moldes da sociedade iconográfica. Diante do exposto, torna-se relevante repensar os novos formatos da cultura interativa digital consumidos pelos menores, já que afetam as competências destes.

Este artigo apresenta o estudo que está a ser desenvolvido durante o estágio pós-doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, na Universidade de Aveiro, Portugal, cujo objetivo é analisar a experiência e o comportamento do usuário infantil, durante o processo de leitura literária digital, a partir do uso de aplicativos de literatura-serviço. Esta investigação parte de inquietações sobre o comportamento e o processo de leitura no contexto da cultura interativa digital, de maneira especial sobre os indivíduos nascidos na Geração Alpha.

Desse modo, tal estudo será um aprofundamento da investigação realizada por esta pesquisadora durante o Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, na Universidade de Aveiro, Portugal, que culminou com a tese *Rede Social de Leitores e Escritores Juniores - Portal Biblon*, a qual teve como objeto de estudo uma biblioteca infantil digital, com acervo em *portable document format* (pdf), em língua portuguesa.

Ademais, este artigo apresenta um recorte do referencial teórico que embasa a investigação, com foco sobre os termos adotados para definir a literatura na *web*. Nesse sentido, infere-se que, no panorama atual, prevalece a ausência de um ponto de equilíbrio e unidade entre os diversos trabalhos. A fim de enriquecer a questão, destaca-se o termo literatura-serviço, cunhado em 2018 pela pesquisadora, com o desafio de estimular o debate sobre sua pertinência e aceitabilidade.

2. Metodologia

A estratégia de pesquisa envolve um estudo de caso, percebido por Yin (2005:32) como *uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real*, visto que se trabalha com um aplicativo específico, que exhibe particularidades nas ferramentas de interação e imersão do leitor, com consequências na prática de leitura. Visando melhorar a validação dos resultados, optou-se pela combinação de métodos quantitativos e qualitativos, chamado por Jick (1979:603) de triangulação, ou seja, utilização de múltiplas fontes de evidências para um mesmo conjunto, propiciando o cruzamento das respostas colhidas.

Destaca-se que a triangulação favorece a abordagem interdisciplinar desta pesquisa, visto que tem-se apoio da Ciência da Informação, envolvendo o paradigma pós-custodial e nos princípios do *Design*, em especial nos campos e métodos que envolvem as experiências dos utilizadores, compreendido como os efeitos subjetivos vividos pelos mesmos, como resultado da interação com um produto/serviço (OLIVEIRA, LIMEIRA e SANTA-ROSA, 2014).

Inicialmente, será realizado um ensaio de interação, com base nos estudos de Cybis, Betiol e Faust (2010) e de Nascimento, *et al.* (2010), os quais recomendam tal instrumento para um procedimento empírico, ou seja, da experiência com uso de *software*. Portanto, o foco da pesquisa desloca-se do produto e é dirigido para os aspectos intrínsecos do utilizador, com foco no *Design* da Experiência do Usuário.

O ensaio de interação consiste na observação do pesquisador durante a realização de tarefas básicas, pela amostra de usuários, representando o público-alvo do aplicativo. Neste

estudo, a observação tem por finalidade conferir o comportamento do leitor e a experiência de leitura no momento do uso das ferramentas de interação.

A composição da grelha de observação teve como alicerce o estudo de Menegazzi, Sylla e Padovani (2019), que mapeou treze diferentes tipos de *hotspots*. Consideram-se *hotspots* como as áreas de interação, que possibilitam ao usuário interagir com o dispositivo móvel, acionando recursos multimídia ou conteúdos extras ao texto literário.

Para completar a observação, será realizado um *focus group* com as crianças participantes, as quais serão estimuladas para se obter depoimentos sobre as expectativas e necessidades do utilizador em relação aos livros digitais interativos, apresentados em forma de aplicativos.

2.1. Amostra

Considerando as novas formas de literatura para novos leitores, o estudo volta-se para as particularidades comportamentais da Geração Alpha, que nasce e cresce rodeada de máquinas inteligentes e imersivas, que moldam a formação cerebral, cognitiva, social e psicológica. Essa geração tem um perfil ímpar e uma rotina predominantemente digital e conectada, na qual são incluídas suas leituras e escritas.

Dessa forma, os sujeitos da pesquisa serão os leitores da Geração Alpha, ou seja, crianças na faixa etária entre 7 e 10 anos. Uma vez que o objeto desta investigação corresponde aos utilizadores de aplicativo de literatura escrita em língua portuguesa, optou-se por estender o *locus* da pesquisa a dois ambientes geográficos, visto que estes têm a mesma raiz linguística: Brasil e Portugal. Quanto ao nível educacional, tem-se como critérios ser aluno do Ensino Fundamental 1, situado entre 1º ao 5º ano, no Brasil, e do 1º e 2º ciclo, também correspondente do 1º ao 6º ano em Portugal.

2.2. Objeto de estudo: aplicativo Tecteca¹

O objeto desta investigação será o aplicativo TecTeca, que consiste numa assinatura de livros para a infância, que usa as ferramentas de interação, customização e gamificação, visando ao engajamento dos usuários e a formação de uma comunidade de leitores e escritores.

O aplicativo conta com uma coleção de livros, organizada por faixa etária e temas, promovendo acesso intuitivo e rápido para as crianças. No *app*, o texto literário é oferecido ao leitor agregado aos *hotspots* e mídias dinâmicas.

Partindo do estudo de Menegazzi, Sylla e Padovani (2019) sobre *hotspots* dos aplicativos de livros infantis, foram identificadas na TecTeca as seguintes áreas de interação: animações, configurações, personalização, menus e navegação. Entretanto, o aplicativo oferece algumas particularidades que não foram contempladas no elenco de ferramentas acima, a saber:

¹ <https://tecteca.com/>.

- Amigos: recurso que viabiliza a formação de comunidade de leitores, com ferramenta de seguir usuários e assim poder visualizar suas interações e preferências literárias;
- Biblioteca: após leitura dos livros, os títulos são acionados à biblioteca do leitor;
- Troféus: utilizando elementos de gamificação, o aplicativo brinda o leitor, com acessórios dos personagens principais, após o mesmo completar sua estratégia de leitura; os troféus são anexados ao avatar, para representar seu repertório literário;
- Avaliação e Opinião: com recursos preestabelecidos o leitor pode emitir seu parecer sobre o livro, no *hotspots* 'comentar'. No item 'avaliar' o usuário tem o recurso de estrelas para classificar a obra literária;
- Controle parental: a fim de estabelecer o conteúdo a ser lido por sua criança, a família, no momento de construir o perfil do leitor, opta pela faixa etária e temas. Aponta-se que esses *hotspots* fogem do escopo da pesquisa, já que é realizado pelo responsável, sem a participação da criança.

A oportunidade de ter um livro disponível no celular, aliado a recursos de interação, gamificação, customização e comunidade online, promove o incentivo à leitura e insere a literatura como opção de lazer para o público infantil, fortalecendo a competência literária. Compreende-se competência literária como a capacidade de *compreender e de interpretar o material escrito [e multimodal], como também o desejo de ler e de escrever [em suportes variados e distintos]* (AZEVEDO, 2003). Esse é um contexto singular, pois possibilita aos menores diversão rica e fecunda, uma vez que o uso dos dispositivos móveis atualmente está muito limitado a jogos, vídeos e comunicação *online*, situação nem sempre harmonizável com a ociosidade proveitosa.

3. Fundamentos teóricos

Para construção do referencial teórico desta investigação surgiram inquietações sobretudo em relação à adoção de um termo para definir o objeto da pesquisa, o livro digital infantil incorporado à cultura interativa atual.

As evoluções decorrentes da tecnologia são marcadas pela velocidade e verticalidade. Em consequência, o livro, a leitura, a literatura e o leitor devem ser vistos a partir de tais circunstâncias, o que requer ir em busca da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade entre áreas que permeiam o contexto. Apenas assim será possível compreender e ser capaz de analisar a vanguarda contemporânea.

Os livros sempre foram explorados por várias perspectivas, considerando formato, materiais, finalidades, conteúdo, público, dentre outras. A própria literatura infantil, expressa no contorno do livro, já foi indagada, em 1984, por Cecília Meireles que afirmou *tudo é uma literatura* (1984:20). Vale destacar que a literatura destinada ao público infantil sempre esteve na vanguarda, pois precedeu a atual convergência de linguagens, ao

unir palavras e ilustrações, com o objetivo de sensibilizar a criança, atrair e estimular a leitura.

A partir das mutações acarretadas com a tecnologia, o livro adquiriu novo significado, tornando-se, inicialmente, um processo de digitalização dos textos ofertados através da leitura em computadores. Sem demora, teve-se os *hiperlinks* e, de modo mais recente, textos envoltos por mídia estáticas e dinâmicas, além de ferramentas de interação, produção e partilha (MARÇAL, 2018). Por conseguinte, a cultura literária digital apresenta-se em modernos e diversos suportes, desviando-se das limitações impostas pelo suporte físico e ampliando as possibilidades de interação com a informação e da construção do conhecimento.

Diante do exposto, tem destaque o paradigma pós-custodial, que traz o reordenamento de estruturas e novos comportamentos informacionais. De modo geral, a posse do documento é substituída pela valorização do contexto infocomunicacional e da experiência do usuário e das interações sociais proporcionada pelas tecnologias (SILVA, 2016). Essas transformações decorrentes do avanço tecnológico e da imensa dimensão informacional e relacional da Internet, proporcionam o potencial humano e social de expressão e produção, afetando todo o ecossistema cultural e científico, a exemplo do que tem ocorrido com o livro, com efeito na leitura e na literatura. Sem dúvida, o período vivido retrata uma era original e de vanguarda, apontada como a “terceira revolução da história da leitura” (NOVOMISKY, *et al.*, 2016:158).

Com efeito, evidencia-se a frase “*a book is what a book does...*” de Cope, em texto publicado ainda em 2001, em análise sobre as conversões dos livros. Na ocasião, o autor apontou que o livro é intangível, extrapola um produto, é uma maneira de comunicar (COPE, 2001:6-7).

Dessa forma, o livro vigente na tela não pode ser visto como uma representação ou adaptação do livro em suporte físico, pois apresenta particularidades que acabam por trazer interferências ao processo de leitura, afetar a experiência do leitor e a compreensão do conteúdo, a imersão e o engajamento com a narrativa.

Em particular, o livro literário, ao ser inserido na cibercultura, expõe um recente formato de criação literária, originado e oferecido em meio digital e designado de ciberliteratura. Então, todo estudo sobre tal literatura deve ter um olhar diferenciado, pois *a história contada por meio da hipermídia [...] deve ser reconhecida como um novo tipo de narrativa, tal como oral e escrita.* (TEIXEIRA, *et al.*, 2015:4). Em tal caso, acentuam-se dois pontos que sobressaem na “história” do livro digital literário, o serviço de *streaming* e o ápice dos aplicativos.

Segundo Capelas (2013), o *streaming* de livros entrou no mercado em 2013, através da plataforma Scribd², ocasião em que os livros de literatura ganharam evidência e encontraram um robusto nicho de usuários no mercado. Grande parte dessa aceitação deve-se ao uso agregado de interface social, que consente e estimula formas de expressões sobre a obra literária, como adição de comentários, imagens e vídeos, escalas de gostos,

² <https://pt.scribd.com/>.

adição de favoritos. Esses recursos acrescentam valor ao texto, dentro da comunidade de leitores.

Os aplicativos móveis, ou 'apps', surgiram em decorrência da evolução tecnológica dos *smartphones*. Sua extrema notoriedade deve-se à praticidade, navegação otimizada, custo baixo e infinita aplicabilidade. A complexidade tecnológica que atingiu os dispositivos móveis faz do início do século XXI a era centrada nos aplicativos. “Aplicação de *software*”, ou sua sigla *app*, foi considerada, em 2010, a “palavra do ano” pela American Dialect Society³.

A literatura apresentada a partir da associação dos *apps* e *streamings* configura essa fase recente no curso dos livros digitais, dado que agora o fluxo da leitura é entremeado com ferramentas de interação, partilha e produção de conteúdo, com o consumo hedônico e de experiência, conjugando-se em uma atividade social. Evidencia-se que, em termos de literatura para o universo infantil, o cenário apresenta-se ainda mais heterogêneo, devido à necessidade de adornar e enriquecer a estética literária, bem como cativar o exigente leitor.

Por utilizar todo o potencial comunicativo e interativo da contemporaneidade, os aplicativos de leitura proporcionam ao texto literário uma nova materialidade que se situa entre o filme, o jogo e o livro, ganhando, dessa forma, imensa adesão entre as mais novas gerações. A partir de então, surgem vários termos ligados à complexidade da literatura digital contemporânea, como aplicativos de leitura, aplicativos de livro, *books apps*, livros interativos digitais e outros.

O termo aplicativo de livro, segundo Sargeant (2015), tem origem em um tipo de aplicativo dentro da App Store da Apple. Kucirkova (2017:1.172) traz a explicação de que *apps' is used for digital interactive books and 'e-books' for digital books with no hyperlinks or hotspots*.

O *Diccionario Digital de Nuevas Formas de Lectura y Escritura* (CORDÓN GARCÍA, et al., 2019) define aplicações de leitura como *programas informáticos que permiten la gestión de contenidos, principalmente textuales, y el acceso a los mismos, así como la interacción con el lector usuario, facilitando en la mayor parte de los casos la adaptación del contenido*. Pesquisadores do Grupo E-LECTRA, da Universidade de Salamanca indicaram que aplicativos de livros são *programas informáticos pero ligados a la lectura de un título determinado y que se adquieren de forma independiente en las plataformas de distribución y venta* (GARCÍA RODRÍGUEZ, et al., 2014:7).

O trabalho de Hidalgo e Malagón (2014) ao abordar sobre as mudanças do comportamento humano na leitura, intitula “*books as a service*” o livro digital em torno de um *software* de aplicação, que possibilita acesso ao texto e às funções a ele relacionadas e elenca as características da plataforma.

³ A American Dialect Society, fundada em 1889, tem como objetivo o estudo da língua inglesa na América do Norte e de outras línguas, ou dialetos, que a influenciam e são influenciadas por ela: <https://www.americandialect.org/app-voted-2010-word-of-the-year-by-the-american-dialect-society-updated>.

Seguindo a tendência da maioria dos serviços culturais e de entretenimento do início do século, o livro também está na nuvem, permitindo acesso ao seu conteúdo com menos esforço e rapidez, independente de dispositivo e localização. Hidalgo e Malagón (2014) assinalam como um dos benefícios dos “*books on cloud*” a oferta de dados sobre o comportamento do leitor, visto que, todo seu percurso de interação com o texto fica armazenado na plataforma, possibilitando contribuições para estudos e pesquisas, em diversas áreas do conhecimento.

Um dos requisitos básicos para o livro na nuvem é a interoperabilidade, ou seja, a capacidade de distintos *softwares*, *hardwares*, marcas e modelos de computadores e linguagens dialogarem. Entretanto, aponta-se que, até agora, ainda não se tem uma sinergia totalmente ampla e eficaz. Alguns sistemas operacionais exigem um redesenho para compatibilidade em cada dispositivo, o que pode acarretar dificuldades e obstáculos de acesso ao texto.

Neste estudo, considera-se que uma das particularidades do livro como serviço mais promissora e salutar, destinada ao leitor, é a “*conversation*” em torno do texto. Em destaque, os diálogos que ecoam entre leitores e entre autores e leitores do texto literário, pois considera-se que esse recurso pode se reverter em um grande incentivo para a leitura prazerosa. A narrativa agora é dinâmica e pode ser construída com base em debates e comentários acrescidos ao original. Logo, *conversation around books has always existed. The existing limitation until now was that this conversation is realized outside of the book* (HIDALGO e MALAGÓN, 2014).

A cada dia cresce de forma lépida a quantidade de livros em formato digital, acarretando dificuldades para o usuário encontrar o texto necessário ou preferido, considerando a infinidade de opções dispersas e geralmente desorganizadas. A “*discovery*” segundo Hidalgo e Malagón (2014) exige novas ferramentas que ofereçam maneiras diferentes de acessar e descobrir conteúdo assertivo. Assim, chama-se atenção para o papel imperativo das bibliotecas como mediadoras da informação digital, pois são elas que conduzem o usuário à informação precisa, sobretudo em torno do conteúdo educacional e científico.

Hoje, a indústria do entretenimento, sofre uma disrupção no oferecimento de seu “*business model*”, migrando da oferta do produto para a oferta do serviço, como resultado da forma de consumo do usuário, o qual prioriza o acesso ao conteúdo, por saber que o mesmo estará disponível no tempo que desejarem. A indústria do livro digital se encaixa bem nessa cultura contemporânea complexa do consumo desmaterializado. Desse modo, nascem diferentes e originais serviços com modelos de negócio baseados na subscrição e fidelização, apesar de que Hidalgo e Malagón (2014) sugerem que avaliar modelos como promissores para o futuro é inseguro, neste momento.

“*Openness*”, conforme Hidalgo e Malagón (2014), transforma o livro em uma série de *bits* e *bytes* e fazem uma analogia do livro com um *contêiner* de aplicativo. Ou seja, um aplicativo pode ser um livro ou um conjunto em torno de um livro ou de livros, pelo qual o leitor pode ler, ouvir e ver aspectos relacionados à obra, ou ainda fazer a fusão desses elementos com outros *bits* e *bytes* que pertencem a outros textos, com outras imagens, vídeos e áudios. Para os autores, esse pode ser o futuro do livro, ou somente uma fase intermediária, *but there is no doubt that this “hybridization” that some call “transmedia” will be a mandatory step in in the following years.*

Diante do exposto, retoma-se os estudiosos Sargeant (2015) e Kucirkova (2017), que comungam da mesma ideia ao assegurarem que há uma falta de clareza sobre os termos, o que decorre da carência de estudos interdisciplinares sobre o tema. O universo dos livros digitais é múltiplo e complexo, particularmente quando dirigido às crianças.

Perante uma conjuntura na qual se faz necessário encontrar um remate para a nomenclatura apropriada, pretende-se contribuir com questão e evidenciar o termo literatura-serviço, cujo desafio é incitar o debate a respeito da proposta e de sua pertinência.

O termo literatura-serviço foi cunhado em maio de 2018 por esta pesquisadora, na Mesa-Redonda História do Livro e da Leitura, durante o II Colóquio Internacional sobre a História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas, realizado na Universidade Federal do Maranhão (FURTADO, 2018).

A terminação tem como base os estudos anteriormente exibidos e busca representar a extensão da tecnologia digital na literatura, que passa a ser consumida por uma experiência *online* em plataformas de interação e partilha social, com características de onipresença e mobilidade. Portanto, usa-se o termo serviço apoiando-se no entendimento de Vavolizza, *et al.* (2019), que tratam a leitura literária como uma atividade incorpórea, de troca invisíveis entre partes (autor-leitor, leitor-leitor, texto-leitor, texto-autor). O próprio Chartier (1998) já apontava remotamente que, na era multimídia, ocorreria uma liberação da tirania nas formas do objeto-livro.

Assim, a literatura como serviço pode ser vista como uma atividade sempre inacabada e em constante processo, desenvolvida para responder às demandas, desejos e necessidades dos leitores. A literatura-serviço ocorre a partir de trocas e interações que, somadas às referências particulares, transformam a experiência emocional do leitor durante a atividade de leitura *online*.

Em congruência com Hidalgo e Malagón (2014), a literatura-serviço tem como modelo de negócio a subscrição ou assinatura, que segue o formato de serviços de *streaming*, com pagamento preestabelecido em troca de acesso à obra. O mundo digital permite que a tecnologia assuma boa parte do sistema comercial, a exemplo das automações que facilitam desde a entrega até o sistema de pagamento, e que em sua grande parte envolve o modo de crédito *online*.

Com os aplicativos de literatura-serviço, têm-se desenhos originais de produção e acesso à literatura, mas, principalmente, novas configurações no seu consumo, que valorizam o ato de experimentar, de ter vivência única e particular com o texto literário digital, destacando as práticas e interações que o constituem.

A conversa descrita por Hidalgo e Malagón (2014) tem presença na literatura-serviço, com a formação de comunidade de leitores/escritores em volta da obra, através das conversas e diálogos entre os usuários, possibilitados pelas ferramentas de interação.

Na literatura-serviço, o livro é um nó na rede, um elemento agregador entre os leitores, com a função de interagente (PRIMO, 2003), estimulando os laços relacionais, promovendo interações entre os leitores e movimentando a própria comunidade. As redes sociais agregadas à plataforma de literatura-serviço oferecem uma inédita interação entre

peessoas, com a formação de redes egocêntricas, fundamentadas pelo interesse literário (FURTADO, 2013:268). As redes egocêntricas têm base na interação reativa, que, consoante Primo (2003:61), são formadas pelos intercâmbios mantidos entre dois ou mais interagentes, sejam pessoas, objetos ou ideias.

Enfatiza-se o papel da curadoria nas plataformas de literatura-serviço, muitas delas compreendendo uma equipe multidisciplinar, cuja função é a seleção dos conteúdos a serem integrados à biblioteca digital. Tal fato ameniza o problema registrado por Hidalgo e Malagón (2014), da dificuldade de encontrar o gênero, autor e/ou título desejado, em razão da magnitude da *web* e por *there is no bookseller to help us*. Além do que, no aplicativo de literatura-serviço existem as ferramentas de recomendação, favoritos e comentários feitas pelos usuários e que servem de referência para os outros leitores.

No caso específico da literatura para crianças, já foi percebido que as famílias têm dificuldade de identificar os autores e os títulos mais convenientes para seus filhos (FURTADO, 2019). Logo, *falta conhecimento e familiaridade na mediação e interação com interfaces digitais* (MENEGAZZI, SYLLA e PADOVANI, 2019). Nos *apps* de literatura-serviço, a oferta de livros digitais está reunida no espaço da biblioteca e, como tal, organizada por diversas categorias, como, por exemplo: por título, autores, gênero, faixa etária ou ainda por nível de leitura do usuário. Nesse contexto, torna-se mais fácil o acesso, tanto do leitor iniciante, quanto de suas famílias e ainda favorece a mediação da leitura, por parte destas.

A literatura-serviço disponibilizada em formato de *apps*, tem como uma das características apresentar hibridização (HIDALGO e MALAGÓN, 2014) de interfaces multimodais, que favorecem a interação e a experiência sensorial do leitor. As várias ferramentas, que proporcionam interação física, intelectual ou digital (MENEGAZZI, SYLLA e PADOVANI 2018:47), estão integradas e complementam-se, o que resulta na constituição de novas configurações e linguagens à literatura infantil. Segundo Teixeira e Gonçalves (2015), *o livro como uma hipermídia, principalmente o livro digital de histórias interativas para criança (o book app infantil), destaca-se dos demais ebooks por sua alta capacidade interativa. Isso acarreta uma mudança radical na configuração do seu conteúdo*.

Para totalizar a apresentação da proposta terminológica sobre as plataformas de literatura-serviço, reconhece-se como expressiva a afirmação dos autores Hidalgo e Malagón (2014), que destaca *we go from a “book as a product” approach to the “book as a service” concept*, além de algumas características evidenciadas pelos autores e elencadas acima. No entanto, contesta-se o uso do termo ‘livro’ por considerar que o livro como um conjunto de páginas, com textos impressos ou encadernados, é um objeto inábil para defini-lo no cenário hodierno. Apesar de ainda ter um simbolismo forte na mente humana, tal conceito fica à margem dos elos que floresceram entre o conteúdo, em especial da literatura, o arsenal da tecnologia digital e a forte interação criança-computador. A literatura infantil, historicamente planejada e ordenada em páginas compostas por textos e ilustrações, infringe esse processo de valorização das relações entre as mídias como base para articulação da narrativa, no ciclo de desmaterialização do livro e das práticas de leituras.

Então, propõe-se a utilização do termo literatura-serviço para indicar o *software* de aplicações que incorpora ferramentas de mídias estáticas e/ou dinâmicas, podendo ainda apresentar recursos de hipermídia e/ou hipertexto. Todo esse conjunto estruturado ao longo da narrativa oportuniza áreas de interação, chamadas de *hotspots*. Substitui-se,

assim, os diversos termos, como *book apps*, *app books*, livros-aplicativo, aplicativos de livro, livros digitais interativos, aplicações de leitura e outros.

Pelo fato de o panorama contemporâneo dos livros interativos infantis *shift away from the book form factor altogether but maintain the essence of page-based storytelling* (FREED, *et al.*, 2011), atesta-se que o termo literatura-serviço representa melhor tal contexto, dentro do universo da Geração Alpha.

Outrossim, pondera-se que, em relação à Geração Alpha, considerada a primeira geração a nascer do século XXI, tudo é inédito e desconhecido, de modo que é prematuro qualquer afirmação sobre que consequências terá, no futuro, seu modo atual de consumir informação, notadamente devido aos diferentes meios de envolvimento promovidos pela leitura e escrita na *web*.

Lemos (2013:112) alerta que *a tecnologia digital possibilita ao usuário interagir, não mais apenas com o objeto (a máquina ou a ferramenta), mas com a informação, isto é, com o conteúdo*. Dessa forma, para a Geração Alpha, a tecnologia e o utensílio usado perdem relevância, sobretudo pela importância da informação. Isto é, para as crianças, a tecnologia, o celular e o *tablet* ficam na esfera dos recursos, utilizados somente como dispositivos mediadores para o acesso, uso e partilha de conteúdos e possibilidades de comunicação e interação.

Com efeito, merece preocupação que, apesar do uso contínuo e rotineiro, as crianças ainda não exploram todo esse potencial no exercício de sua criatividade, inovação e aprendizagem, priorizando o consumo de conteúdo supérfluo e o entretenimento vazio. Ambientes literários na internet ainda não são explorados, ficando à margem das opções das crianças durante a utilização da Internet, no momento de ócio e diversão. *Talvez no estamos aprovechando bien esa fascinación por las pantallas para convertir las aplicaciones de lectura en una herramienta para fomentar el hábito lector* (GARCÍA RODRÍGUEZ, *et al.*, 2017:168).

Nesse cenário infocomunicacional mediado por tecnologias emergentes, o estudo da informação consumida pelas crianças torna-se tempestivo e imperativo. Para tal sucesso, recomenda-se uma abordagem interdisciplinar, com um trabalho conjunto entre áreas relacionadas à Ciência da Informação, *Design*, Experiência do Usuário, Interação Criança-Computador, Educação, Psicologia e toda a cadeia produtiva dos livros. A partir dessa vertente, pode-se obter dados sobre como a Geração Alpha faz uso de determinado ambiente informacional, seus desafios, obstáculos, experiência e aprendizado.

4. Resultados esperados

Tendo por peso os temas que são foco da investigação do pós-doutoramento, aponta-se como resultado o melhor conhecimento sobre a cultura escrita digital e os seus recursos para o aprendizado formal e informal. No momento atual, quando se tem contato com um novo leitor, carece explorar, de maneira eficaz e eficiente, todo o potencial que o ambiente tecnológico pode oferecer à sua formação.

Ademais, almeja-se contribuir com estudo sobre a competência literária e o incentivo à prática da leitura literária digital nesse cenário original, disruptivo, de fluidez social, cujos protagonistas estão em fase de descoberta e aprendizagem.

Como contribuição científica, considera-se que a pesquisa é significativa por aproximar a Ciência da Informação aos princípios do *Design* da Experiência do Usuário, aplicando-os no debate sobre a experiência e o comportamento informacional do usuário, em particular no processo de leitura e escrita *online*.

Seus contributos também podem se estender à Biblioteconomia, com aplicação em unidades informacionais públicas e escolares, e à própria Educação, oferecendo ao corpo docente da Educação Básica as orientações para elaboração de metodologias e estratégias que auxiliem na melhoria das competências dos alunos, especialmente aquelas relacionadas às literacias em leitura e escrita, digitais e literárias.

O recorte do referencial teórico que compõe este artigo, inserido nos estudos do pós-doutoramento, com a proposta de uso do termo literatura-serviço, certamente constitui-se um repto, juntamente com um chamado para o debate sobre a pertinência do uso do termo. Contudo, ressalta-se a necessidade para mais estudo e amadurecimento do conhecimento, ações que convergem para um denominador comum e eficaz.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, F.

2003 Estudos literários para a infância e fomento da competência literária. In CARVALHO, Graça Simões de, org - *Saberes e práticas na formação de professores e educadores*. Braga : Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 2003, p. 125-132.

CAPELAS, B.

2013 Serviços querem ser Netflix dos livros? *Estadão*. [Em linha]. (3 nov. 2013). [Consult. 10 jan. 2018]. Disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/geral.servicos-querem-ser-netflix-dos-livros,10000032644>.

CHARTIER, R.

1989 *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo : UNESP, 1989.

COPE, B.

2001 New ways with words: print and etext convergence. In COPE, B.; KALANTZIS, D., ed. - *Print and electronic text convergence*. Altona : Common Ground Publishing, 2001.

CORDÓN GARCÍA, J. [et al.]

[20--] *Diccionario digital de nuevas formas de lectura y escritura*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 5 nov. 2019]. Disponível em: <http://dinle.usal.es/>.

CYBIS, W.; BETIOL, A.; FAUST, R.

2010 *Ergonomia e usabilidade : conhecimentos, métodos e aplicações*. 2ª ed. São Paulo : Editora Novatec, 2010.

FREED, N. [et al.]

2011 Beyond the binding: exploring the future book. In CONFERENCE ON CREATIVITY AND COGNITION, 8th, Atlanta, 2011 – *Proceedings...* Atlanta : The High Museum of Art, 2011. Doi: 10.1145/2069618.2069742.

FURTADO, C.

2019 Literatura infantil digital : instrumento para o aprendizado e para o edutinamento. In *I Simpósio Internacional e IV Nacional de Tecnologias Digitais na Educação*. São Luís : EDUFMA, 2019, p. 4.007-4.018.

FURTADO, C.

2018 O Livro na *web* e a oferta da literatura-serviço. In CASTRO, C.; VELÁSQUEZ, S., org. - *História da escola : métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura*. São Luís : EDUFMA; Café & Lápis, 2018, p. 605-628.

FURTADO, C.

2013 *Rede social de leitores escritores juniores : Portal Biblon*. Aveiro, 2013. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.

GARCÍA RODRÍGUEZ, A. [et al.]

2014 *Elaboración de tutoriales para el manejo de aplicaciones de lectura infantiles y juveniles*. Salamanca : E-LECTRA, 2014.

HIDALGO, J. N.; MALAGÓN, C.

2014 Opportunities and challenges of building a books-as-a-service platform. *Journal of Electronic Publishing*. 17:1 (Winter 2014).

JICK, T.

1979 Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. *Administrative Science Quarterly*. 24 (1979) 602-611.

KUCIRKOVA, N.

2017 An Integrative framework for studying, designing and conceptualising interactivity in children's digital books. *British Educational Research Journal*. 43:6 (2017) 1.168-1.185.

LE MOS, A.

2013 *Cibercultura : tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 6^a ed. Porto Alegre : Sulina, 2013.

MARÇAL, Q.

2018 *A Leitura no mundo digital : reflexões acerca do livro eletrônico*. Coimbra, 2018. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra.

MCCRINDLE, M.

2014 *The ABC of XYZ : understanding the global generations*. Sydney : UNSW Press, 2014.

MEIRELES, C.

1984 *Problemas da literatura infantil*. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1984.

MENEGAZZI, D.; SYLLA, C.; PADOVANI, S.

2019 O Design de um método para avaliação da experiência de interação em leitura mediada com livros infantis em dispositivos móveis. In CIDI - INFORMATION DESIGN INTERNATIONAL CONFERENCE, 9th, Belo Horizonte, 2019. [Em linha]. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/333703833_O_design_de_um_metodo_para_a_valiacao_da_experiencia_de_interacao_em_leitura_mediada_com_livros_infantis_em_dispositivos_moveis.

MENEGAZZI, D.; SYLLA, C.; PADOVANI, S.

2018 Hotspots em livros infantis digitais : um estudo de classificação das funções. In DIGICOM 2018 – INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL DESIGN AND COMMUNICATION, 2nd, Barcelos, 2018 – *Proceedings*. [Barcelos] : DIGICOM, 2018, p. 45-55. Disponível em: <https://digidom.ipca.pt/2018/docs/DIGICOM2018-proceedings.pdf>.

NASCIMENTO, J.; AMARAL, S.

2010 *Avaliação de usabilidade na Internet*. Brasília : Thesaurus, 2010.

NOVOMISKY, S.; AMÉRICO, M.

2016 *Convergencia: medios, tecnologías y educación en la era digital*. La Plata : EDULP, 2016.

OLIVEIRA, R.; LIMEIRA, C.; SANTA-ROSA, J.

2014 *A Experiência do usuário no processo evolutivo do Design*. Gramado, 2014.

PRIMO, A.

2003 *Interação mediada por computador : comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre : Sulina, 2003.

SARGEANT, B.

2015 What is an ebook?, what is a book app? and why should we care? : an analysis of contemporary digital picture books. *Children's Literature in Education*. 46:4 (2015) 454-466.

SILVA, A. M.

2016 Arquitetura da informação e Ciência da Informação : notas de (re)leitura à luz do paradigma pós-custodial, informacional e científico. *Prisma.Com*. 32 (2016) 62-104.

TEIXEIRA, D.; GONÇALVES, B.

2015 A Hipermissão como expressão do conteúdo dramático em narrativa digital interativa: uma análise em livro digital interativo infantil. *InfoDesign : revista brasileira de Design da Informação*. 12:1 (2015) 1-15.

VAVOLIZZA, R., [et al.]

2019 Proposição de design de serviços para uma biblioteca pública com uma abordagem de design centrado no usuário. In *Blucher Design Proceedings*. [Em linha]. São Paulo : Blucher, 2019. [Consult. 6 dez. 2019]. Disponível em:
<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/30131>.

YIN, R.

2005 *Estudo de caso : planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2005.

Cassia Cordeiro Furtado | cassia.furtado@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Lídia Oliveira | lidia@ua.pt

Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte

FACTORES RELEVANTES EN LA ENSEÑANZA DE LA BIBLIOTECOLOGÍA EN CINCO PAÍSES DE LATINOAMÉRICA - COLOMBIA, COSTA RICA, CUBA, PERÚ Y MÉXICO: avance de investigación

RELEVANT FACTORS IN LIBRARY SCIENCE TEACHING IN FIVE LATIN AMERICAN COUNTRIES - COLOMBIA, COSTA RICA, CUBA, PERU AND MEXICO: research progress

Marisa Rico Bocanegra

Resumen: La Bibliotecología requiere de un gremio docente eficiente en cada escuela donde se imparta a nivel superior en México o en otros países de Latinoamérica tales como: Colombia, Costa Rica, Cuba y Perú. La problemática central de esta investigación es que se necesitan grupos docentes que lleven a cabo el proceso de enseñanza de un modo significativo, que brinde a los alumnos las herramientas necesarias para ajustar y reconstruir ideas a partir de teorías y marcos conceptuales bibliotecológicos y de las Ciencias de la Información. Para saber la significación que cada docente le da a la enseñanza dentro del aula, es importante preguntarse: ¿Qué factores influyen en el proceso de enseñanza de la Bibliotecología en el que el docente participa? La presente investigación busca responder este cuestionamiento, debido a que no se ha profundizado respecto al tema del bibliotecólogo como docente ni a los factores que considera relevantes para la enseñanza de la Bibliotecología y sus ciencias afines (las que componen cada una de las escuelas). Es necesario abrir el panorama y conocer los factores que influyen en la enseñanza de la disciplina de viva voz de los docentes en Colombia, Costa Rica, Perú y México, para tener una perspectiva clara y analizar su impacto en la enseñanza de la Bibliotecología en cada país. Existen factores particulares mencionados en la teoría¹, tales como la identidad disciplinar, la aplicación de la teoría en la práctica Bibliotecológica, la actualización docente, la adaptación de las TIC a la enseñanza de la Bibliotecología, entre otros, que no se han estudiado a profundidad y que se cree que influyen en la enseñanza de la disciplina en las escuelas de Colombia, Costa Rica, Cuba, Perú y México, por lo tanto, es relevante elaborar un análisis que permita identificarlos, para posteriormente darlos a conocer. La hipótesis de esta investigación radica en comprobar si los factores identificados son tomados en cuenta por los docentes, además de reconocer otros factores relevantes que se utilicen para la enseñanza de la Bibliotecología, lo que se investigará a través de una entrevista. La idea es que con los resultados se apoye la teoría y la práctica del área de Educación Bibliotecológica, específicamente el rubro del bibliotecólogo como docente.

Palabras clave: Educación Didáctica; Enseñanza de la Bibliotecología; Enseñanza de las Ciencias de la Información

Abstract: Library Science needs an efficient educational guild in every university in Mexico or other Latin American countries, such as: Colombia, Costa Rica, Cuba and Peru. The central research problem is that there is a need of faculty members who make the education process in a significant way, which give to students the tools for adjusting and rebuilding ideas from theories, from librarianship conceptual frameworks and from Library Science. Knowing the significance that every teacher gives to teaching inside the classroom, it is important to ask: What kind of factors do the Library Science teaching process influence in which of them teachers participate? This research looks for an answer, due to the lack of knowledge about the librarian as a teacher, neither about the factors they consider relevant for the Library Science teaching and its related sciences (which make up each of the schools). It is necessary to open a general view and know what are the factors influencing Library Science throughout the different teachers voices from Colombia, Costa Rica, Peru and Mexico, having their true perspectives and analyzing their impact in Library Science teaching. There are particular factors which are mentioned in the theory, such as disciplinary identity, the theory

¹ Cuando se habla de factores identificados en la teoría nos referimos a que se revisaron ponencias en coloquios especializados en educación bibliotecológica tales como: *Vinculación teoría-práctica en la Educación Bibliotecológica en América Latina*, de Filiberto Felipe Martínez Arellano y Jaime Ríos Ortega, así como del “Seminario INFOBILA, como apoyo a la investigación y educación en Bibliotecología en América Latina y el Caribe” coordinado por Filiberto Felipe Martínez Arellano y Juan José Calva González.

application into Library Science practice, the continuous professional development for teachers, the TIC's adaptation into Library Science teaching, etc. There are other factors which have not been studied before and that could influence in the Library Science teaching in universities from Colombia, Costa Rica, Cuba, Peru and Mexico. Therefore, it is relevant to elaborate an analysis that identifies them, and then shows them. The research hypothesis lies in checking if the identified factors are important for teachers; furthermore, if there are other relevant factors which are used in the Library Science teaching that are researched throughout an interview. The reason is that these results support the Library Science theory and practice, specifically the Library Science heading as a teacher.

Keywords: Didactic education; Library Science teaching; Information Science teaching

Fundamentos teóricos

Para hablar de la enseñanza de la Bibliotecología es necesario hablar del concepto mismo de enseñanza y por ende de la didáctica. Etimológicamente, el término Didáctica procede del griego: *didaktiké, didaskein, didaskalia, didaktikos, didasko (didaktike, didaskein, didaskalia, didaktikos, didasko)*. Todos estos términos tienen en común su relación con el verbo enseñar, instruir, exponer con claridad. *Didaskaleion* era la escuela en griego; *didaskalia*, un conjunto de informes sobre concursos trágicos y cómicos; *didaskalos*, el que enseña; y *didaskalikos*, el adjetivo que se aplicaba a la prosa didáctica (MALLART, 2020). Respecto a la enseñanza (ABREU, *et al.*, 2018:65) definen a la enseñanza y al aprendizaje como el objeto de estudio de la Didáctica y al hacerlo asumen que son procesos diferentes, para ello, citan a Díaz quién asevera la necesidad de deslindar los procesos básicos del aula, la enseñanza y el aprendizaje, pues en su opinión, son distintos y no siempre articulados. Según Díaz (2010:16) la enseñanza es sistemática, corresponde a los docentes, es de naturaleza pedagógica, está dirigida a la significatividad del aprendizaje y a la formación integral de los estudiantes. El aprendizaje, plantea, es interno del alumno, de naturaleza sociocognitiva; sus resultados dependen de interacciones socioafectivas y de elementos motivantes y es patrimonio de la psicología del aprendizaje (KORNER, 2002:18). Por otro lado la enseñanza según Medina Rivilla y Sevillano García (2002:48) es un término cargado de polisemia. Por supuesto es algo más complejo que la simple conducta profesional de los docentes. Constituye un conjunto de estrategias dirigidas hacia la consecución de metas deseables, realizadas bajo la orientación de la Institución escolar y, en especial del profesor. El proceso de enseñanza en la Bibliotecología debe ser tratado como un tema serio y de relevancia debido a que implica la preparación de los profesionales en dos vertientes: el área de especialización de la Bibliotecología y el área pedagógica. Es por ello necesario saber el antecedente histórico bibliotecológico regional que involucra estas dos áreas tan importantes del conocimiento que conllevan a la formación de docentes en el área.

Morales Campos indica que, para hablar de la Bibliotecología moderna y profesional en América Latina, tenemos que remontarnos al siglo XX; ya que es preciso reconocer que hubo esfuerzos en varios países de la región que se fueron consolidando al observar los avances y corrientes progresistas de otros países con más historia, más desarrollo y más logros, lo cual se advertía claramente en sus aportes a la sociedad, a la ciencia y a la tecnología. En países como Francia, Reino Unido y Estados Unidos, las bibliotecas, los bibliotecarios, el libro y la lectura se veían reflejados en políticas de Estado sobre educación, ciencia, industria, empresa, desarrollo y participación social (MORALES CAMPOS 1988:18).

La enseñanza de la Bibliotecología en los países estudiados (Colombia, Costa Rica, Cuba, Perú y México) tienen en común también los inicios de este siglo, pues se comienza con una inminente influencia de la Escuela Norteamericana que permea en principio a México y a Cuba, seguida de Colombia, Perú y finalmente Costa Rica². En este sentido, es importante recordar que la enseñanza estaba dirigida a bibliotecarios principalmente con cursos de iniciación en el área práctica más que la teórica. Esto no quiere decir que la enseñanza no estuviera presente, si no, más bien dio pie a la profesionalización y por ende a las Escuelas que hoy imparten Bibliotecología. La discusión de la enseñanza bibliotecológica se abrió con las “Mesas de Estudio sobre formación de bibliotecarios y mejoramiento de bibliotecarios en servicio en América Latina 1963-1965”, en donde se incluyen 23 trabajos de las tres mesas y que se publicaron con la finalidad de ser útiles para los colegas que tienen la responsabilidad de dictar clases o administrar la enseñanza de la Bibliotecología en los países latinoamericanos (MESAS DE ESTUDIO, 1969:3). Dichas mesas se llevaron a cabo en la Universidad de Antioquía en Bogotá, Colombia, y se discutieron puntos como el rumbo de las bibliotecas a partir del apoyo de las Instituciones Internacionales como la OEA, en ellas examinaron a fondo la historia y la situación de la enseñanza de la Bibliotecología en América Latina y las necesidades futuras de los servicios bibliotecarios. Esta discusión a nivel Latinoamérica es de profunda importancia regional ya que permitió establecer programas, asignaturas, contenidos y bibliografías actualizadas que sentaron las bases para la formación de los bibliotecarios y su profesionalización como futuros bibliotecólogos.

Es de llamar la atención el contenido de las conclusiones y recomendaciones de estas mesas, pues se encuentran principalmente los programas y las bibliografías de las asignaturas recomendadas para estudiar a nivel Latinoamérica. Esta sección también contempla un apartado de cursos o seminarios de especialización en donde se toma en cuenta una asignatura de 60 horas titulada “Didáctica de la Bibliotecología”, la cual plantea los siguientes objetivos (MESAS DE ESTUDIO, 1969:148).

- Presentar a los alumnos un panorama de la enseñanza de la Bibliotecología.
- Estudiar en las diversas etapas de la enseñanza y del aprendizaje de la Bibliotecología la luz de la pedagogía contemporánea.
- Proporcionar conocimientos didácticos de cada una de las asignaturas núcleo.
- Dar a conocer los progresos de la enseñanza y del aprendizaje de la Bibliotecología.

² La influencia Norteamericana es una característica que tienen las escuelas estudiadas de los países mencionados, sobre todo en las décadas de los 20's, a los 50's. Esta influencia consistió en el apoyo de grandes fundaciones como la Rockefeller en el caso de México y en Costa Rica y el intercambio de bibliotecarios extranjeros para asesorar el crecimiento de Escuelas en un sentido amplio, es decir: Los planes de estudio, las asignaturas y los modelos bibliotecarios en general en el caso de Perú, Cuba y Colombia.

- Lograr que los alumnos por medio de estos estudios valoricen su profesión como maestros con el propósito de que transmitan esas consideraciones a sus alumnos como futuros profesionales.

Cabe mencionar que este programa en sus contenidos es muy amplio y muy rico en el estudio de la pedagogía, la escuela activa, la profesografía, enseñanza, aprendizaje, exposición, integración de la enseñanza, disciplina, evaluación y pruebas, didáctica de la Bibliotecología, su enseñanza, asignaturas, escuelas y asociaciones. Sin duda para su tiempo y para el tiempo actual un contenido de utilidad.

La mención de este documento es fundamental, pues aunque han pasado más de cuarenta años que se dieron estas reuniones la Bibliotecología latinoamericana a través de sus escuelas aún no se ha logrado la misma hazaña, en donde se analice y resuelva una cuestión que es fundamental ¿Cómo es que se enseña la Bibliotecología regionalmente? En este sentido, esta investigación pretende a través de los docentes responder una parte de esta pregunta buscando los factores más relevantes en la enseñanza de la Bibliotecología planteando los siguientes objetivos.

Objetivos

Es importante identificar y posteriormente dar a conocer los factores que los docentes consideran más importantes en la enseñanza de la Bibliotecología en Colombia, Costa Rica, Cuba, México y Perú para tener una perspectiva más amplia del trabajo docente que se está llevando a cabo para formar a los profesionales de la Información.

Metodología

Tipo de investigación

El diseño de investigación a utilizar será mixto, esto quiere decir que se desarrollará un análisis numérico y un análisis de cualidades a través de matrices. Para medir esto, específicamente se utilizó un diseño exploratorio secuencial que consiste en la recolección de datos al mismo tiempo que emergen los resultados. Los resultados se analizan secuencialmente en dos fases. Al uso de los dos tipos de métodos se le llama método mixto. La aplicación del método comienza generalmente con los datos cuantitativos y luego con recolección de datos cualitativos (POLEO, 2018).

Hernández (2014:352) define que la investigación mixta no es reemplazar a la investigación cuantitativa ni a la cualitativa, si no utilizar las fortalezas de ambos tipos de indagación, combinándolos y tratando de minimizar sus debilidades potenciales.

Proceso metodológico

1. Se analizaron documentos relacionados con la teoría Bibliotecológica para ubicar los factores que destacan en el área educativa, principalmente en documentos relacionados con ponencias en congresos de educación bibliotecológica.

2. Se identificaron 5 factores en la teoría (Equilibrio entre teoría y práctica, perfil docente, Identidad disciplinar, Mercado laboral y tecnología).
3. Se elaboró la hipótesis que consiste en comprobar si los factores localizados son tomados en cuenta por los docentes cuando imparten clase.
4. A partir de los factores identificados se elaboró una guía de entrevista como herramienta que fue aplicada “in situ” a una muestra total de 79 docentes de Colombia, Costa Rica, Cuba, Perú y México.
5. Se transcribieron las entrevistas, se elaboraron matrices y gráficas para la comprobación de la hipótesis y la interpretación de resultados.

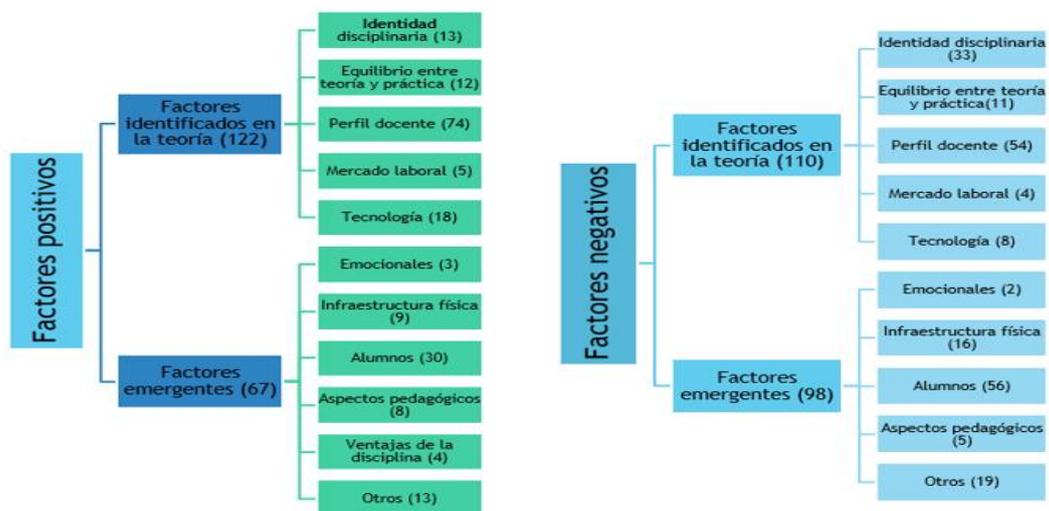
Resultados

Se comprobó la hipótesis al identificar entre los factores resultantes que los docentes si consideran los cinco factores identificados en la teoría: Equilibrio entre teoría y práctica, perfil docente, identidad disciplinar, mercado laboral y tecnología. El total de factores identificados fueron 397, los cuales se dividieron en factores positivos y negativos de los cuales 189 factores positivos y 208 factores negativos.

Para llevar a cabo el análisis de todos los factores se hizo una clasificación de categorías congruentes a la hipótesis en donde están agrupados los “factores identificados en la teoría” y otro grande rubro que llamaremos “factores emergentes” en donde se identificaron otros elementos tales como factores emocionales, de infraestructura física, de alumnos, aspectos pedagógicos, ventajas de la disciplina y otros.

Esquemática se presenta de la siguiente manera:

Fig. 1 – Factores positivos y negativos



Fonte: Elaboración propia, 2019.

Para términos prácticos en esta investigación se mostrarán únicamente los tres principales factores positivos y negativos (Véase anexos 1 y 2) con mayor número de mención por los docentes, en este sentido tenemos lo siguiente:

De los factores positivos destacan tres. El **primero** es el del “perfil docente” de los identificados en la teoría con 74 menciones, en donde los profesores hacen hincapié en que el docente para impartir cátedra debe tener las siguientes características: Gusta, disfruta, tiene pasión por dar clase, tiene empatía y acercamiento con los alumnos, además enseña de modo diferente y busca alternativas de enseñanza, comparte y ofrece a los alumnos información, usa la motivación y planea sus clases, le da continuidad al proceso de enseñanza, buscan conocer a sus alumnos, tienen experiencia en la docencia y se actualiza constantemente, etc. Respecto al **segundo factor** correspondiente del grupo de factores emergentes con 30 menciones destacan los “alumnos”. Los docentes opinan que es importante su opinión dentro del aula pues ellos observan sus intereses, su participación constante es importante, se pueden construir ideas con ellos y más si el perfil del alumno va enfocado a la Bibliotecología, es básico reconocer el tipo de alumno al que se imparte clase (inclusivo si los alumnos vienen de familia de bibliotecólogos); Son factores positivos también que los alumnos se apropien críticamente de los conocimientos, que reconozcan los buenos consejos para estudiar, la comunicación y algo muy importante que sepan que pueden evaluar constantemente al docente. El **tercer factor** destacado está relacionado con “tecnología” y su uso. Es un factor emergente y tiene 18 menciones. Subraya el uso de esta por parte de los docentes y los alumnos de manera adecuada y la consideración del cambio de los marcos teóricos por su uso, se menciona de manera positiva el uso de redes sociales (Facebook y *watts app*) así como de plataformas. Se considera también la transversalidad con la que se usa la temática de la tecnología y su uso en el proceso de enseñanza aprendizaje.

Respecto a **factores negativos** destacados, en primer lugar se encuentra el factor “alumnos” que corresponde a los factores emergentes y el cual tuvo una mención de 56 ocasiones, en segundo lugar se encuentra el de “perfil docente” que pertenece al grupo de factores teóricos con 54 menciones y en tercer lugar se posiciona el de “Identidad disciplinaria” con 33 menciones y que corresponde también a los factores teóricos. En el **primero** los docentes consideraron el factor emergente “alumnos” como el más importante indicando que hay que revisar el perfil de ingreso del estudiante, que el ánimo de los jóvenes si es malo influye negativamente dentro del aula, que los alumnos no tienen “Liderazgo” como se ve en otras carreras, que se distraen con las redes sociales en vez de poner atención, en el caso de algunos países que los horarios de clases (nocturnos) afectan su desempeño o bien su vida laboral, también refieren que actualmente los alumnos ingresan muy jóvenes a las carreras y por ello no están seguros de lo que están estudiando (en este caso la Bibliotecología). Los docentes hacen hincapié en que los alumnos no están conscientes de ir a aprender en el aula, si no que esperan que el docente les de todo el conocimiento. Los docentes mencionan que los alumnos tienen poco conocimiento en cuanto a redacción, no manejan otro idioma y no se apropian de los contenidos que ven en el aula. Así mismo comentan que los jóvenes no se hacen responsables de su proceso de aprendizaje y tienen un nivel bajo respecto a bagaje cultural. El **segundo** factor negativo es respecto al perfil del docente donde los mismos docentes hacen un análisis de sus propias carencias mencionando que hace falta un buen uso de la relación pedagógica, le falta preparación, actualización, incorporar nuevos temas de Bibliotecología, innovación en la didáctica, existe una falta de preparación de las clases lo que trae consigo la

“improvisación” de las mismas, el docente no lleva al alumno al ejecutar lo que le enseña en clase, la falta de actualización en tecnología, así mismo destacan la falta de profesionales que asuman su papel de docentes en el área con experiencia. La actualización docente es otro punto manifestado e inclusive que no aprovechan las becas que hay para ellos (cursos y viajes). La falta de experiencia en el área docente fue manifestada también pues se considera que se les asignan clases a personas que no tienen experiencia en el área de la clase y además no están actualizados, al respecto también se cuestionó su preparación en el área pedagógica y sus pocas habilidades en este rubro.

Respecto al **tercer** punto relacionado con la identidad disciplinaria destaca que si hay problemas y deriva en una falta de identidad profesional. Otro punto mencionado fue la falta de identidad y motivación del alumno a ingresar a la carrera, lo que consecuentemente deriva en una falta de identificación con la misma, un aspecto interesante es como los docentes relacionan la percepción social e individual con la propia identidad del profesional y la construcción de esta a través del imaginario de la sociedad, una consecuencia de esto es la deserción de los alumnos que trae consigo el cierre de clases, grupos e inclusive escuelas.

En relación a los docentes por país, el que enlistó mayores factores positivos fue Colombia y quién menos menciona fue Cuba, por el lado negativo tenemos que los docentes de Costa Rica enlistó más factores negativos y fue en Cuba en donde mencionaron menos factores negativos.

Conclusión

Como conclusión se comprobó que los factores identificados en la teoría son relevantes para la enseñanza de la Bibliotecología y los docentes de los países si los usan en su ejercicio diario, así mismo se identificaron otros factores que permitirán aportar a las escuelas de los países estudiados sugerencias de mejora para perfeccionar su perfil docente así como para el desarrollo de las actividades en el aula. La importancia de conocer los factores relevantes en la enseñanza de la Bibliotecología radica también en dos sentidos: el primero retomar la formación del docente en Bibliotecología para que pueda resolver problemáticas que se presenten en el aula de manera adecuada y con conocimientos en pedagogía abriendo en cada una de las escuelas estudiadas por lo menos una asignatura que retome elementos del programa de Didáctica de la Bibliotecología propuesto en las Mesas de estudio y la segunda en trabajar con un perfil docente de acuerdo a las verdaderas situaciones que viven los profesores en su cotidianeidad y no solo a partir de la teoría, para complementar una asignatura integral en donde se encuentre la teoría y la práctica equilibrada.

Referencias bibliográficas

ABREU, Omar [et al.]

2018 Objeto de estudio de la didáctica : análisis histórico epistemológico y crítico del concepto. [En línea]. 17:30 (2018). *Revista Formación Universitaria*. 11:6 (2018) 65 [Consult. 5 jun. 2019]. Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50062018000600075.

DÍAZ BARRIGA, Frida

2010 Los Profesores ante las innovaciones curriculares. [En línea]. 19:3 (2010). *Revista Iberoamericana de Educación Superior*. 1:1 (2010) 16. [Consult. 10 sept. 2019]. Disponible en: <https://ries.universia.net/rt/printerFriendly/32/207>.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto

2014 *Metodología de la investigación*. México : McGraw Hill, 2014.

KORNER, J.

2001 The Didactics of psychoanalytic in education. *International Journal of Psychoanalysis*. [En línea]. 83:6 (2001) 1.935-1.940. [Consult. 5 jun. 2019]. Disponible en: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1516/GMKN-UBB6-7VLG-QFEH?journalCode=ripa20>.

MALLART, Juan

2020 *Didáctica : concepto, objetivo y finalidad*. [En línea] 17:6 (2020). [Consult. 4 de ene. 2020]. Disponible en: <http://www.xtec.cat/~tperulle/act0696/notesUned/tema1.pdf>.

MESAS DE ESTUDIO SOBRE FORMACIÓN DE BIBLIOTECARIOS Y MEJORAMIENTO DE BIBLIOTECARIOS EN SERVICIO EN AMÉRICA LATINA, 1963-1965

1969 *Trabajos presentados a las tres mesas de estudio*. Antioquia : Editorial Universidad de Antioquia, 1969.

MORALES, Campos Estela

1988 *Educación bibliotecológica en México : 1915-1954*. México : UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1988.

MEDINA RIVILLA, Antonio María; SEVILLANO GARCÍA, María Luisa

2002 *Diseño, desarrollo e innovación del currículo en las instituciones educativas*. Madrid: Universitas, 2002.

POLEO, Gustavo

2018 *Uso de métodos mixtos de investigación en Educación*. Caracas : Universidad Pedagógica Experimental Libertador, 2015. [En línea]. 13:15 (2018). [Consult. 6 jul. 2019] Disponible en: <https://es.slideshare.net/GustavoPoleo/uso-de-mtodos-mixtos-de-investigacin-educacin>.

ANEXO 1

Factores positivos. De acuerdo con su práctica docente, por favor indique cuales considera que son los **factores de enseñanza** que más han afectado en sentido **positivo** y **negativo** las actividades que lleva a cabo dentro del aula.

FACTORES POSITIVOS			
	FACTORES IDENTIFICADOS EN LA TEORÍA		FACTORES EMERGENTES
	PERFIL DOCENTE 74	TECNOLOGIA 18	ALUMNOS 30
1	Gusto por dar clase	Tecnología, multimedia y aplicaciones.	Intereses del alumno
2	Disfruto dar clase	Docentes constante y permanente actualización por ejemplo el uso de la tecnología	Que los alumnos participen más y los docentes menos para hacer más activo al grupo
3	Acercamiento académico con estudiantes	Uso de tecnologías por parte de los alumnos.	Grupos activos
4	Pasión por lo que haces	Tecnologías de la Información y la comunicación (TIC)	La actitud de los estudiantes dispuestos a aprender
5	Empatía del docente con los jóvenes alumnos	La comunicación horizontal gracias a redes sociales y tecnología	Construcción de ideas con los alumnos
6	Gusto por la docencia	Tecnología	Si el perfil del alumno es hacia Bibliotecología es más fácil trabajar con él.
7	Capacidad del profesor	El cambio de los marcos teóricos gracias a la tecnología.	Conocimiento de los alumnos en grados avanzados para comprender las didácticas aplicadas
8	habilidad del profesor	Usar tecnología	Cambio de actitud del alumno al principio y al final de la carrera ya que saben de qué se trata
9	Motivación por parte del docente	Utilizar watts app con los alumnos como herramienta de clase.	Saber qué tipo de alumnos se les está dando clase
10	Planeación didáctica	El uso de las TIC en clase	Saber qué tipo de alumnos se les está dando clase, de donde vienen que les antecede en su formación
11	Valorar la relación pedagógica	Incorporación de las Tics	Conocer si los alumnos escogieron la carrera
12	Que el docente enseñe de diferente forma y no sólo lo tradicional para que ellos no se aburran	Uso de Facebook	Conocimiento de los alumnos en grados avanzados para comprender las didácticas aplicadas
13	Buscar alternativas de enseñanza.	Uso de plataformas	Que el alumno se acerque a preguntar sus dudas después de clase
14	Dialogo y comunicación permanente con los estudiantes	Enseñar tecnología de manera transversal,	Los alumnos vienen de familias de bibliotecólogos
15	Compartir	Entender las tecnologías de la Información como un apoyo o como un soporte para el trabajo de la información que tenga contenidos específicos,	Los alumnos vienen de familias de bibliotecólogos
16	Aplicación de didáctica efectiva con la que los alumnos sientan que avanzan	Tecnología	Conocimiento de los alumnos en grados avanzados para comprender las didácticas aplicadas
17	Que los docentes ofrezcan a los alumnos las posibilidades de desempeñarse en los espacios laborales	Uso de la tecnología en los procesos de enseñanza- aprendizaje.	Participación "libre" del alumno

18	Que los docentes doten a los alumnos para que entiendan lo que es la información en un sentido más abstracto	Uso de tecnología	Preparación previa con la que llega el estudiante a la universidad
19	Que el docente conozca de donde vienen los alumnos, su contexto		Que el alumno haga una apropiación crítica de los conocimientos
	Participación "libre" del alumno		Los alumnos estudian otra especialidad después de que se titulan
20	Implementación de metodologías abiertas que no sean formatos		Que el alumno reconozca que el profesor tiene buenos consejos para estudiar
21	Que el docente este actualizado		Manejo de buena comunicación de los alumnos hacia sus pares, usuarios y jefes
22	diversidad de estrategias		La actitud propositiva de algunos de los alumnos que asisten regularmente a las clases
23	Implementación de metodologías abiertas que no sean formatos		Disposición de aprender
24	Que el docente perciba cuando el alumno entendió o no		Incentivar a los alumnos a investigar junto al docente
25	Dar ejemplos de bibliotecas "Modelo"		Entusiasmo de alumnos
26	Orientación del docente		Participación "libre" del alumno
27	Continuidad de procesos de enseñanza		La evaluación permanente por parte de los alumnos hacia los profesores
28	La guía y orientación del docente		Los alumnos que quieren estudiar Bibliotecología
29	Hacer que el estudiante desarrolle competencias.		Los alumnos traen una mejor formación académica
30	Que el docente haga que el alumno aplique lo aprendido en un campo de acción		Mayores entusiasmos de los alumnos
31	Asegurarse que el estudiante está adquiriendo la competencia solicitada		
32	Como docente tratar de enamorar a los alumnos de la carrera		
33	Tengo que "enamorar" a los alumnos de la Bibliotecología		
34	Tengo que hacer que los alumnos se enamoren de la carrera		
35	Conocer la parte humana de los alumnos		
36	El docente tiene que estar abierto a preguntar porque el alumno no entiende las lecciones		
37	Que el docente sustente lo que hace en clase		
38	Apertura de dialogo en clase para mayor conocimiento		
39	La actualización del docente		
40	Nutrir a los alumnos y que los alumnos nutran al docente		

41	Motivación del docente para que se queden en la carrera		
42	Experiencia docente		
43	Que el docente lea para estar compartiendo contenidos actualizados y ampliar el escenario de la Bibliotecología y su vinculación		
44	La capacitación docente		
45	Choque en el aula cuando los docentes no están listos para recibir alumnos de otros planes de estudio		
46	Utilizar el mismo lenguaje con los alumnos		
47	Que haya un centro en la universidad en donde pueda pedir apoyo y asesorías para innovación de cursos		
48	La planeación donde se tenga en cuenta todos los elementos del sistema didáctico		
49	Necesidad de seguir construyendo el campo bibliotecológico		
50	La Escuela se encarga de "encantarlos hacia la carrera"		
51	Formación que se da en la Institución		
	El tipo de diseño curricular de la escuela hace que la formación sea muy integral e interdisciplinaria		
52	Que la institución tenga una visión más abierta respecto algo que son las Ciencias de la Información		
53	Poner temas a discusión y hacer análisis de temas.		
54	La Escuela nos da todos los recursos para impartir clase.		
55	Potencialidades del programa		
56	La buena escritura como apoyo a la enseñanza.		
57	Clases seriadas		
58	Docente. Las técnicas pedagógicas usadas por el profesor siempre serán vitales, por eso es de suma importancia se consideren siempre los siguientes		
59	Experiencia laboral que tenga el docente		
60	Juntas metodológicas de profesores para discutir los contenidos de las asignaturas y coordinación de trabajos		
61	Que el docente perciba cuando el alumno entendió o no		
62	Que el docente tenga experiencia en lo laboral		

	para poder transmitir conocimientos		
63	Conocer la parte humana de los alumnos.		
64	Que el docente da un extra		
65	Formación didáctica del docente		
66	Hacer la clase atractiva para el estudiante		
67	La docencia da la posibilidad de mantenerse activo en el terreno humano e intelectual		
68	Los docentes trabajan para convencer a los alumnos		
69	Nutrir a los alumnos y que los alumnos nutran al docente		
70	Preparación del profesor		
71	Profesores jóvenes		
72	Que el docente esté dedicado a una práctica docente referida a un campo específico de conocimiento		
73	Que el docente haga los contenidos adecuados y prepare la clase, uso de estrategias		
74	Que el docente se prepare		

ANEXO 2

Factores Negativos. De acuerdo con su práctica docente, por favor indique cuales considera que son los **factores de enseñanza** que más han afectado en sentido **positivo** y **negativo** las actividades que lleva a cabo dentro del aula.

FACTORES NEGATIVOS			
	FACTORES IDENTIFICADOS EN LA TEORIA		FACTORES EMERGENTES
	IDENTIDAD DISCIPLINARIA 3	PERFIL DOCENTE 2	ALUMNOS 1
1	Problemas de identidad en la carrera	Ejercicio docente	El perfil de ingreso del estudiante
2	Falta de identidad profesional	Mal uso de la relación pedagógica	Grupos no activos
3	La carrera no tiene aún una identidad propia.	Asumirse como profesor y no como maestro	El ánimo de los estudiantes
4	No tienen identidad por la carrera y por la edad	La no preparación del profesor	No hay liderazgo por parte de los alumnos como lo manifiestan otros profesionales
5	El perfil de ingreso del estudiante	Incorporación de temas nuevos a la Bibliotecología	El estudiante espera formatos y matrices
6	Los alumnos no ingresan con motivación pues no es la carrera que ellos solicitaron	Innovación de didáctica por grados	Distracción de los alumnos por redes sociales
7	Perfiles de estudiantes que no tienen el interés por la carrera	Los docentes no preparan sus clases	Que los alumnos trabajan y estudian
8	Percepción social del bibliotecólogo	La improvisación del docente	Hay alumnos que ingresan a muy jóvenes (15, 16 años)
9	Percepción individual que los estudiantes construyen a través del imaginario social.	Que el docente no logre que el alumno lleve lo que vieron en el ámbito académico a otro escenario	Que los alumnos no están al 100% pues trabajan y el horario es nocturno
10	Convencimiento de que la carrera es algo interesante.	Que los docentes estén actualizados en tecnología.	Pocos alumnos que ingresan a la carrera.
11	Los alumnos de nuevo ingreso no entran por voluntad	Los docentes requieren cursos de capacitación y actualización permanente	Miedo de los alumnos porque se cierre la carrera
12	Los alumnos no tienen identidad disciplinar	Que la capacitación de docentes sea obligatoria	Los alumnos deben aceptar el cambio de paradigma del tipo de clase que se da en la Universidad
13	Los alumnos no se identifican con la carrera	Falta de profesionales que asuman un papel de profesor	Que los alumnos no creen que los maestros deben dar toda la información
14	Los alumnos no están convencidos de que es su carrera	Carencia de formación para los alumnos en el área de gestión para conducir proyectos e iniciativas	Que los alumnos sean más independientes al estudiar
15	Parece que los alumnos toman la carrera sólo para obtener un trabajo y no por vocación.	Plagio en trabajos de los alumnos.	Distracción de los alumnos por redes sociales
16	Deserción	Los docentes no hacen investigación en el área	Plagio en trabajos de los alumnos
17	Los estudiantes se quieren cambiar de carrera	Que el docente no viva la experiencia que comparte en el aula, es decir que solo sea teórico	Que los alumnos no manejen otro idioma
18	Lo ideal sería tener a alumnos que por decisión vocacional quieran estudiar Bibliotecología	Que el docente no tenga experiencia laboral. Compensar la teoría con la práctica	La actualización del alumno
19	Puntaje que se pide para el ingreso a la carrera	Que el docente no tenga experiencia laboral	Que los alumnos arrastren materias
20	Cierre de grupos por falta de alumnos	La falta de actualización docente	La actitud de los estudiantes que no están dispuestos a aprender

21	El estado asigna la carrera a los alumnos y eso impacta en su rendimiento	La falta de actualización docente	Cuando los alumnos no vienen a aprender si no sólo a sacar una nota
22	Problemas de identidad en la carrera	Que los docentes estén preparados para recibir alumnos de diferentes planes de estudio	inconformidad con la evaluación educativa (No gusta a alumnos ni a docentes)
23	El no manejo disciplinar del tema	Los profesores no usan los espacios de la universidad para capacitarse	Diferencia en los grupos por generaciones
24	Falta de identidad profesional	Los docentes no aprovechan las becas que hay para ellos.	La evaluación
25	No conocen la carrera	Que no vayan a la oficina de apoyo didáctico	Los estudiantes ingresan muy "chicos" a la carrera
26	La carrera es vista como un trampolín para pasar a otra carrera	Recorte de presupuesto a docentes	Grupos no activos
27	Los alumnos no están seguros de estudiar Bibliotecología	Inconformidad con la evaluación educativa (No gusta a alumnos ni a docentes)	Los alumnos no están convencidos de que es su carrera
28	la formación no puede seguir siendo solamente disciplinar	La evaluación	La actitud de los estudiantes que no están dispuestos a aprender
29	Los alumnos entran a la carrera que no quieren	Romper las barreras de la Bibliotecología tradicional	Los alumnos no trabajan y solo estudian, entonces no hay practica
30	No equilibrio entre teoría y práctica	Falencia en el área de organización y representación de la información	Los alumnos que se van toman la carrera con pereza
31	Identidad complicada y muchas veces vetada por ese escena, por tanto hay factores económico y factores de índole político que han entorpecido también ciertas soluciones o ciertas memorias	Mejorar el nivel de hábito de lectura de los alumnos	Los alumnos tienen conocimientos pobres en investigación y redacción
32	Desmontar los estereotipos sobre la figura y la función del bibliotecario	Que le asignen a un docente un curso que no domine	El estudiante no quiere dar más de lo que es solamente lo que uno le da en el aula
33	La carencia de conocimientos en temas de gestión desde el punto de vista empírico	Que el docente no piense en los alumnos	Los alumnos reclaman mayor calificaciones y se les dan
34		Descoordinación de docentes	El alumno que llega crees que la universidad es lo mismo que el colegio
35		Falta de conocimientos generales de los profesores	El estudiante no investiga
36		Capacitación a los profesores que no están actualizados	Actitud del alumno
37		Los docentes que no hacen buenas pruebas	Origen de los alumnos no los hace que estén familiarizado con tecnologías
38		El docente no tiene motivación	Los alumnos no están seguros de estudiar Bibliotecología
39		El docente que no está preparado en el área pedagógica para atender a alumnos en general y con discapacidad	Los alumnos se predisponen con la catalogación
40		El docente debe aprovecharlo para la clase	Que los alumnos no sueltan el celular
41		Que alguien de clase recién salido del aula sin experiencia, no importa si tiene maestría o doctorado	Actitud del alumno
42		No obviar intereses de los alumnos y hablar de todo en el aula	A los alumnos les cuesta trabajo apropiarse de los contenidos por que no trabajan en el área
43		Poca experiencia en docencia	Los alumnos tienen que poner más de su parte

44		Hay docentes que son de formación muy bibliotecológica, probablemente transmitir conocimientos desde una integración disciplinar les cuesta más trabajo	Forma de aprensión de conocimiento de los alumnos
45		Hay docentes que ya son graduados de planes de estudio más recientes y ese perfil amplio lo tienen más incorporado	Los alumnos deben de tener un pensamiento lógico matemático básico.
46		Cambio de las asignaturas asignadas a los docentes.	Preparación previa del alumno es precaria. Los alumnos que por no perder un lugar en la universidad se meten a la carrera y no la conocen
47		El que sea un excelente investigador, el que sea un excelente profesionalista no garantiza que sea un buen maestro	No todos los alumnos vienen con el mismo bagaje cultural de conocimientos
48		Que el docente no esté listo en el área educación	La falta de preparación de algunos de los alumnos en cuanto a la redacción de textos académicos
49		Desactualización del docente	No todos los alumnos laboran en biblioteca
50		Desinterés por mejorar académicamente por parte del docente	El muchacho se tiene que hacer cargo de un proceso de aprendizaje.
51		Desmotivación docente	Los alumnos de últimos semestres ya se quieren ir
52		Indiferencia docente	Que los alumnos faltan a clase a veces por razones económicas
53		Pocas competencias y habilidades docentes	hacen falta más becas para ellos
54		Bajo nivel de alfabetización tecnológica del docente	Falta de lectura de los estudiantes y la carente necesidad de buscar información
55			Una deficiente selección de alumnos de nuevo ingreso
56			Bajo capital cultural de los alumnos

PERCEÇÃO SOBRE OS CONHECIMENTOS, HABILIDADES, COMPETÊNCIAS E APTIDÕES DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: uma comparação de realidades

PERCEPTION OF INFORMATION PROFESSIONALS' KNOWLEDGE, ABILITIES/SKILLS, COMPETENCIES AND APTITUDES: a comparison of realities

Dalbert Marques Oliveira | Luís Silva Rodrigues

Resumo: Os Conhecimentos, as Habilidades, as Competências e as Aptidões dos profissionais da informação são conceitos amplamente discutidos na literatura, quer em trabalhos académicos, quer em referenciais profissionais, sendo que o termo 'profissional da informação', não raramente, é utilizado na literatura de uma forma abrangente. Pese embora os trabalhos publicados, constata-se a existência de diferenças entre os conceitos e a sua aplicação, principalmente quando se analisam trabalhos de autores de diferentes países e de diferentes correntes. A finalidade do trabalho de investigação em curso é a de averiguar se existem diferenças no que se refere aos principais Conhecimentos, Habilidades, Competências e Aptidões dos profissionais da informação, percecionados quer por profissionais portugueses, quer por profissionais brasileiros, na perspetiva da Ciência da Informação. Neste artigo, é apresentada uma discussão sobre os principais conceitos relacionados com os profissionais de informação, bem como uma breve descrição do trabalho de investigação que se pretende realizar.

Palavras-chave: Profissional da Informação, perfis, Portugal, Brasil

Abstract: Information professionals' Knowledge, Abilities/Skills, Competencies and Aptitudes are concepts widely discussed in the literature, both in academic and professional references, and the term 'information professional' is not rarely used in the literature, in different ways. Despite the published works, there are differences between the concepts and their application, especially when analyzing works by authors from different countries and different approaches. The purpose of the ongoing research work is to find out if there are differences regarding the main Knowledge, Abilities/Skills, Competences and Aptitudes of information professionals, perceived either by Portuguese or Brazilian professionals, from the perspective of Information Science. This article presents a discussion of the main concepts related to information professionals, as well as a brief description of the research work that is intended to be carried out.

Keywords: Information Professional, profiles, Portugal, Brazil

1. Introdução

Quando se estuda a literatura produzida sobre os Conhecimentos, Habilidades, Competências e Aptidões (CHCA) dos profissionais da informação é possível encontrar uma grande quantidade de informação, geralmente complementar, mas por vezes divergente, sobre estes conceitos (SNOW, 1992; BUFREM e PEREIRA, 2004; BRANDÃO e BORGES-ANDRADE, 2007; SOUSA, *et al.*, 2008; SINGH e PINKI, 2009; ODUWOLE e OLATUNDUN, 2010; FILENGA, MOURA e RAMA, 2010; PONS BLANCO e SÁNCHEZ TARRAGÓ, 2011; FARIAS, 2007). De forma semelhante, o mesmo acontece quando se pesquisa o termo 'profissional da informação', na perspetiva da Ciência da Informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2000; TARGINO, 2000; SILVA e RIBEIRO, 2004).

Em relação aos CHCA, observa-se que a diversidade de significados recuperados, parece estar relacionada com a existência de diferentes escolas/organizações/associações e culturas (PRIMI, *et al.*, 2001; FILENGA, MOURA e RAMA, 2010). Já quando o foco de análise se refere ao termo 'profissional da informação', é possível observar tanto diferenças

lexicais (EURO REFERENCIAL, 2005; OP I-D, 2006; BRASIL, 2010; PORTUGAL, 2011; ARMA INTERNATIONAL, 2017) quanto diferenças referentes às diversas profissões incluídas num grande grupo denominado ‘profissionais da informação’ (MASON, 1990; SCHRÖDER, 1994; LYON e BRENNER, 2015; EUCLID, [20--]; EUCLID, 1991).

As diversas nomenclaturas que definem os profissionais da informação e as suas práticas profissionais, podem ser encontradas em classificações nacionais de profissões (PORTUGAL, 2011; BRASIL, 2010). Todavia, é de referir que apenas uma das duas classificações analisadas (portuguesa e brasileira) possui o termo “Profissional da Informação” na sua composição (BRASIL, 2010).

Para além das classificações nacionais, constata-se que existiam, em países da Europa, referenciais sobre as profissões relacionadas com o Profissional da Informação (*e. g.*, SOCIEDAD..., 1996; ASSOCIATION DES PROFESSIONNELS..., 2001). As organizações por detrás destes referenciais auxiliaram na compilação, em 1999, do Euro-Referencial I-D (Informação-Documentação) e em 2005 da sua segunda edição (EURO REFERENCIAL, 2005). Uma outra organização, a *Special Libraries Association* (SLA) concluiu em 2016 o *Competencies for Information Professionals* (SPECIAL..., 2019c). Já nos Estados Unidos é possível encontrar o *Records and Information Management* (RIM) (ARMA International, 2017), que é também um referencial abrangente sobre o Profissional da Informação (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2019).

Nos dois primeiros referenciais (Euro-Referencial e RIM) é possível encontrar relações entre os CHCA relacionados à profissão da informação (EURO REFERENCIAL, 2005; ARMA International, 2017). Porém, devido ao que autores denominam como diferenças culturais (PRIMI, *et al.*, 2001; FILENGA, Moura e Rama, 2010), estes conceitos assumem ligeiras diferenças quando se analisa a literatura produzida sobre o tema (FERREIRA, 2003; NASSIF e SANTOS, 2009; KOH e ABBAS, 2015).

Visando a compreensão desses conceitos, este trabalho de investigação parte de uma compreensão do Profissional da Informação, que resultará numa revisão da literatura tanto sobre estes profissionais, quanto acerca dos CHCA correspondentes, da análise das classificações nacionais (PORTUGAL, 2011; BRASIL, 2010) e de referenciais da profissão da informação (EURO REFERENCIAL, 2005; SPECIAL..., 2019c; ARMA INTERNATIONAL, 2017). Esta compreensão da profissão da informação servirá de base para um estudo por questionário, que será aplicado a profissionais com formação superior em Ciência da Informação, em Portugal e no Brasil, que exerceram ou exercem atualmente funções nesta área. Este estudo terá o intuito de perceber as distintas realidades e qual a percepção destes profissionais sobre os conceitos investigados.

2. O Profissional da informação

A primeira ocorrência do termo “profissional da informação” recuperada mediante uma procura nos motores de busca da *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, pelo termo “profissional da informação” e “information professional”, foi num artigo *The Space Congress*, de 1964, intitulado “*Structuring the Engineering organization to solve the information problem*” (BRION, 1964). Em anos posteriores, é possível encontrar estudos referentes ao profissional da informação em Wasserman e Bundy (1969); Debons, *et al.*

(1972) e Ely (1974), sendo que nestes estudos observam-se diferenças entre as funções relacionadas com os profissionais da informação. Para além destas diferenças entre as funções, é possível verificar noutros trabalhos diferenças lexicais tanto em Portugal (SILVA e RIBEIRO, 2004; OP I-D, 2006) quanto no Brasil (ALMEIDA JÚNIOR, 2000). Almeida Júnior comenta ainda sobre uma aparente “teimosia” em continuar a utilizar o termo “bibliotecário” para designar os formados em Biblioteconomia, mesmo diante da ampliação das funções e dos âmbitos de trabalho destes (ver também VALENTIM, 2000 e TARGINO, 2000).

Quando se tem em consideração ambas as realidades (portuguesa e brasileira), é possível observar dezenas de profissões associadas ao termo profissional da informação (MASON, 1990; SCHRÖDER, 1994; CUNHA e CRIVELLARI, 2004).

São também observadas diferenças sobre a conceção do profissional da informação quando se analisam organizações distintas, como por exemplo a SLA (*Special Libraries Association*) (SPECIAL..., 2019e), a *Bobcatsss Association* (BOBCATSSS) (apoiada pela EUCLID – *European Association for Library & Information Education and Research*) (EUCLID, [20--]; EUCLID, 1991; TODOROVA, ARVOLA e GASCÓN, 2019; BOBCATSSS ASSOCIATION, 2019) ou a *iSchools Organization* (ISCHOOLS, 2019b; ISCHOOLS, 2019c; LYON e BRENNER, 2015).

A SLA é uma organização global de profissionais da informação que procura fortalecer os seus membros através de formações e *networking* (SPECIAL..., 2019d). De acordo com a SLA, o profissional da informação é o responsável por desenvolver, implementar e gerir recursos e serviços de informação, para alcançar a missão da organização (SPECIAL..., 2019b). Como profissionais da informação incluem-se bibliotecários, gestores de conhecimento, diretores de informação, desenvolvedores da web e consultores de informação (SPECIAL..., 2019a).

A BOBCATSSS (BOBCATSSS ASSOCIATION, 2019), apoiada pela EUCLID (EUCLID, [20--]; EUCLID, 1991; TODOROVA, ARVOLA e GASCÓN, 2019), tem por objetivo promover a cooperação europeia no ensino e investigação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, fornecendo uma estrutura através da qual o interesse europeu em relação à educação nesta área possa ser representado (BOBCATSSS ASSOCIATION, 2019). As profissões relacionadas ao profissional da informação listadas nesta associação se assemelham muito com as definidas pelas classificações nacionais das profissões (ver Tabela 1).

A *iSchools Organization* é dedicada ao avanço no campo da informação no século XXI, sendo constituída por diversas instituições de ensino (ISCHOOLS, 2019b; ISCHOOLS, 2019c). De entre as profissões que se enquadram nas formações das *iSchools*, poder-se-á referir profissões tão distintas quanto as de arquitetos da informação, gerentes de rede, gerentes de projeto, desenvolvedores da *Web*, desenvolvedores de soluções, engenheiros de desenvolvimento de *software*, profissionais de garantia de qualidade, analistas e gerentes de TI, programadores, bibliotecários, oficiais de informação, profissionais de relações legislativas, analistas de inteligência competitiva, especialistas em gestão do conhecimento (ISCHOOLS, 2019a).

Existem ainda na Europa diversas organizações relacionadas ao profissional da informação, as quais possuem seus próprios referenciais. É um exemplo destas

organizações a Sociedad Española de Documentación e Información Científica (SEDIC) que desenvolveu a *Relación de conocimientos y técnicas aplicables a las funciones de los profesionales de la Información y la Documentación* (SOCIEDAD..., 1996), e a Association des Professionnels de l'Information et de la Documentation (ADBS) com o *Référenciel des métiers-types des professionnels de l'Information-Documentation*. Estes países, somados com os esforços de outros, formam o Conselho Europeu das Associações de Informação-Documentação (ECIA). Este Conselho compilou em 1999 o *Euro-Referencial I-D*, alcançando a sua segunda edição em 2005 (EURO REFERENCIAL, 2005). Num âmbito internacional, a SLA compilou entre os anos de 2015 e 2016, o *Competencies for information professionals*, que visa colaborar para uma visão das competências requeridas aos profissionais da informação no século XXI (SPECIAL..., 2019c). Já nos Estados Unidos é possível encontrar o *Records and Information Management* (ARMA INTERNATIONAL, 2017), que também é um referencial abrangente sobre a profissão da informação (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2019).

Tendo em atenção às investigações realizadas nas diversas correntes, organizações e na literatura, define-se neste estudo, o profissional da informação como o responsável pela produção e disponibilização da informação em etapas que compreendem o desenvolvimento e implementação de recursos e serviços de informação para a recuperação, seleção, tratamento, armazenamento e preservação da informação, utilizando diversas ferramentas físicas e/ou virtuais, de forma a tornar a informação acessível, num formato, local e momento oportuno, colaborando assim para que pessoas e/ou organizações alcancem os seus objetivos propostos (MASON, 1990; SCHRÖDER, 1994; TARGINO, 2000; ALMEIDA JÚNIOR, 2000; SILVA e RIBEIRO, 2004; OP I-D, 2006; CUNHA e CRIVELLARI, 2004; PINTO, *et al.*, 2015; SPECIAL..., 2019b).

2.1. Estudos em Portugal e no Brasil

Na literatura é possível encontrar diversos estudos sobre os profissionais da informação, quer em Portugal, quer no Brasil. Em Portugal, Silva e Ribeiro (2004) descrevem 94 nomenclaturas associadas a estes profissionais, parte destas recuperadas do estudo brasileiro de Almeida Júnior (2000).

Ainda em Portugal, é possível referir estudos que caracterizam o profissional da informação (SILVA e RIBEIRO, 2004); o relatório do Observatório da Profissão de Informação-Documentação (OP I-D, 2006), um relatório abrangente baseado no *Euro-Referencial I-D*, sobre as profissões dos profissionais da informação, profissões estas maioritariamente relacionadas às referidas pela BOBCATSSS (TODOROVA, ARVOLA e GASCÓN, 2019); as investigações sobre a carreira dos profissionais da Informação-Documentação (bibliotecário, arquivista e documentalista) em organizações públicas, abordando a identidade, os perfis, as competências, a visibilidade social, as expectativas e dilemas profissionais, em meio a legislação profissional da área, destacando a ação do Observatório da Profissão de Informação-Documentação (OP I-D) (OCHOA e BARATA, 2010); o estudo sobre o nível de empregabilidade dos formados em Ciência da Informação, sobre os processos de formação e as mudanças que têm sido observadas (RIBEIRO e MOURA, 2015); a investigação sobre a evolução das carreiras dos profissionais de Informação-Documentação em Portugal a partir de um estudo de caso centrado nos graduados da Licenciatura em Ciência da Informação e Documentação da Universidade Aberta, entre 2007 e 2010 (MARCOS, 2015); a análise das principais tendências, problemas e desafios

que se colocam ao grupo dos profissionais de Informação-Documentação no quadro do Sistema de Informação-Documentação nacional (BARATA e OCHÔA, 2015).

Relativamente aos estudos realizados no Brasil, é possível citar outros exemplos, como o estudo que aborda a relação e a identificação das qualificações do profissional da informação e das características desejáveis num novo perfil profissional em áreas das ciências e tecnologia, como a Biotecnologia, a Engenharia Química, as Geociências e a Tecnologia Mineral (TARAPANOFF, 1989); a análise do trabalho dos profissionais da informação numa empresa internacional e o seu papel na liderança e administração de processos de Gestão da Informação nos processos de Gestão do Conhecimento e Mapeamento do Conhecimento (HOMMERDING e VERGUEIRO, 2004); a análise de discurso, em atas, das discussões realizadas num grupo de trabalho de um evento da área da Ciência da Informação, com o intuito de se investigar as tendências referentes às dimensões currículo e mercado profissional dos profissionais da informação (SOUZA, 2008); os conceitos, características e atuação do moderno profissional da informação (arquivista, bibliotecário e museólogo) (GUIMARÃES, 1997); as habilidades mediadoras do profissional da informação e sua importância no ciclo de vida e elaboração do plano nacional do livro e leitura no Brasil (MARSULO, CARVALHO e CASTRO FILHO, 2015); o destaque das habilidades específicas dos profissionais da informação sobre o ciclo de vida e o desenvolvimento de políticas públicas, com o objetivo de alavancar as transformações trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação, enquanto elementos reguladores da sociedade contemporânea, no âmbito da sociedade e principalmente neste universo governamental (MARSULO e CARVALHO, 2016); e a apresentação dos resultados de um estudo que teve por objeto a problematização da formação e a atuação dos profissionais da informação (bibliotecários, arquivistas e museólogos), no Brasil (SILVA e FUJINO, 2018).

2.2. Classificações nacionais das profissões e o profissional da informação

Na tentativa de esclarecer quais são as profissões inseridas na categoria dos profissionais da informação, este trabalho procurou sintetizar as definições relacionadas com estes profissionais na *Classificação Portuguesa das Profissões* (CPP) (PORTUGAL, 2011) e na *Classificação Brasileira das Ocupações* (CBO) (BRASIL, 2010), dado que um dos objetivos deste trabalho será comparar as realidades destes países. Com base na análise das duas classificações nacionais, constatou-se que apenas a CBO menciona o termo “profissionais da informação” na sua composição (BRASIL, 2010).

As classificações nacionais investigadas para este estudo estão estruturadas em 5 níveis. Estes se iniciam num “Grande Grupo” o qual é representado por um código numérico de um algarismo e por uma denominação que representa um conjunto de profissões, exemplo: “Grande Grupo [código] 2 [dos] Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas” (PORTUGAL, 2011) e terminam num nível mais específico representado por um código de 5 (PORTUGAL, 2011) ou 6 (BRASIL, 2010) algarismos e pelo “Título” da “Profissão” (PORTUGAL, 2011) ou “Ocupação” (BRASIL, 2010), por exemplo, “Ocupação [código] 2612-05: [Título] Bibliotecário” (BRASIL, 2010).

Há pequenas diferenças lexicais na CPP e na CBO, por exemplo, o que a CPP denomina de “Sub-Grande Grupo” corresponde a “Subgrupos Principais” na CBO. Para este estudo, serão utilizados os termos da CPP para se referir a ambas as classificações.

Por não interferir no entendimento deste estudo, o primeiro e segundo níveis de ambas as classificações não serão mencionadas na Tabela 1, onde poderá ser vista uma síntese das classificações, tendo como foco as profissões relacionadas ao profissional da informação.

Tabela 1 – Síntese da CPP e da CBO ao nível das profissões inseridas no grupo dos Profissionais da Informação

Níveis	CPP		CBO	
	Código	Denominação	Código	Denominação
Sub Grupo	262	Bibliotecários, arquivistas e curadores de museus e similares	261	Profissionais da Comunicação e Informação
Grupo Primário	2621	Arquivistas e curadores de museus	2613	Arquivistas e Museólogos
	2622	(sem denominação)	2612	Profissionais da Informação
Profissão	2621.1	Arquivista	2613-05	Arquivista
	2621.2	Curador de museus	2613-10	Museólogo
	2622.0	Bibliotecários e outros especialistas de informação relacionados	2612-05	Bibliotecário
			2612-10	Documentalista
		2612-15	Analista de informações	

Fonte: Elaboração própria

Como retratado anteriormente, observa-se na Tabela 1 que apenas a CBO possui na sua composição menção ao termo “profissionais da informação”, dando alusão ao Grupo Primário 2612. Neste grupo são descritas 3 profissões: Bibliotecário (2612-05), Documentalista (2612-10) e Analista de informações (2612-15). Este Grupo Primário corresponde ao código 2622 na CPP e nesta não possui uma denominação. A profissão relacionada a este Grupo Primário na CPP é denominada de “Bibliotecários e outros especialistas de informação relacionados”.

Entretanto observam-se outras profissões, não inseridas no Grupo Primário dos Profissionais da Informação, mas mencionadas como profissões dos profissionais da informação por vários autores (TARGINO, 2000; SILVA e RIBEIRO, 2004; GUIMARÃES, 1997), são estas profissões as inseridas no Grupo Primário 2621 denominado “Arquivistas e curadores de museus” pela CPP, e do correspondente 2613 denominado “Arquivistas e Museólogos” pela CBO. O mesmo acontece com outras profissões da área das Ciências da Computação como o Grupo Primário 2124 da CBO que engloba os Analistas de Tecnologia da Informação (Desenvolvedores da Web, Engenheiros de desenvolvimento de *software*, Analistas e gerentes de TI), que são considerados profissionais da informação por organizações como a iSchools (ISCHOOLS, 2019a).

3. Conhecimentos, Habilidades, Competências e Aptidões

Nos referenciais citados anteriormente, é possível encontrar relações entre Competências, Domínio de Competências e Aptidões (EURO REFERENCIAL, 2005), Domínios de Competências (SPECIAL..., 2019c) e Domínios de Competências, Conhecimentos e

Habilidades (*Skill*) (ARMA INTERNATIONAL, 2017), relacionados com o profissional da informação.

Entretanto quando se analisam estes conceitos a partir da literatura, incluindo os referenciais, observa-se que estes são multifacetados, sendo possível constatar que há uma grande quantidade de informação, geralmente complementar, mas algumas vezes divergente, sobre cada um destes conceitos (SNOW, 1992; MARTIN, 1997; BUFREM e PEREIRA, 2004; BRANDÃO e BORGES-ANDRADE, 2007; SOUSA, *et al.*, 2008; SINGH e PINKI, 2009; ODUWOLE e OLATUNDUN, 2010; PONS BLANCO e SÁNCHEZ TARRAGÓ, 2011; FARIAS, 2007).

Observa-se que muitas destas diferenças possuem relação com distintas correntes de pensamento (PRIMI, *et al.*, 2001; FILENGA, MOURA e RAMA, 2010). Como exemplo destas diferenças é possível citar o conceito europeu de Competência (PERRENOUD, 1995) que é empregue como Habilidade Cognitiva pela corrente americana (CARROL, 1993). Outras divergências são encontradas nos demais termos, os quais passarão a ser analisados.

Em relação ao termo Conhecimento, há definições complementares e conflitantes (BUFREM e PEREIRA, 2004), possuindo diferenças a depender do caso de aplicação (ODUWOLE e OLATUNDUN, 2010). Como exemplo, é possível citar a divergência entre o Conhecimento ser um objeto desenvolvedor da competência (BUFREM e PEREIRA, 2004) ou um objeto desenvolvido por esta (PONS BLANCO e SÁNCHEZ TARRAGÓ, 2011).

Com base na revisão de literatura, observa-se que o conhecimento é entendido como a informação factual ou processual, adquirida ou aprendida (ARMA INTERNATIONAL, 2017) as quais adquiriram um contexto (DAVENPORT e PRUSAK, 1998), através da influência direta de experiências (SETZER, 1999; PONS BLANCO e SÁNCHEZ TARRAGÓ, 2011; PRESSER, *et al.*, 2015), proporcionando um processo de aprendizagem (BUFREM e PEREIRA, 2004) que culmina numa atuação prática (ODUWOLE e OLATUNDUN, 2010) para a resolução de problemas (PONS BLANCO e SÁNCHEZ TARRAGÓ, 2011).

Quando o termo investigado é Habilidade, observa-se uma divergência no que diz respeito às traduções do termo *Ability* e *Skill*. Habilidade (*ability*) está ligado à capacidade de se fazer algo (OXFORD, 2019a), enquanto Habilidade (*skill*) (OXFORD, 2019b) relaciona-se à capacidade de se fazer algo bem, de forma eficiente. Este termo também é entendido como Competências para alguns autores, quando se referem à habilidade adquirida (MANFREDI, 1999; SINGH e PINKI, 2009), ou ainda como um objeto utilizado pelas competências, para outros autores (DUTRA e CARVALHO, 2006).

Esta diferença entre *Ability* e *Skill* é também observada no RIM, onde *Ability* é definida como os conhecimentos e habilidades necessários para executar com sucesso atividades num determinado nível profissional, e *Skills* são parâmetros de desempenho observáveis, quantificáveis e mensuráveis que envolvem manipulação física, verbal ou mental de dados, pessoas ou objetos.

Tendo assentes estas definições, no presente estudo, Habilidade (*Skill/Ability*) será entendida como uma qualidade individual, inata e/ou adquirida (saber-ser) (MANFREDI, 1999; EURO REFERENCIAL, 2005), relacionada à capacidade de se utilizar conhecimentos (saberes) (PERRENOUD, 1995; EURO REFERENCIAL, 2005; PRESSER,

et al., 2015), na execução (saber-fazer) (EURO REFERENCIAL, 2005) eficiente de determinada atividade física ou mental (MANFREDI, 1999), podendo esta ação ser mensurada (CARROLL, 1993; ARMA INTERNATIONAL, 2017).

Se tratando do termo Competência, este é de longe o que possui um maior número de referências na literatura e foi ainda o termo mais problemático a ser definido neste estudo.

Há distinções entre os significados deste termo quando se analisam as correntes de estudo americana, latino-americana, francesa, australiana (BITENCOURT, 2001; FLEURY e FLEURY, 2001; BRANDÃO e BORGES-ANDRADE, 2007), bem como diferenças entre os significados pessoais e organizacionais do termo (FILENGA, MOURA e RAMA, 2010).

Vários autores concordam que este é um termo complexo (BRANDÃO e BORGES-ANDRADE, 2007; ABELL e OXBROW, 2006), possui muitas interpretações (BUFREM e PEREIRA, 2004; SOUSA, *et al.*, 2008; FILENGA, MOURA e RAMA, 2010), é muitas vezes utilizado para se referir a Habilidade (*Skill*) (MANFREDI, 1999; SINGH e PINKI, 2009), a capacidade, ao conhecimento (SOUZA, *et al.*, 2008), e outras vezes sendo composto por estes termos (FARIAS, 2007).

No presente estudo, o conceito de Competência será entendido como a capacidade de satisfazer pedidos complexos (OECD, 2005) através da mobilização consciente e da transferência de recursos (FLEURY e FLEURY, 2001), conhecimentos (saberes) (PERRENOUD, 1995; BUFREM e PEREIRA, 2004; EURO REFERENCIAL, 2005; DUTRA e CARVALHO, 2006; ARMA INTERNATIONAL, 2017), habilidades (saber-fazer) (EURO REFERENCIAL, 2005; ARMA INTERNATIONAL, 2017), atitudes (saber-ser) (BITENCOURT, 2001; BRANDÃO e GUIMARÃES, 2001; MENEZES e SANTOS, 2001; FILENGA, MOURA e RAMA, 2010; ROSA, PAULA e SIQUEIRA, 2015), aptidões (LE BOTERF, 2003; EURO REFERENCIAL, 2005; PEÓN ESPANTOSO, 2009), capacidades (SOUZA, *et al.*, 2008), atributos pessoais (MCNEIL e GIESECKE, 2001) os quais incluem características (ARMA INTERNATIONAL, 2017), comportamentos e experiências (ABELL e OXBROW, 2006), as quais podem ser tangíveis e intangíveis (DUDZIAK, 2009), adquiridos através de aprendizagem formal e informal (MEGHNAGI, 1998), tanto no meio acadêmico quanto no trabalho e na interação com outras pessoas (BITENCOURT, 2001), tendo como objetivo qualificar (FARIAS, 2007) e capacitar (BUFREM e PEREIRA, 2004) o indivíduo para que este possa aprimorar seu desempenho (BRANDÃO e BORGES-ANDRADE, 2007) na interação com o mundo que o cerca (SINGH e PINKI, 2009), contribuindo para a execução (EURO REFERENCIAL, 2005) de forma objetiva (PEÓN ESPANTOSO, 2009), eficaz (ROBALO, 1995) e diferenciada em cada situação (DUTRA e CARVALHO, 2006), de atividades diversas em determinadas áreas do conhecimento (BUFREM e PEREIRA, 2004; LARSEN, 2005; PEÓN ESPANTOSO, 2009), de forma que possa agregar valor tanto ao meio em que se encontra inserido, quanto a si mesmo (FLEURY e FLEURY, 2001; DUDZIAK, 2009; ROSA, PAULA e SIQUEIRA, 2015). É ainda algo que deve poder ser validado (EURO REFERENCIAL, 2005) e constantemente aprimorado, pois possui data de validade (MEGHNAGI, 1998), podendo ficar obsoleto.

Por fim, o termo Aptidão não aparece muitas vezes na literatura investigada. Entretanto trata-se de um termo antigo, para um conceito antigo, ainda amplamente utilizado, mas mal compreendido em muitos textos científicos, profissionais e públicos (SNOW, 1992).

Neste estudo, o conceito de Aptidão será entendido como uma característica potencial e uma predisposição pessoal ou adquirida (FLEURY e FLEURY, 2001; EURO REFERENCIAL, 2005), que possibilita o desenvolvimento, em determinadas condições, de alguma qualidade, habilidade ou potência adicional, indicando uma predisposição para a resposta diferencial de indivíduos às situações (SNOW, 1992).

4. Investigação futura

A revisão da literatura realizada permitiu constatar que não há um consenso generalizado sobre o que é um profissional da informação e como definir e caracterizar os CHCA referentes a esta profissão. Inclusive a própria conceituação sobre os CHCA possui divergências conceituais, principalmente de caráter cultural.

Observando-se que estas diferenças são tanto lexicais quanto conceituais, pretende-se compreender as diversas visões sobre o que é o profissional da informação e os CHCA, tanto na realidade portuguesa quanto na brasileira e perceber ainda se há divergências ou complementaridades, dentro das próprias realidades e na comparação entre ambas.

Esta compreensão será alcançada através de um estudo por questionário, em linha, numa população composta por profissionais, com formação superior em Ciência da Informação pelas principais instituições de ensino superior portuguesas e brasileiras e que exerceram ou exercem atualmente funções relacionadas a esta área de formação. Simultaneamente, pretende-se comparar as duas realidades (portuguesa e brasileira) no sentido de se aferir eventuais diferenças.

5. Conclusão

Neste artigo, com base na revisão da literatura realizada, pretendeu-se discutir e sistematizar os principais conceitos relacionados com a definição de profissional da informação, nomeadamente os conceitos de Conhecimentos, Habilidades, Competências e Aptidões (CHCA). Constatou-se que tanto o termo profissional da informação, como os conceitos de CHCA, possuem muitas definições. Segundo a literatura investigada, as diferenças que descrevem o termo profissional da informação relacionam-se sobretudo às distintas profissões que compõem este termo. Já as diferenças nas definições dos CHCA são sobretudo a relações culturais. Entretanto, estes são conceitos que importa serem estudados e clarificados. Com base neste trabalho, espera-se construir um ponto de partida para um estudo que permita perceber como profissionais portugueses e brasileiros entendem o profissional da informação e os CHCA aplicados a esta profissão.

Referências bibliográficas

ABELL, Angela; OXBROW, Nigel

2006 *Competing with knowledge : the information professional in the knowledge management age*. London : Facet Publishing, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo

2000 Profissional da Informação: entre o espírito e a produção. In *O Profissional da Informação: formação, perfil e atuação profissional*. Org. Marta Lígia Pomim Valentim. São Paulo: Editora Polis, 2000.

ARMA INTERNATIONAL

2017 *Records and Information Management Core Competencies*. Kansas: ARMA International, 2017.

ASSOCIATION DES PROFESSIONNELS DE L'INFORMATION ET DE LA DOCUMENTATION

2001 *Référentiel des métiers-types des professionnels de l'information-documentation : édition mise en conformité avec l'Euroréférentiel I&D*. Paris: ADBS Éditions, 2001.

BARATA, Paulo; OCHÔA, Paula

2015 Profissionais de Informação-Documentação a caminho da invisibilidade : uma reflexão a partir da análise de cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado. *Cadernos BAD*. 1 (2015) 7-22.

BITENCOURT, Claudia Cristina

2001 A Gestão de competências gerenciais : a contribuição da aprendizagem organizacional. Porto Alegre : [s. n.], 2001.
Tese de Doutorado.

BOBCATSSS ASSOCIATION

2019. *BOBCATSSS Association*. [Em linha]. 2019. Disponível em:
<https://sites.google.com/view/bobcatsss/home>.

LE BOTERF, Guy

2003 *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre : Artmed, 2003.

BRANDÃO, Hugo Pena; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo

2007 Causas e efeitos da expressão de competências no trabalho : para entender melhor a noção de competência. *Revista de Administração Mackenzie*. 3 (2007) 32-49.

BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino

2001 Gestão de competências e gestão de desempenho : tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto?. *Revista de Administração de Empresas*. 1 (jan-mar. 2001) 8-15.

BRASIL. Ministério do Trabalho

2010 *Classificação brasileira de ocupações*. [Em linha]. Ministério do Trabalho, 2010.
Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>.

BRION, Ben W.

1964 Structuring the Engineering Organization to solve the information problem. *The Space Congress® Proceedings*. [Em linha]. 2 (abr. 1964) 124-131. Disponível em:
<https://commons.erau.edu/space-congress-proceedings/proceedings-1964-1st/session-2a/2/>.

BUFREM, Leilah Santiago; PEREIRA, Edmeire C.

2004 Os Profissionais da informação e a gestão de competências. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 2 (ju.-dez. 2004) 170-181.

CARROLL, John Bissell

1993 The Study of cognitive abilities. In *Human Cognitive Abilities : a survey of factor-analytic studies*. 1993, p. 3-29.

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi

2004 O Mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Editora Polis, 2004, cap.2, p. 39-54.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Lawrence

1998 Working knowledge : how organizations manage what they know. *Harvard Business Press*. (1998).

DEBONS, Anthony [et al.]

1972 *A Career in Information*. São Petersburgo : Interdisciplinary Doctoral Program in Information Science, 1972.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana

2009 Formação do profissional da informação baseada na ligação entre competências, conteúdos de aprendizagem e currículo. In *CBBB 2009 - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*, 2009.

DUTRA, Tatiana N. Augusto; CARVALHO, Andréa Vasconcelos

2006 O Profissional da informação e as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho emergente. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. 11:22 (2º sem. 2006) 178-194.

ELY, Donald P.

1974 Future training for service : a report to the Library and Information Science profession. In *Southwestern Library Association Biennial Conference*. Galveston: Syracuse University, 1974.

EUCLID

[20--] *What is EUCLID?* [Em linha]. [20--]. Disponível em: <https://www.euclid-lis.eu/about/what-is-euclid/>.

EUCLID

1991 *Foundation meeting minutes*. Copenhagen: Royal School of Librarianship, 1991, out. 5-6.

Euro Referencial I-D

2005 *EURO Referencial I-D*. Ed. ECIA ; trad. Leonor Gaspar Pinto. 2ª ed. Lisboa : INCITE, 2005.

FARIAS, Gabriela Belmont de

2007 Representações do segmento imobiliário sobre as competências do gestor da informação. In *VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Salvador, 2007.

FERREIRA, Danielle Thiago

2003 Profissional da informação : perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. *Ciência da Informação*. 1 (2003) 42-49.

FILENGA, Douglas; MOURA, Valéria Feitosa de; RAMA, Ana Lúcia Franzoni
2010 Gestão por competências : análise metodológica e proposição de um instrumento para gestão de pessoas. In *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2010.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso
2001 Construindo o conceito de competência. *Revista de administração contemporânea*. 5 (2001) 183-196.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves
1997 Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*. 9:1 (1997) 124-137.

HOMMERDING, Nadia; VERGUEIRO, Waldomiro
1997 Profissionais da informação e o mapeamento do conhecimento nas organizações : o caso da KPMG Brasil. *Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 2:1 (jul.-dez. 2004) 17-36.

ISCHOOLS ORGANIZATION
2019a *Alumni careers* [Em linha]. 2019. Disponível em: <https://ischools.org/Alumni-Careers>.

ISCHOOLS ORGANIZATION
2019b *Charter and bylaws* [Em linha]. 2019. Disponível em: https://ischools.org/resources/Documents/2019-01-Charter-update-v.2019-01-23_final.pdf.

ISCHOOLS ORGANIZATION
2019c *ISchools Organization : about*. [Em linha]. 2019. Disponível em: <https://ischools.org/About>.

KOH, Kyungwon; ABBAS, June
2015 Competencies for information professionals in learning labs and makerspaces. *Journal of Education for Library and Information Science*. 56:2 (Apr. 2015) 114-129.

LARSEN, Gitte
2005 Continuing professional development : trends and perspectives in a Nordic context. In *World Library and Information Congress: 71th IFLA General Conference and Council: Libraries: a voyage of discovery*. 1ª versão (ago. 2005).

LYON, Liz; BRENNER, Aaron
2015 Bridging the data talent gap : positioning the iSchool as an agent for change. *International Journal of Digital Curation*. 10:1 (2015) 111-122.

MANFREDI, Silvia Maria
1999 Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. *Educação e Sociedade*. 19:64 (set. 1999) 13-49.

MARCOS, Isabel Marques
2015 *A Gestão da carreira dos profissionais da informação em Portugal : estudo sobre as trajetórias laborais e percepções da profissão dos graduados da Licenciatura em Ciências da Informação e Documentação da Universidade Aberta : cursos de 2007 a 2009*. Alcalá de Henares : Universidad de Alcalá, 2015.
Tese de Doutorado.

MARSULO, Thabyta Giraldele; CARVALHO, Ângela Maria Grossi de

2016 A Mediação do profissional da informação como ponte para decisões mais democráticas no campo das políticas públicas no Brasil. *Brazilian Journal of Information Science*. 10:3 (2016) 84-93.

MARSULO, Thabyta Giraldele; CARVALHO, Ângela Maria Grossi de; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de

2015 Políticas públicas de leitura no Brasil : uma análise da mediação do profissional da informação no ciclo de vida de criação do plano nacional do livro e da leitura. In *II Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação : anais*. São Paulo: UNESP, 2015.

MARTIN, Susan

1997 Two models of educational assessment : a response from initial teacher education : if the cap fits... *Assessment & Evaluation in Higher Education*. 22:3 (1997) 337-343.

MASON, Richard O.

1990 What is an information professional? *Journal of Education for Library and Information Science*. 31:2 (1990) 122-138.

MCNEIL, Beth; GIESECKE, Joan

2001 Core competencies for libraries and Library staff. In AVERY, Elizabeth Fuseler; DAHLIN, Terry; CARVER, Deborah A. - *Staff development : a practical guide*. 3rd ed. Chicago : American Library Association, 2001, p. 49-62.

MEGHNAGI, Saul

1998 A Competência profissional como tema de pesquisa. *Educação & Sociedade*. 19:64 (1998) 50-86.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos

2001 Competência. In *Dicionário Interativo da Educação Brasileira : Educabrazil*. [Em linha]. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/competencia>.

NASSIF, Mônica Erichsen; SANTOS, Ester Laodicea

2009 O Profissional da informação em atividades de inteligência competitiva. *Informação & Informação*. 14:2 (jul.-dez. 2009) 21-37.

OCHOA, Paula; BARATA, Paulo J. S.

2010 Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência : o caso dos profissionais de Informação-Documentação em organizações públicas. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10^o, Guimarães, 2010 - *Actas*. Lisboa : BAD, 2010.

ODUWOLE, Adebambo Adewale; OLATUNDUN, Oyewumi

2010 Electronic technology tools for knowledge management by health information professionals. *Journal of Hospital Librarianship*. 10:3 (2010) 305-314.

OECD

2005 *The Definition and selection of key competencies : executive summary*. [Em linha]. Paris: Mep Intérieur, 2005. Disponível em: www.oecd.org/dataoecd/47/61/35070367.pdf.

OLIVEIRA, Dalbert Marques; RODRIGUES, Luís da Silva

2019 Perfil dos Profissionais da Informação: uma análise dos conhecimentos e habilidades mais mencionadas no referencial RIM. *Anais do V SIMGETI*. Varginha (MG): UNIS, Centro Universitário do Sul de Minas, 2019.

OP I-D, ed.

2006 *A Imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação : relatório*. Lisboa: Observatório da Profissão de Informação-Documentação, 2006.

Oxford Learners's Dictionaries

2019a *Ability*. [Em linha]. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/ability_1?q=ability.

Oxford Learners's Dictionaries

2019b *Skill*. [Em linha]. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/skill?q=skill>.

PEÓN ESPANTOSO, José Juan

2009 *Modelo conceitual de gestão de competências para o profissional da informação com perfil de arquiteto da informação na gerência de espaços de informação digitais : estudo de caso*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado.

PERRENOUD, Philippe

1995 Des savoirs aux compétences : de quoi parle-t-on en parlant de compétences? *Pédagogie collégiale*. 9:1 (oct. 1995) 20-24.

PINTO, André Miguel Alves [et al.]

2015 Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto : um projeto colaborativo de sucesso. *Cadernos BAD*. 1 (jan-jun. 2015) 57-70.

PONS BLANCO, Maray; SÁNCHEZ TARRAGÓ, Nancy

2011 Conocimiento y prácticas asociadas al derecho de autor en profesionales de la información de los institutos y centros de investigación de la red de salud de La Habana. *Revista Cubana de ACIMED*. 22:2 (abr.-jun. 2011) 94-109.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística

2011 *Classificação portuguesa das profissões 2010*. Ed. 2011. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

PRESSER, Nado Helena [et al.]

2015 Mediação da informação : uma análise das competências atitudinais requeridas do profissional de informação. *ÁGORA*. 25:50 (jan.-jun. 2015) 172-190.

PRIMI, Ricardo [et al.]

2001 Competências e habilidades cognitivas : diferentes definições dos mesmos construtos. *Psicologia : teoria e pesquisa*. 17:2 (maio-ago. 2001) 151-159.

RIBEIRO, Fernanda; MOURA, Maria Aparecida

2015 A Formação profissional em Ciência da Informação em Portugal : desafios e perspectivas. *Bibliotecas Universitárias : pesquisas, experiências e perspectivas*. 2 (fev. 2015) 91-100.

ROBALO, António

1995 Eficácia e eficiência organizacionais. *Revista Portuguesa de Gestão*. (1995) 105-116.

ROSA, Nathaly Leandro; PAULA, Sílvio Luiz de; SIQUEIRA, Geraldina Maria de

2015 Gestor da informação : competências desenvolvidas pelas instituições de ensino superior. In *V Encontro de estudos sobre tecnologia, ciência e gestão da informação*. (2015).

SCHRÖDER, Thomas A., ed.

1994 *Information Science in Europe : a study guide*. Amesterdam : IOS Press, 1994.

SETZER, Valdemar W.

1999 Dado, informação, conhecimento e competência. *DataGramaZero : revista de Ciência da Informação*. 0:28 (1999).

SILVA, Adaci Aparecida Oliveira Rosa da; FUJINO, Asa

2018 Formação e trabalho do profissional da informação : trajetórias no Brasil. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina, 2018 – *Anais*. Londrina : ENANCIB, 2018, p. 3.977–3.997.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2004 Formação, perfil e competências do profissional da Informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTAISTAS, 8.º, Estoril, 2004 - *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura : (re)inventar a profissão : actas*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows XP. Lisboa : BAD, 2004.

SINGH, S.P.; PINKI, H.

2009 New skills for LIS professionals in technology-intensive environment. *International Conference of Academic Libraries*. 2009, p. 5-8.

SNOW, Richard E.

1992 Aptitude theory : yesterday, today and tomorrow. *Educational Psychologist*. 27:1 (1992) 5-32.

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE DOCUMENTACIÓN E INFORMACIÓN CIENTÍFICA

1996 *Relación de conocimientos y técnicas aplicables a las funciones de los profesionales de la información y la documentación*. Madrid: SEDIC, 1996.

SOUZA, Francisco das Chagas de

2008 Tendências em informação, educação e trabalho : as dimensões currículo e mercado profissional na pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. 1:1 (2008).

SOUZA, Katyusha Madureira L. de [et al.]

2008 Competência : diferentes abordagens e interpretações como estímulo à Ciência da Informação. *XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. São Paulo: CRUESP, 2008.

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION

2019a About Information Professionals. [Em linha]. 2019. Disponível em: <https://www.sla.org/career-center/about-information-professionals/>.

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION

2019b About SLA. [Em linha]. 2019. Disponível em: <https://www.sla.org/about-sla/>.

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION

2019c *Competencies for Information Professionals*. [Em linha]. 2019. Disponível em: <https://www.sla.org/about-sla/competencies/>.

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION

2019d History. [Em linha]. 2019. Disponível em: <https://www.sla.org/about-sla/history/>.

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION

2019e *SLA Connecting Information Professionals*. [Em linha]. 2019. Disponível em: <https://www.sla.org/>.

TARAPANOFF, Kira

1989 O Profissional da informação em áreas de ciência e tecnologia no Brasil : características e tendências. *Ciência da Informação*. 18:2 (jul.-dez. 1989) 103-119.

TARGINO, Maria das Graças

2000 Quem é o profissional da informação? *Transinformação*. 12:2 (jul.-dez. 2000) 61-69.

TODOROVA, Tania; ARVOLA, Paavo; GASCÓN, Jesús

2019 EUCLID Newsletter. *EUCLID*, [Em linha]. (29 maio 2019). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kOuDZ2QDpYAtJSzDG6w-owLNuh4GEmQN/view>.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim

2000 O Moderno profissional da informação : formação e perspectiva profissional. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 9 (jun. 2000) 16-28.

WASSERMAN, Paul; BUNDY, Mary Lee

1969 *A Program of research into the identification of manpower requirements : the educational preparation and the utilization of manpower in the Library and Information professions : final report, phase I*. Maryland : Office of Education, 1969.

Dalbert Marques Oliveira | dalbertoliveira@gmail.com

Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Luís Silva Rodrigues | lrs@iscap.ipp.pt

Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração / CEOS.PP

Resumo: A gestão organizacional exige estratégias sustentadas para alcançar continuamente ações eficazes e eficientes. A sua implementação implica práticas de planeamento, formas de estruturação dos elementos-chave organizacionais e mecanismos tanto de monitorização como de avaliação das atividades operacionalizadas. A representação dessas componentes permite identificar a configuração organizacional e perceber as opções estratégicas definidas pelas mesmas para o cumprimento da sua missão e dos seus objetivos. Tendo por base o exposto, procurou definir-se os modelos organizacionais das Bibliotecas Municipais de Lisboa através dos elementos estruturais que as sustentam.

Palavras-chave: Bibliotecas Municipais de Lisboa; Modelos organizacionais

Abstract: Organizational management requires sustained strategies to continuously achieve effective and efficient actions. Its implementation implies planning practices, ways of structuring key organizational elements and mechanisms for both monitoring and evaluating operational activities. The representation of these components allows to identify the organizational configuration and understand the strategic options defined by them for the fulfillment of its mission and objectives. Based on the above, we tried to define the organizational models of the BLX through the structural elements that support them.

Keywords: Municipal Libraries of Lisbon; Organizational models

1. Introdução

As Bibliotecas Públicas têm de incidir ativamente na transformação da informação em conhecimento, garantindo a seleção e o desenvolvimento dos processos, que conduzam à inclusão das pessoas na comunidade e à democratização da sociedade. Para o efeito, devem fornecer um conjunto de serviços, espaços, suportes e canais de informação orientados para satisfazer as necessidades e as expectativas das comunidades a servir.

A consolidação desta dinâmica e a inovação contínua dos processos facultam melhores resultados se forem alicerçados numa estrutura organizacional. Esta é entendida como a essência de uma organização por determinar prioridades processuais, descrição e coordenação de atividades, fluxos de trabalho, intervenientes e responsáveis (CUNHA, *et al.*, 2007:611).

O sucesso organizacional depende das opções estratégicas efetuadas pelos decisores na conjugação dos princípios intrínsecos aos elementos estruturantes, destacando-se os seguintes (CUNHA, *et al.*, 2007:38-39, 603, 703, 735, 775):

- Objetivos: determinar os fins da organização de acordo com o seu negócio.
- Controlo: implementar mecanismos de monitorização, contribuindo para o desenvolvimento de ações de melhoria contínua objetivas.

- Recursos: identificar os recursos que englobam a organização (ex. financeiros, recursos humanos) para os processos selecionados corresponderem aos objetivos definidos.
- Hierarquia: definir responsabilidades e coordenação de trabalho das pessoas que integram a organização, considerando as características individuais e grupais, bem como os processos determinados.
- Identidade: realizar as ações conforme a cultura organizacional existente.
- Regras definidas para a ação: criar linhas de orientação internas e/ou normativas para sustentar o desenvolvimento de atividades.
- Dimensão: considerar a extensão da organização para apropriar as tomadas de decisão, apoiando o seu crescimento sustentado.

A representação da estrutura selecionada por uma organização para atingir os objetivos planeados, correlacionar as características intrínsecas ao seu negócio, padronizar os seus processos, definir a sua identidade e estabelecer hierarquias, possibilitando a reprodução da sua arquitetura, corresponde ao modelo organizacional (MINTZBERG, 1979). A esquematização dos alicerces organizacionais possibilita o conhecimento dos elementos, que definem a cultura institucional, o seu progresso e os encadeamentos instituídos para o cumprimento dos objetivos definidos.

Destes pressupostos interpretou-se as ideias-chave, que suportam a criação e evolução das BLX, integradas na Câmara Municipal de Lisboa (CML), permitindo esquematizar os modelos organizacionais que as sustentam. A realidade retratada expôs uma tendência crescente para a ampliação aleatória de BLX na malha urbana da cidade nos três esquemas desenhados neste estudo. O primeiro modelo, entre o século XIX e 1931, enraíza o caminho das BLX. No segundo modelo, erguido em 1931, salienta-se uma organização funcional integrada bem definida. O último modelo identificado surge em 2012, com uma abordagem inovadora no desenvolvimento e na interação entre as diversas BLX. A estrutura deste texto baseia-se na caracterização individual destes modelos, demonstrando o caminho delineado, as dificuldades encontradas e os sentidos para as ultrapassar.

Objetivos

Na abordagem à investigação selecionada, formularam-se os seguintes objetivos:

- Identificar os elementos estruturantes que sustentam o desenvolvimento dos modelos organizacionais;
- Desenhar e caracterizar os modelos organizacionais das BLX;
- Contribuir para a melhoria contínua das BLX através da identificação das dificuldades e causas das ações implementadas.

Metodologia

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, permitindo a análise a teorias, visões ou paradigmas e interpretações existentes, a fim de se construírem conhecimentos, formarem

categorias de dados e de confrontá-los com a realidade do objeto de estudo (CRESWELL, 2007:15). Assentou no método de investigação documental.

Modelos organizacionais nas BLX

A consulta da literatura permitiu identificar, em termos diacrónicos, três modelos organizacionais nas BLX. Os elementos estruturais analisados possibilitaram desenhar e caracterizar cada modelo, procedendo-se à sua designação para melhor enquadramento do tema. A estratégia, o ambiente externo, a dimensão e os atores políticos projetam sobre a vida organizacional vários desafios, influenciando a consolidação e a essência das BLX.

1. Modelo circular

O primeiro modelo organizacional das BLX surgiu em 1883, enquadrado numa estratégia política de melhoria do sistema de instrução e de ensino do Povo. No impulso da sua criação está um quadro legal, concedendo decisivamente os alicerces da estrutura biblioteconómica das BLX.

Primeiro, destaca-se, o decreto de 2 de agosto de 1870, que regulamenta, a nível nacional, o funcionamento das Bibliotecas Populares (BP). Estas surgem para complementarem o papel das escolas, visando fomentar os conhecimentos das classes populares através da disseminação e da promoção de leituras morais e instrutivas. Eram da responsabilidade local e tinham o apoio do Governo, destacando-se para o efeito a aquisição de documentos e a atribuição de uma verba anual. Ao nível dos serviços, sublinha-se a intenção de fomentar a leitura dentro e fora das Bibliotecas. As medidas legisladas definem ainda a dimensão mínima da estrutura bibliotecária municipal, com uma biblioteca por sede de concelho.

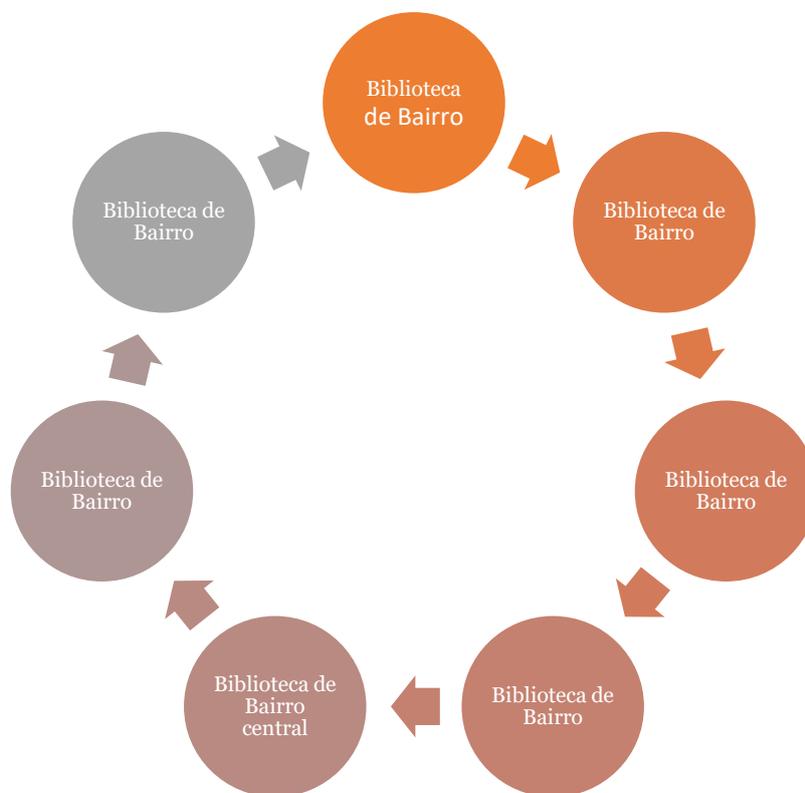
A publicação do decreto de 16 de agosto de 1870 constituiu outra ignição na criação das Bibliotecas Populares Municipais (BPM). Esta foca o seu papel nos propósitos da política nacional para incrementar a educação e a instrução do povo nas vertentes moral, física e intelectual para o progresso do trabalho e da economia. As BPM aparecem neste diploma como instituições essenciais na melhoria da política da educação, reforçando a missão das escolas através da promoção da leitura e da utilização do livro.

Focada a importância das BPM na política do Governo, o desafio para o município de Lisboa consistia em identificar a estrutura que permitisse cumprir com os propósitos dos diplomas existentes.

Pela sessão de Câmara, em 2 de janeiro de 1883, o Vereador da Instrução, Theophilo Ferreira, cristalizou o movimento de criação de BPM, em Lisboa, evocando-as como meios complementares da escola primária e essenciais para os cidadãos aperfeiçoarem e desenvolverem os conhecimentos adquiridos nesses estabelecimentos de ensino. Este focou também que a estratégia organizacional assentava na implementação de BPM nos diferentes bairros de Lisboa (LISBOA, 1883:525-526).

Estas ideias conduziram ao formato do primeiro modelo organizacional que sustentou a estrutura bibliotecária de Lisboa, entre 1883 e 1931, a que se denominou por *Círculo*, pela configuração que espelha (ver Fig. 1).

Fig. 1 – Modelo circular



Fonte: Elaboração dos autores

A Fig. 1 demonstra a existência de duas realidades: primeiro, um modelo organizacional com uma biblioteca central; segundo, uma organização horizontal entre as bibliotecas criadas, não se identificando elementos que estabeleçam classificações por tipologias nem distinções de funcionamento entre elas. Esta ideia é reforçada nos discursos de Leitão (1931:6; 1934:23), mencionado as bibliotecas existentes na Primeira República, como de bairro e sempre de forma equitativa. Assume-se, por isso, que a existência da Biblioteca Central seja apenas uma designação da Biblioteca Popular, situada na rua da *Inveja*, conforme mencionado no *Almanach commercial de Lisboa* (CAMPOS, 1884:275).

Em termos estruturais, verifica-se que o fluxo de poder é vertido por uma estrutura hierarquizada, sendo detetável um órgão responsável, o *Pelouro da Instrução*. Verifica-se, ainda, a existência de tarefas bem definidas, identificando-se um Bibliotecário geral responsável pela totalidade das bibliotecas existentes e técnicos específicos para trabalho de natureza técnica (ex. estatística e catalogação), refletindo um modelo muito segmentado e pouco flexível.

A dinâmica organizacional passou pela seleção e pela operacionalização dos processos-chave para impulsionar as BLX, destacando-se:

- Serviço de empréstimo: iniciado e impulsionado no modelo organizacional no século XIX, conforme se observa nos relatórios executados pelo Bibliotecário Geral Responsável Terenas (TERENAS, 1883:f. 203, 415-417).

- Horário noturno: tinha a finalidade de facilitar o acesso à informação, ampliando o raio de ação destes equipamentos em termos geográficos e temporais (TERENAS, 1883:fol. 203, 415-417). Oliveira e Sá (2006) ilustram esta tendência ao indicarem que estas instituições funcionavam no período diurno, das 11h00 às 15h00, e no período noturno, das 19h00 às 21h00 (inverno) ou das 20h00 às 22h00 (verão), conforme a estação do ano.
- Monitorização das atividades: incidia, preferencialmente, sobre número de documentos consultados pelos utilizadores, de acordo com as áreas temáticas definidas para a sua organização, média diária de livros utilizados pelos leitores, número de documentos utilizados na leitura presencial e domiciliária, e número de obras consultadas por períodos de funcionamento, diurno ou noturno, sendo o processo da responsabilidade do conservador (TERENAS, 1883:fol. 415-417).

Os pressupostos estratégicos implementados desencadearam dificuldades para solidificar o projeto biblioteconómico, tornando-se muito ambicioso na dimensão operacionalizada, transpondo o mínimo de uma BP por capital de concelho, conforme definido no quadro legal.

A partir de 1890, a gestão dos recursos tornou-se insuportável para o município assegurar as sete bibliotecas existentes (*apud* REBELO, 2002:124).

Ao nível dos encargos existentes, os 50\$000 reis, deliberados pelo decreto de 2 de agosto de 1870, para cada Câmara Municipal sustentar anualmente a biblioteca popular, eram insuficientes para garantir as despesas da estrutura biblioteconómica municipal de Lisboa. De acordo com o balancete de 1890, para *encargos totais de 212.248\$000 réis, a CML despendia para as bibliotecas 5.840\$000 réis*, verba considerada elevada para o município (REBELO, 2002:125).

A progressão insustentável dos elementos organizacionais estruturantes suscitou outras insuficiências nas atividades programáticas existentes, conforme salientou o Bibliotecário Responsável pelas Bibliotecas, em dois níveis:

- Infraestruturas: O registo de dados sobre o desempenho dos serviços prestados revelou que as infraestruturas criadas, com uma capacidade máxima de oito utilizadores, eram insuficientes para o número de visitantes diários (TERENAS, 1883:fol. 203).
- Recursos humanos: Segundo Terenas¹ (1883:fol. 203v.), para assegurar os serviços existentes (leitura presencial, domiciliária, expediente no período diurno e noturno), efetuou-se o aumento da carga horária de trabalho e a acumulação de funções de alguns empregados, revelando a sua escassez. Esta carência é notória ao verificar-se que nos primórdios dos anos 90, existia um total de 26 empregados (REBELO, 2002:125). Considerando, a existência de

¹ José Maria de Moura Barata Feio Terenas, Bibliotecário geral de todas as Bibliotecas (TERENAS, 1883:fol. 206).

7 BP neste período, conclui-se que os serviços (ex. tratamento técnico; atendimento com horário noturno) eram sustentados por um Bibliotecário Geral e uma média inferior a 4 funcionários por cada biblioteca existente.

A incomportabilidade da estrutura operacionalizada suscitou o retrocesso da estratégia organizacional criada (OLIVEIRA e SÁ, 2006):

- Em 1892, pelo plano de reorganização das BPM proposto pelo Presidente da Câmara, concluiu-se ser necessário racionalizar custos através da redução do pessoal existente;
- Na ata da sessão de 9 de julho de 1896, dado o aumento de despesas na manutenção de edifícios e recursos humanos, o Vereador Alves do Rio afirma a necessidade de refazer a política de aquisições do fundo bibliográfico em conformidade com a natureza das bibliotecas;
- Pela Sessão de 14 de janeiro de 1897, foi feita proposta de encerramento da Biblioteca situada na Rua da Barroca.

O fim do período liberal e a implementação da I República prolongaram as dificuldades e as tentativas de um progresso eficaz no modelo organizacional das BLX. Os testemunhos do Vereador do Pelouro da Instrução da CML, Alexandre Ferreira, demonstram esta realidade em dois níveis contextuais. Primeiro, mostra um pessimismo entusiasmante porque o estado medíocre, que caracterizava as BLX, promoveu a determinação de melhorar os seus processos para beneficiar a população. Por último, apresenta um otimismo desconcertante, visto que as intenções manifestadas para inovar as BLX ultrapassaram os meios existentes, assistindo-se à depressão do modelo criado.

Na sessão de Câmara de 24 de abril de 1923, o vereador do Pelouro da Instrução da CML, Alexandre Ferreira, manifesta a sua decepção sobre o funcionamento das BLX. Identificou a deturpação no fim educativo destes equipamentos, salientando complexidades nos seguintes elementos estruturantes (LISBOA, 2000, p. 103):

- Recursos humanos: a contribuição dos colaboradores para reforçar a competitividade organizacional era desajustada pela escassez de competências;
- Gestão da coleção: os catálogos existentes eram insuficientes, conforme o desejado e o definido, impossibilitando a recuperação, a organização e o acesso aos livros existentes.

Para melhorar os resultados organizacionais das BLX, o mesmo Vereador indicou, na sessão de 6 de julho de 1923, um conjunto de desígnios (LISBOA, 2000:105):

- Transformar as BP como o meio de instrução pós-escolar de todos os Municípios “com maior alcance educativo e social”, a exemplo dos países mais evoluídos.
- Criar BP na periferia da cidade, tais como: Alcântara, Beato, Belém, Benfica, Campo Grande, Lumiar, Poço do Bispo, entre outros locais.

- Localizar as bibliotecas no epicentro do fluxo populacional na medida em que manifesta claramente o desejo de estabelecer uma BP na zona do Beato, num pavilhão anexo à Escola nº 20, por ser um centro de intensa vida fabril.

A estratégia visava distribuir pela cidade equipamentos que fomentassem o gosto pela leitura, diminuindo distâncias e eliminando barreiras geográficas de forma homogénea. Contudo, a estratégia organizacional encetada para alterar o diagnóstico apresentado pelo Vereador Ferreira, em abril de 1923, repetiu as linhas de ação que potenciaram dificuldades na gestão e na melhoria das bibliotecas durante o Liberalismo.

A multiplicação de BLX potenciou a dimensão organizacional sem se considerar os recursos necessários para manter um progresso sustentado. A execução de atividades, que ultrapassavam algumas das premissas do quadro legal existente, também denotavam uma descontextualização. A cultura organizacional instituída enveredou por processos e práticas que ocultaram muitos dos princípios promulgados pelo decreto de 18 de março de 1911, estabelecido para fomentar boas práticas no setor biblioteconómico a nível nacional:

- A implementação de um modelo alicerçado numa biblioteca central e em bibliotecas sucursais para difundir o livro na totalidade do município ocorreu apenas em 1931;
- A implementação de Bibliotecas Móveis somente aconteceu sob a gestão do Município de Lisboa, na segunda metade da década de 30.

As opções estratégicas selecionadas para o progresso das BLX proporcionaram várias ambiguidades, provocando a sua insustentabilidade e os motivos para um novo modelo organizacional.

2. Modelo central

A degradação e a supressão da maioria das BPM de Lisboa, entre 1910 e 1926, motivou a redefinição da estrutura organizacional.

Leitão explora a missão da Biblioteca de Tebas, fundada por Ramsés II, no 3.º milénio a.C., para qualificar o estado medíocre a que as Bibliotecas na época da I República tinham chegado. Enfatiza que o Rei egípcio partiu do pressuposto que os livros funcionavam como agentes ou remédios corretivos, equilibradores e reguladores das mentes, fomentando, por isso, a inscrição de *Farmácia de Espírito* na sobreporta da Biblioteca (1931:5).

Na perspetiva de Leitão, o âmbito da missão das BLX existentes não lhes cabia o papel de *Farmácia de Espírito*, mas sim fundamentos normalizados na esfera de ação do município. No entanto, as quatro bibliotecas existentes nem para tal serviam e, por isso, quando a Comissão Administrativa tomou posse, em 1926, somente manteve aberta a Biblioteca do 2º Bairro (LEITÃO, 1931:6).

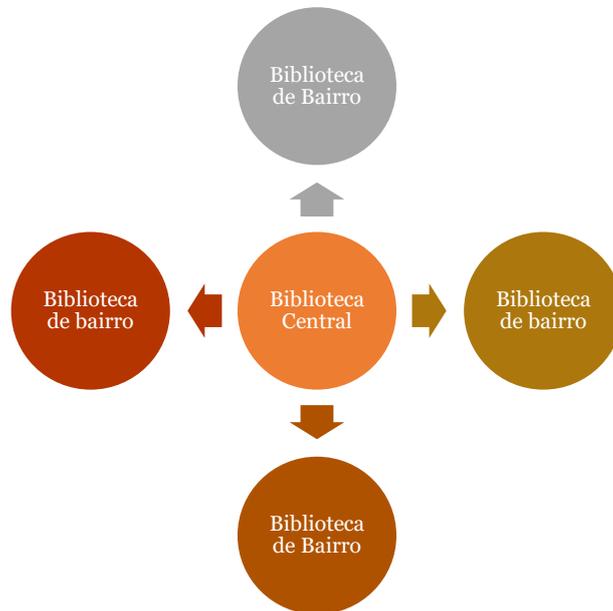
Para incrementar o desempenho das BLX, o município adotou formas de melhoria através da mudança disruptiva do modelo organizacional circular, da reorganização de atividades e da aprovação de medidas inovadoras. A conceptualização da nova estrutura biblioteconómica das BLX foi sustentada num regulamento, apresentado numa sessão da

Comissão Administrativa da CML, em 24 de dezembro de 1931. O seu estudo permite identificar os elementos cruciais, as suas características e ligações, ajudando a compreender a sua estrutura (LISBOA, 1931:14-23):

- Hierarquia: criação da Inspeção das Bibliotecas, Arquivo e Museus de Municipais de Lisboa destinada a dirigir, coordenar e inspecionar os serviços das Bibliotecas, Arquivo e Museus do Município de Lisboa, mediante a responsabilidade de um Inspetor com a categoria de chefe de repartição.
- Configuração: a estrutura biblioteconómica definida fica configurada com uma Biblioteca Municipal Central, localizada no Palácio Galveias, onde se centram alguns processos: o movimento de todo o material e expediente das BLX, bem como os serviços de organização, orientação, registo bibliográfico, catalogação e monitorização dos serviços bibliotecários do município. À Biblioteca Central ficam subordinados, na pessoa do Inspector, os serviços das Bibliotecas Profissionais criadas nos distintos bairros da Cidade de Lisboa.
- Identidade: A primeira Biblioteca Profissional funcionará junto das Oficinas Gerais; a segunda, com um núcleo específico de vulgarização colonial, é instalada no 2º bairro; e a terceira biblioteca, consignada à arte de faiança e belas-artes, é implementada no Museu Rafael Bordalo Pinheiro.
- Processos-chave: verificam-se orientações específicas na gestão dos processos relacionados com a coleção, serviços prestados ao público, recursos humanos, monitorização e avaliação dos serviços desenvolvidos.
- Recursos humanos: assinala-se a existência de requisitos na constituição do quadro do pessoal para as BLX em termos de quantidade, competências, deveres e atribuições para as distintas carreiras profissionais, identificando-se a existência de uma hierarquia. Ilustra-se, concisamente, a composição e a distribuição funcional do quadro de pessoal: Bibliotecário Diretor (direção de serviços), Segundo Bibliotecário (arrumação e conservação de catálogos, presidência de sessões de leitura), Sub-bibliotecários (auxiliar serviços técnicos), Escriturários (trabalho de escrita e dados estatísticos) Porteiro (abertura e fecho de portas, distribuição de senhas de leitura), Contínuos e serventes (dar espécies à leitura, exercício de vigilância nas salas e depósito, conservação dos livros e mobiliário).

A conjugação dos elementos mencionados expressa um novo modelo organizacional criado em 1931. Este traduz uma estrutura integrada numa Biblioteca Central com um carácter mais histórico e erudito, da qual dependem Bibliotecas de Bairro Profissionais com serviços mais vocacionados para as classes populares. Neste quadro, identifica-se, igualmente, a constituição de núcleos especializados em bibliotecas generalistas, dotando as bibliotecas profissionais de uma identidade que as distingue das restantes. Pela sua configuração, denominou-se o novo modelo organizacional por *Modelo central* (ver Fig. 2).

Fig. 2 – Modelo central



Fonte: Elaboração dos autores

Percebe-se que a estratégia biblioteconómica instituída nos anos 30 consiste num prisma evolutivo e numa estrutura em que as bibliotecas têm de se complementar pela sua diversidade, criando a noção de *bibliotecas para todos*. Ao delinear a existência de várias bibliotecas com distintas valências, o modelo biblioteconómico pensado permitia dar resposta a todos, desde o erudito ao popular. Estas características denotam a criação de um conceito de rede no funcionamento das BLX a partir deste modelo.

Não obstante coexistir uma base normativa neste modelo, os dados obtidos demonstram que as tomadas de decisão suscitaram dificuldades numa melhoria contínua dos processos instituídos.

A análise de Melo (2010:63) à estratégia bibliotecária municipal em 1931 demonstra diversos pontos críticos, destacando-se:

- Gestão da coleção: dificilmente se consegue construir uma coleção coerente visto ter sido concebida uma BLX com uma componente erudita e histórica;
- Identidade: omite o ideal de bibliotecas para todos, defendido no modelo biblioteconómico ao admitir a existência de núcleos eruditos. Situação que afasta a convergência dos públicos.
- Serviços: acesso dificultado em várias dimensões. No acesso aos livros por estar dependente da autorização do presidente da sala; em horários, desfavoráveis aos estudantes, visto estarem apenas abertas em dias da semana, das 12h00 às 16h50; No empréstimo de documentos, tornando-se ato exclusivo dos funcionários.

Na realidade, as tomadas de decisão encetadas para inovar as BLX suscitaram um progresso imprecedentede nos elementos-chave, que integram a estrutura bibliotecária municipal de Lisboa. A génese de alguns deles, entre 1931 e 2012, ilustra os desacertos das políticas instituídas.

No horário, detetam-se retrocessos e avanços no modelo *Central* ao determinar-se inicialmente um horário diurno, prevendo-se um período noturno de acordo com orientações do Inspetor, conforme regulamento de 1931. A evolução do sistema bibliotecário determinou gradualmente a ampliação horária para o período pós-laboral (ex. Central, em 1933; Alcântara, 2º Bairro e Poço do Bispo, em 1934) (LISBOA, 1935:171). Sem ter sido possível apontar a data de rutura com o horário noturno, salienta-se um retrocesso pela sua ausência em pleno século XXI.

A compilação dos dados sobre o percurso das BLX, a partir dos contributos de Oliveira e Sá (2006), mostra a tendência de criação e extinção de vários equipamentos desta natureza durante o Estado Novo, acentuando as políticas de avanços e recuos (ver Tabela 1):

Tabela 1 – Extinção das BLX criadas no Estado Novo

Bibliotecas	Inauguração	Extinção
Alcântara	1933	1964
Poço Bispo	1934	2002
Boavista	1937	1947
Duque de Loulé	1939	1957
Alvito	1945	196?
Encarnação	1947	1958
Pedrouços	1955	1965
Fontes Pereira Melo	1960	1972

Fonte: Dados compilados nos textos de Oliveira e Sá (2006)

A visão da gestão das BLX como complemento de outras políticas, fragilizando o seu papel, persiste neste modelo. Face ao crescimento populacional registado em Lisboa, entre 1890 e 1930, o Governo fomentou a construção de habitações em vários bairros da cidade com rendas interessantes para as classes populares, por isso denominadas Casas Económicas (INÁCIO e BARREIROS, 2012:13). Para estimular este plano de modernização, dotou os bairros com estruturas de interesse coletivo com caráter (INÁCIO e BARREIROS, 2012:31): educacional (existência de grupos de escolas primárias e assistência social com biblioteca), comercial (construção de mercados), religioso (implementação de igrejas) e de lazer (desenvolvimento de espaços livres). Neste enquadramento, nasceram várias bibliotecas nos bairros de Lisboa como é o exemplo da Biblioteca Municipal no Bairro da Encarnação,

em 1947 (INÁCIO e BARREIROS, 2012:79). O período do Estado Novo é, por isso, inovador pelas razões que impulsionam o desenvolvimento das BLX. Estas, para além de serem meios complementares da educação, passam também a ser elementos atrativos da política de desenvolvimento habitacional do Governo. O planeamento urbano da cidade torna-se um factor-chave na evolução da configuração do modelo organizacional. Na generalidade, as bibliotecas surgem nos bairros como elementos estruturantes na educação e na cultura dos cidadãos, instituindo-se, pela sua natureza, como um valor acrescentado na fixação das populações, no desenvolvimento dos bairros e na melhoria da qualidade de vida na cidade.

Um mapa de pessoal desajustado em termos de qualidade e quantidade dificulta a inovação e a eficácia organizacional. Contudo, a gestão do capital humano também não constituiu uma prioridade neste modelo organizacional.

No período pós 25 de abril, destaca-se a falta de formação e qualificação dos recursos humanos para desempenharem as funções adequadas ao desenho da estrutura bibliotecária municipal de Lisboa (CORREIA e FIALHO, 2000:122).

A gestão da coleção proporcionou igualmente complexidades, desvigorando o modelo organizacional. O Decreto-lei nº 19.952, de 27 de junho de 1931, acentua e prolonga, até ao século XXI, a passividade do processo de aquisição e seleção documental. Por este diploma, o setor biblioteconómico municipal de Lisboa passou a usufruir do depósito legal, assegurando-lhe a integração de exemplares bibliográficos na sua coleção sem custos, referentes às obras impressas ou publicadas em Portugal. Contudo, como refere Melo (2010:62), este benefício garantiu ao Município de Lisboa o reforço da sua oferta bibliográfica, em termos de quantidade e qualidade, mas também criou dificuldades nas infraestruturas e alterou o processo de construção da coleção. Em termos de infraestruturas, as Bibliotecas manifestam dificuldade em ter espaço para guardar o número de documentos provenientes deste processo, motivando problemas de alocação e tratamento documental. A disponibilização dos títulos apenas após cerca de 6 meses da sua publicação impede uma oferta imediata às novidades editoriais, prejudicando as pessoas que as procuram.

A integração de Bibliotecas em edifícios existentes potencia desequilíbrios na oferta de serviços e espaços entre as distintas Bibliotecas, bem como problemas de manutenção destes equipamentos. Ao caracterizarem-se as BLX, interpreta-se que têm sido maioritariamente utilizadas como um meio de recuperação, conservação e valorização do património arquitetónico do município. A título exemplificativo, destacam-se: Palácios: Biblioteca Palácio Galveias, desde 1931; Casa Nobre antiga: Biblioteca Orlando Ribeiro, desde 2003; Lotes de Edifícios com lojas ou habitáveis: Biblioteca Museu República e Resistência, no Rego, desde 2001.

Esta realidade suscita de forma constante dificuldades na consolidação do modelo organizacional. Os edifícios, não sendo de raiz e tendo de concentrar km de coleção, apresentam sinais permanentes de desgaste, conduzindo muitas vezes ao seu encerramento temporário (Hemeroteca, em 2013; Biblioteca Museu República e Resistência, em 2019) ou definitivo (Biblioteca Sophia de Mello Andresen, em 2003). Por outro lado, deteta-se que a dimensão fica restrita à tipologia do edifício reaproveitado quando poderia ser planeada e operacionalizada de acordo com o número de residentes em cada bairro. O resultado consiste na existência de diversas bibliotecas díspares no modelo organizacional desenhado.

Na generalidade, o modelo central caracterizou-se por um conjunto de ações de progressos e retrocessos na estrutura biblioteconómica de Lisboa. A filosofia da evolução das BLX, durante o Estado Novo e no período pós 25 de abril, permaneceu instável e confusa. As ações de melhoria introduzidas não garantiram a estabilidade e o crescimento sustentado das BLX, proporcionando a reestruturação do modelo organizacional biblioteconómico municipal de Lisboa.

3. Modelo multi-âncora

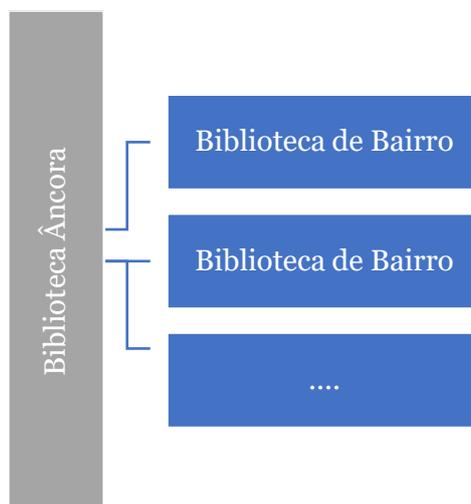
O terceiro e último modelo organizacional, implementado na reformulação da Rede de Bibliotecas de Lisboa, ocorreu em 2012. O documento *Programa Estratégico Biblioteca XXI: Proposta de Requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa*, aprovado em 9 de maio de 2012, definiu as premissas preferenciais para a reinvenção da Rede de Bibliotecas de Lisboa, até 2024.

O processo de inovação das BLX, aprovado em 2012, teve, como ponto de partida, um estudo de uma equipa do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica, do Centro de Investigação Associado do ISCTE/IUL, a pedido do Pelouro da Cultura da CML. Neste estudo, são identificadas diversas dificuldades nos elementos estruturais existentes no modelo *Central*, destacando-se as seguintes (LISBOA, 2009:56, 147):

- Infraestruturas: reconhece-se que estão implementadas em espaços desadequados. O estado de conservação da maioria dos edifícios é deficiente e as dimensões das respetivas áreas insuficientes para disponibilizar serviços de acordo com as conveniências da comunidade.
- Recursos financeiros: são escassos para responder às necessidades do conjunto de Bibliotecas existentes.
- Coleção existente: é desajustada em termos de atualização e pertinência de assuntos oferecidos.
- Capacidade de armazenamento da coleção: encontra-se esgotada, em especial na Hemeroteca e na Biblioteca Palácio Galveias.
- Cooperação: constata-se a falta de interligação entre os distintos equipamentos culturais municipais existentes, com o objetivo de assegurar alinhadamente os processos de salvaguarda do património existente na cidade de Lisboa.

Para impulsionar as BLX, determinou-se a implementação de um novo modelo organizacional, denominado pelas suas características, de multi-âncora (ver Fig. 3).

Fig. 3 – Modelo multi-âncora



Fonte: LISBOA, 2012:19

Trata-se de uma estrutura composta por Bibliotecas de Bairro dependentes de uma Biblioteca Âncora, em cada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), de acordo com o Plano Diretor Municipal (LISBOA, 2012:22). Este modelo alicerçou-se, portanto, numa matriz territorial, propondo uma configuração do mapa de leitura pública da cidade até 2024, em sintonia com a *Carta Estratégica para Lisboa*, de acordo com as seguintes metas (LISBOA, 2012:22):

- 8 Bibliotecas Âncora dispersas individualmente pelas 9 UOPG, sendo que a UOPG 3 e 4 possuem a Biblioteca Palácio Galveias como Biblioteca Âncora.
- 1 a 3 Bibliotecas de Bairro em cada UOPG, prevendo-se 18 Bibliotecas de bairro para cobrir toda a cidade com estabelecimentos desta natureza, numa lógica de proximidade. A criação das Bibliotecas de Bairro deverá concretizar-se em função do desenvolvimento e do crescimento locais, das acessibilidades e da proximidade a outros equipamentos sociais e educativos, privilegiando a ligação às escolas.

Do ponto de vista da eficácia organizacional, verifica-se que a execução do programa funcional atua como meio impulsionador da política urbana municipal. A explicitação desta estratégia ocorre com o estabelecimento de processos preferenciais na constituição de Bibliotecas Âncora nas zonas com projetos urbanísticos mais adiantados, destacando-se as seguintes UOPG (LISBOA, 2012:25).

- UOPG 1 – Coroa Norte – Freguesias: Lumiar, Ameixoeira, Telheiras e Carnide.
- UOPG 2 – Oriental – Freguesias: Santa Maria dos Olivais, Oriente e Marvila (em projeto).
- UOPG 5 – Benfica – Freguesias: Benfica e S. Domingos de Benfica.

Esta abordagem é ilustrada no Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, ao realçar a instituição de uma biblioteca na UOPG 1 como um equipamento imprescindível para impulsionar o desenvolvimento da área envolvente, transformando-se numa robusta âncora daquela nova urbanização.

Neste modelo, reitera-se a defesa de um conceito operativo de rede para otimizar a qualidade dos serviços através da partilha de recursos e produtos geridos de forma integrada e centralizada. A partir deste processo de ponderação, definiu-se um conjunto de orientações, para consolidar os princípios e os objetivos estabelecidos para a estrutura biblioteconómica.

Assim, na constituição do Mapa de Leitura Pública, o *Programa Estratégico Bibliotecas XXI* (2012) defende, em conformidade com as recomendações estabelecidas no *Programa de apoio às bibliotecas municipais* (PORTUGAL, 2009) e as *Diretrizes IFLA sobre os Serviços da Biblioteca Pública* (2013), que as Bibliotecas devem estar implementadas junto dos principais fluxos populacionais (LISBOA, 2012:19). A ideia-chave é a colocação destas organizações como meios estruturantes na requalificação da cidade, funcionando como centros de iniciativas, com espaços flexíveis, acolhedores e estimulantes (LISBOA, 2012:19).

Todavia, e pela observação dos dados compilados, consideram-se as normas estabelecidas neste programa pouco ambiciosas e inoperantes, por não integrarem princípios para elementos estruturantes no desenvolvimento de qualquer sistema biblioteconómico. As recomendações enunciadas neste programa não integram critérios relativos aos recursos humanos, coleções, carga horária, equipamento informático, serviços e produtos.

Estas evidências possibilitam a continuação do progresso das BLX a várias velocidades. A estratégia delimitada possibilita que a alocação dos recursos seja executada de forma aleatória, a vários níveis: quadro de pessoal, em termos de quantidade e qualidade casual; carga horária; acervo documental; mobiliário; equipamento informático; definição de estratégias operacionais com objetivos comuns.

Na verdade, estas fragilidades permitem identificar, na operacionalização do *Programa Estratégico Bibliotecas XXI* (2012), ambiguidades nas seguintes variáveis:

a) Acessibilidade

Os processos desenvolvidos, relativos à acessibilidade e à gestão dos padrões, não se coadunam com a implementação do *Programa Estratégico Bibliotecas XXI* (2012).

Ao nível da acessibilidade, verifica-se que as Bibliotecas, implementadas após a aprovação deste documento, não possuem uma rede de transportes que facilite os fluxos de utilizadores para utilização dos serviços disponibilizados. Releva-se, neste âmbito, a implementação da Biblioteca Âncora em Marvila², num bairro cujos transportes dificultam a deslocação das pessoas pela carência de alternativas e pelo horário limitado no período pós-laboral, isolando o bairro ao seu contexto. Este desajustamento assume maior

² Inaugurada em 23 de novembro de 2016.

relevância ao detetar-se uma programação no auditório, que requer uma teia de transportes ajustada aos serviços e produtos disponibilizados. O alinhamento da política cultural, social e económica, numa perspetiva global da cidade, necessita de uma melhoria, a curto prazo. Caso contrário, prevê-se um equipamento isolado criado casuisticamente, sem uma integração com a teia urbanística da cidade.

b) Criação de bibliotecas sem os padrões definidos

O afastamento dos padrões, enunciados como fulcrais no progresso e na sustentação das BLX, também se vislumbra na operacionalização gradual do modelo multi-âncora.

Neste âmbito, identifica-se a criação de duas bibliotecas, com padrões que não correspondem aos critérios normalizados para as infraestruturas. Simbolicamente, realça-se que as dimensões da Biblioteca dos Coruchéus (área útil, 412 m²), primeiro equipamento inaugurado após a publicação do *Programa Estratégico Bibliotecas XXI* (2012), não atingem as recomendações mínimas definidas para uma BM1 (área útil, 752 m²). Seguidamente, instalou-se a Hemeroteca Municipal num local que contraria, por completo, as recomendações estabelecidas. Em termos geográficos, a sua localização, nas Laranjeiras, não corresponde ao projetado para a Lapa conforme referenciado no Programa estratégico. Em termos de dimensões, esta alteração significou perda de espaço considerável e longe dos padrões de uma BM1. Dos previstos 1.080 m² de área útil passou-se para 578 m². Por fim, ao analisar-se que a Hemeroteca Municipal foi instalada numa loja de um prédio, longe dos fluxos de maior intensidade populacional, afirma-se que a sua colocação neste lote não acrescenta valor patrimonial para a cidade, nem corresponde às premissas de localização defendidas para inovar o modelo implementado em 2012.

A introdução de medidas contraditórias estende-se para os núcleos especializados. Por um lado, assiste-se ao desbaste do núcleo policial da Biblioteca Camões, ao encerramento das Bibliotecas Especializadas Espaço por Timor e Biblioteca Museu República e Resistência. Uma medida que desmantelou uma cultura organizacional instituída no modelo central para dotar algumas BLX, especificamente nos anos 90, com uma identidade específica. Não obstante, evidencia-se a criação de um núcleo temático feminino na Biblioteca de Belém, intitulado *Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório*, na sequência de uma doação efetuada em 2013 por Maria António Assis dos Santos Palla, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Anne Cova, Maria Manuela Paiva Fernandes Tavares, Maria Teresa da Costa Sales, Leonor Xavier, Maria Irene Crespo e Inês Pedrosa. Uma decisão estratégica desintegrada com as restantes políticas implementadas neste modelo, preconizando uma gestão da coleção incoerente e sem critérios normalizados, repetindo-se os erros identificados no *Modelo central*.

c) Reforma administrativa

A reforma administrativa, introduzida no Município de Lisboa em 2012, alterou o paradigma de gestão da Rede das BLX a partir de 2014. O regime jurídico implementado impulsionou um novo Mapa de Leitura Pública, no que respeita à tutela e às competências dos órgãos responsáveis dos processos existentes. Das bibliotecas que integram o conceito operativo das BLX, verifica-se que algumas passaram a estar sob a gestão administrativa das Juntas de Freguesia, outras sob a gestão municipal (LISBOA, 2014:15-18). Identifica-se, neste princípio, mais um desvio ao plano de ação delineado no modelo multi-âncora,

na medida em que as BLX deixam de estar sob uma única tutela administrativa. Mais um retrocesso e a obrigatoriedade de se ajustarem os procedimentos existentes nas BLX.

Genericamente, o conjunto de práticas introduzidas nas BLX desde a aprovação do *Programa Estratégico Bibliotecas XXI* (2012) manifesta o incumprimento dos fundamentos definidos no mesmo. As atividades desagregadas, que têm caracterizado o movimento dos ciclos de evolução das BLX, persistem no modelo multi-âncora. O plano de ação instituído e difundido não inverteu a lógica aleatória que qualifica o padrão das BLX desde a sua gênese. O programa estratégico definido, ao estar desalinhado com a operacionalização das ações, dificultou: a inovação dos processos; a melhoria dos pontos críticos do negócio; a negociação entre os responsáveis da estrutura bibliotecária e os políticos; o desenvolvimento e a consolidação das BLX.

Estas evidências revelam que os critérios estabelecidos para um novo modelo organizacional não foram, na realidade, suficientemente robustos e circunscritos aos processos elementares para assegurarem a normalização do funcionamento das BLX. Portanto, o *Programa Estratégico Bibliotecas XXI* (2012) continua a potenciar uma rede composta por diversos equipamentos organizados de forma desintegrada, ao nível de recursos e funcionamento, acentuando a situação precedente das BLX, entre 1883 e 2012 (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Modelos organizacionais identificados no progresso das BLX

	Circular	Central	Multiâncora
Objetivos	Complementar política educacional. Preservação e compilação do património cultural (edifícios e coleção).	Melhorar o estado das Bibliotecas. Complementar a política educacional, urbana e habitacional. Preservação e compilação do património cultural (edifícios e coleção). Conceito de rede.	Promover o progresso e imagem das Bibliotecas. Dotar a teia urbana de Bibliotecas, abrangendo as prioridades dos projetos urbanísticos da Cidade. Complementar política urbana e patrimonial arquitetónica. Conceito de rede.
Controlo	Abrangente para as atividades existentes. Parca relação entre tomadas de decisão e dados monitorizados.	Pouco abrangente. Introdução de mecanismos da gestão da qualidade. Não integra a totalidade dos processos chave. Relação entre dados monitorizados e tomadas de decisão pouco significativa.	Nada abrangente pela disparidade entre os indicadores existentes e os processos operacionalizados. Relação entre dados monitorizados e tomadas de decisão inexistente.
Recursos	Carência de recursos (financeiros, qualificação e quantidade de recursos humanos). Edifícios utilizados para implementação das BLX desajustados e sem critérios definidos.		

Hierarquia	Definição de uma estrutura orgânica. Definição de órgão responsável até aos Recursos Humanos que operacionalizam as tarefas. Definição de tarefas dos Recursos Humanos.	Renovação da estrutura orgânica. Definição de órgão responsável até aos Recursos Humanos que operacionalizam as tarefas. Definição de tarefas dos Recursos Humanos.	Renovação da estrutura orgânica. Definição da hierarquia contemplando órgão responsável e dirigentes.
Identidade	Ausência de um propósito alinhado com missão, objetivos e valores organizacionais. Procuram a sua identidade.		
Regras	Sem regras e padrões específicos. Falta de alinhamento com quadro legal nacional definido.	Regulamento 1931. Falta de alinhamento com quadro legal nacional definido no séc. XX, linhas de orientação locais, nacionais e internacionais.	Requisitos internos pouco abrangentes no Programa Estratégico Bibliotecas XXI. Ausência de produção legislativa que enquadre as funções a desempenhar pelas Bibliotecas Públicas no séc. XXI. Falta de alinhamento com diretrizes locais, nacionais e internacionais.
Dimensão	Inconstante. Caracteriza-se pela eliminação e criação sucessiva de BLX, identificando-se aproximadamente, o seguinte número de BLX em funcionamento: Max. 7 BLX, Min. 1 BLX. Resultado: decadência das bibliotecas desenvolvidas.	Inconstante. Caracteriza-se pela eliminação e criação sucessiva de BLX, identificando-se aproximadamente, o seguinte número de BLX em funcionamento: Max. 20 BLX, Min. 1 BLX. Resultado: predominância no número de Bibliotecas criadas.	Inconstante. Caracteriza-se pela eliminação e criação sucessiva de BLX, identificando-se aproximadamente, o seguinte número de BLX em funcionamento: Max. 19 BLX, Min. 14 BLX. Resultado: equilíbrio entre o número de bibliotecas encerradas, inauguradas e requalificadas.

Fonte: Elaboração dos autores

Considerações finais e perspetivas

Este estudo identificou os modelos que sustentaram o progresso da estrutura bibliotecária municipal de Lisboa. Os elementos estruturantes analisados refletiram medidas reativas, desalinhadas e aleatórias, transformando a ambição inovadora do mapa bibliotecário da cidade em dificuldades crescentes. A verdade é que a soma de atos isolados suscitou um progresso marcado por ambiguidades e incertezas encadeadas. A persistência desta

perspetiva releva uma cultura organizacional à procura de um rumo, demonstrando que um projeto mal concebido de raiz dificilmente se erguerá.

Ao nível da sua essência, detetou-se que os modelos organizacionais das BLX nunca surgiram como eixos prioritários da cidade, mas como meios indiretos da estratégia municipal para a educação, a habitação e o urbanismo. A integração das Bibliotecas em edifícios criados para outro efeito na tentativa de valorizar e recuperar o património, a sua localização em zonas-chave para valorizarem a política habitacional e surgirem como complementos das escolas comprovam a necessidade de a estrutura biblioteconómica definir uma estratégia coerente e integrada.

Do ponto de vista organizacional, constatou-se que as atividades operacionalizadas surgiram casuisticamente, pretendendo-se alcançar resultados favoráveis sem um plano estratégico alinhado com objetivos e metas organizacionais. O resultado consistiu na construção de uma estrutura proveniente da soma de atos isolados, configurando modelos organizacionais facilmente manipulados por outras opções estratégicas da cidade.

Não obstante se considerar o quadro legislativo um elemento fulcral no surgimento das BLX, a verdade é que estas foram progredindo sem um desenho normativo. Os princípios publicados nos diplomas legais não foram contemplados. O regulamento definido em 1931 deixou gradualmente de ser uma referência pela necessidade da sua atualização e volatilidade dos elementos estruturantes selecionados. Sublinhe-se, porém, que é até ao presente momento o único regulamento das BLX. O programa estratégico definido em 2012, para além de não contemplar a maioria dos elementos estruturantes das BLX, não foi seguido na estratégia operacionalizada. As normas nacionais e internacionais para as Bibliotecas Públicas também não foram integradas na inovação dos modelos organizacionais das BLX. Pelos dados captados na Bibliografia consultada, verificou-se, desde a constituição do primeiro modelo biblioteconómico, uma enorme repulsa da estrutura bibliotecária em suportar as suas políticas em requisitos institucionais.

A conjugação destes princípios proporciona a edificação de uma rede desequilibrada e desajustada do ambiente em que está inserida. Uma gestão improvisada, apoiada em procedimentos pontuais e imediatos a situações correntes oriundas do quotidiano, que origina a irracionalidade de processos, traduzida na ineficácia dos serviços prestados, com prejuízo para os clientes. A prossecução de modelos organizacionais, por si só, não é suficiente para assegurar a qualidade dos processos delineados. Além dos princípios selecionados para sustentar um plano biblioteconómico, é necessário definir uma política de gestão estratégica que implemente e monitorize a execução do programa de ação definido, melhorando continuamente o sistema organizacional, com benefício para todas as partes interessadas.

Neste âmbito, Lozano Diaz (2006:100-101) acentua que as Bibliotecas Públicas, para satisfazerem categoricamente as necessidades de informação, formação, cultura e lazer da comunidade necessitam de pensar o futuro, trabalhando o presente através da realização de uma planificação estratégica e da gestão dos serviços. Esclarece, ainda, que a planificação estratégica numa Biblioteca Pública consiste (Lozano Diaz, 2006:100-101):

- Num meio para estabelecer os propósitos da organização a longo prazo, refletindo os objetivos definidos para o desenvolvimento do sistema

biblioteconómico, assim como os instrumentos e as atividades destinados a conseguirem a concretização desses objetivos.

- Num processo de priorização dos recursos existentes, em função dos objetivos e das estratégias selecionados para o desenvolvimento dos serviços e produtos a prestar. As tomadas de decisão efetuadas determinarão o modelo de Biblioteca Pública a implementar.
- Num fim para alcançar o êxito, mediante a determinação de respostas ajustadas às oportunidades e ameaças, sabendo aproveitar as forças e anular as debilidades organizacionais.
- Numa padronização de decisões coerentes, unificadoras e integradoras, que lhe confere um projeto global credível e clarificador, a longo prazo.
- Num caminho para direcionar a organização em torno da sua missão e dos seus objetivos para integrar os interesses da biblioteca, da comunidade, da administração e dos colaboradores.
- Numa forma de identificar, desenvolver e potenciar os recursos intangíveis, que ampliaram os propósitos designados para as Bibliotecas Públicas.

Em suma, o desafio dos responsáveis da estrutura bibliotecária municipal de Lisboa consiste em identificar e desenvolver um plano de gestão estrutural integrado, com todas as componentes processuais organizacionais, de forma normalizada. O intuito consiste em cumprir os propósitos das Bibliotecas Públicas de forma inovadora, satisfazendo as necessidades da comunidade, em detrimento da operacionalização de atividades impostas para responder às pressões e oportunidades de processos alheios ao negócio das Bibliotecas.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Carlos Augusto da Silva

1884 *Almanach commercial de Lisboa*. Lisboa. 4 (1884).

CORREIA, Manuela Matos; FIALHO, Maria Luísa

2000 A Animação nas bibliotecas municipais de Lisboa : uma reflexão sobre a mudança. *Biblioteca : revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*. 5-6 (dez. 2000) 121-125.

CRESWELL, John W.

2007 *Qualitative inquiry and research design : choosing among five approaches*. [California] : Sage, 2007.

CUNHA, M. P. [et. al.]

2007 *Manual de comportamento organizacional e gestão*. Lisboa: Editora RH, 2007.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice; PINTO, Leonor Gaspar; SILVA, Paulo

2007 Melhorar e promover o valor da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa : uma abordagem centrada na avaliação do desempenho : 2003-2006. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9º, Ponta Delgada, 2007 - *Actas*. [Em linha]. Ponta Delegada : BAD, 2007. [Consult. 6 dez. 2015]. Disponível em:

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/569/387>.

INÁCIO, Carlos Alberto Revez; BARREIROS, Fernando Furtado

2012 *O Bairro da Encarnação e as antigas quintas dos Olivais*. [S. l.] : F. F. Barreiros, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARIES ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2013 *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública*. [Em linha]. Lisboa : DGLAB, 2013. [Consult. 6 dez. 2015]. Disponível em:

<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>.

LEITÃO, Joaquim

1934 Inauguração da Biblioteca Municipal do Pôço do Bispo : discurso do Inspector das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais, Sr. Joaquim Leitão. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais : revista trimestral*. 4:14 (out.-dez. 1934) 18-23.

LEITÃO, Joaquim

1931 Apontamentos para a história das bibliotecas de Lisboa. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais : revista trimestral*. 1:1/2 (jul.-dez. 1931) 5-8.

LISBOA. Câmara Municipal

2014 Resoluções dos Órgãos do Município. *Boletim Municipal*. Lisboa. Ed. especial nº 1 (22 jan. 2014). [1-60].

LISBOA. Câmara Municipal

2009 *Pelouro da Cultura : estratégias para a cultura em Lisboa*. Lisboa : Câmara Municipal, 2009.

LISBOA. Câmara Municipal

1935 Inspeção das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais : dados estatísticos : Bibliotecas Municipais de Lisboa. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais : revista trimestral*. 5:18 (out.-dez. 1935) 169-172.

LISBOA. Câmara Municipal

1931 Inspeção das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais : definitiva organização e regulamento das Bibliotecas Arquivo e Museus Municipais, aprovada por unanimidade em sessão de 24 de dezembro de 1931, da Exma. Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais : revista trimestral*. 1:1/2 (jul.-dez. 1931) 14-23.

LISBOA. Câmara Municipal

1883 *Relatório do Pelouro da Instrução da Câmara Municipal de Lisboa relativo ao anno civil de 1882, apresentado e lido em sessão de Janeiro de 1883 pelo vereador do respectivo pelouro Theophilo Ferreira*. Lisboa : Typografia Nova Minerva, 1883.

LISBOA. Câmara Municipal. Biblioteca-Museu República e Resistência

2000 *Biblioteca-Museu República e Resistência : José Gomes Ferreira, Alexandre Ferreira: a revolução é um sonho*. Lisboa: Câmara Municipal, BMRR, 2000.

LISBOA. Câmara Municipal. Direção Municipal de Cultura

2012 Direcção Municipal da Cultura : programa estratégico Biblioteca XXI : proposta de requalificação da Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa. [Em linha]. *Boletim Municipal*. 951:2º supl. (10 maio 2012) 90-126. [Consult. 6 dez. 2015]. Disponível em:

https://bmpesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app_bm.download_my_file?p_file=1923.

LOZANO DÍAZ, Roser

2006 *La Biblioteca Pública del siglo XXI : atendiendo clientes, movilizand o personas*. Gijón : Trea, 2006.

MELO, Daniel

2010 *A Leitura pública na I República*. Vila Nova de Famalicão : Húmus, 2010.

MINTZBERG, Henry

1979 *The Structuring of organizations : a synthesis of the research*. Englewood Cliffs : Prentice-Hall, 1979.

OLIVEIRA, J. C.; SÁ, L.

2006 Exposição Bibliotecas Municipais de Lisboa : um percurso 1883-2006. Lisboa : Camara Municipal, 2006.

PORTUGAL. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

2009 Programa de apoio às bibliotecas municipais. Lisboa: DGLAB, 2009. [Em linha]. 2009. [Consult. 25 abr. 2017]. Disponível em:

http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf.

POERTUGAL. Leis, decretos, etc.

2012 Lei nº 56/2012, de 8 de novembro. *Diário da República*. 1ª série. [Em linha]. 216 (8 nov. 2012) 6.454-6.460. [Consult. 12 fev. 2018]. Disponível em:

<https://dre.pt/application/file/a/191924>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1931 Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Decreto n.º 19:952. *Diário do Governo*. 1.ª série. [Em linha]. 147 (27 jun. 1931) 1.253-1.269. [Consult. 12 fev. 2018]. Disponível em:

<https://dre.pt/application/file/a/530916>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1911 Ministério do Interior : Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial: [Decreto de 18 de março de 1911]. *Diario do Governo*. [Em linha]. 65 (21 mar. 1911) 1.213-1.215. [Consult. 12 fev. 2018]. Disponível em:

<https://dre.pt/application/file/a/206954>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1870 Ministério da Instrução Publica : Decreto de 16 de agosto de 1870. *Diario do Governo*. [Em linha]. 194 (16 ago. 1870) 458-468. [Consult. 12 fev. 2018]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/45/74/p457#c18708>.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1870 Ministério da Instrução Publica : Decreto de 2 de agosto de 1870. *Diario do Governo*. [Em linha]. 181 (2 ago. 1870) 439-440. [Consult. 12 fev. 2018]. Disponível em:

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/45/74/p457#c18708>.

REBELO, Carlos Alberto

2002 *A Difusão da leitura pública : as bibliotecas populares, 1870-1910*. Porto : Campo das Letras, 2002.

TERENAS, José M. Moura B. Feio

1883 *Relatórios sobre o trabalho efectuado nas Bibliotecas Municipais de Lisboa*. 1883. Manuscrito.

Filipe Casimiro | gfilipe.casimiro@gmail.com

Município de Lisboa

Carlos Guardado da Silva | carlosguardado@campus.ul.pt

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos

Maria Carla Proença | carla.proenca@gmail.com

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos

A COLEÇÃO FOTOGRÁFICA DA CASA DE INFÂNCIA DOUTOR ELYSIO DE MOURA: proposta de preservação e divulgação

THE PHOTOGRAPHIC COLLECTION OF THE CHILDHOOD HOUSE DOCTOR ELYSIO DE MOURA: preservation and dissemination proposal

Francisca A. Fernandes Ferreira | Liliana Isabel Esteves Gomes

Resumo: O sistema de informação (SI) da Casa de Infância Doutor Elysio de Moura, localizada na cidade de Coimbra, adjacente à Biblioteca Joanina, compreende o seu arquivo, a biblioteca e o acervo museológico (Casa-Museu). Este artigo tem como objetivo o estudo e a caracterização da coleção fotográfica, parte integrante do seu arquivo, bem como apresentar uma proposta de conservação e divulgação, fundamentais para a sua preservação. A metodologia adotada assenta na revisão da literatura e num estudo de caso. Os resultados consubstanciam-se na descrição geral da supramencionada coleção e na identificação das patologias de deterioração das espécies fotográficas. Identifica-se como premente a higienização, bem como o adequado armazenamento e acondicionamento. Por último, apresenta-se uma proposta de divulgação.

Palavras-chave: Arquivo; Casa de Infância Doutor Elysio de Moura; Fotografia; Preservação

Abstract: The information system (IS) of the Childhood House Doctor Elysio de Moura, located in the city of Coimbra, adjacent to the Joanina Library, comprises its archive, library and museum collection (House Museum). This article aims to study and characterize the photographic collection, an integral part of its archive, as well as presenting a conservation and dissemination proposal, fundamental for its preservation. The adopted methodology is based on literature review and a case study. The results are the general description of the aforementioned collection and the identification of the photographic items deterioration pathologies. The cleaning, as well as the proper storage and conditioning were identified as urgent. Finally, a disclosure proposal is presented.

Keywords: Archive; Childhood House Doctor Elysio de Moura; Photography; Preservation

Introdução

A Sociedade de Beneficência Protetora da Infância Desvalida foi fundada a 9 de julho de 1835, pela Reitoria da Universidade de Coimbra. A instituição de cariz particular dava assistência a meninas desprotegidas. Primeiramente, começou a funcionar no antigo Colégio da Estrela¹, a 10 de abril de 1836 (MOURA, 1981).

No ano de 1840, foi transferida para o local onde hoje se encontra, o antigo Colégio Universitário de Santo António da Pedreira. Fundado em 1602, e construído no lugar da antiga pedreira de Coimbra, foi ocupado pelos Religiosos da Província de Santo António de Portugal, dos Franciscanos Reformados ou Capuchos, até 1834. Ao abrigo da Lei da Extinção das Ordens Religiosas, o edifício foi doado ao Asilo da Infância Desvalida, em 1850, pela Rainha D. Maria II, permanecendo nestas instalações até aos dias de hoje (MOURA, 1981).

¹ O atual edifício do extinto Governo Civil.

A 11 de agosto de 1967 é substituído o nome da instituição, passando esta a designar-se Casa de Infância Doutor Elyσιο de Moura (CIDEM)².

O Doutor Elyσιο de Moura foi Presidente da Casa de Infância Desvalida (CID)³, tendo optado por ir viver para a casa que se situava em anexo à instituição, onde habitou a maior parte da sua vida conimbricense. Durante a sua direção, utilizou recursos financeiros e pessoais para fazer obras e possibilitar o aumento do acolhimento de crianças. Falecido, com 100 anos, em 1977, doou a casa e os seus bens à instituição.

Após o seu falecimento, instalou-se na Casa um novo diretor, momento em que todo o acervo foi acondicionado em malas e caixotes, onde permaneceu anos a fio. Nessa altura, foi realizado um pequeno inventário. Após a deserção da casa, esta serviu durante longo tempo como depósito da instituição, onde se foram acumulando todo o tipo de objetos e documentos, sem uma organização lógica aparente.

Recentemente, o projeto de reconstrução da residência do Doutor Elyσιο de Moura permitiu que parte do acervo pessoal guardado em malas e caixotes fosse “(re)descoberto”. A CIDEM compreende, hoje, como projeto de âmbito cultural, a respetiva Casa-Museu, inaugurada no dia 18 de junho de 2018.

Objetivo e metodologia

O sistema de informação (SI)⁴ Elyσιο de Moura compreende, portanto, o arquivo, a biblioteca e o acervo museológico⁵.

O arquivo integra uma coleção/série fotográfica com três produtores: a Casa de Infância Doutor Elyσιο de Moura, o Doutor Elyσιο de Moura e o pintor Manuel Jardim⁶.

² Doutoramento em Medicina na Universidade de Coimbra (UC) em 1900, o Doutor Elyσιο de Moura notabilizou-se no ensino e investigação da Psiquiatria, introduziu o ensino da Neurologia e, em 1939, foi eleito o primeiro Bastonário da Ordem dos Médicos. Em 1919, foi nomeado Vice-Presidente e, em 1923, Presidente da direção da CID.

³ “Nos alvares da década de 1920, o Professor Doutor Elyσιο de Azevedo e Moura (...) assumiu a presidência do então denominado Asylo da Infância Desvalida (...), cujo compromisso e dedicação pessoais, compartilhados com a sua esposa (...) determinaram a renovação material e o reforço institucional de um dos estabelecimentos de acolhimento infantil-juvenil mais acarinhados de Coimbra” (ASSOCIAÇÃO, 2019).

⁴ Para um entendimento sobre o conceito e sua aplicação ver Gomes (2016:43-62).

⁵ “Dispostas agora em contexto museológico, de acordo com o espaço vivencial primitivo, as coleções contam com o mobiliário requerido para os mais variados aspetos do quotidiano do casal [Doutor Elyσιο de Azevedo e Moura, 1877-1977, e sua esposa, D. Celestina Salgado Zenha, 1882-1945], os utensílios de higiene e cozinha, os instrumentos de investigação científica e médica, a biblioteca pessoal, as insígnias académicas auferidas na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e as condecorações honoríficas recebidas dos presidentes da República portuguesa. Merece ainda destaque a pequena coleção de arte composta maioritariamente por pintura, escultura, fotografia e gravura dos séculos XVII a XX” (ASSOCIAÇÃO, 2019).

⁶ Natural de Montemor-o-Velho, Manuel de Azambuja Leite Pereira Jardim estudou na Escola de Belas-Artes em Lisboa e mais tarde desenvolve a sua aprendizagem de pintura em Paris na Academia Julian, sob a tutela de Jean-Paul Laurens. Em 1911, “o pintor é admitido pela primeira vez ao Salon parisiense com o quadro denominado *Le Déjeuner*” (MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO, [20--]). É considerado pintor

Este trabalho tem por fim estudar a referida coleção, tendo como objetivos específicos:

- a) Identificar toda a coleção fotográfica;
- b) Descrever as suas patologias;
- c) Apresentar uma proposta de conservação e divulgação.

A metodologia adotada compreendeu a revisão da literatura e um estudo de caso. Como técnicas de investigação usou-se a pesquisa bibliográfica, a observação direta, seguindo-se, posteriormente, a avaliação física dos documentos fotográficos.

Procedeu-se à elaboração de uma ficha técnica (Tabela 1), para registo de cada documento fotográfico, de modo a facilitar e auxiliar, ao pormenor, a identificação das patologias existentes. A elaboração desta ficha foi concretizada com recurso à *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística* (2004), contendo também elementos descritivos identificados no manual *Conservação de coleções de fotografia*, de Luís Pavão (1997).

Tabela 1 – Ficha técnica de registo

FICHA DE RECOLHA DE DADOS	
Número de registo	
Cota	
Identificação	Título: Data(s): Autor(es): Assunto:
Descrição	Espécie fotográfica: Formato: Inscrições e carimbos:
Estado de Conservação	Muito deteriorado <input type="checkbox"/> Deteriorado <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Muito bom <input type="checkbox"/> Descrição das formas de deterioração:

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Visto que a observação e a descrição constituem a primeira fase do diagnóstico da coleção, foram utilizadas luvas de algodão, máscara, régua e uma trincha para remoção da maior parte da poeira acumulada.

Na última fase do labor, foi essencial um espaço destinado a área de trabalho, para que a limpeza da poeira e a recolha dos dados se desenrolassem sem incidentes. A observação e o registo foram concretizados de forma cuidada, para que pudéssemos conhecer a coleção, os materiais, os formatos, as quantidades (através de um número sequencial), a atribuição de cota, os autores, as datas e, por fim, a análise do seu estado de conservação.

Resultados e discussão

No que respeita aos conceitos de coleção⁷ e série⁸, consultámos as respetivas definições na Terminologia Arquivística. Ponderadas as definições estabelecidas, optámos pela designação coleção, por dois motivos: primeiro, o arquivo nunca foi objeto de tratamento científico, pelo que não conhecemos as relações entre a documentação/informação produzida/recebida e preservada; segundo, o conceito de coleção é aquele que é atribuído e reconhecido pela entidade detentora, a CIDEM, a este conjunto de fotografias.

Ora, a coleção fotográfica estudada integra:

- Fotografias do Doutor Elyσιο de Moura, em que os temas representados são, essencialmente, momentos relevantes da vida académica, cerimónias, retratos de familiares e amigos, e de teor educacional;
- Retratos das meninas da Casa de Infância, de festas, retratos das irmãs, de comunhões, fotografias de casamentos, retratos de funcionários e de outros diretores da instituição;
- Fotografias do pintor Manuel Jardim⁹, doadas pela sua irmã Letícia Jardim à CIDEM, essencialmente retratos familiares.

A coleção, que compreende 243 fotografias, perdeu a sua ordem original e parte dela a sua proveniência, encontrando-se atualmente armazenada no escritório da Casa-Museu. Trata-se, essencialmente, de provas em papel, acondicionadas em caixas de cartão e envelopes (Fig. 1). As fotografias de grande formato encontravam-se sobrepostas, apenas com uma folha de papel a proteger. Tanto as provas como as caixas não apresentam nenhuma

⁷ Coleção é a “unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos do mesmo arquivo, organizada para efeitos de referência, para servir de modelo à produção de documentos com a mesma finalidade, ou de acordo com critérios de arquivagem (PORTUGAL, 2005:5).

⁸ Série - “unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originariamente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série correspondem ao exercício de uma mesma função ou atividade, dentro de uma mesma área de atuação (...) (PORTUGAL, 2005:7).

⁹ Surge, assim, uma questão importante, relativamente às fotografias do pintor Manuel Jardim: Qual o teor da sua ligação à CIDEM? Segundo informação recolhida na instituição, Letícia Jardim, sua irmã, seria uma doente muito assídua do Doutor Elyσιο de Moura, daí a provável doação à Casa de Infância.

numeração lógica ou sequencial; os envelopes contêm, por vezes, inscrições manuscritas visíveis, no entanto, apenas correspondem às medidas pretendidas para a reprodução de cópias.

Fig. 1 – Caixas com provas fotográficas



Fonte: Registo fotográfico realizado por Francisca Ferreira (2019).

De toda a coleção fotográfica diagnosticada, através da ficha técnica, apenas existem cópias de 60 provas, tanto em suporte papel como em suporte digital.

A coleção, como já foi mencionado, está acondicionada em caixas de cartão abertas e em envelopes de papel, não apresenta uma organização lógica, nem ao nível da proteção das provas. As fotografias de grande dimensão são um total de 15 provas, em papel, e estão sobrepostas; a sua união é feita com uma folha de tamanho A2. A ausência de embalagens adequadas provocou mau armazenamento, deformações, enrolamentos, rasgos, dobras e vincos, quer nas provas quer nos suportes.

Relativamente ao local onde se encontra atualmente a coleção, no escritório da Casa-Museu, este é desprovido de aparelhos de medida e controlo da humidade e temperatura, pelo que não é possível aferir se os valores se mantêm constantes ou se existe uma variação; todavia a sala tem um desumidificador.

Após a recolha dos dados, conseguiu-se apurar um número razoável de fotografos representados, que, na sua maioria, são desconhecidos, fotografos locais, da zona de Coimbra e da zona centro do país. Porém, também existe uma pequena percentagem de fotografos de outras zonas do continente bem como de outros países.

Os temas mais frequentes na coleção são essencialmente retratos e paisagens; no entanto, também existem outros tipos de temáticas ligadas à cidade universitária de Coimbra e à Casa de Infância, a saber: garraiada; cerimónias académicas; retratos de grupos de estudantes ou doutores; noivas; comunhão das meninas; representações em grupo ou festividades da CIDEM e, por fim, retratos das Irmãs religiosas da Congregação do Amor de Deus.

Fig. 2 – Retrato de finalistas de Medicina da Universidade de Coimbra, onde é possível identificar o Doutor Elysio de Moura



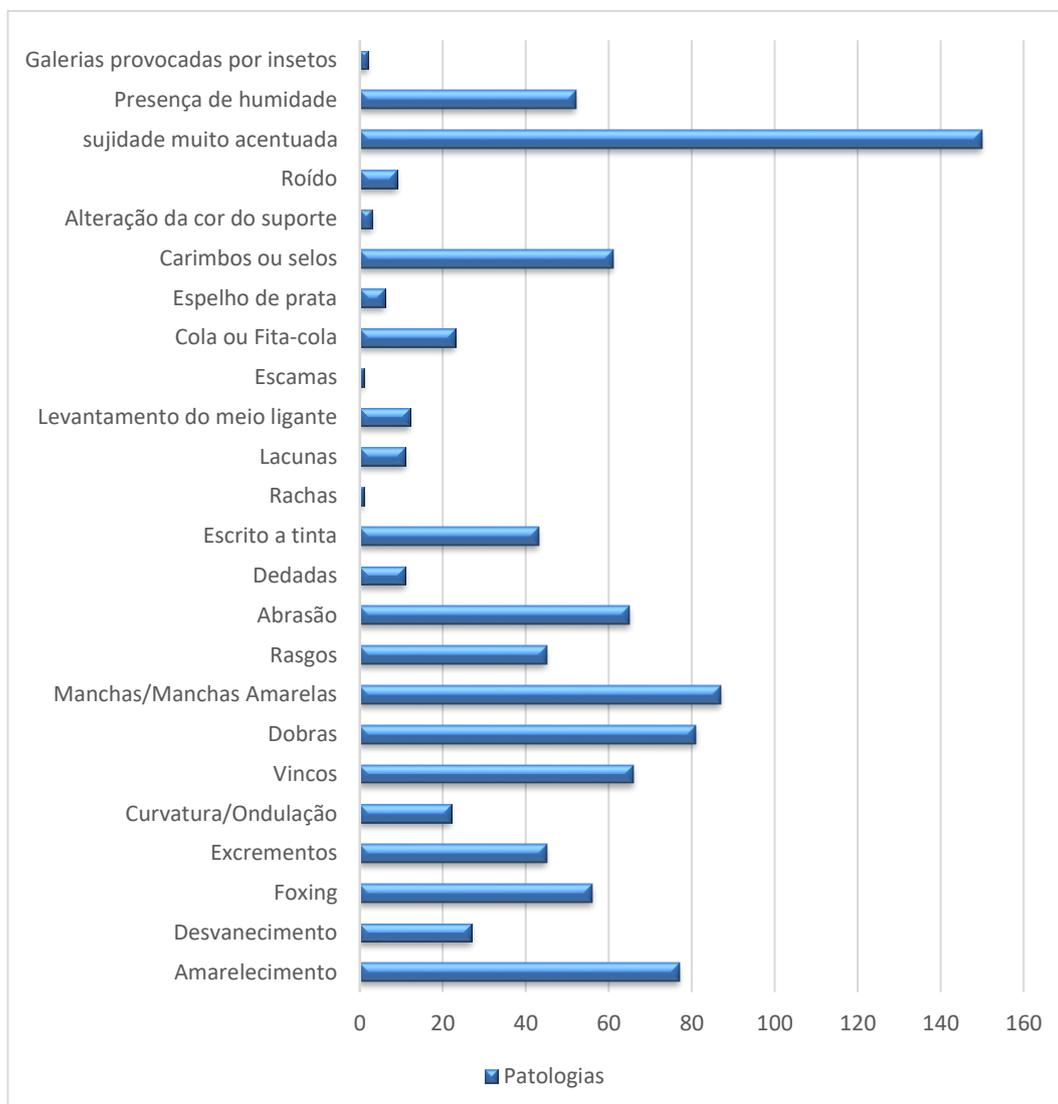
Fonte: Arquivo CIDEM.

No que se refere à cronologia, na maior parte das provas a data não é conhecida; há, no entanto, algumas em que esta se conseguiu apurar. Esta coleção possui provas desde o século XIX, mais concretamente desde 1870, até finais do século XX, incluindo provas cromogéneas.

Relativamente aos processos fotográficos, não foi possível identificá-los, visto que esse trabalho necessita de um estudo aprofundado. Porém, foi viável reconhecer que a coleção é composta, essencialmente, por positivos em suporte papel, sendo que a sua policromia varia, monocromático como sépia, preto e branco e a cores.

Perante um arquivo, seja ele fotográfico ou não, é importante identificar o formato e a quantidade, para que seja possível garantir o seu acondicionamento corretamente (PAVÃO, 1997). Neste caso, estamos perante vários formatos, nomeadamente: 3,6 x 4,6 cm; 4,2 x 5,9 cm; 6,2 x 10,2 cm; 8,5 x 12,5 cm; 10 x 15 cm; 12,5 x 8,9 cm; 16,3 x 10,7 cm; 22,4 x 17,2 cm; 30 x 42 cm; 32,2 x 20cm; 37 x 47,5cm; 38,6 x 52cm.

O estado da coleção, de um modo geral, é razoável, apesar das inadequadas condições de armazenamento e acondicionamento (FILIPPI, LIMA e CARVALHO, 2002). As provas fotográficas, no que respeita ao seu estado de conservação, contêm sujidade muito acentuada, presença de excrementos de insetos, riscos, abrasão, rasgões, dobras, vincos e manchas. Estas e outras patologias estão representadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Patologias da coleção fotográfica

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Constatou-se que a maior percentagem de patologias (sujidade, manchas, dobras, vincos, abrasão, amarelecimento), entre outras, são resultado da deterioração química, bem como do acondicionamento e armazenamento inadequados. Posto isto, uma vez que se procedeu à limpeza de grande parte da sujidade nas provas e visto que não existia nenhuma organização lógica, tornou-se indispensável assegurar o seu devido acondicionamento. Foram utilizadas pastas com micas; as fotografias de grandes formatos ficaram a aguardar um adequado acondicionamento.

As provas fotográficas são o resultado de vários processos e técnicas de produção (SOUGEZ, 2001; BAURET, 2006; AMAR, 2007) e, considerando os componentes químicos, as fotografias possuem problemas específicos de preservação. Consequentemente, as ameaças à integridade das espécies fotográficas são várias: a temperatura, a humidade relativa, a luz e a poluição – que requerem o controlo das condições ambientais - e o manuseamento excessivo ou inadequado. Para evitar e controlar

estes riscos, a instituição tem de tomar medidas e desenvolver estratégias de preservação¹⁰ e conservação.

Proposta de conservação e divulgação

Concluída a identificação da coleção fotográfica, pareceu-nos de extrema importância advertir para a sua conservação. Considerando as patologias identificadas, são necessárias ações para retardar e minimizar a sua progressão (CABRAL, 2002; GARRUCHO, 2013) requerendo, idealmente, uma equipa de trabalho com a colaboração de profissionais especializados em conservação e restauro de fotografias.

O controlo do ambiente é, sem dúvida, umas das medidas mais importantes, visto que são as condições que determinam o tempo de vida de qualquer documento (FILIPPI, LIMA e CARVALHO, 2002). Desta forma, a humidade relativa (HR) e a temperatura (T) devem ser mantidas o mais constante possível. Os valores de HR, recomendados para os materiais fotográficos, em geral, situam-se entre os 30% e os 40% e a T entre os 16°C e os 18°C. Porém, é necessário salientar o facto de cada espécie fotográfica ter os seus próprios valores de HR e T recomendados (PAVÃO, 1997, 2004).

O controlo destes fatores é realizado através de vários aparelhos que funcionam permanentemente. São eles: desumidificadores, sistemas de ar condicionado ou de climatização, entre outros (MARK, 2004).

Para além destes fatores, importa referir que a higienização é fundamental (FILIPPI, LIMA e CARVALHO, 2002). A remoção de colas, adesivos, manchas, entre outros elementos extrínsecos às fotografias, deve ser realizada por profissionais especializados (GARRUCHO, 2013). No entanto, a limpeza simples e superficial pode ser efetuada por um profissional da informação/arquivista, utilizando pincéis, aspirador de pó equipado com filtros de retenção de sujidades e poeiras, uso de aparas de borracha com algodão e utilização de lupa binocular. Para além disso, a higienização do espaço de armazenamento também deve ser um hábito de rotina para evitar insetos, roedores e a acumulação de poeiras, sendo possível a sua execução por um funcionário da instituição.

Dado que o presente estudo se realizou com o intuito de identificar, descrever e apresentar uma proposta de conservação e divulgação do património fotográfico da CIDEM, sugere-se para a sua divulgação, numa primeira fase, a digitalização das provas fotográficas. A digitalização¹¹ contribui para a sua conservação, preservação e divulgação, mantendo as

¹⁰ Por 'Preservação' entende-se o "conjunto de medidas de gestão tendentes a neutralizar potenciais fatores de degradação de documentos"; Conservação é o "conjunto de medidas de intervenção sistemática e direta nos documentos com o objetivo de impedir a sua degradação, sem alterar as características físicas dos suportes". É necessário referir que em Ciência da Informação, Preservação compreende três planos: "a conservação e o restauro do suporte (...), a adopção de medidas de gestão (políticas públicas) (...) e a intencionalidade orgânica de preservar para usar (...)" (SILVA, 2006:159).

¹¹ A digitalização é "um processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits – que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (*binary digit*) formando um *byte*, e com os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados" (BRASIL, 2010).

caraterísticas dos originais e restringindo o seu manuseamento físico e direto. Potencializa também o seu uso, através das tecnologias de informação e comunicação.

No caso da coleção fotográfica da CIDEM, a sua descrição normalizada (BARRADAS, 2016) pode ser concretizada com recurso à *ISAD(G) – Norma geral internacional de descrição arquivística*, às *ODA – Orientações para Descrição Arquivística* (2007) e *SEPIADES – Recommendations for cataloguing photographic collections* (2003).

A aplicação de metadados¹² técnicos referentes à captura digital não compreende os referentes a catalogação, indexação ou descrição (SIMIONATO, 2017). Dizem, sim, respeito ao processo de captura digital, onde deve ser descrito e registado o ambiente tecnológico (*software* e *hardware*), bem como as caraterísticas físicas do documento.

Neste estudo, propõe-se para a divulgação da coleção fotográfica a sua difusão *online*, precedidas do seu alojamento na plataforma digital Flickr. Esta plataforma permite armazenar e partilhar fotografias, possibilita aos membros a realização de *uploads*, incentivando a sua participação, o diálogo através de expressões pessoais e a partilha. Viabiliza a adição de comentários, *tags*¹³ e à medida com que essas informações forem crescendo como metadados, irá proporcionar o seu rápido acesso. Além disso, está disponível em qualquer hora e lugar, visto que pode ser acedida através do computador, telemóvel ou do *iPad*. Um exemplo do uso da plataforma Flickr em Portugal, é o caso da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (LEITÃO, 2010).

Adicionalmente, uma vez que a Casa Museu Elysio de Moura utiliza a rede social Facebook¹⁴, este alojamento e partilha das fotos via Flickr é também útil para a divulgação da coleção fotográfica e o eventual contributo da comunidade na identificação de retratos/retratados, datas, locais e temáticas. Por sua vez, o Facebook é apenas uma rede social de partilha e não de armazenamento digital a longo prazo, daí a proposta de uso do Flickr.

No Flickr, o projeto piloto *The Commons* foi lançado a 16 de janeiro de 2008, em parceria com a Biblioteca do Congresso¹⁵. Consiste em partilhar arquivos fotográficos de toda a parte do mundo, tendo dois objetivos principais: o primeiro, aumentar o acesso às coleções fotográficas de entidades públicas e o segundo, proporcionar um ambiente em que os utilizadores podem contribuir utilizando *tags* e comentários, de modo a fornecer informações que possam ser relevantes para a catalogação dos acervos (Flickr, 2019a).

¹² Entende-se por metadados “um conjunto de informações padronizadas sobre um ficheiro como o nome do autor, resolução, espaço de cor, copyright, palavras-chave” (GARRUCHO, 2013).

¹³ Palavras-chave associadas a um determinado recurso de informação, ou seja, os utilizadores indexam a informação a partir de *tags* e partilham-na.

¹⁴ Página oficial no Facebook da Casa-Museu Elysio de Moura disponível em <https://www.facebook.com/Casa-Museu-Elysio-de-Moura-1766983160185595/>.

¹⁵ “The Commons was originally conceived by the Library of Congress with an idea to carry out an “experiment” about tagging and social tagging, influenced by previous research projects such as Steve.Museum (<http://www.steve.museum>). Flickr was considered to be a suitable model for this purpose due to its interactive capabilities (...)” (COLQUHOUN, 2013).

A acessibilidade, intervenção e reutilização das fotografias por outras pessoas pode ser condicionada conforme o seu autor/direitos autorais. Pode-se definir se o conjunto de fotografias alojadas na galeria podem ser descarregadas, comentadas ou se é possível adicionar palavras-chave, aplicável tanto aos participantes como aos internautas, em geral. Os direitos de autor podem ser precavidos através da definição de licenças *Creative Commons* (LEITÃO, 2010).

Atualmente, diversas instituições culturais, tanto públicas como privadas, disponibilizam imagens/fotografias no Flickr. Nesta plataforma, o *The Commons* incentiva e apoia o intercâmbio entre os seus membros num ambiente digital, e fornece a oportunidade aos cidadãos para contribuírem com informação de forma a gerar conhecimento. “The Commons certainly has the potential to enable institutions to develop and understand their collections from the perspective of the public” (COLQUHOUN, 2013).

Contudo, sabemos que há alguns obstáculos, como o financiamento e outros recursos, o desafio da autoridade, da verificação e “the relationship between experts and non-experts” (COLQUHOUN, 2013). Todavia, relevamos as vantagens e desafios:

The Commons does provide an interesting insight into the ways in which online users make sense of photographic collections, which may prompt a reevaluation of the ways in which collections can be best organised and presented in order to make them more relevant and meaningful in the future” (COLQUHOUN, 2013).

Algumas instituições presentes no *The Commons* são: The Library of Congress, George Eastman Museum, Australian War Memorial collection, National Library of Scotland Museum of Photographic Arts Collections, entre outros (Flickr, 2019b).

Observar fotografias digitalizadas é diferente de as ver *in loco*, contudo essencial para a sua preservação. Algumas são disponibilizadas no *The Commons* com pouca informação contextual, de modo a promover uma maior participação através de comentários. O requisito de participação consiste em publicar apenas coleções fotográficas e disponibilizar uma completa acessibilidade a este material informativo, visto que as fotografias são marcadas com uma licença especial, “no know copyright restrictions” (LEITÃO, 2010).

O *The Commons* pretende aumentar a acessibilidade das coleções fotográficas patrimoniais pertencentes a vários tipos de instituições culturais, bibliotecas, arquivos e museus. A inovação deste projeto é essencialmente a noção de partilha de conteúdo com outros e as possibilidades de interação, de modo a adquirir-se informação e contexto sobre as fotografias, que as instituições têm dificuldade em descrever (COLQUHOUN, 2013).

Como vimos anteriormente, a coleção da CIDEM não se encontra tratada a nível arquivístico, tendo perdido parte significativa da sua contextualização orgânico-funcional (GOMES, 2012 e 2016). Neste encadeamento, a disponibilização da coleção no Flickr seria importante, pois proporcionaria a discussão em torno das fotografias, tornando possível a sua identificação, com o auxílio da comunidade. Desta forma, propomos a digitalização e subsequente divulgação da coleção fotográfica da CIDEM no *The Commons*.

Notas finais

A preservação de fotografias liga-se, inevitavelmente, à sua adequada conservação, a médio e longo prazo. Assim, considera-se tão importante garantir a conservação do suporte original como a preservação do conteúdo intelectual, a informação.

Com efeito, este trabalho centrou-se nestas vertentes por se considerarem fundamentais para a disponibilização e salvaguarda da coleção fotográfica estudada, que se encontra danificada por fatores internos (de ordem química) e externos (como temperatura, humidade relativa, inadequado acondicionamento e manuseamento).

A descrição das fotografias, através da ficha técnica de recolha de dados elaborada, foi crucial para o conhecimento desta coleção, assim como para a identificação/análise das patologias. Seguidamente, foram apresentadas medidas para a sua salvaguarda e divulgação: a digitalização e disponibilização no Flickr *The Commons*.

O estudo efetuado apresenta, todavia, ainda algumas limitações que não puderam ser colmatadas. Num futuro próximo, seria importante uma investigação detalhada sobre os processos fotográficos presentes nesta coleção, através de colaboração multidisciplinar, bem como a sua descrição arquivística.

Alcançado o término deste trabalho, percebe-se a subsequente necessidade de intervenção prática, através das medidas referidas anteriormente. Importa salientar, de facto, que as ações devem ser ponderadas, sendo essencial um estudo mais aprofundado para identificar o seu contexto de produção e para uma descrição normalizada, mas urge, desde já, fazer a sua disponibilização/divulgação à comunidade.

Referências bibliográficas

AMAR, Pierre-Jean

2007 *História da fotografia*. 2ªed. Lisboa : Edições 70, 2007.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CASAS MUSEU

2019 *Casa Museu Elysio de Moura*. [Em linha]. 2019. [Consult. 12 set. 2019]. Disponível em: <http://www.apcm.pt/casas-museu/casa-museu-elysio-moura/>.

BARRADAS, Graça

2016 A Difusão de arquivos fotográficos através do AtoM (Access to Memory) : o exemplo de fotografia de arquitetura. *Revelar*. [Em linha]. 1 (2016) 80-96. [Consult. 5 jan. 2019]. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/RL/article/view/1608>.

BAURET, Gabriel

2006 *A Fotografia: histórica, estilos, tendências, aplicações*. Lisboa : Edições 70, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2010 *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. [Em linha]. 2010. [Consult. 2 abr. 2019] Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf.

CABRAL, Maria Luísa

2002 *Amanhã é sempre longe demais : crónicas de P&C*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002.

COLQUHOUN, Bronwen

2013 Making sense of historic photographic collections on Flickr : The Commons : institutional and user perspectives. In *Museums and the Web 2013 : the annual conference of Museums and the Web*. [Em linha]. (2013). [Consult. 20 maio 2019]. Disponível em: <https://mw2013.museumsandtheweb.com/paper/making-sense-of-historic-photographic-collections-on-flickr-the-commons-institutional-and-user-perspectives/?fbclid=IwAR1eZpOO5h7SNKEeOOqAKZnKhLqpaNkG179cBTHhPSPXDR0GtoTfwAof9FA>.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de

2002 *Como tratar de coleções de fotografias*. [Em linha]. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. [Consult. 5 fev. 2019]. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf4.pdf.

FLICKR

2019a *Sobre a declaração de direitos*. [Em linha]. 2019. [Consult. 26 maio 2019]. Disponível em: <https://www.flickr.com/commons/usage/>.

FLICKR

2019b *Sobre o Flickr*. [Em linha]. 2019. [Consult. 26 maio 2019]. Disponível em: <https://www.flickr.com/about>.

GARRUCHO, Sandra Luísa Lourenço

2013 *Intervenção sobre uma coleção fotográfica*. [Em linha]. Tomar : Instituto Politécnico de Tomar, 2013. [Consult. 12 mar. 2019]. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5769>.
Relatório de Estágio de Mestrado.

GOMES, Liliana Isabel Esteves

2016 *Gestão da informação, holística e sistémica, no campo da Ciência da Informação: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra*. [Em linha]. La Coruña, 2016. [Consult. 11 set. 2018]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43201>.
Tese de Doutoramento - Universidade de La Coruña.

GOMES, Liliana Isabel Esteves

2012 *A Estrutura orgânica e funcional da Administração da Universidade de Coimbra e a sua projecção no respectivo arquivo*. [Em linha]. 2012. [Consul. 1 set. 2018]. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/12280>.
Dissertação de Mestrado - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

2004 *ISAD(G) : Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. [Em linha]. Lisboa: IAN/TT, 2004. [Consult. 5 fev. 2019]. Disponível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isadg.pdf>.

LEITÃO, Paulo Jorge

2010 *Uma Biblioteca nas redes sociais: o caso da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian no FLICKR*. [Em linha]. 2010. [Consult. 11 set. 2018]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/189/185>.

MARK, Roosa

2004 El Cuidado, manipulación y almacenamiento de fotografía. *Internacional Preservation Issues*. [Em linha]. 5 (2004). [Consult. 11 abr. 2019]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi5-es.pdf>.

MOURA, Frederico de

1981 *Casa da Infância Doutor Elycio de Moura : obra de bem-fazer tipicamente universitária e coimbrã: vivência de todos*. Coimbra: [s. n.], 1981.

MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO

[20--] *Manuel Jardim : memórias de um percurso inacabado (1884-1923)*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 11 abr. 2019]. Disponível em: <http://www.museumachadocastro.gov.pt/en-GB/exhibitions/past/ContentDetail.aspx?id=1089>.

PAVÃO, Luís

2004 Conservação de fotografia : o essencial. *Cadernos técnicos de conservação fotográfica* [Em linha]. 3 (2004) 7-12. [Consult. 2 fev. 2019]. Disponível em: http://portais.funarte.gov.br/preservacaofotografica/wp-content/uploads/2010/11/cad3_port.pdf.

PAVÃO, Luís

1997 *Conservação de coleções de fotografia*. Lisboa : Dinalivro. 1997.

PORTUGAL. Direção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo

2007 *Orientações para a descrição arquivística*. 2.^a versão. [Em linha]. Lisboa : DGARQ, 2007. [Consult. 6 fev. 2019]. Disponível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>.

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade

2005 *Norma Portuguesa: NP-4.041 – 2005 : Informação e documentação : terminologia arquivística: conceitos básicos*. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2005.

SEPIADES

2003 *Recommendations for cataloguing photographic collections*. [Em linha]. Amsterdam : European Commission on Preservation and Access, 2003. Disponível em: <https://www.ica.org/en/sepiades-recommendations-cataloguing-photographic-collections>.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 *A Informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto : Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SIMIONATO, Ana Carolina

2017 Métodos de análise de assunto em fotografias : estudo no âmbito do ensino da representação da informação. *Informação & Informação*. [Em linha]. 22:2 (2017) 532-545. [Consult. 11 jun. 2019]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31502>.

SOUGEZ, Marie-Loup

2001 *História da fotografia*. Lisboa : Dinalivro, 2001.

Francisca A. Fernandes Ferreira | ferreira.a.francisca@gmail.com

Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras

Liliana Isabel Esteves Gomes | liliana.gomes@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras

Resumo: O objeto de estudo do presente artigo incide sobre a formação, a constituição e a organização da coleção da Livraria do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida no período de 1542 a 1834. Situada no complexo conventual, no meio da Serra da Arrábida, é uma das poucas livrarias conventuais de Portugal, que preservou tanto o espaço físico, como o núcleo bibliográfico, ainda que este se encontre atualmente integrado no Centro de Documentação da Fundação Oriente. Um conhecimento mais aprofundado e de teor crítico de como a Livraria evoluiu durante a existência do Convento da Arrábida (1539-1834) poderá vir a ser possível, explorando e abordando aspetos que definem qualquer biblioteca enquanto espaço físico e de conhecimento ou memória. Sendo um estudo de natureza qualitativa e quantitativa, e fazendo uso do método investigação documental, permite conhecer a dimensão numérica, a composição temática, a distribuição dos livros por idiomas e séculos, a organização da coleção – aspetos que, de forma concisa, são abordados neste artigo.

Palavras-chave: Biblioteca monástica; Biblioteconomia; Livraria do Convento da Arrábida, Ordem de São Francisco

Abstract: This study focuses on the formation, constitution and organization of the Library of the Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida collection (Arrábida Convent), between the years 1542 and 1834. Located in the conventual complex in the middle of Arrábida mountain range, it's one of the few monastic libraries in Portugal that has preserved the physical space and its bibliographical collection, even though it is now part of the Documentation Centre of Fundação Oriente. A more in-depth and critical knowledge of how the library of the Arrábida Convent developed during its existence (1539-1834) may only be possible by exploring and addressing each aspect that defines any library as a physical place and a space of knowledge and memory. By means of a qualitative and quantitative study, and using the documentary research method, it was possible to depict the numerical dimension, the thematic composition, the distribution of books by language and date, and the organization of the collection, which will be summarized in this paper.

Keywords: Monastic Library; Library Science; Library of the Arrábida Convent, Order of Saint Francis

Introdução

Durante séculos, as bibliotecas eclesiais afirmaram-se como as únicas instituições que produziram e preservaram o conhecimento humano. Foram constituídas para formar as suas comunidades, bem como transmitir a palavra de Deus, e acabaram por se transformar em verdadeiros santuários de saber e património bibliográfico. Neste contexto, qualquer estudo de uma biblioteca eclesial representa um campo transversal e/ou transdisciplinar, que reflete tanto elementos de história cultural, em geral, como aspetos da Ciência da Informação (CI), em particular.

Todavia, importa referir que “as bibliotecas conventuais não têm merecido da parte da historiografia uma atenção devida” (VAZ, 2013:133). No mesmo seguimento, Raimundo (2008) defende que as livrarias conventuais são menos contempladas nos estudos da bibliografia nacional, comparativamente a outros tipos de bibliotecas, como bibliotecas

personais, universitárias ou públicas, sendo estes “os temas mais abordados na história das bibliotecas portuguesas” (RAIMUNDO, 2008:201).

De outra perspetiva, estudos sobre tendências atuais de investigação no campo da CI referem como áreas mais estudadas aquelas que estão relacionadas com a informação, tecnologia e gestão (SILVA, 2013). Plenamente justificável no contexto em que a complexidade de processos em torno da informação em ambiente tecnológico, cada vez mais presente e mais ativo em todas as áreas da atividade humana, requerem estudos, análises, avaliações contínuas, para soluções atuais ou futuras, que em conjunto constroem um discurso paradigmático e tendencial no campo da CI, deixando pouco espaço para outras áreas de investigação. Todavia, nenhum presente ou futuro é construído sem os saberes e os conhecimentos das heranças e memórias do passado.

Neste contexto, para “compreender a história do livro, da leitura e das bibliotecas em Portugal implica, antes de mais nada, reconstituir esta realidade” (GIURGHEVICH e LEITÃO, 2016) das bibliotecas conventuais. É na perspetiva da CI, que foi iniciado e conduzido o presente estudo sobre a formação, a constituição e a organização da coleção da *Livraria* do Convento da Arrábida, no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. De forma sintética, pretende-se apresentar e discutir os resultados obtidos na presente de investigação, de natureza qualitativa e assente no método de pesquisa documental, que incidem sobre alguns aspetos da análise da coleção bibliográfica constituída entre os anos 1542-1834.

Esta investigação parte dos estudos seminais de Marques (1963), Barata (2003), Campos (2015) e Giurgevich e Leitão (2016) sobre as livrarias conventuais portuguesas, bem como do estudo de Jolly (1988) sobre a formação e a constituição das coleções religiosas a nível europeu de modo a permitir-nos uma análise comparativa. Todavia, continuam a faltar estudos de caso como este, que permitem uma análise mais fina de cada uma das bibliotecas, de modo a obtermos um conhecimento mais profundo e concreto acerca dos acervos bibliográficos das comunidades religiosas regulares, bem como a sua compreensão no contexto de cada ordem religiosa.

Em termos de estrutura, contextualiza-se a temática e o objeto de investigação, expõe-se a fundamentação teórica, definem-se os objetivos e a metodologia, apresentam-se as fontes - o *Catálogo Alfabético dos Livros, que se achão assim na Livraria como nas cellas dos Religiosos deste Convento* (1769-1770) e o *Inventário dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida* (1834) - a partir das quais se descrevem e discutem os resultados sobre a formação, a constituição e a organização da coleção, designadamente em termos de número de títulos e volumes, anos e lugares de impressão, idiomas, formatos e áreas de conhecimento de modo a extraírem-se conclusões.

Contextualização

Situado no meio da Serra da Arrábida, o Convento de Nossa Senhora da Arrábida foi fundado em 1539 pelo franciscano espanhol Frei Martinho de Santa Maria. Pertenceu aos frades da Ordem Franciscana até 1834. Passadas três décadas da extinção das ordens religiosas, precisamente em 1863, o Convento e os 25 hectares envolventes da Serra da Arrábida foram adquiridos pela Casa de Palmela. Desde 1990, os respetivos espaços e o acervo bibliográfico da *Livraria* pertencem à Fundação Oriente.

A bibliografia existente (PIEADADE e JESUS MARIA, 1728-1737; PERESTRELO, 1952) atesta que, ao longo da sua existência, o Convento da Arrábida conheceu dois espaços destinados à guarda de livros e, eventualmente, ao espaço de leitura e estudo, designados de *Livraria Velha* e *Livraria Nova*. A *Livraria Nova*, conservada até aos nossos dias, encontra-se no espaço de clausura, no dormitório do primeiro socalco (PEREIRA, 1994), num lugar nobre, privilegiando o acesso da comunidade a partir dos espaços mais importantes do convento: igreja e cela dos prelados.

A evolução das *livrarias* conventuais foi influenciada, de algum modo, pela finalidade de cada ordem (pregação ou estudo), bem como pelas conjunturas históricas em que existiram. Deste modo, durante o Antigo Regime, no contexto português, foram dois os marcos que tiveram um impacto determinante sobre as *livrarias* conventuais: a criação da Real Mesa Censória, por alvará de 5 de abril de 1768, durante o período pombalino, com o objetivo de fiscalizar e exercer o controlo dos livros em circulação, e a extinção das Ordens Religiosas, através do decreto de 28 de maio de 1834. O primeiro visou a destruição ou a proibição dos livros considerados perigosos ou inconvenientes ao espectro de interesses do Estado, o que condicionou o desenvolvimento das coleções das bibliotecas em geral e das *livrarias* conventuais em particular. O segundo não destruiu livros, mas extinguiu as *livrarias* pertencentes às instituições religiosas, dispersando e encaminhando os núcleos bibliográficos conventuais para diversas bibliotecas da forma como as políticas liberais bem o entenderam na altura, alterando efetivamente o paradigma das *livrarias* conventuais para *livrarias* públicas (BARATA, 2003).

Importa referir que a coleção da *Livraria* do Convento da Arrábida não partilhou o mesmo destino de dispersão. Devido a um incêndio, que no final de setembro de 1834 deflagrou na Serra da Arrábida, a *Livraria* foi evacuada no Calhariz de Azeitão, onde permaneceu até 1990, quando transitou para a Fundação Oriente. Deste modo, o facto de se manter conservada ao longo de séculos, incluindo obras ainda do acervo primitivo¹, oferece oportunidades de estudo diferentes face às *livrarias* de porte médio ou pequeno, cujos núcleos foram dispersos ou, em alguns casos, até perdidos.

¹ As notas adicionadas por I. Rocha aos registos do *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida* (1994) revelam que o acervo conserva, entre outras, três obras que, segundo a marca da posse, pertenceram ao D. João de Lencastre (1501-1571).

Fundamentação teórica

Conhecer melhor as *livrarias* conventuais implica procurar investigar aspetos inerentes à atividade destas bibliotecas tais como: modo de organização das bibliotecas, constituição das coleções, áreas de conhecimento que integram, modo de utilização do livro, práticas de leitura, relação com a comunidade, o papel da *livraria* na formação da comunidade, entre outros. Neste seguimento, para identificar o estado da arte das bibliotecas conventuais no Antigo Regime, foram consultados os estudos existentes sobre as *livrarias* conventuais (revisão de literatura) em geral, e sobre a *Livraria* do Convento da Arrábida em particular. Destacamos, de forma sumária, alguns títulos que serviram de pontos orientadores para o que se pretendia estudar. O estudo *A Real Mesa Censória e a cultura nacional* (Coimbra, 1963), de Maria Adelaide Marques, oferece uma perspetiva global dos catálogos e seus conteúdos em 1769-1770, enquanto o título *Os Livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública* (Lisboa, 2003), de Paulo Barata, permite conhecer o estado da arte das *livrarias* conventuais portuguesas em 1834. Uma obra imprescindível para qualquer estudo sobre *livrarias* conventuais é o estudo *Clavis Bibliothecarum*, de Luana Giurgevich e Henrique Leitão (Lisboa, 2016), que apresenta um panorama global de catálogos, índices, inventários e outras listas, bem como documentos sobre a vida interna das bibliotecas, provenientes de cerca de 400 instituições religiosas. *Para se achar facilmente o que se busca: biblioteca, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)* (Lisboa, 2015) é um estudo de Fernanda Campos, que apresenta a biblioteca religiosa do século XVIII, tendo como fonte de análise os catálogos entregues à Real Mesa Censória e os livros dos conventos extintos, integrados na Biblioteca Nacional. Num espectro mais amplo, a obra *Unité et diversité des collections religieuses* (1988), de Claude Jolly, permite traçar uma identidade das *livrarias* conventuais no Antigo Regime com projeções comparativas a nível europeu. O mesmo expõe os critérios de modelos dominantes e particularidades gerais que caracterizavam as *livrarias* conventuais.

Ainda neste campo, os valiosos contributos de autores como Carvalho (1998), Vaz (2013) e Raimundo (2008), entre outros, permitiram desenvolver aspetos relacionados com a constituição das coleções bibliográficas, a organização dos documentos, as áreas de conhecimento e as práticas de leitura no Antigo Regime.

Objetivos e metodologia

Tendo em conta que a *livraria* da Arrábida integra uma instituição franciscana, cujo lema era *pax et bonum*, diferente de *ora et labora* dos beneditinos ou *tolle et lege* dos agostinianos, importa saber que tipo de biblioteca construíram os arrábidos. A partir da questão de partida - Como se estruturava e organizava, nas suas dimensões espacial e documental, a *Livraria* do Convento da Arrábida nos séculos XVI-XIX? -, um dos propósitos consiste em definir a identidade da coleção bibliográfica da *Livraria*, que, serve também de objeto de discussão e reflexão neste artigo.

Para concretizar os objetivos estabelecidos, a opção metodológica aplicada no estudo, centra-se numa abordagem qualitativa e quantitativa, assente na investigação documental e, quando oportuno, no método comparativo.

No que concerne à análise do acervo bibliográfico, esta resultou do tratamento das informações contidas no *Catálogo Alfabético dos Livros...* de 1769-1770 e no Inventário de extinção de 1834, através da recolha e análise de dados.

Fontes de análise:

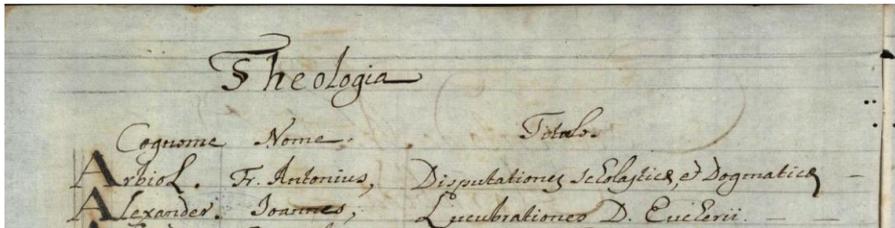
Catálogo Alfabético dos Livros... de 1769-1770

Antes da apresentação de resultados, apresentam-se as duas fontes manuscritas referidas, que serviram de suporte para a análise do acervo documental da *Livraria*.

O *Catálogo Alfabético dos Livros, que se açhão assim na Livraria como nas cellas dos Religiosos deste Convento*, foi elaborado entre 1769-1770 com objetivo de responder às medidas de controlo da circulação de livros definidas pela Real Mesa Censória, no edital de 10 de julho de 1769.

Em termos estruturais, o Catálogo em análise é constituído por 43 *folios* não numerados. Os *folios verso e recto* estão estruturados de forma a integrarem os elementos de descrição bibliográfica de cada documento. Para este efeito, o espaço de cada *folio* encontra-se dividido por colunas e linhas. O primeiro elemento de cada *folio verso e recto* é o nome da classe. A seguir, o início de cada *folio verso* reproduz, ainda, uma linha de cabeçalho com três colunas, nas quais constam a indicação dos elementos que correspondem respetivamente ao apelido (*cognome*), ao nome do autor e ao título da obra (Fig. 1).

Fig. 1 – Elementos bibliográficos do folio verso



O *folio recto* é dividido em cinco colunas, e contém na linha de cabeçalho a designação dos elementos acerca da edição, do número de volumes, do lugar de edição, do ano de edição e do formato, designados no catálogo como: *Edição, Tomos, Lugar de impressão, Anno, Forma* (Fig. 2).

Fig. 2 – Elementos bibliográficos do folio recto



Os documentos são agrupados por áreas de conhecimento, designadas por classes de acordo com o edital: *Teologia*, *Jurisprudência*, *Filosofia*, *Matemática*, *Medicina*, *História e Bellas letras*. Dentro de cada classe, os registos são estruturados por formato e ordem alfabética, assim como o título do catálogo refere.

Em suma, o conteúdo do Catálogo de 1769-1770 permite saber que livros tinham os religiosos do respetivo convento, quais as áreas de conhecimento que estes integravam, onde e quando foram impressos os respetivos livros.

Inventário de extinção de 1834

O *Inventário dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida* foi realizado em agosto de 1834. O registo dos volumes do acervo da *Livraria* abrange os folios 12v-17r de um livro com um total de 24 folios. A descrição dos livros no respetivo Inventário seguiu a sua localização física nas estantes. Neste contexto, a enumeração segue da estante n.º 1 à n.º 14 e, em algumas situações, com referência às prateleiras.

Sendo um inventário de bens que, entre outros bens patrimoniais, inclui também os livros, as únicas constantes projetadas são o valor monetário dos livros e o número de volumes. Os outros elementos são apresentados de forma dispersa ou sumária, como é o caso das referências aos autores, títulos, idiomas e formatos. Para ilustrar, em alguns casos, a descrição *desaseis volumes, exercícios de Piedade para todos os Dias do anno* “Autor *Jenecio*” em duzentos e quarenta reis² informa sobre o número de volumes, o título, o autor e o seu valor, mas não indica o formato ou idioma, por exemplo, como acontece na descrição de outros documentos. Em outros casos, todos estes elementos faltam totalmente, exceto o valor financeiro e a designação do tipo de documento “livros” e “folhetos”, como no exemplo a seguir: *Alguns livros, e folhetos truncados, no vallor de cento e vinte reis, digo cento trinta e dois folhetos*³.

Deste modo, a descrição resumida do acervo documental condiciona uma perspetiva construtiva da sua análise. As conjunturas em que foram elaborados cada um dos instrumentos e os seus objetivos permitem explicar as particularidades que diferenciam os respetivos instrumentos: o Catálogo destinava-se à identificação de cada documento para

² ANTT - Ministério das Finanças. Cx.2.251, n.º 366, fl. 12v.

³ ANTT – *Idem, ibidem*, fl.12.

fins de fiscalização do conteúdo dos livros, enquanto o Inventário tinha por objetivo a avaliação do valor material dos bens que o Convento possuía.

Resultados: números, anos e lugares de impressão, idiomas, formatos e áreas de conhecimento

A título de resultados, em termos quantitativos e qualitativos, a análise do acervo bibliográfico, constituído no período de 1542-1834, incidiu sobre número de títulos e volumes, anos e lugares de impressão, e áreas de conhecimento, entre outros.

Importa referir que, nesta análise, quando oportuno, complementamos o respetivo relato com dados extraídos do catálogo de I. Rocha (1994).

Números

Tabela 1 – Número de títulos e volumes

Fontes	Ano de criação do catálogo/inventário	Período de constituição da coleção	Números			
			Títulos	Volumes	Folhetos	Manuscritos
Catálogo	1769-1770	1542 -1769	732	1 030	-	-
Inventário	1834	1542 - 1834	-	1 879	156	-
Catálogo de I. Rocha	1994	1542-1834	1 199	-	-	10

Fonte: Elaboração dos autores

Ao começar com a dimensão numérica da *Livraria*, no quadro sincronizado supra, segundo o catálogo de 1769-1770, a coleção estava constituída por 732 títulos em 1.030 volumes. O Inventário de 1834, que evidentemente abarca um período mais alargado, balizado entre os anos 1542 e 1834, quantifica 2.035 itens, dos quais identificamos 1.879 volumes e 156 folhetos. Se compararmos os 1.879 volumes deste *inventário* com as quantitativas do catálogo de 1769-1770, que contava na altura com 1.091 volumes correspondentes aos 732 títulos, constatamos um aumento de número de volumes em 26%. No catálogo de I. Rocha, que, para o fundo antigo da *Livraria*, em termos cronológicos, refere a mesma dimensão temporal que o Inventário, isto é 1542-1834, o quadro numérico é ligeiramente diferente, apresentando 1.199 (considerados como títulos) obras impressas e 10 manuscritos.

Conhecendo os números, seria relevante conhecer qual era a dimensão bibliográfica da *Livraria* da Arrábida no espaço português naquele contexto temporal.

Ao identificarem os critérios quantitativos que definem se uma biblioteca é grande ou pequena, Giurgevich e Leitão (2016:XX) sugerem uma classificação das respetivas bibliotecas, com base no número de volumes, que são agrupados da seguinte forma:

- Bibliotecas de muito grande porte: com mais de 20.000 volumes;
- Bibliotecas de grande porte: entre 5.000 e 20.000 volumes;
- Bibliotecas de grandeza média: entre 2.000 e 5.000 volumes;
- Bibliotecas pequenas: com menos de 2.000 volumes.

A partir da classificação supra, a *Livraria* do Convento da Arrábida, com 732 obras em 1.030 volumes, identifica-se, no final do século XVIII, como uma *Biblioteca pequena*, em que os mesmos autores integram neste grupo cerca de 300 bibliotecas. Numa abordagem pontual, os dados obtidos por Campos (2015:73-75) permitem situar a *Livraria* do Convento da Arrábida na 20.^a posição no universo de 61 de *livrarias* do final do século XVIII. É uma posição relevante se se considerar que no referido estudo há registos de *livrarias* com menos de 100 obras.

Anos de impressão

Relativamente aos anos de impressão, a análise incide sobre os dados do catálogo de 1679-1770. Do estudo efetuado neste campo resulta que o volume mais antigo existente na *livraria* data de 1493, enquanto o livro mais recente é de 1766. Dado que o inventário de 1834 não fornece informações desta natureza, recorreremos ao catálogo de I. Rocha, a partir do qual sabemos que em 1994 os documentos presentes no acervo atestam os anos de impressão abrangidos entre 1507 e 1830. A primeira observação que sobressai desta análise indica que os três incunábulos atestados no catálogo de 1760-1770, não se encontravam no acervo em 1994.

Em relação ao ano de impressão dos títulos, segundo o catálogo, do número total de 732 títulos existentes na *Livraria*, três foram impressos ainda no século XV, 175 títulos provêm do século XVI, 277 títulos são do século XVII, e, por fim, registam-se 275 títulos do século XVIII. Como se pode verificar na Tabela 2, existem ainda dois títulos, cujos anos de impressão não estão mencionados no catálogo. Uma representação gráfica destes elementos evidencia que do número total de livros existentes na *Livraria* até o ano 1766, 38% pertence a edições do século XVIII, o século XVII contém igualmente 38%, seguindo-se o século XVI com 23%, e o século XV, com apenas 1%.

Tabela 2 – Distribuição dos títulos impressos por séculos

Século	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	S. d.	Total
Número	3	175	277	275	2	732
%	1%	23%	38%	38%	12	100%

Fonte: Elaboração dos autores

Importa referir que o ano de impressão de um determinado documento está relacionado com o desenvolvimento da imprensa no espaço geográfico europeu. Quais são os lugares de impressão num determinado período de tempo? Qual o papel da imprensa portuguesa

na constituição de acervos das *livrarias* religiosas em geral, e franciscanas, em particular, incluindo as arrábidas? Das perguntas em questão resultou um quadro, que interessa as dimensões espacial e temporal, mostrando distintamente quais os lugares de impressão num determinado período de tempo.

Tabela 3 – Relação do lugar de impressão com ano de impressão

País/Século	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	s. d.	Total
Portugal		11	143	222		376
Espanha		23	83	38		144
Itália ⁴	2	12	13	10		37
Alemanha ⁵		25	12			37
França		52	12	3		67
Bélgica ⁶		32	13			45
Suíça ⁷	1	18	1			20
Subtotal	3	173	277	273		726
S. l.		3	1		2	6
Total		176	278		2	732

Fonte: Elaboração dos autores

Deste modo, os três incunábulo vieram da Itália e da Suíça. Os livros editados no século XVI vieram, por ordem decrescente, da França – 46 títulos, da Bélgica – 35, da Alemanha – 25, da Espanha – 20, da Suíça – 18, e da Itália – 11. Neste século, Portugal é representado por apenas 11 títulos.

Já no século XVII, o país com maior número de títulos editados é Portugal, com 145, seguido pela Espanha, com 85 títulos, o que se poderá explicar pela proximidade. Os “países” mais representados no século XVI diminuem para menos de 20 títulos cada, como observamos na tabela supra – Itália tem 14 títulos; Bélgica e França, 13 cada; Alemanha, 9; e Suíça, apenas 1 título.

No século XVIII, Portugal continua a dominar o panorama dos livros impressos da *Livraria* com 220 títulos, de um total de 273, enquanto a Espanha tem apenas 36 e os outros países apresentam menos de 10 títulos cada.

⁴ As cidades do atual território da Itália integravam, nos séculos XV-XVIII, os territórios da Península Itálica. Optamos por utilizar o nome moderno, assim como para os territórios antigos da Alemanha, da Bélgica e da Suíça.

⁵ Alemanha, no período em análise.

⁶ Países Baixos, no período em análise.

⁷ Confederação Helvética, no período em análise.

Lugares de impressão

No que concerne ao lugar de impressão, identificamos a origem de 726 dos 732 títulos que o Catálogo abrange.

Tabela 4 – Número de títulos impressos por país

País	Número de títulos
Alemanha	37
Bélgica	45
Espanha	144
França	68
Itália	37
Portugal	376
Suíça	20
Total	726

Fonte: Elaboração dos autores

Na leitura da Tabela 4, verifica-se que os livros integrados na *Livraria* foram impressos em 7 países, sendo o mais representativo Portugal – com 376 títulos, seguido de Espanha com 144 títulos. Dos restantes cinco países - França, Bélgica, Itália, Alemanha e Suíça - cada país figura no catálogo com menos de 100 obras. A primeira observação é a de que o universo da *Livraria* do Convento permite situar a impressão dos livros em 41 cidades da Europa. Os lugares de impressão mais representativos são: Veneza – 19 títulos; Colónia – 31; Antuérpia – 37, Lyon – 32, Paris – 35, Madrid – 64, Barcelona – 18, Lisboa – 337. A articulação dos números de exemplares e dos lugares onde foram impressos reflete o desenvolvimento editorial nas cidades da Europa, entre os séculos XV e XIX. No seu estudo, Febvre (2000:259) relata que os grandes centros editoriais na Europa católica são os grandes centros do Renascimento religioso, particularmente, na Alemanha – Colónia, nos países Baixos – Antuérpia, e em França – Paris e Lyon. Assim se explica que países como a Alemanha, a França e a Bélgica, que se manifestaram como centros importantes de impressão nos séculos XV e XVI, prevaleçam sobre outros países neste mesmo período, como se pode verificar na Tabela 4. Já dos séculos XVII-XVIII, predominam livros editados em Portugal e em Espanha no acervo da *Livraria*. E neste sentido, ao verificar-se “uma crescente subida do número de títulos desde os finais do século XVII até meados do século XVIII” (ANSELMO, 1997:89), o acesso aos livros impressos é facilitado preponderantemente por oficinas portuguesas que, entretanto, se desenvolveram no espaço lusitano, nomeadamente nas décadas a seguir à União Ibérica.

Formato dos documentos

Na elaboração do Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida, os autores seguiram as indicações impostas pela Real Mesa Censória que, entre outras, exigiam o registo de formatos dos documentos existentes na *Livraria*. *Em cada classe se assentarão por ordem Alfabética, primeiramente os Livros de Fôlio, seguindo-se logo os de quarto, a estes os de oitavo*, como impunha a lei publicada, a 10 de julho de 1769 (TRIGOSO, 1679:71, citado por

MARQUES, 1963:58). Neste contexto, a sequência do formato do maior para o menor, conjugada com a sequência alfabética, apresenta-se como um dos elementos-chave na construção da estrutura do respetivo catálogo.

Portanto, segundo o catálogo, a *Livraria* tinha volumes nos três formatos mais utilizados nos séculos em análise, ou seja, *in folio*, *in quarto* e *in octavo*. A análise da distribuição dos títulos por formato mostrou que, do número total de 732 de títulos, *in folio* existiam 209 títulos, *in quarto* - 249 títulos e *in octavo* - 274 títulos, assim como se apresentam na tabela seguinte:

Tabela 5 –Número de títulos por formato

<i>In folio</i>	<i>In 4.º</i>	<i>In 8.º</i>	Total
209	249	274	732

Fonte: Elaboração dos autores

Verifica-se que o número dos livros *in octavo* é ligeiramente maior do que o número dos livros *in folio* e *in quarto*. Em outros termos, os documentos *in octavo* representam 37% do total de títulos, enquanto os livros *in quarto* e *in folio* constituem, respetivamente, 34% e 29%.

O formato dos documentos remete para o tipo de utilização, que implicitamente compreende o tipo de leitura. Neste contexto, para Játiva Miralles, os impressos de tamanho grande como *folio*, *4º* y *8º* *formatos de edición [son] vinculados a obras destinadas a la enseñanza, la lectura individual e a recoger sermones o comentarios latinos de las Sagradas Escrituras* (JÁTIVA MIRALLES, 2007:319). Em relação aos formatos pequenos, a mesma autora refere, igualmente, a relação entre o tamanho e modo de utilização do livro por parte do leitor: *En menor medida, se hallan libros de tamaño mediano, formatos 12º, 16º e 32º, fáciles de transportar y no demasiado pesados, que se destinaban a la enseñanza en forma de manuales y libros de texto* (JÁTIVA MIRALLES, 2007:319).

Os vários tamanhos dos livros não se relacionam apenas como o modo de interação do leitor no ato de leitura. A existência de volumes em vários formatos implica aplicar critérios de arrumação, de forma a assegurar a otimização da organização do espaço de uma biblioteca. No caso da *Livraria* em estudo, a forma como as prateleiras são concebidas, designadamente a diversidade de alturas⁸, sugere uma organização dos volumes em função do formato.

⁸ Segundo medidas efetuadas no local, verificou-se a dimensão diferente de altura das prateleiras. De cima para baixo: a prateleira 1 tem 19 cm; a prateleira 2 – 22 cm; a prateleira 3 – 30 cm; a prateleira 4 – 32 cm; a prateleira 5 – 37 cm; a prateleira 6 – 39 cm; a prateleira 7 – 43 cm.

Idioma dos documentos

Em relação aos idiomas em que foram escritos os volumes da *Livraria*, no catálogo de 1769-1770 não é feita referência aos mesmos, devendo, por isso, considerar os resultados obtidos com a devida margem de erro. Verificou-se que os documentos estão escritos em português, espanhol, latim, italiano e francês, como apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Número de títulos por idioma

Português	307
Espanhol	151
Latim	247
Italiano	9
Francês	1
Desconhecido	17
Total	732

Fonte: Elaboração dos autores

Traduzindo em valores concretos, e de acordo com as tabelas acima expostas, observamos que predominam as obras impressas em português, com 307 títulos ou 41% do total. Seguem os documentos em latim, com 247 títulos, o que perfaz 36%. Ainda em número significativo é representada a língua espanhola, cujos 151 títulos se traduzem em 20% do total. Os outros idiomas são representados em números visivelmente inferiores aos referidos. São volumes escritos em italiano, que constituem apenas 1%, ou 9 títulos, e em francês, com apenas um título identificado. Não foi possível definir qual o idioma de 17 títulos.

Tabela 7 – Distribuição de idiomas por séculos

Idioma	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	s. d.
Espanhol		21	96	34	
Francês				1	
Italiano		6	3		
Latim	3	136	73	33	2
Português		2	102	203	
Subtotal	3	165	274	271	
Desconhecido		10	3	4	
Total	3	175	277	275	

Fonte: Elaboração dos autores

Os 3 livros do século XV e 136 de títulos do total de 175 títulos do século XVI são em latim, enquanto os exemplares em português constituem apenas dois títulos.

Já nos séculos XVII e XVIII prevalecem os livros escritos em português, isto é, 102 títulos face a um número de 73 livros em latim. É significativo para o século XVII o número de livros em espanhol, que reúne um total de 96 obras, expressão do “volume editorial nesta língua usada por autores portugueses no período da união ibérica” (CARDOSO, 2013).

No século XVIII, o número de livros em português duplicou face ao número do mesmo idioma do século precedente, evoluindo para 203 títulos, enquanto os livros em espanhol e latim desceram para 34 e 35 títulos respetivamente. Neste século, temos ainda o único livro identificado em francês. Ao analisar os idiomas da Biblioteca de Tibães, Cardoso (2013) define claramente as tendências de utilização dos mesmos no contexto português, tendências que caracterizam também o quadro idiomático da *Livraria* do Convento da Arrábida: “As livrarias portuguesas do século XVIII evidenciam tendências para se abastecerem de livros em linguagem nacional preferindo de seguida o latim, enquanto língua de comunicação universal para o mundo de então [...]” (CARDOSO, 2013:367-368). Deste modo, a presença quantitativa de um determinado idioma, em qualquer acervo documental no contexto religioso, é condicionada pelas tendências de utilização deste num determinado espaço temporal.

Aspetos de constituição do acervo bibliográfico da Livraria do Convento da Arrábida

Antes de avançarmos, considera-se necessário elucidar um ponto particular, relativamente à definição do conceito de uma *livraria* situada em contexto conventual. O título do catálogo em análise, *Catálogo Alfabético dos Livros, que se açhão assim na Livraria como nas Cellas dos Religiosos deste Convento*, indica claramente que o lugar onde se guardavam os livros não se limitava somente ao espaço da *Livraria*, um facto estipulado anteriormente nos *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida*: [...] *que nesta Província se entendera por livraria não só a casa commua aonde os livros se guardião, mas qualquer cella, ou lugar do Convento, em que qualquer livro se achar, & estiver posto; [...]* (ORDEM..., 1698:49). Com base no exposto, para Giurgevich e Leitão (2016:XXXV), como muito bem observam, uma *livraria* conventual é caracterizada como uma “biblioteca fluída” ou uma “biblioteca ramificada”.

Na definição dos mesmos autores, “uma casa religiosa pode imaginar-se de facto como um espaço múltiplo de bibliotecas, constituído por uma livraria comum rodeada de livrarias particulares e especializadas (a livraria do coro, a da igreja, a da botica, a da biblioteca manuscrita, a coleção de livros proibidos, a livraria *ad usum* dos religiosos, etc.” (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016:XXXV). Com esta ideia explícita de “biblioteca fluída”, hipoteticamente, a constituição do acervo no contexto da *livraria* do convento decorreu igualmente num sentido mais amplo, que vai além do espaço propriamente dito.

A constituição do acervo bibliográfico da *Livraria* do Convento da Arrábida foi um processo cujo estudo levanta mais questões do que revela respostas. Tentaremos procurar respostas para esta questão, projetando uma abordagem que terá como base as possíveis práticas de aquisição/constituição para a qual nos apoiaremos nas fontes primárias e nas informações obtidas preponderantemente do estudo introdutório e notas que Rocha (1994) associou aos registos catalogados.

“As bibliotecas eclesiásticas foram o resultado de séculos de acumulação de livros”, como constataram Giurgevich e Leitão (2016:XXVI). Os estatutos e os regulamentos das instituições religiosas estabeleciam, entre outras, políticas de aquisição de livros que, segundo Giurgevich e Leitão (2016), consistiam em compras, na incorporação dos livros de defuntos e noviços, em legados, doações, ofertas dos autores ou empréstimos.

Relativamente à constituição das *livrarias* conventuais da Província da Arrábida, de que modo os *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida...* (1698) abordavam o respetivo assunto? No capítulo XXIV intitulado *Dos livros & livrarias*, os *Estatutos* determinavam:

[...] para que em todos os Conventos possa haver quantidade de livros, em que os Religiosos se apliquem, & estudem, o que lhes he necessário, mandamos, que cada hum dos Prelados locais em o tempo do seu governo procurem pôr livros novos no seu Convento, ou de pessoas devotas, ou das esmolas indiferentes. [...] E os livros, que ficarem dos Frades defunctos repartirá o Irmão Ministro pelas livrarias da Província, que mais necessitarem deles; [...] (ORDEM..., 1698:49).

Das indicações supra, verifica-se claramente a preocupação em obter livros, procurando utilizar várias formas possíveis ou existentes para este fim, compreendendo as compras, as doações, a incorporação de livros dos defuntos. À procura de exemplos concretos para a *Livraria* do Convento da Arrábida, recorreremos a uma das fontes primárias sobre o Convento, *Espelho de penitentes...* (PIEIDADE e JESUS MARIA, 1728-1737) que, no entanto, se apresenta pouco elucidativa no que diz respeito aos aspetos relacionados com os livros. As poucas informações, que encontramos, neste sentido, referem que Pedro de Mesquita Carneiro, que viveu de 1639 até 1649 nas casas construídas na serra, fora da cerca do Convento, deixou os seus livros ao Convento. Quais e quantos, e se ainda se encontram no espólio, são perguntas sem respostas, por enquanto.

As notas adicionadas aos registos por I. Rocha no seu Catálogo (1994) oferecem mais informações, embora insuficientes, se reportadas ao número total de 1.199 obras que o acervo integra atualmente. Encontramos aproximadamente 39 obras acompanhadas de notas acerca de quando deram entrada na *Livraria*, por quem foram oferecidas ou a quem pertenciam. Sem pretender efetuar uma análise sequencial e completa das formas de entrada dos livros, tendo em conta que se trata de uma amostra reduzida e não seria conclusiva no global, iremos apenas referir alguns exemplos que extraímos do respetivo Catálogo. A título de exemplo, soubemos que o religioso arrábido D. Frei António Pádua Bellas, bispo, ofereceu à *Livraria*, em 1804, as obras *Magnum Bullarium Romanum* (Luxemburg, 1735-1758), em 19 volumes, e *Concilia Generalia e Provincialia Graeca e Latina...* (*Lutetiae Parisiorum*, 1636) (ROCHA, 1994:68, 184), enquanto o livro *Sancti Bonaventurae ex Ordini Minorum...*, (*Lugduni*, 1688), em sete volumes, foi oferecido à *Livraria* do Convento da Arrábida, em 1788, pelo Cardeal Joaquim José dos Reis (ROCHA, 1994:69).

Se nos exemplos acima referidos sabemos que os livros integraram o acervo através de oferta, bem como quem os ofereceu e a data em que ocorreu, os exemplos que se seguem, permitem saber apenas a quem pertenceram. Estes são *D. Dionysii Carthusiani in quatuor Parisiis*, 1553), de Dionísio Cartusiano, que “segundo indicação manuscrita no rosto, este volume pertencia a Livraria do Duque de Aveiro” (ROCHA, 1994:114). Ainda sobre uma

encadernação, que inclui duas obras distintas – *F. Alfonsi à Castro zamorensis, Ordinis Minorum Regulares Observantiae*, (Salmanticae, 1550), de frei Afonso de Castro, e *De natura & gratia* (Salmanticae, 1561), de frei Domingo de Soto, Rocha (1994:83, 286) observa que “no rosto tem escrito à pena: “*D. Azeitão/da Livraria do Duque*” (*Duque de Aveiro?*). Pelas notas manuscritas sobre estas obras, e pelos anos de impressão dos livros, defende-se a possibilidade do que os livros pertenciam a D. João de Lencastre, 1.º Duque de Aveiro, e deve ter sido um dos primeiros que contribuiu para a constituição da *livraria* conventual. Não sabemos a data de entrada destes livros na *livraria* do convento, mas é muito provável que estivessem entre os primeiros livros a serem integrados na coleção daquela.

Ainda neste grupo de exemplos que têm indicada uma nota de posse, inscrevem-se um volume de *Sermões* (*Sevilha*, 1615), do padre Francisco Fernandes Galvão que, nas palavras de Rocha (1994:144), “este volume era “*de uso*” do escritor e pregador Frei Manuel das Chagas que governou o Convento da Arrábida e morreu em 1647”, e ainda *Ceremonial moderno da Província da Arrábida, segundo o rito Romano, e Seráfico:...* (Lisboa, 1752), de frei João de São José do Prado, que tinha como nota manuscrita *Este Seremunial E do uso do Sr Fr Manoel de Jezus de Sezimbra* (ROCHA, 1994:273).

Alguns livros, de acordo com o mesmo investigador, indicam apenas a data de entrada no Convento, sem referência a quem pertenceram ou a quem os ofereceu. A título de exemplo, “as obras de Torrecilla entraram todas na Livraria do Convento da Arrábida em 1715, de acordo com inscrição manuscrita nas guardas” (ROCHA, 1994:298-299). Esta observação refere-se aos vários livros de Frei Martin de Torrecilla, sendo que atualmente o acervo tem sete títulos em 9 volumes, com anos de edição diferentes. O mesmo número de volumes atesta o catálogo de 1769-1770, mas concentrados num único item com o título *Obras morales*, (Madrid, 1702), o que não nos permite afirmar se consistem dos mesmos exemplares ou não.

Relativamente à obra *Theologia Christiana Dogmatico-moralis* (Roma, 1763), em 10 volumes, de um outro autor notório, Frei Daniel Concina, todos os volumes desta obra têm uma inscrição na página de rosto, que deram entrada na *Livraria* do Convento em 1764, quando era Guardião frei António de Jesus Maria (ROCHA, 1994:98). Contrapondo a data de impressão da obra, 1763, com a data da entrada, 1764, questionamos se se tratará de uma compra. Provavelmente sim, mas sem outros indícios esclarecedores, ficamos no mesmo campo hipotético.

Seja como for, os exemplos mencionados são indícios, ainda que reduzidos, de como se havia constituído a *livraria* do convento ao longo dos séculos, segundo as fontes ou recursos que abordam diretamente aspetos da constituição do acervo arrábido. E compreendemos neste campo as doações, as notas de posse ou as aquisições.

Por outro lado, sabemos que o Convento foi fundado pelos franciscanos espanhóis e era muito procurado por estes. Nesta ordem de ideias, seria legítimo supor que os frades traziam livros consigo quando vinham instalar-se no convento.

No contexto nacional, segundo Fernandes (2002), vários estudos confirmam uma presença significativa de livros espanhóis nas bibliotecas públicas portuguesas, fenómeno justificado pelo facto de “que as relações culturais entre Portugal e Espanha na Época Moderna – e muito particularmente no século XVII – foram, manifestamente, alimentadas pelo

intercâmbio e circulação de livros...” (FERNANDES, 2002). Tendo em conta as regras dos Estatutos, que manifestam a preocupação do que cada prelado devia zelar para *pôr livros novos no seu Convento*, o intercâmbio e a circulação de livros deveria ter sido uma outra forma aceite para contribuir para o enriquecimento do acervo.

Passando para um último ponto, relativamente à constituição das coleções, menciona-se que o processo de evolução não é assegurado apenas pelas entradas de livros no acervo. A preservação destes, a preocupação de não os perder e de os usar devidamente são também fatores que contribuem para a segurança e a continuidade do acervo. Estabelecem os já referidos Estatutos no capítulo XXIV, *Dos livros, & livrarias*:

Em virtude do Espírito Santo, & sob pena de excomunhão *latae sententiae*, mandamos que nenhum Frade súbdito ou Prelado dê, empreste, aliene, commute de qualquer sorte que seja, livro algum ou livros dos aplicados às livrarias dos Conventos [...] (ORDEM..., 1698:49).

Apesar das duras penas, que eram aplicadas àqueles que não cumpriam as regras, não sabemos até que ponto os religiosos do Convento da Arrábida respeitaram as obrigações impostas. Todavia, com base no valor do conteúdo qualitativo e quantitativo do acervo, que ainda hoje é testemunho do que fora outrora, supõe-se que os religiosos do Convento da Arrábida foram responsáveis com os livros que lhes passaram pelas mãos. Uma observação que remete para a compreensão, para a consciência coletiva, desde os tempos da fundação da canónica, do poder e do valor intrínseco do livro em todas as suas dimensões. Valor este que, no contexto visado, é sinónimo da procura da elevação religiosa ou espiritual, bem como do desejo de formação e conhecimento. Os frades procuravam, através da palavra escrita, compreender, conhecer, saber, sentir, viver e/ou até morrer...

Conclusão

Ao longo deste estudo, procurámos encontrar pontos que definissem a *Livraria* do Convento da Arrábida, nomeadamente no que diz respeito ao conteúdo do acervo documental, a partir da análise do *Catálogo de 1769-1770* e do *Inventário da extinção de 1834*. Com base no exposto sobre a constituição do acervo, a composição temática, a distribuição por idiomas e séculos, constatou-se que a evolução da *Livraria* do Convento da Arrábida no Antigo Regime tem traços comuns com as *livrarias* conventuais no contexto nacional e europeu.

Atesta-se que os catálogos e os inventários são fontes imprescindíveis para a análise dos acervos conventuais. Porém, o conteúdo que estes integram condiciona os resultados da análise. Neste caso, a dificuldade mais evidente decorreu do facto de que o conteúdo limitado do Inventário de extinção de 1834 não permitiu dar continuidade à análise do acervo efetuada com base no catálogo de 1769-1770. Ainda assim, independentemente das diferenças e/ou limitações que os caracterizam, no seu conjunto, as fontes analisadas não deixam de ser, cada uma à sua maneira, recursos valiosos no campo de estudo da *Livraria* do Convento da Arrábida, em particular, e das bibliotecas eclesíásticas do Antigo Regime, em geral.

Em termos quantitativos, constata-se que a *Livraria* da Arrábida não era uma biblioteca de grande porte, no entanto também não pode ser considerada pequena, tendo

especialmente em conta que pertencia ao ramo da Estrita Observância da Ordem Franciscana, que desprezava qualquer tipo de posse.

A presença de incunábulos, de obras eruditas de Santos Padres da Igreja, de clássicos latinos e gregos, de autores humanistas, remetem para uma *Livraria* de estudo e formação. No seu conjunto, a *Livraria* do Convento da Arrábida reuniu durante a sua existência um acervo relevante em termos quantitativos, temáticos e qualitativos.

Para concluir, se o conjunto de *livrarias* conventuais constitui um macro universo, a *Livraria* do Convento da Arrábida é um microuniverso com dimensões ainda por explorar em possíveis estudos futuros. Incluímos neste âmbito a análise do acervo no período 1770-1834, com base no catálogo de I. Rocha, dado que o inventário de 1834 não possibilitou o respetivo estudo. A par da presença dos autores arrábidos na respetiva *livraria*, deparámo-nos com a escassez de fontes, que silenciam esses quotidianos e que nos poderiam oferecer mais informação, cujo rasto perseguimos, porém ainda sem resultados. A consulta do arquivo da Casa de Palmela poderá ser aqui reveladora.

Referências bibliográficas

ANSELMO, Artur

1997 *Estudos de história do livro*. Lisboa : Guimarães Editores, 1997.

BARATA, Paulo

2003 *Os Livros e o Liberalismo : da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2003.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de

2015 *Para se achar o que facilmente se busca : bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso : séc. XVIII*. Casal Cambra : Caleidoscópio, 2015.

CARDOSO, António Barros

2013 *Livrarias e bibliotecas na Europa dos tempos modernos*. In *The Overarching issues of the European space: strategies for spatial (re)planning based on innovation, sustainability and change = estratégias de (re)ordenamento territorial num quadro de inovação, sustentabilidade e mudança*. [Em linha]. Porto : Faculdade de Letras da Universidade, 2013, p. 361-373. [Consult. 27 jan. 2017]. Disponível em: http://catalogo.up.pt:80/F/?func=direct&doc_number=000818037&local_base=FLUP.

CARVALHO, José Adriano de Freitas

1998 *Da memória dos livros às bibliotecas da memória : inventário da livraria de Santo António de Caminha*. Porto : Centro Universitário da Espiritualidade, 1998, vol. 1.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean

2000 *O Aparecimento do livro*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FERNANDES, Maria de Lurdes

2001-2002 Uma Biblioteca ibérica? *Leituras : revista da Biblioteca Nacional*. 9/10 (2001/2002) 123-176.

GIURGEVICH, L.; LEITÃO, H.

2016 *Clavis Bibliothecarum : catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. [S. l.]: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

JÁTIVA MIRALLES, Maria Victoria

2007 *La Biblioteca de los jesuitas del colegio de San Esteban de Murcia*. [Em linha]. [Murcia] : Departamento de Información y Documentación, Universidad de Murcia. [Em linha]. 2007 [Consult. 13 ago. 2017]. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/handle/10201/109>. Tese de doutoramento.

JOLLY, Claude

1998 Unité et diversité des collections religieuses. In *Histoire des bibliothèques françaises. Vol. 2 - Les Bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789*. Dir. Claude Jolly. Paris: Promodis ; Cercle de la Librairie, 1998, p. 11-29.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador

1963 *A Real Mesa Censória e a cultura nacional : aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII*. Coimbra : Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1963.

ORDEM DOS FRADES MENORES

1698 *Estatutos da provincia de Santa Maria da Arrábida da mais perfeita Observancia de nosso Seraphico Padre S. Francisco [...]*. Lisboa : Na Officina de Miguel Deslandes, 1698.

PEREIRA, Paulo

2006 *Convento da Arrábida : a porta do céu*. [Lisboa] : Fundação Oriente, 2006.

PERESTRELO, Dulce

1952 *A Serra da Arrábida e o seu convento*. Lisboa : [s. n.], 1952.

PIEIDADE, António da; JESUS MARIA, José de

1728-1737 *Espelho de penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. Lisboa Ocidental : Officina de Joseph António da Silva, 1728-1737. 2 vol.

RAIMUNDO, Ricardo A. Varela

2008 O Sagrado e o profano nas leituras torrienses na segunda metade do século XVIII. In SILVA, Carlos Guardado, coord. - *História do sagrado e do profano*. [Lisboa] : Edições Colibri ; Torres Vedras : Câmara Municipal, 2008.

ROCHA, Ilídio

1994 *Catálogo da livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*. Lisboa : Fundação Oriente, 1994.

SILVA, Carlos Guardado da

2013 Perspectivas de investigação em Ciência da Informação. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC 2013, 6º, Porto – *Globalização, Ciência, Informação: atas*. [Em linha]. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CETAC.MEDIA, 2013, p. 355-369. [Consult. 6.11.2016]. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/745142-VI-Encontro-Iberico-EDICIC-2013-Globalizacao-Ciencia-Informacao/>.

VAZ, Francisco António Lourenço

2013 A Biblioteca do Convento de Jesus, 1755-1834 : a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo. In *As Bibliotecas e o livro em instituições eclesiais : actas...* [S. l.]: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 133-149.

Fontes manuscritas

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

1834 *Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida*. [Inventário dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida, 1834].
ANTT - Cx. 2251, proc. nº 366

REAL MESA CENSÓRIA

1769-1770 *Catalogo alfabético dos livros, que se açhão assim na Livraria como nas cellas dos relig.os deste convento*. Catálogos das livrarias particulares (1769-1770).
PT/TT/RMC/B-C2
ANTT - Cx. 117, Cat. 405

Aurelia Ionel | aureliaionel@yahoo.com

Município de Sesimbra

Carlos Guardado da Silva | carlosguardado@campus.ul.pt

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

AVANCES DE INVESTIGACIÓN: las publicaciones periódicas oficiales en México: su normalización, disponibilidad, acceso y beneficios para la ciudadanía

RESEARCH PROGRESS: official periodicals in Mexico: standardization, availability, access and benefits for citizens

Verónica Cano Reyes

Resumen: Se presentan los avances teóricos de la investigación titulada *Las Publicaciones periódicas oficiales en México: su normalización, disponibilidad, acceso y beneficios para la ciudadanía*, correspondiente a la tesis que se realiza para optar por el Doctorado en Bibliotecología y Estudios de la Información en la Universidad Nacional Autónoma de México. En la primera parte se describe la relación entre la democracia y la información, entre las instituciones de gobierno y las publicaciones oficiales y el acceso a las publicaciones oficiales, para lo cual se revisan conceptos como: democracia, gobierno, gobernabilidad, gobernanza, gobierno abierto, publicaciones oficiales, ciudadanía, acceso a la información, derecho a la información, acceso abierto, entre los más importantes, todo ello enfocado a la realidad mexicana. En la segunda parte, se revisan conceptos como: recursos continuos y revistas, posteriormente se pasa a la revisión de las normas ISO para revistas y las RDA (sucesoras de las RCAA2) para la descripción de revistas. Finalmente, se da a conocer la lista de revistas gubernamentales mexicanas que se someterán al análisis en el siguiente capítulo de la investigación que se encuentra en curso.

Palabras clave: Normalización de revistas; Publicaciones oficiales mexicanas

Abstract: The theoretical advances of the research entitled *The official periodicals in Mexico: their normalization, availability, access and benefits for citizens* are presented, corresponding to the thesis that is carried out to obtain the Doctorate in Librarianship and Information Studies at the Universidad Nacional Autónoma de México. The first part describes the relationship between democracy and information, among governmental institutions and official publications and citizenship and access to official publications, for which concepts such as democracy, government, governance, open government, official publications, citizenship, access to information, right to information, open access, among the most important are reviewed, all focused on Mexican reality. In the second part, concepts such as continuous resources and journals are reviewed, then the revision of the ISO standards for journals and the RDA (successors of the RCAA2) for the description of journals. Finally, the list of Mexican government journals that will be submitted to the analysis in the next chapter of the research that is ongoing is announced.

Keywords: Journals standardization; Official Mexican publications

1. Introducción

Al inicio de la tesis de doctorado, en la investigación se pretendía evaluar solamente las revistas editadas por el Poder Ejecutivo de los Estados Unidos Mexicanos. Sin embargo, debido a diferentes factores que se encontraron en el camino, se decidió ampliar el estudio y tomar en cuenta también las publicaciones periódicas emitidas por los poderes Legislativo y Judicial, es así como en este avance se presenta la totalidad de las revistas que se someterán a evaluación. A continuación, se presenta la tabla de contenido donde se pueden observar los temas que se tratan en la investigación:

Tabla de contenido

- 1. Gobierno, ciudadanía y publicaciones oficiales**
 - 1.1** Democracia e información
 - 1.2** Instituciones de gobierno y publicaciones oficiales
 - 1.3** Ciudadanía y acceso a las publicaciones oficiales
- 2. Normas y directrices para publicaciones oficiales, disponibilidad y acceso**
 - 2.1** Recursos continuables
 - 2.2** Normas utilizadas
 - 2.3** Publicaciones oficiales en México
- 3. Estudio de las publicaciones oficiales en México**
 - 3.1** Normalización
 - 3.2** Acceso
 - 3.3** Disponibilidad
 - 3.4** Resultados
- 4. Conclusiones**
- 5. Propuestas**
 - Obras consultadas
 - Anexos

En este avance, se hablará sobre los dos primeros capítulos donde se ha delimitado conceptualmente el objeto de estudio y se han identificado las revistas que se someterán al estudio del capítulo número tres.

1. Gobierno, ciudadanía y publicaciones oficiales

En este capítulo, se destacan los conceptos de Gobierno, Gobernabilidad, Gobernanza y Ciudadanía, ya que a partir de ellos podremos dimensionar la importancia que tiene la comunicación entre el gobierno y la ciudadanía, donde la forma en la que se mantiene dicha comunicación resulta ser el foco de atención, pues es ahí donde aparece el vehículo de la información de nuestro interés, que son las publicaciones periódicas oficiales.

El Instituto Nacional Electoral (INE) define al gobierno como la “expresión institucional de la autoridad del Estado” (HURTADO, [20--]); donde se destacan tres características importantes: la institucionalidad, que determina el establecimiento de organismos que

desempeñan funciones públicas; la autoridad, como el poder que se ha concedido para ejercer el mando; y el Estado, que es el conjunto de los organismos que ejercen el mando.

En cuanto a la gobernabilidad, la Organización de Estados Americanos (OEA), menciona que, se entiende “como estabilidad institucional y política, así como efectividad en la toma de decisiones y la administración del Estado” (OEA, 2016), es así como se puede decir que se habla de la calidad de la acción del gobierno, o la respuesta que da el Estado a las demandas de la ciudadanía.

Con respecto a la gobernanza, se puede destacar que involucra la gobernabilidad ante la demanda y la participación de la ciudadanía:

En el arquetipo de la gobernanza contemporánea, la administración pública contemporánea debe responder a los valores democráticos —libertad, igualdad, participación, representación, transparencia, rendición de cuentas— del mundo que en el tiempo actual se proclaman con intensidad desde la vida pública a partir de liderazgos, organizaciones y movimientos que demandan que el poder sea responsable y eficiente ante los ciudadanos, con base en los procesos de deliberación, interacción y conjugación dados entre los mercados, las redes sociales y las jerarquías distribuidas en la sociedad (UVALLE-BERRONES, 2012).

Es así como la figura del ciudadano adquiere relevancia en el gobierno, pues la gobernanza requiere de su participación, entonces, los ciudadanos establecen relaciones con el gobierno lo cual les permite acceder a la ciudadanía de calidad, que a su vez, se transforma en diferentes acciones que se conocen comúnmente como democracia: “Ser ciudadano es someterse a la ley, hacerse cargo de las obligaciones fiscales y a cambio tener garantizada la inviolabilidad de su conciencia y la seguridad de que su propiedad va a ser respetada” (IFE, 2014), en otras palabras, la ciudadanía genera el derecho a tener derechos.

1.1. Democracia e información

La democracia se ha posicionado como el ejercicio de poder que permite la participación ciudadana, lo cual a su vez tiene una mayor aceptación de los gobiernos que la han adoptado, pues es una: “Forma de gobierno en la que el poder político es ejercido por los ciudadanos” (RAE, 2016), esta forma de gobierno puede ser directa o indirecta; además se entiende que es la “Doctrina política según la cual la soberanía reside en el pueblo, que ejerce el poder directamente o por medio de representantes” (RAE, 2016). Es así como la democracia ha presentado diferentes formas de ejercicio, uno de ellos y el más conocido es el voto, mejor conocido como democracia representativa, pues es a través de la elección de representantes que ejecutan las acciones de gobierno.

A diferencia de la idea de democracia representativa, en donde se podría hablar más de población o sociedad civil —que adquiere un papel meramente legitimador o de censura, mediante la emisión del voto, de las acciones del gobierno—, en la propuesta de democracia participativa, activa o deliberativa, sobresale la utilización del concepto de *ciudadano*, el cual debería tener como características estar informado y participar activamente mediante la argumentación de sus ideas en el espacio público (RAMOS, 2015).

En la democracia participativa, la cual, de acuerdo con Colino y del Pino (citado por RAMOS, 2015) se debe tener tres tipos de beneficios: el primero de tipo funcional, donde se retome la co-responsabilidad ciudadana con las autoridades gubernamentales de orden local; el segundo de tipo social, que refuerce la idea de colectividad y comunidad; y el tercero de tipo político, que se caracterice por procesos de formación educativa y cultural.

Es aquí donde debemos detenernos para enfatizar que el punto de partida de la participación ciudadana en la democracia participativa es la información, la cual pasa por varios procesos y en el camino puede ser manipulada a conveniencia, pues muchos gobernantes la utilizan para destacar sus logros y ocultar la información que les desacredite, por ello la única forma de contrarrestar dicha manipulación es a partir de la participación ciudadana, partiendo de la demanda de los derechos ciudadanos a la información, el gobierno ha comenzado su transformación y al momento en que la ciudadanía toma fuerza, se genera una nueva forma de gobierno, es el gobierno abierto, el cual se basa en tres ejes: la transparencia, la participación y la colaboración.

1.2. Instituciones de gobierno y publicaciones oficiales

En México, el gobierno es una República, dividida en 3 poderes: Ejecutivo, Legislativo y Judicial. El Poder Legislativo se deposita en un Congreso general, que se divide en dos Cámaras, una de diputados y otra de senadores; el Poder Ejecutivo se deposita en un solo individuo, que se denominará "Presidente de los Estados Unidos Mexicanos", este poder además está integrado por las Secretarías de Estado y por la Procuraduría General de la República (hoy en día Fiscalía General de la República), que actualmente son un total de dieciocho organismos y el Poder Judicial, el cual se deposita en una Suprema Corte de Justicia, en un Tribunal Electoral, en Tribunales Colegiados y Unitarios de Circuito y en Juzgados de Distrito.

Ahora es momento de definir el objeto de estudio: las publicaciones oficiales y en específico las revistas editadas por los tres poderes del gobierno antes mencionadas.

Las publicaciones oficiales, de acuerdo con la IFLA se definen como: “[...] cualquier documento, impreso o producido por cualquier método reprográfico en múltiples copias, emitidas por una organización que puede ser considerada como un organismo oficial y disponible para un público más amplio que la propia organización” (JOHANNSON, 1982).

La IFLA, adicionalmente ofrece una aclaración sobre lo que se considera un “organismo oficial”, con la finalidad de identificar las instituciones responsables de emitir publicaciones oficiales, estas instituciones oficiales son:

- i.** Todo cuerpo legislativo de un estado, de una federación de estados, de una provincia, de un estado federado, de una subdivisión regional o local o de otra subdivisión administrativa.
- ii.** Toda agencia ejecutiva de un Estado, federación de estados, provincia, estado federado, subdivisión regional o local y otra subdivisión administrativa.
- iii.** Todo tribunal u órgano judicial.

- iv.** Cualquier otra organización establecida por una entidad oficial definida en i a iii que continúa manteniendo vínculos con aquella entidad a través de subvenciones directas o de su estructura de responsabilidad administrativa.
- v.** Toda organización cuyos miembros pertenecen a una de estas cuatro categorías, inclusive las organizaciones intergubernamentales, con tal que la entidad se considere oficial en el país de que se trata (JOHANNSON, 1982)

Es así como, se ha determinado que los tres poderes de la Federación en México pueden emitir publicaciones periódicas, las cuáles serán tomadas en cuenta para los fines de este estudio.

1.3. Ciudadanía y acceso a las publicaciones oficiales

Toda vez que se ha establecido la importancia de la participación ciudadana en los gobiernos abiertos, es momento de dimensionar la importancia de la información, pues gracias a ella, se alcanzan competencias ciudadanas que permiten desarrollar una actitud crítica frente a procesos sociales en las comunidades (OCHOA GUTIÉRREZ, 2012) La información se puede poseer de diferentes formas, de acuerdo con el derecho a la información y el derecho de acceso a la información, donde el primero conlleva tres derechos importantes (CANO REYES, 2015):

1. el derecho a atraerse información, en el que se pueden distinguir el acceso a los archivos, registros y documentos públicos, así como la decisión de cada individuo acerca del medio que se lee, se escucha o se contempla;
2. el derecho a informar, en el que se puede apreciar la libertad de expresión y de imprenta, además de la libertad de constituir sociedades y empresas informativas;
3. el derecho a ser informado en el que podemos apreciar la facultad de recibir información objetiva, oportuna, completa y universal (VILLANUEVA, 2003).

Es en este derecho a ser informado, donde podemos apreciar que los ciudadanos pueden y deben tener información fidedigna y confiable por parte de las instituciones gubernamentales sin necesidad de que esta sea demandada, es decir aparece claramente el deber del Estado de proporcionar información a la ciudadanía y esto solamente se puede lograr a través de las publicaciones oficiales en cualquiera de sus modalidades.

2. Normas para publicaciones oficiales, disponibilidad y acceso

2.1. Recursos continuos

Las publicaciones periódicas se ubican dentro de las publicaciones seriadas, y éstas a su vez, son parte de los recursos continuos, definidos como: “Recurso bibliográfico [...] que se publica a lo largo del tiempo sin que exista una conclusión predeterminada. Los recursos continuos incluyen las publicaciones seriadas y los recursos integrados en curso” (citado por DE PEDRO, 2007).

Adicionalmente a la ubicación de las revistas en los recursos continuos, debemos especificar que, con la aparición de las revistas electrónicas, surge un nuevo tipo de recurso de información cuyas características físicas cambian, motivo por el cual, la propia ALA (American Library Association) incluye la definición de recurso electrónico, el cual se debe retomar, debido a esta evolución, pues pasaron de ser un recurso de información impreso a uno electrónico:

Recurso electrónico (*Electronic resource*). Material (datos y/o programa(s)) codificados para manipulación mediante un dispositivo computarizado. Este material puede requerir el uso de un periférico conectado directamente a un dispositivo computarizado (por ejemplo, unidad lectora de CD-ROM) o una conexión a una red de computadoras (por ejemplo, el Internet) (ALA, 2004).

En esta definición, cabe destacar las tres principales características de cualquier recurso que se encuentre en formato electrónico:

1. Tener información codificada
2. Ser manipulada mediante un dispositivo computarizado y
3. En algunos casos, estar sujeto a una conexión de red

Una vez definidas las características de las revistas electrónicas, podemos identificar las revistas electrónicas gubernamentales que deberán ser sometidas a evaluación.

2.2. Normas utilizadas

En este apartado se establece la importancia de la correspondencia que debe existir entre las normas que se utilizan para la edición de revistas gubernamentales y las normas que se utilizan para la descripción de las mismas en las prácticas catalográficas, con la finalidad de tener una recuperación de la información oficial que contribuya a la toma de decisiones en el gobierno.

Se han identificado a las normas ISO (International Standard Organization), en varios documentos y ediciones, como las que establecen los diferentes estándares para las publicaciones periódicas en todas y cada una de sus partes, es decir, la organización se ha ocupado de establecer y actualizar los estándares que cada una de las partes de una revista debe cumplir. Debido a la gran aceptación de estas normas en diferentes países, cada uno de ellos ha establecido sus propias normas en correspondencia con las normas ISO; es así como encontramos las normas AENOR en España, de la Asociación Española de Normalización, las normas ANSI en Estados Unidos (DELGADO LÓPEZ-COZAR, 1997) de la American National Standards Institute, las normas NC en Cuba (Norma Cubana), las normas ABNT en Brasil de la Associação Brasileira de Normas Técnicas, las normas IRAM en Argentina del Instituto Argentino de Normalización y Certificación, por mencionar algunos ejemplos, todas ellas en correspondencia con las normas ISO.

En la siguiente tabla, se puede observar la correspondencia de las Normas ISO con las partes que conforman una revista:

Tabla 1 – Clasificación de Normas ISO según las partes de las publicaciones periódicas

División	Norma ISO
Elementos esenciales	<ul style="list-style-type: none"> • Presentación de publicaciones periódicas, 8 • Sumario de las publicaciones periódicas, 18 • Índice de una publicación, 999
Contenido	<ul style="list-style-type: none"> • Páginas de resúmenes en las publicaciones periódicas, 5122 • Presentación de artículos en publicaciones periódicas y en serie, 215 • Preparación de resúmenes, 214 • Referencias bibliográficas. Contenido, forma, estructura, 690 • Referencias bibliográficas. Abreviaturas de palabras típicas, 832 • Numeración de las divisiones y subdivisiones en los documentos escritos, 2145
Identificación	<ul style="list-style-type: none"> • Identificación bibliográfica (bíblad) de las contribuciones en las publicaciones en serie y en los libros, 9115 (esta norma fue eliminada) • Número internacional normalizado de publicaciones en serie, 3297 • Títulos en los lomos de libros y otras publicaciones, 6357 • Reglas para la abreviación de los títulos y de las palabras contenidas en los títulos de las publicaciones, 4

Fuente: Elaboración propia basada en la tabla de Emilio Delgado López-Cozar, *Normas de presentación de publicaciones periódicas científicas* (1997)

Por otra parte, se reconoce a las normas RDA (Resource, Description and Access), reconocidas como las sucesoras de las RCAA (Reglas de Catalogación Anglo Americanas) desarrolladas por la American Library Association, como los estándares que proporcionan mayores elementos para realizar una descripción catalográfica adecuada a los tiempos actuales, pues retoma las características de los recursos electrónicos sin dejar de lado las peculiaridades de las revistas lo cual permite hacer una descripción lo suficientemente completa para lograr posteriormente la recuperación de la información a través de los catálogos.

2.3. Revistas electrónicas gubernamentales en México

Al inicio de esta investigación, en 2018, se realizó una búsqueda de revistas electrónicas editadas por el Estado mexicano, entendido este como las instituciones de los poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, en ese año aún se encontraba como presidente de la República Enrique Peña Nieto perteneciente al Partido Revolucionario Institucional (PRI). A partir de mediados de 2018, el partido mayoritario en el Poder Legislativo fue Movimiento de Regeneración Nacional (MORENA), partido de izquierda al que pertenece el actual presidente de la República, Andrés Manuel López Obrador; la visión de los integrantes de este partido, al ser contraria a la del PRI, ha generado cambios que afectan la producción de las publicaciones oficiales en México, algunos de esos cambios son positivos y otros parece que no lo son tanto, sin embargo se considera que el primer año de gobierno ha servido para generar políticas de información diferentes que al momento de la elaboración de este documento, aún no son lo suficientemente claras para emitir una postura definitiva al respecto.

Es así como en 2018 se realizó la búsqueda de las revistas electrónicas gubernamentales de los tres poderes, localizándose las siguientes:

Tabla 2 – Lista de revistas electrónicas gubernamentales en México del Poder Ejecutivo

Título	Dependencia Poder Ejecutivo
Crónica presidencial	Presidencia de la República
Contigo México	Secretaría de Gobernación
Diario Oficial de la Federación	Secretaría de Gobernación
Revista Mexicana de Política Exterior	Secretaría de Relaciones Exteriores
Boletín #MX Multilateral	Secretaría de Relaciones Exteriores
Cartelera Cultural de la SHCP	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Revista militar a la orden de las fuerzas armadas de México y América Latina	Secretaría de la Defensa Nacional
Revista militar Armas	Secretaría de la Defensa Nacional
Nuestro ambiente	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales
Revista Ide Ambiente Juvenil	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales
Gaceta Ecológica	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales
Investigación ambiental Ciencia y política pública	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales
Boletín Energías Limpias	Secretaría de Energía
Boletín de Difusión de Acciones de Eficiencia Energética	Secretaría de Energía
Revista Negocios Pro México	Secretaría de Economía
Revista Claridades Agropecuarias	Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
MXSpace Magazine	Secretaría de Comunicaciones y Transportes
Salud Pública de México	Secretaría de Salud
Revista de Enfermería del Instituto Mexicano del Seguro Social	Secretaría de Salud
Revista Mundo del Trabajo	Secretaría del Trabajo y Previsión Social
Revista Mexicana del Trabajo	Secretaría del Trabajo y Previsión Social
Revista Electrónica “Reporte Registral y Catastral”	Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano
Revista Digital del Programa de Calidad Tesoros de México	Secretaría de Turismo

Fuente: Elaboración propia, 2019

Tabla 3 – Lista de revistas electrónicas gubernamentales en México del Poder Legislativo

Título	Dependencia Poder Legislativo
Cámara	Cámara de diputados
Gaceta parlamentaria	Cámara de diputados
Diario de los debates	Cámara de diputados
Quorum legislativo	Cámara de diputados
Crónica legislativa	Cámara de diputados
Pluralidad y consenso	Senado de la República

Fuente: Elaboración propia, 2019

Tabla 4 – Lista de revistas electrónicas gubernamentales en México del Poder Judicial

Título	Dependencia Poder Judicial
Revista IJF	Instituto de la Judicatura Federal
Compromiso	Suprema Corte de Justicia
Justicia electoral. Revista del Tribunal electoral del Poder Judicial de la Federación	Tribunal electoral del Poder Judicial de la Federación

Fuente: Elaboración propia, 2019

A partir de estas tablas se realizó una depuración, pues para los fines de esta investigación, se determinó que las revistas que serán evaluadas, además de ser editadas por una entidad gubernamental, deben contener información sobre los procesos llevados a cabo por la entidad que la emite, así como información sobre los resultados de dichos procesos. Una vez depurada con este criterio, en 2019, se realizó una nueva búsqueda para obtener mayor información sobre cada publicación, y fue como se encontró esta nueva circunstancia donde, debido a este cambio en la producción de revistas del gobierno actual, el número de revistas que se localizó fue menor. En las siguientes tablas se puede observar el total de revistas que fueron localizadas en 2019 y las que aún en 2018 estaban vigentes después de la última depuración, además en la Tabla 5 se puede observar las revistas marcadas que dejaron de editarse en 2019.

Tabla 5 – Lista de revistas electrónicas gubernamentales en México del Poder Ejecutivo

Título	Dependencia: Poder Ejecutivo
Crónica presidencial*	Presidencia de la República
Contigo México*	Secretaría de Gobernación
Diario Oficial de la Federación	Secretaría de Gobernación
Revista Mexicana de Política Exterior	Secretaría de Relaciones Exteriores
Boletín MX Multilateral*	Secretaría de Relaciones Exteriores
Revista militar a la orden de las fuerzas armadas de México y América Latina *	Secretaría de la Defensa Nacional
Revista militar Armas	Secretaría de la Defensa Nacional

Nuestro ambiente*	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales
Revista IdeAmbiente Juvenil*	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales
Gaceta Ecológica	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales
Boletín Energías Limpias*	Secretaría de Energía
Boletín de Difusión de Acciones de Eficiencia Energética*	Secretaría de Energía
Revista Negocios Pro México*	Secretaría de Economía
Revista Claridades Agropecuarias*	Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
MXSpace Magazine	Secretaría de Comunicaciones y Transportes
Revista de Enfermería del Instituto Mexicano del Seguro Social	Secretaría de Salud
Revista Mundo del Trabajo	Secretaría del Trabajo y Previsión Social
Revista Mexicana del Trabajo	Secretaría del Trabajo y Previsión Social
Revista Electrónica “Reporte Registral y Catastral”*	Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano

Fuente: Elaboración propia, 2019

* Vigentes en el año 2018

Tabla 6 – Lista de revistas electrónicas gubernamentales en México del Poder Legislativo

Título	Dependencia: Poder Legislativo
Cámara	Cámara de diputados
Gaceta parlamentaria	Cámara de diputados
Diario de los debates	Cámara de diputados
Quorum legislativo	Cámara de diputados
Crónica legislativa	Cámara de diputados
Pluralidad y consenso	Senado de la República

Fuente: Elaboración propia, 2019

Tabla 7 – Lista de revistas electrónicas gubernamentales en México del Poder Judicial

Título	Dependencia: Poder Judicial
Revista IJF	Instituto de la Judicatura Federal
Justicia electoral. Revista del Tribunal electoral del poder judicial de la federación	Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación

Fuente: Elaboración propia, 2019

En las tablas 5 a 7, se puede observar que solamente en el Poder Ejecutivo dejaron de editarse 11 revistas, mientras que en los poderes Legislativo y el Judicial permanecieron las revistas de nuestro interés. Cabe mencionar que estas últimas revistas cuentan con una

tradición editorial de más de 20 años, por otra parte, también es relevante mencionar que estas revistas tienen una función bien definida de comunicación de los resolutiveos de las entidades que las emiten, mientras que las revistas que estuvieron vigentes solo hasta el 2018 del poder Ejecutivo, representan una política pública de información del gobierno en turno, pues en el Ejecutivo, las Secretarías de Estado pueden o no permanecer de acuerdo con la política del presidente y su plan de gobierno.

Conclusiones

El gobierno mexicano actual, que tomó posesión a finales de 2018, se ha caracterizado en este primer año de actividad por emitir comunicados relacionados con la austeridad en las entidades gubernamentales; la cancelación de once revistas de diferentes Secretarías de Estado, puede interpretarse como el resultado de dicha austeridad, sin embargo, debe mencionarse que ha comenzado a funcionar un vínculo oficial denominado Publicaciones Oficiales que hasta la fecha solamente está relacionado con publicaciones educativas y culturales, a este respecto se esperaría que en los siguientes años este vínculo se amplíe a todo tipo de publicaciones oficiales de diferentes temáticas y que ayude a recuperar la información gubernamental de manera más rápida y eficaz.

En cuanto a las revistas electrónicas gubernamentales vigentes, se localizaron ocho del Poder Ejecutivo, seis del Poder Legislativo y dos del Poder Judicial, siendo un total de 16 (dieciséis) revistas que serán sometidas a un instrumento de evaluación en las próximas etapas de esta investigación doctoral.

Referencias bibliográficas

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION

2004 *Reglas de Catalogación Angloamericanas*. Bogotá : Rojas Eberhard Editores, 2004.

CANO REYES, Verónica

2015 Información entre el gobierno y la ciudadanía: la importancia del acceso a las publicaciones oficiales. En ENCUENTRO DE ESTUDIANTES Y PROFESORES DEL COLEGIO DE BIBLIOTECOLOGÍA, 25^o, México, 2015.

DE PEDRO, Gabriela L.

2007 Publicaciones seriadas : un recurso continuo en evolución. In ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 3^o, Buenos Aires, 2007. [En línea]. Buenos Aires : Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2007. [Consult. 8 oct. 2018]. Disponible en:

https://www.researchgate.net/publication/28809299_Publicaciones_seriadas_un_recurso_continuo_en_evolucion.

DELGADO LÓPEZ-COZAR, Emilio

1997 *Normas de presentación de publicaciones periódicas científicas*. [En línea] Granada: Universidad de Granada, 1997. [Consult. 8 oct. 2018]. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/38308089_Normas_ISO_de_presentacion_de_publicaciones_periodicas_cientificas.

HURTADO, Javier

[20--] *Sistemas de gobierno y democracia*. [En línea]. [México]: Instituto Federal Electoral, [20--]. [Consult. 8 mar. 2016]. Disponible en: http://www.ine.mx/archivos3/portal/historico/recursos/IFE-v2/DECEYEC/DECEYEC-CuadernosDivulgacion/2015/cuad_19.pdf.

JOHANNSON, Eve

1982 The Definition of official publications. *IFLA Journal*. [En línea]. 8 (1982) 393-395. [Consult. 22 feb. 2016]. Disponible en: <http://ifl.sagepub.com/content/8/4/393.extract>.

MÉXICO. Instituto Federal Electoral

2014 *Informe país sobre la calidad de la ciudadanía en México*. [En línea] México : IFE, Colegio de México, 2014. [Consult. 8 mar. 2016]. Disponible en: http://www.ine.mx/archivos2/s/DECEYEC/EducacionCivica/Informe_pais_calidad_ciudadania_IFE_FINAL.pdf.

OCHOA GUTIÉRREZ, Jaider

2012 Biblioteca y TIC : medios de información y comunicación para la formación de ciudadanía crítica. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 78th, Helsinki, 2012. [En línea] Helsinki, 2012. [Consult. 16 mayo 2016]. Disponible en: <http://www.ifla.org/past-wlic/2012/147-gutierrez-es.pdf>.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS

2016 *Políticas públicas y gobernabilidad*. [En línea] E.U. : OEA, 2016. [Consult. 29 feb. 2016]. Disponible en: <http://portal.oas.org/Portal/Topic/CienciaTecnolog%C3%ADaeInnovaci%C3%B3n/Programas/GobernabilidadyPol%C3%ADticasP%C3%BAblicas/tabid/565/Default.aspx>.

RAMOS, Alejandro

2015 Desarrollo de redes ciudadanas en un entorno de infodiversidad. In *Actores en las redes de infodiversidad y el acceso abierto*. Coord. Estela Morales Campos. [En línea] México : Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, 135-151. [Consult. 8 abr. 2016]. Disponible en: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tVoMGRSASosJ:132.248.242.6/~publica/conmutarl.php%3Farch%3D3%26idx%3D1435+&cd=1&hl=es&ct=clnk&gl=mx>.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA

2016 *Diccionario de la lengua española*. [En línea] [S. l.] : RAE, 2016. [Consult. 8 abr. de 2016]. Disponible en: <http://dle.rae.es/?id=C9NX1Wr>.

UVALLE-BERRONES, Ricardo

2012 La Administración pública en los imperativos de la gobernanza democrática. *Convergencia : revista de Ciencias Sociales*. [En línea]. 60 (sept.-dic. 2012) 111-144. [Consult. 29 feb. 2016]. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v19n60/v19n60a4.pdf>.

VILLANUEVA, Ernesto

2003 Derecho de acceso a la información y organización ciudadana en México. *Derecho comparado de la información*. [En línea]. 1 (ene.-jun. 2003) 119-137. [Consult. 19 mayo 2016]. Disponible en: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/decoin/cont/1/cnt/cnt6.pdf>.

Vínculos de revistas electrónicas gubernamentales

MÉXICO. Cámara de Diputados

2018 *Cámara*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://www5.diputados.gob.mx/index.php/esl/Comunicacion/Revista-Camara>.

MÉXICO. Cámara de Diputados

2018 *Crónica legislativa*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: http://www.diputados.gob.mx/sedia/biblio/virtual_cronica.htm.

MÉXICO. Cámara de Diputados

2018 *Diario de los debates*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://cronica.diputados.gob.mx>.

MÉXICO. Cámara de Diputados

2018 *Gaceta Parlamentaria*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://gaceta.diputados.gob.mx>.

MÉXICO. Cámara de Diputados

2018 *Quorum legislativo*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: http://www3.diputados.gob.mx/camara/001_diputados/006_centros_de_estudio/03_centro_de_estudios_de_derecho_e_inv_parlamentarias/c_publicaciones/a_revista_quorum_legislativo_1.

MÉXICO. Instituto de la Judicatura Federal

2018 *Revista IJF*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: https://www.ijf.cjf.gob.mx/Sitio2016/revista_content.htm.

MÉXICO. Presidencia de la República EPN

2018 *Crónica Presidencial*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.gob.mx/epn/documentos/cronica-presidencial>.

MÉXICO. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación. Agencia de Servicios a la Comercialización y Desarrollo de Mercados Agropecuarios

2018 *Revista Claridades Agropecuarias*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://info.aserca.gob.mx/Claridades/marcos.asp>.

MÉXICO. Secretaría de Comunicaciones y Transportes. Agencia Espacial Mexicana

2018 *MXSpace Magazine*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.mxspacemagazine.com>.

MÉXICO. Secretaría de la Defensa Nacional

2018 *Revista militar Armas*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: https://issuu.com/revistaarmas/docs/507_completa_2.

MÉXICO. Secretaría de la Defensa Nacional

2018 *Revista militar a la orden de las fuerzas armadas de México y América Latina*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: https://issuu.com/jmavina/docs/fuerzas_armadas_7.

MÉXICO. Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano

2018 *Revista electrónica reporte registral y catastral*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.gob.mx/sedatu/acciones-y-programas/revista-electronica-reporte-registral-y-catastral>.

MÉXICO. Secretaría de Economía

2016 *Competitividad y Normatividad /Normalización*. [En línea]. México : Secretaría de Economía, 2016. [Consult. 14 mar. 2019]. Disponible en: <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/competitividad-y-normatividad-normalizacion?state=published>.

MÉXICO. Secretaría de Economía. Pro México

2018 *Revista negocios pro México*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.promexico.mx/es/mx/revista-negocios>.

MÉXICO. Secretaría de Energía

2018 *Boletín de difusión de acciones de eficiencia energética*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.gob.mx/sener/documentos/boletin-de-difusion-de-acciones-de-eficiencia-energetica>.

MÉXICO. Secretaría de Energía

2018 *Boletín energías limpias*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.gob.mx/sener/documentos/boletin-energias-limpias>.

MÉXICO. Secretaría de Gobernación

2018 *Diario oficial de la Federación*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.dof.gob.mx>.

MÉXICO. Secretaría de Gobernación. Policía Federal

2018 *Contigo México*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: https://issuu.com/contigomexico/docs/revista_informativa_44.

MÉXICO. Secretaría de Hacienda y Crédito Público

2018 *Cartelera cultural de la SHCP*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.gob.mx/shcp/documentos/cartelera-cultural-shcp-mayo-2019>.

MÉXICO. Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales

2018 *Gaceta Ecológica*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://www.semarnat.gob.mx/gobmx/transparencia/gaceta.html>.

MÉXICO. Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales

2018 *Nuestro ambiente*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.gob.mx/semarnat/documentos/nuestro-ambiente>.

MÉXICO. Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales

2018 *Revista IdeAmbiente Juvenil*. [En línea]. (2018). [Consult. nov. 2018]. Disponible en: https://issuu.com/ideaminstitutoo/docs/ideambiente_edo1_issuu.

MÉXICO. Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales. Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático

2018 *Investigación ambiental Ciencia y política pública*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://www.revista.inecc.gob.mx>.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. Instituto Matías Romero

2018 *Revista mexicana de política exterior*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/acerca-de-la-rmpe>.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. Subsecretaría para Asuntos Multilaterales y Derechos Humanos

[201-] *MX Multilateral*. [En línea]. [201-]. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://consulmex.sre.gob.mx/montreal/images/pdf/mxmultilateral-dic-enepq.pdf>.

MÉXICO. Secretaría de Salud. Instituto Mexicano del Seguro Social

2018 *Revista de enfermería del Instituto Mexicano del Seguro Social*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://revistaenfermeria.imss.gob.mx>.

MÉXICO. Secretaría de Salud. Instituto Nacional de Salud Pública

2018 *Salud Pública de México*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://saludpublica.mx/index.php/spm/about>.

MÉXICO. Secretaría de Turismo

2018 *Revista digital del Programa de Calidad Tesoros de México*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.gob.mx/sectur/documentos/revista-digital-del-programa-de-calidad-tesoros-de-mexico>.

MÉXICO. Secretaría del Trabajo y Previsión Social

2018 *Revista mexicana del Trabajo*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/31629453_Revista_Mexicana_del_Trabajo_Secretaria_del_Trabajo_y_Previson_Social.

MÉXICO. Secretaría del Trabajo y Previsión Social. Comité Nacional Mixto de Protección al Salario

2018 *Revista Mundo del Trabajo*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://www.revista.conampros.gob.mx>.

MÉXICO. Senado de la República. Instituto Belisario Domínguez

2018 *Pluralidad y consenso*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/handle/123456789/389>.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación

2018 *Compromiso*. [En línea]. 2018. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.supremacorte.gob.mx/index.php/multimedia/compromiso?gaceta=All&page=1>.

MÉXICO. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación

2018 *Justicia electoral : revista del Tribunal electoral del poder judicial de la federación*. [En línea]. (2018). [Consult. 28 nov. 2018]. Disponible en: <https://www.te.gob.mx/publicaciones/publicacion/866>.

AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DO SERVIÇO 'E-FATURA' ENTRE CIDADÃOS SENIORES DO CONCELHO DE VISEU

EVALUATION OF THE 'E-FATURA' USABILITY SERVICE AMONG THE MUNICIPALITY OF VISEU'S SENIOR CITIZENS

Manuel João Monteiro Barbosa | Ana Isabel Veloso

Resumo: O uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) está democratizado atualmente na sociedade de informação. No entanto, existem algumas faixas etárias que as utilizam menos, como por exemplo, os cidadãos seniores maiores que 65 anos de idade. Apesar do uso das TIC entre a população sénior estar a subir ainda se regista algum distanciamento. A realidade mostra que cada vez mais serviços recorrem às TIC para substituir os serviços de atendimento tradicionais. A presente investigação tem como objetivo “compreender as dificuldades que o cidadão sénior experimenta ao utilizar o serviço ‘e-fatura’”. Utilizou-se uma metodologia mista, com uma amostra por conveniência, de 50 seniores residentes em nove freguesias do concelho de Viseu, em Portugal. Apesar de terem sido identificados três padrões de utilização de acordo com o grau de independência com que realizam a tarefa, destaca-se que existem problemas de usabilidade relacionados com o serviço ‘e-fatura’ que estão relacionados com a falta de contraste entre o fundo e os diversos elementos; com a compreensão das linguagens (gráfica e textual) e ainda na dimensão das áreas clicáveis.

Palavras-chave: Cidadão sénior; Inclusão digital; Serviço ‘e-fatura’; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Usabilidade

Abstract: The use of Information and Communication Technologies (ICT) is now democratized in the information society, however there are some age brackets that use less, such as senior citizens over the age of 65. Although the use of ICT among the senior population is rising, some distance still exists. The reality has shown that more and more services are using ICT to replace traditional services. This research aims to "understand the difficulties senior citizens experience when using the 'e-fatura' service". A mixed methodology was used with a convenience sample of 50 senior citizens living in nine parishes in the municipality of Viseu, in Portugal. Although three patterns of use have been identified according to the degree of independence with which they perform the task, it should be noted that there are usability problems related to the 'e-fatura' service which are linked to the lack of contrast between the background and the various elements, to the comprehension of languages (graphic and textual) and also to the size of the clickable areas.

Keywords: Senior citizen; Digital inclusion; 'e-Fatura' service; Information and Communication Technologies; Usability

1. Introdução

Na sociedade informação existe uma quantidade diversificada de serviços eletrónicos que os seniores poderão utilizar de uma maneira mais cómoda e económica sem sair das suas habitações. Embora o uso da tecnologia esteja muito enraizado na população em geral, ainda existe uma subutilização por parte do cidadão sénior (GIL e PÁSCOA, 2019; MACEDO, VELOSO e COSTA, 2019; PEREIRA e NEVES, 2011), nomeadamente em consultar os portais do governo (*e-government*), em aceder ao banco (*e-banking*) e em realizar as suas próprias compras (*e-commerce*). Contudo, para usufruir destas potencialidades é necessária uma adequada aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) (GIL e PÁSCOA, 2019).

Apenas trinta e três por cento da população portuguesa, entre os 65 e os 74 anos de idade tinha utilizado a Internet no ano de 2016 (PORTUGAL. Instituto..., 2017). No ano de 2017, em Portugal, sessenta por cento dos indivíduos entre os 65 e os 74 anos de idade nunca tinham utilizado um computador. Segundo dados do PORDATA, no ano de 2018, na faixa etária dos 65 aos 74 anos de idade, registou-se um aumento na ordem dos 10% na utilização de computador. O mesmo estudo indica que o uso de Internet, embora tenha um crescimento percentual maior do que a utilização do computador, pela faixa etária dos idosos representa um acréscimo de sete por cento em cinco anos (PORDATA, 2018).

A literatura sobre usabilidade (CASTELLS, 2004; CASTELLS, 2007; FERREIRA, 2013; MACEDO, VELOSO e COSTA, 2019) para a população portuguesa alinhada com os padrões internacionais, refere que um dos aspetos importantes para o processo de *design* das interfaces implica uma abordagem centrada nos seniores que incorpore os requisitos, objetivos, características e tarefas. Apesar das dificuldades verificadas pelos seniores relativamente à aprendizagem das TIC, devido às restrições causadas pela própria idade, os ganhos têm tendência a ultrapassar as dificuldades (VELOSO, 2014).

Na sociedade informação, surge assim uma nova dimensão para uma comunidade sénior, que pode estar interligada entre si e que pode partilhar, produzir, colaborar e gerar informação e conhecimento, ao alcance de todos e à distância de um só clique.

As iniciativas de promoção da inclusão e da literacia digitais dirigidas ao cidadão sénior (não utilizador ou utilizador menos experiente das TIC) para o desenvolvimento e certificação de competências digitais são vistas como perspectivas de futuro, positivas, apontando para um crescimento de uma relação mais próxima. Apesar desta corrente, do lado do cidadão sénior, surgem sentimentos mistos. Por um lado, reconhecem que pode ajudar na própria independência, mas, por outro lado, sentem que não necessitam das TIC (COELHO, 2017; GARCIA e SILVA, 2018; NIEHAVES e PLATTFAUT, 2014; PEEK *et al.*, 2014; MACHADO, FAGUNDES GRANDE e BEHAR, 2016).

Os estudos de avaliação de usabilidade, geralmente, incluem um conjunto de indicadores, que permitem avaliar através de linhas orientadoras para a construção de *websites* como, por exemplo, o tempo para completar uma tarefa, o tempo de aprendizagem, número e tipo de erros, pedidos de ajuda, percentagem de tarefas concluídas, recursos utilizados (FERREIRA, 2013; FISK *et al.*, 2009; ZAPHIRIS e GHIAWADWALA, 2005).

A fatura eletrónica foi desenvolvida na década de 90 para reunir todas as informações de uma transação comercial num arquivo eletrónico e transmiti-las eletronicamente. As TIC permitem que as empresas substituam alguns processos manuais e que acelerem a sua faturação no setor corporativo e público em 243 bilhões de euros por ano (BRYANT e LIEZENBERG, 2008; HERNANDEZ-ORTEGA, SERRANO-CINCA e GOMEZ-MENESES, 2014; KIROSKI e GUSEV, 2010; HONG *et al.*, 2018; SPOZ, A. 2014).

A crescente competitividade imposta nas organizações, nos últimos anos, implicou importantes mudanças nos negócios. A fatura eletrónica permite aumentar a competitividade da empresa e reduzir os custos operacionais de envio de faturas em papel (SPOZ, 2014; BRYANT e LIEZENBERG, 2008), vinculando os aspetos logísticos e comerciais aos administrativos e financeiros e, conseqüentemente, aos sistemas de pagamento (KIROSKI e GUSEV, 2010; SPOZ, 2014; TSARUK, 2015).

A faturação eletrónica ainda é um elemento do futuro, especialmente para os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a Europa. A Comissão Europeia chegou a supor que as faturas eletrónicas seriam o principal método de faturação nos estados membros da União Europeia até 2020 (SPOZ, 2014; VANJAK, MORNAR e MAGDALENIĆ, 2008; TSARUK, 2015).

Apesar da Diretiva 2010/45 da União Europeia (*Jornal Oficial da União Europeia* L189/1) com orientações lacónicas sobre o objeto e considerando as diferenças de cada país de União Europeia em relação ao *status* do desenvolvimento do comércio eletrónico, houve diferenças no desenvolvimento da fatura eletrónica (HONG *et al.*, 2018; VANJAK, MORNAR e MAGDALENIĆ, 2008).

Em Portugal, o serviço ‘e-fatura’ foi regulamentada no *Diário da República* segundo o Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, de modo que as faturas passaram a poder ser emitidas por meio eletrónico, sendo disponibilizadas no Portal das Finanças (Fig. 1) e enviadas pelo vendedor por meio eletrónico. O Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, estabeleceu a obrigação de comunicação eletrónica de dados à Autoridade Tributária e Aduaneira, por todos os intervenientes. E, para além disso, o Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, refere que todos os contribuintes são obrigados a entregar o seu Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) por via eletrónica a partir do 1 de janeiro de 2018.

Fig. 1 – Portal das Finanças – serviço ‘e-fatura’



Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

Face ao problema encontrado, o objetivo desta investigação é “compreender as dificuldades que o cidadão sénior experimenta ao utilizar ao serviço ‘e-fatura’”. Como objetivos específicos pretende-se: a) identificar quais são os obstáculos que o cidadão sénior encontra na utilização do serviço; e b) avaliar a usabilidade do serviço.

2. Metodologia

Este estudo foi conduzido a partir de uma metodologia mista. Creswell e Clark (2011) definem métodos mistos como um procedimento de recolha de dados, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas no desenho de uma investigação. Os métodos mistos permitem que a investigação esteja mais posicionada para investigar fenómenos e situações complexas, para fornecer aos investigadores uma compreensão mais subtil de certos fenómenos nas medidas qualitativas e quantitativas (KAJAMAA, MATTICK e LA CROIX, 2020).

A investigação foi organizada em duas etapas.

Na primeira etapa, foi realizado um estudo piloto com 12 seniores com o objetivo de validar os instrumentos de recolha de dados para a realização desta investigação.

Na segunda etapa, foram desenvolvidas duas sessões. Na primeira sessão foi aplicado o teste *Montreal cognitive assessment*. Na segunda sessão, dada a natureza da problemática, foi realizada uma entrevista semiestruturada (técnica qualitativa). No final da entrevista, realizou-se individualmente com cada participante um conjunto de três tarefas, previamente definidas (técnica qualitativa e quantitativa). Em cada tarefa, foi realizado um acompanhamento individual a cada sénior para compreensão relativamente à realização, com o objetivo de não se inviabilizar resultados.

2.1. Considerações éticas

O Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido foi lido e assinado em duplicado por todos os participantes do presente estudo, com a finalidade de assegurar a confidencialidade e anonimato dos dados que foram recolhidos para fins de investigação.

2.2. Amostra

O estudo foi realizado no ano de 2019, com uma amostra de conveniência, constituída por 50 seniores com idades compreendidas entre os 65 e os 80 anos de idade. Os critérios de inclusão definidos foram: idade maior ou igual a 65 anos; frequentar o curso com um registo de presença de um mês consecutivo; possuir a sua senha de acesso do Portal das Finanças. Os critérios de exclusão definidos foram: possuir défices cognitivo, motor e/ou demência (despistados através do instrumento *Montreal cognitive assessment*); e não saber ler e/ou escrever.

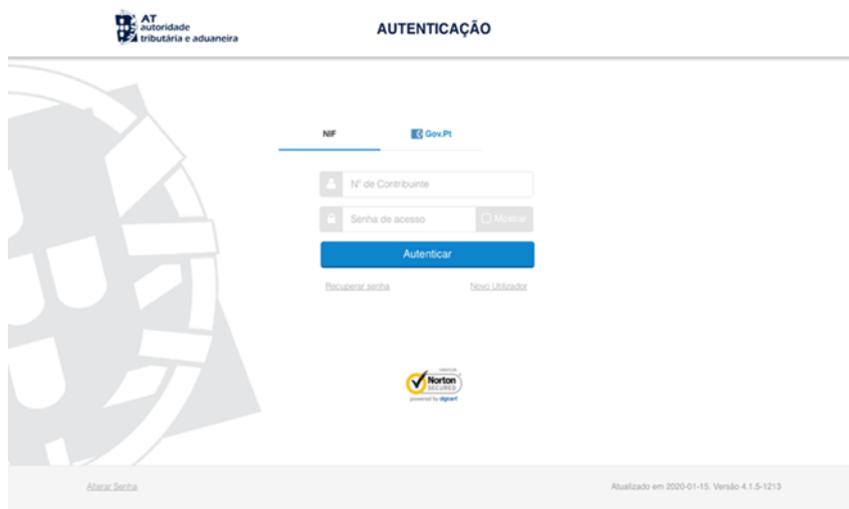
2.3. Procedimento de recolha de dados

A recolha dos dados foi realizada entre os meses de abril e maio do ano de 2019, no distrito de Viseu. Os participantes inscreveram-se no curso de informática na freguesia da sua residência onde está inserido o projeto “Informática para Seniores”. Para realizar este estudo, os seniores utilizaram o seu próprio computador com ligação à Internet ou computador da freguesia, onde é ministrado o curso de informática, de modo a atingir os objetivos propostos nesta investigação. Para a realização das tarefas, cada participante trouxe o seu número de contribuinte e a sua senha de acesso para entrar no *website* do Portal das Finanças.

Os participantes realizaram as seguintes tarefas:

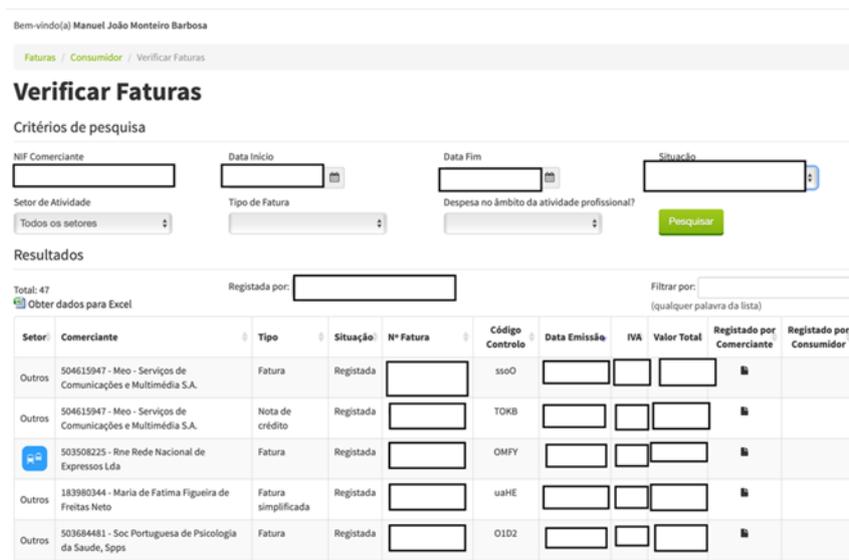
1. Tarefa 1 – “Aceder ao *website* do Portal das Finanças e autenticar-se” (Fig. 2);
2. Tarefa 2 – “Validar três faturas de categorias diferentes” (Fig. 3);
3. Tarefa 3 – “Fechar Sessão” (Fig. 4).

Fig. 2 – Tarefa 1: ‘Autenticação’ no website



Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

Fig. 3 – Tarefa 2: Verificar faturas



Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

Fig. 4 – Tarefa 3: Fechar sessão



Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

2.4. Instrumentos de recolha de dados

Os quatro instrumentos de recolha de dados utilizados foram: o *Montreal cognitive assessment*; um questionário sociodemográfico; uma entrevista com guião estruturado e uma grelha de observação.

O *Montreal cognitive assessment* foi um instrumento aplicado individualmente a cada sénior, numa sala privada para despistar se os seniores possuíam défice cognitivo, motor e/ou demência. Tendo sido pedida autorização através de *email* aos autores deste instrumento (Sandra Freitas, Mário R. Simões, Cristina Martins, Manuela Vilar e Isabel Santana).

O questionário sociodemográfico, construído pela equipa de investigação, foi aplicado individualmente e pretendia caracterizar a amostra nas variáveis Género, Idade, Estado Civil, Freguesia de cada sénior, Rendimentos e Grau de escolaridade.

A entrevista com um guião estruturado, construído pela equipa de investigação, encontra-se dividida em dois blocos. No primeiro bloco, pretende-se caracterizar a relação entre a aprendizagem e adaptação às TIC, tendo sido perguntado ao sénior se possui acesso a um computador pessoal quando teve acesso a ele e com que frequência utiliza o seu computador e a Internet. No segundo bloco, pretende-se compreender o comportamento de acesso ao Portal das Finanças, tendo sido perguntado ao sénior se alguma vez acedeu o Portal das Finanças sozinho/a. E caso não tenha acedido, de que forma cumpre os seus deveres fiscais tendo sido dado nesta pergunta três hipóteses (Através de um contabilista; Através de um familiar/amigo ou Outro).

A grelha de observação, desenvolvida pela equipa de investigação, contém cinco parâmetros e foi aplicada de forma individual a cada. A finalidade deste instrumento era que o investigador compreendesse quais foram as dificuldades que os seniores sentiram a utilizar o Portal das Finanças.

Os parâmetros avaliados na grelha de observação foram:

- i) Tempo que demorou a realizar cada tarefa – o tempo cronometrado que o sénior demorava a realizar a tarefa autonomamente sob a observação do investigador;
- ii) Concluiu a tarefa com sucesso ou sem sucesso – observou-se se os seniores conseguiram desempenhar as tarefas com sucesso ou sem sucesso. Foi considerado com sucesso, quando os seniores desempenharam e completaram autonomamente as tarefas pretendidas; foi considerado sem sucesso quando os seniores pediram ajuda e tiveram dificuldades em completar devidamente a tarefa;
- iii) Realizou a tarefa com/sem orientações do investigador – pretendeu-se compreender se os seniores conseguiam realizar cada uma das tarefas com as indicações facultadas pelo investigador no início da atividade (conjunto das três tarefas juntas). Caso fossem precisas mais indicações para a realização da tarefa era considerado com orientações, se não fosse preciso mais nenhuma orientação era considerado sem orientações;
- iv) Número de erros identificados – contagem dos erros de cada participante na escala: nenhum erro; um erro; dois erros; três ou mais erros;
- v) Pedidos de ajuda para a realização da tarefa – os pedidos de ajuda foram contabilizados na escala: nenhum pedido de ajuda; um pedido de ajuda; dois pedidos de ajuda; três ou mais pedidos de ajuda.

2.5. Procedimentos de análise dos dados

Para analisar dos dados, procedeu-se à análise dos que foram recolhidos com os quatro instrumentos de recolha de dados. Foi utilizado o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para analisar os dados quantitativos. Os dados recolhidos na grelha de observação foram cruzados com as heurísticas de Zaphiris e Ghiawadwala (2005) com vista a se compreender os motivos dos comportamentos dos seniores na realização das tarefas.

3. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Para efeitos da análise dos dados, a amostra foi codificada com a letra P que significa participantes e com um número (P1-P50). Foram anuladas cinco entrevistas porque enviasavam os resultados. Dois participantes porque ouviram os seus colegas de curso a ‘comentar’ sobre o tipo de faturas que estavam a validar e três participantes foram excluídos do estudo por terem o seu ‘Nº de contribuinte’ e a sua ‘senha de acesso’ previamente gravada no seu computador pessoal.

A amostra foi constituída por 50 participantes, sendo que 29 eram homens e 21 mulheres, com idades compreendidas entre os 65 e os 80 anos de idade ($M=70,80$; $SD= 4,70$) e a situação profissional indicou que 100% da amostra se encontrava na reforma. O estado civil distribuiu-se entre viúvo(a) (40%), solteiro(a) (28%), casado(a) (26%) e divorciado(a) (6%). A escolaridade mais representativa foi o 1º ciclo (4º ano de escolaridade) (58%),

seguindo-se o 2º e 3º ciclos (25%), o ensino secundário (12%) e, por último, o grau de licenciatura (10%).

Relativamente à caracterização da relação entre a aprendizagem e adaptação às TIC, os resultados indicaram que 60% da amostra possuía um computador próprio enquanto 40% dos seniores não possuíam um computador pessoal próprio. No que concerne a frequência da utilização, identificou-se que 16% dos seniores utilizava a Internet “todos os dias”, 16% “várias vezes ao dia”, 30% dos seniores “uma vez por semana”, 18% “duas vezes por semana” e 18% “duas vezes por mês”.

Revelou-se que nem a variável faixa etária, nem a variável género, foram preponderantes no acesso ao serviço, mas sim, a aquisição de competências por parte dos indivíduos ao longo da sua trajetória de vida. De referir que o baixo nível de literacia na população sénior portuguesa traz implicações para o cumprimento dos seus deveres cívicos e para a consolidação da sua cidadania.

A Tarefa 1, que consistiu em “aceder ao *website* do Portal das Finanças e autenticar-se”, demorou em média três minutos. Verificou-se que 72% dos seniores realizaram a tarefa com sucesso, enquanto 28% não realizaram a tarefa com sucesso. Neste caso, foi solicitada ajuda o investigador para a realização desta tarefa (um pedido de ajuda 20%; dois pedidos de ajuda 60%; três ou mais pedidos de ajuda 20%). Para além disso, 82% realizaram a tarefa com orientação e 88% da amostra obtiveram um erro a realizar a tarefa.

As maiores dificuldades sentidas pelos seniores durante a Tarefa 1 foi em clicar em campos específicos, como o ‘Nº de contribuinte’ e em colocar a sua ‘senha de acesso’. Destaca-se que dois seniores ligaram o *caps lock* por julgarem que a ‘senha de acesso’ era toda escrita em letra maiúscula; um sénior teve que colocar a sua ‘senha de acesso’ com ajuda do investigador; e três seniores foram excluídos do estudo por terem o seu ‘Nº de contribuinte’ e a sua ‘senha de acesso’ previamente gravadas no seu computador pessoal.

Durante a realização da tarefa, a usabilidade das interfaces foi analisada, segundo as heurísticas de Zaphiris e Ghiawadwala (2005). Verificou-se que existia falta de contraste de cores entre o fundo e as letras, e ainda que a palavra ‘Autenticar’ estava inserida num retângulo de cor azul, e que deveria ser evitada em *websites* usados pelos seniores.

A Tarefa 2, que consistiu em “Validar três faturas de categorias diferentes” na área pessoal de cada sénior, demorou em média quatro minutos.

Identificou-se que 86% dos seniores realizaram esta tarefa com sucesso enquanto 14% teve dificuldade em realizar a mesma. Relativamente às orientações, 74% dos seniores realizaram a tarefa com orientações. Verificou-se que 30% dos seniores não realizaram nenhum pedido de ajuda enquanto 40% dos seniores realizaram um pedido de ajuda, 20% dos seniores recorreram à ajuda do investigador duas vezes e somente 10% da amostra recorreram à ajuda do investigador três ou mais vezes. No que diz respeito aos erros, 22% realizaram a tarefa sem nenhum erro, 14% fizeram um erro e 64% fizeram três ou mais erros durante esta tarefa.

Durante a realização da tarefa, a usabilidade das interfaces foi analisada, segundo as heurísticas de Zaphiris e Ghiawadwala (2005), que pertencem às categorias: Navegação, *Design* do conteúdo de *layout* e de uso de cor e fundo. Durante a realização desta tarefa, os

seniores, referiram que os ícones e as letras apresentavam-se num tamanho bastante reduzido. Nesta tarefa surgiu também uma limitação, o que levou o investigador a retirar da amostra dois participantes porque ouviram os seus colegas de curso a ‘comentar’ sobre o tipo de faturas que estavam a validar. Para combater essa limitação o investigador, a partir desse momento, começou a escolher uma fatura de modo aleatório para cada sénior.

A Tarefa 3 consistiu em “Fechar Sessão” e demorou em média três minutos. Esta tarefa registou o menor número de erros cometidos, pela amostra, durante as três tarefas, ou seja, 46% dos seniores cometeram um ou mais erros na execução desta tarefa, enquanto 54% da amostra não cometeram nenhum erro. Verificou-se que 40% dos seniores realizaram a tarefa com orientação. Para além disso, 60% não pediram ajuda, enquanto 26% da amostra solicitaram “um pedido de ajuda”, 10% “dois pedidos de ajuda” e 4% “três ou mais pedidos de ajuda”. Por fim, identificou-se que 84% da amostra desempenharam esta tarefa com sucesso.

Após a análise desta tarefa, a usabilidade foi analisada segundo as heurísticas de Zaphiris e Ghiawadwala (2005), compreendendo-se que a barra de *scroll* confundiu os seniores porque não perceberam que existiam outras faturas, que teriam de validar, para além das que estavam visíveis na página. Os seniores também salientaram que nos ícones de associação, apesar de terem um significado simples, a cor destes não era suficientemente contrastante com o fundo, o que fez com que os seniores, ao passarem o cursor por cima, mostravam dificuldade em ler as legendas por causa do tamanho reduzido dos ícones.

Os resultados indicam que 60% dos seniores que já utilizaram o Portal das Finanças sozinhos, utilizam o computador duas ou mais vezes por semana, e revelaram uma maior apetência, nomeadamente no acesso ao Portal das Finanças.

Outro resultado desta investigação é que 66% dos seniores realizaram os seus deveres fiscais através de um familiar/ amigo e por esse motivo os mesmos afirmam que não sentem dificuldades porque possuem um familiar/amigo de confiança que os ajuda a desempenhar esta tarefa. Este resultado demonstra que os seniores de alguma forma empenharam um esforço de tempo pessoal na aprendizagem das TIC e desse modo tentam acompanhar a mudança de paradigma para o cumprimento dos deveres fiscais.

Durante esta investigação, quando se aplicam as heurísticas definidas e se contabilizam os erros que cada participante faz na realização de cada tarefa, depreende-se que o Portal das Finanças não fornece dicas de navegação para o utilizador. Destaca-se que é pouco evidente o campo de preenchimento das suas informações, primeiro porque as letras escritas a cinzento claro num fundo branco não permitem o contraste das cores e, para além disso, existem elementos gráficos antes das áreas a preencher, que são apenas decorativos, mas dificultam a compreensão da tarefa. Destaca-se também que os ícones se encontram numa área clicável muito pequena. Os participantes clicaram em ícones errados quando se tentavam focar no ícone pretendido. Por último, demoraram muito tempo para encontrar a palavra ‘Guardar’, visto que esta se encontrava numa área destacada a verde. As mensagens da página pessoal, que apareciam num retângulo mais claro, foram lidas com bastante dificuldade, alguns seniores referiram que não tinham compreendido o significado da mensagem ‘Completar Informação Faturas’.

Considerações finais

Face aos objetivos para esta investigação, nomeadamente “compreender as dificuldades que o cidadão sénior experimenta ao utilizar o serviço ‘e-fatura’”, através da identificação dos obstáculos que o cidadão sénior encontra na utilização do serviço, e ainda na avaliação da usabilidade do serviço, percebe-se que o serviço ‘e-fatura’ do Portal das Finanças não é um serviço *senior friendly* reforçando resultados de outras investigações (MACEDO, VELOSO e COSTA, 2019). Os resultados estão correlacionados com as dificuldades apresentadas nos resultados previamente apresentados e experienciadas pelos seniores.

Durante este estudo foi possível observar que a faixa etária dos seniores não é justificação para a exclusão do mundo digital, muito pelo contrário, os seniores gostam de utilizar as TIC e querem fazer parte da sociedade da informação.

Neste sentido, é relevante deixar uma indicação para a realização de futuras investigações uma vez que ainda existe pouca investigação publicada sobre o serviço ‘e-fatura’ com a população sénior.

É importante aprofundar o tema, realizando um conjunto de investigações que descrevam de forma mais pormenorizada a realidade dos seniores portugueses e a sua conexão com a experiência de utilização das TIC.

É importante também que surjam iniciativas políticas de inclusão digital e que essas políticas sejam materializadas na construção dos serviços públicos fundamentais para todos os cidadãos, como por exemplo o Portal das Finanças ou os serviços de saúde.

Agradecimentos

Agradece-se a todos os seniores que participaram nesta investigação, bem como à Câmara Municipal de Viseu por ter permitido realizar esta investigação. E ainda, um agradecimento muito especial a todos os que apoiaram esta investigação.

Referências bibliográficas

BRYANT, C., LIEZENBERG, C., ed.

2008 *E-invoicing 2008 : European market description and analysis*. [S. l.] : Euro Banking Association and Innopay, 2008.

CASTELLS, M.

2007 *A Sociedade em rede. Vol. 1 - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CASTELLS, M.

2004 *A Galáxia Internet : reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

COELHO, A. R.

2017 *Os Seniores na sociedade em rede : dinâmicas de promoção da inclusão e da literacia digitais em Portugal*. [Em linha]. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/14535>.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P.

2011 *Designing and conducting mixed methods research*. 2nd ed. Los Angeles : Sage Publications, 2011.

FERREIRA, Sónia

2013 *Tecnologias de informação e comunicação e o cidadão sénior : estudo sobre o impacto em variáveis psicossociais e a conceptualização de serviços com e para o cidadão sénior*. Aveiro, 2013.
Tese de doutoramento - Universidade de Aveiro.

GARCIA, F. J. M.

2018 *Literacia dos novos media: os seniores e o acesso ao Portal online das Finanças em Portugal*. [Em linha]. Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/17255>.
Dissertação de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.

GIL, H.; PÁSCOA, G.

2019 Envelhecimento e educação: um compromisso na sociedade digital. *Revista SISYPHUS : Journal of Education*. [Em linha]. 7:3 (2019) 137-155. Disponível em: <https://doi.org/10.25749/sis.17906>.

HERNANDEZ-ORTEGA, B.; SERRANO-CINCA, C.; GOMEZ-MENESES, F.

2014 The Firm's continuance intentions to use inter-organizational ICTs : the influence of contingency factors and perceptions. *Information and Management*. [Em linha]. 51:6 (2014) 747-761. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.im.2014.06.003>.

HONG, J. [et al.]

2018 Identification of core suppliers based on e-invoice data using supervised machine learning. *Journal of risk and financial management*. [Em linha]. 11:4 (2018) 70. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jrfm11040070>.

KAJAMAA, A.; MATTICK, K.; LA CROIX, A.

2020 How to... do mixed-methods research. *Clin Teach*. [Em linha]. (2020). Disponível em: [10.1111/tct.13145](https://doi.org/10.1111/tct.13145).

KIROSKI, K.; GUSEV, M.

2010 E-invoicing and e-ordering : analysis and comparison. In CIIT 2010 - INTERNATIONAL CONFERENCE FOR INFORMATICS AND INFORMATION TECHNOLOGY, 7th, 2010 – *Proceedings*. 2010.

MACEDO, T. G. F.; VELOSO, A. I.; COSTA, L. V.

2019 Estudo exploratório da usabilidade do serviço «e-fatura» com o cidadão sénior. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. Nº especial (2019) 39-47. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pagespa4>.

MACHADO, L. R.; FAGUNDES GRANDE, T. P.; BEHAR, P. A.

2016 Mapeamento de competências digitais : a inclusão social dos idosos. *ETD : Educação Temática Digital*. [Em linha]. 18:4 (2016) 903-921. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v18i4.8644207>.

NIEHAVES, B.; PLATTFAUT, R.

2014 Internet adoption by the elderly : employing IS technology acceptance theories for understanding the age-related digital divide. *European Journal of Information Systems*. 23:6 (2014) 708-726.

PEEK, S. T. M. [et al.]

2014 Factors influencing acceptance of technology for aging in place : a systematic review. *International Journal of Medical Informatics*. [Em linha]. 83:4 (2014) 235-248. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijmedinf.2014.01.004>.

PEREIRA, C.; NEVES, R.

2011 Os Idosos na aquisição de competências TIC. *Educação, Formação & Tecnologias*. [Em linha]. 4:2 (2011) 15-24. Disponível em: <http://eft.educom.pt>.

PORDATA

2018 *Indivíduos com 16 e mais anos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos, por grupo etário*. [Em linha]. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2v3bmNf>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística

2017 Sociedade da informação e do conhecimento. Inquérito à utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas famílias. (2017) Disponível em <https://bit.ly/2TxSkZ2>

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2019 Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro. *Diário da República*. 1ª série. 33 (15 fev. 2019)

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2017 Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro de 2017. *Diário da República*. 1ª série. 249, 2º supl. (29 dez. 2017).

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2012 Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 de agosto. *Diário da República*. 1ª série. 164 (24 ago. 2012).

SPOZ, A.

2014 A Look at e-invoices from enterprises' and government's perspective. *Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego We Wrocławiu*. [Em linha]. 365 (2014). Disponível em: <https://doi.org/10.15611/pn.2014.365.21>.

TSARUK, O.

2015 E-invoicing in EU public procurement as a tool for cross border trade barriers elimination. *Eastern European Journal for Regional Studies*. [Em linha]. 1:2 (2015) 1-142. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/RePEc:aem:journl:v:1:y:2015:i:2:p:5-10>.

UNIÃO EUROPEIA. Leis, decretos, etc.

2010 Diretiva 2010/45/EU, de 13 de julho. *Jornal Oficial da União Europeia*. [Em linha]. L189/1 (2010). Disponível em: <https://bit.ly/2VZPQUU>.

VANJAK, Z.; MORNAR, V.; MAGDALENIĆ, I.

2008 Deployment of e-invoice in Croatia. *ICSOF 2008 : proceedings of the 3rd International Conference on Software and Data Technologies*. [Em linha]. (2008) 348-354. Disponível em: <https://doi.org/10.5220/0001888903480354>.

VELOSO, A. I., ed.

2014 *SEDUCE : utilização da comunicação e da informação em ecologias web pelo cidadão sénior*. Porto : Edições Afrontamento ; CETAC.MEDIA, 2014.

ZAPHIRIS, P.; GHIAWADWALA, M.

2005 *Age-centered research-based web design guidelines*. London : Centre for HCI Design, City University, 2005, p. 1.897-1.900.

Manuel João Monteiro Barbosa | manuel.monteiro@ua.pt

Universidade de Aveiro - Departamento de Educação e Psicologia

Ana Isabel Veloso | aiv@ua.pt

Universidade de Aveiro - Departamento de Comunicação e Arte / DigiMedia

João Ferreira

Resumo: Este artigo pretende apresentar os resultados que foram alcançados no desenvolvimento de uma aplicação para dispositivos móveis a ser utilizada por cuidadores em oncologia pediátrica e que está integrada no Projeto HOPE. O estudo de caso incluiu o levantamento de necessidades informacionais de uma amostra de cuidadores, a redação de conteúdos a incluir na aplicação, o desenho da arquitetura da informação e, por fim, a validação da tecnologia com uma nova amostra de *stakeholders*. A literacia em saúde, enquanto âmbito de estudo da comunidade científica, ainda se encontra nos preâmbulos de investigação. Desse modo, e tendo em conta o domínio da Ciência da Informação, este artigo contribui para a área ao demonstrar o processo que incluiu a identificação, estudo, organização de conhecimento científico para transmissão à comunidade em geral, otimizando, acima de tudo, o acesso a informação válida, nomeadamente na área de oncologia pediátrica.

Palavras-chave: Cuidadores; Literacia em saúde; Oncologia pediátrica; Plataformas digitais

Abstract: This article aims to present the results achieved on the development of an application for mobile devices to be used by caregivers in pediatric oncology and it is integrated in HOPE Project. The study included the collection of informational needs of a sample of caregivers, the content writing for the application, the drawing of the information architecture design and, lastly, the validation of the technology developed with a new sample of stakeholders. Health literacy, as a field of study for the scientific community, is still in the beginning of research. Thus, and taking into account the domain of Information Science, this article contributes for this field by demonstrating the process that included the identification, study, organization and transmission of scientific knowledge for the community in general, optimizing, above all, the access to valid information, namely in the area of pediatric oncology.

Keywords: Caregivers; Health literacy; Pediatric oncology; Digital platforms

Introdução

A carência de níveis adequados de literacia em saúde é uma das principais barreiras à prevenção de doenças, adesão e eficácia das opções terapêuticas e de tomadas de decisão saudáveis nos hábitos diários. Acresce que o setor da saúde é composto por conceitos e abordagens comunicacionais por vezes demasiado complexos para uma boa parte dos utentes, assim como existe uma grande quantidade de informação muitas vezes errada que está presente em fontes digitais que deterioram ainda mais os conhecimentos dos indivíduos sem capacidade crítica para avaliar a informação que consomem.

Assim, após a deteção desta problemática através de estudos realizados no Instituto Português de Oncologia no Porto, nasce o LACLIS – Laboratório de Criação para a Literacia em Saúde - que se estabeleceu no âmbito do MIL – Media Innovation Labs como um Centro de Competências para a área dos Media da Universidade do Porto. Este foi criado com o objetivo primário de desenvolver e avaliar estratégias e conteúdos para a educação em saúde. Tendo em vista a realidade precária de literacia em saúde da população portuguesa, este laboratório procura contribuir e promover de forma ativa o desenvolvimento do

conhecimento da população e de boas práticas para a saúde, empenhando-se em criar uma sociedade constituída por cidadãos mais conscientes e capacitados para a gestão do próprio bem-estar e saúde.

Desse modo, entre as estratégias desenvolvidas e idealizadas pela equipa multidisciplinar deste laboratório, encontra-se o Projeto HOPE que se designa como um conjunto de tecnologias móveis elaboradas para atuarem na realidade da oncologia pediátrica, tendo como públicos-alvo tanto as crianças como os próprios cuidadores. Para os cuidadores foi idealizada uma aplicação que aumentasse o conhecimento destes para que as crianças usufruam de um acompanhamento mais eficaz durante o processo de diagnóstico, tratamentos e período pós-sobrevivência. Foi para esta aplicação que o artigo aqui apresentado se propôs a contribuir, através de atividades que incluíram a recolha de informação médica validada cientificamente e a produção de conteúdos claros e assertivos para a tecnologia, o desenho de como a informação se distribui e é apresentada na aplicação e, por fim, a validação e recolha de *feedback* relativamente à tecnologia, nomeadamente os conteúdos desenvolvidos, o *design* e interfaces.

O presente artigo tem como base a dissertação realizada pelo autor no decurso do Mestrado em Ciência da Informação da Faculdade de Engenharia, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. Objetivos

Este estudo foi idealizado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de uma aplicação móvel para cuidadores de crianças diagnosticadas com cancro e está integrado no Projeto HOPE. Implicou a identificação, recolha e organização da informação a incorporar nesta aplicação que se pretende afirmar como uma ferramenta de apoio aos cuidadores por forma a garantir que estes possuem bons níveis de literacia em saúde e que podem determinar o sucesso da inclusão das crianças no período de sobrevivência.

Deste modo, este trabalho exigiu a pesquisa de tópicos relacionados com a literacia em saúde, oncologia pediátrica, identificação de outras ferramentas já desenvolvidas neste setor, levantamento de necessidades informacionais de uma amostra de cuidadores e a recolha, desenvolvimento da arquitetura da informação para a aplicação e validação desta.

2. Abordagem metodológica

Para assegurar o alcance dos objetivos propostos recorreu-se à utilização de métodos qualitativos que se consubstanciaram no estudo de caso e incluíram, desde logo, um trabalho de revisão de literatura que permitisse o levantamento de conceitos essenciais associados à literacia em saúde, oncologia pediátrica, às necessidades informacionais mais comuns dos cuidadores e evidências que demonstrassem o impacto de outras ferramentas já desenvolvidas para o setor. Se a recolha de evidências científicas sugeridas na literatura permitiram sustentar o estudo desde o início, o trabalho de campo serviu para contactar com uma amostra de cuidadores que permitiu compreender a problemática com uma natureza mais objetiva e empírica, tendo sido desenvolvido um *focus group* em parceria com a Associação Acreditar e entrevistas com uma enfermeira especializada em oncologia

pediátrica, uma técnica de apoio aos cuidadores e que colabora com a Associação Acreditar, e outras duas cuidadoras.

3. Literacia em saúde

3.1. Conceitos essenciais

A literacia da informação está intimamente associada à área da Ciência da Informação já que, tal como Silva (2006) introduz, a literacia informacional se define como a competência de realizar, de forma eficaz, a procura seletiva e utilizar, posteriormente, a informação recolhida.

Já no que à literacia em saúde diz respeito, esta define-se como «o conjunto de competências cognitivas e sociais e a capacidade dos indivíduos para acederem à compreensão e ao uso da informação, de forma a promover e manter uma boa saúde» (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1998).

A literacia em saúde associa-se a várias competências e até comportamentos que um indivíduo poderá ter no âmbito da autogestão de saúde e na forma como procura e utiliza informação para a aquisição contínua de conhecimentos. Assim, Sørensen *et al.* (2012) desenvolveram um modelo que agrega competências, nomeadamente as de aceder, compreender, avaliar e aplicar informação nas tomadas de decisão diárias. Estas competências viabilizam a utilização de três domínios gerais: cuidados de saúde, prevenção de doenças e promoção da saúde. Estes domínios são compostos por fatores que contemplam os serviços de saúde ou o facto de o indivíduo ter aptidões que lhe permitam tomar decisões sensatas para a autogestão de saúde e utilizar estas competências para gerir o seu bem-estar ao longo de toda a vida.

3.2. Obstáculos para níveis satisfatórios de literacia em saúde

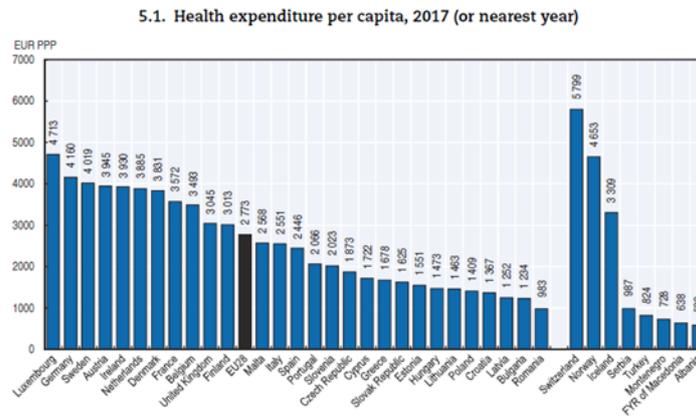
Tendo em conta a importância da literacia em saúde para o conjunto de boas práticas que levam a níveis de saúde satisfatórios, existem diversas razões que se apresentam como verdadeiros obstáculos para a aquisição de níveis adequados de literacia em saúde por uma parte da população, entre eles o esquecimento de informações relevantes transmitidas pelos médicos, capacidades de comunicação inadequadas dos profissionais de saúde e pouco tempo disponível para uma comunicação clara na relação entre o médico e o paciente, o que se traduz num processo de comunicação entrópico (JACKSON, 1992; MCCRAY, 2005; ARIETA *et al.*, 2006; WITTINK e OOSTERHAVEN, 2018).

Inclusive, denota-se que as próprias informações que os serviços de saúde disponibilizam aos pacientes são incompreensíveis para uma parte da população, assim como uma enorme quantidade dos conteúdos publicados na Internet não têm qualquer validade ou fidedignidade, expondo os leitores a informações erradas. Ainda nesta perspetiva da produção de conteúdos errados, foi observado que uma parte das notícias sobre saúde não são redigidas por jornalistas especializados nesta área, sendo evidente uma falta de investimento na educação em saúde para estes profissionais que são a fonte de informação primária da população (SANTORO e SPEEDLING, 2011; MARINHO *et al.*, 2012).

3.3. Impactos de níveis inadequados de literacia em saúde

Um indivíduo com capacidades precárias de literacia em saúde possuirá uma menor compreensão e aptidões para interagir com um profissional de saúde, existindo uma maior dificuldade em entender diagnósticos, processos de tratamentos a realizar, assim como a ter menores competências para efetuar tomadas de decisão saudáveis no dia a dia (ORTIZ, 2017). Keller *et al.* (2008) associam a relação entre capacidades insatisfatórias de literacia em saúde e uma maior possibilidade de mortalidade em idades precoces, estando também relacionada a ocorrência de diversas doenças, entre elas o cancro (AMALRAJ *et al.*, 2009).

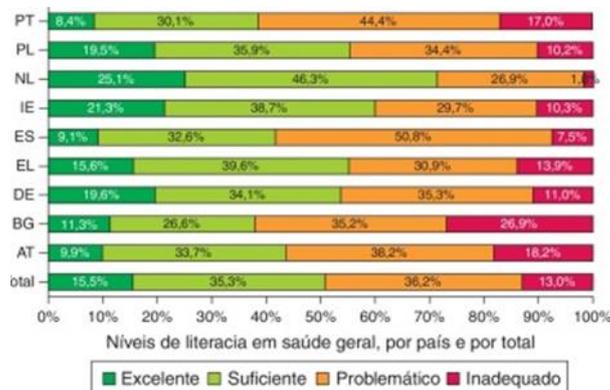
Fig. 1 – Custos associados à utilização de serviços de saúde e por país



Fonte: OECD, Health at Glance: Europe (2018:133)

Acresce que estas competências inadequadas que uma parte da população possui justificam maiores custos para os cuidados de saúde já que estas pessoas utilizarão com maior frequência estes serviços, obrigando a uma sobrecarga de recursos humanos e económicos. De acordo com o relatório *Health at Glance : Europe* (2018) redigido pela OECD, e tal como se verifica na Fig. 1, Portugal encontra-se entre os 15 países com mais despesa no setor, sendo desembolsados, em média, cerca de 2.066 euros por pessoa todos os anos neste país. Se observarmos ainda um estudo realizado em Portugal por Pedro, Amaral e Escoval (2016), com os resultados apresentados na figura 2, foi aferido que 61,4% da amostra possui capacidades de literacia em saúde inadequadas, colocando Portugal no fundo na tabela quanto a níveis de literacia em saúde adequados.

Fig. 2 – Índices de literacia em saúde, por país e por total



Fonte: Pedro, Amaral e Escoval (2016:267)

3.4. Necessidades informacionais na doença oncológica

Oddone e Martínez-Silveira (2007) apontam que uma necessidade informacional poderá surgir devido à perceção de um indivíduo desconhecer ou não possuir conhecimento sobre algo, existindo dessa forma um objetivo evidente e natural na procura de informações que respondam a este desconhecimento.

Tal como já foi apontado, as competências em literacia em saúde enquadram-se num conjunto de aptidões que incluem, entre outros, os cuidados de saúde. Neste âmbito, Papadakos *et al.* (2018) dimensionam os cuidados de saúde num quadro de comportamentos que incluem a gestão de sintomas da doença diagnosticada, efeitos dos tratamentos realizados e as mudanças necessárias nas tomadas de decisão nos hábitos diários para um maior controlo da doença.

Importa ressaltar que, segundo Wittenberg *et al.* (2018), os diferentes tratamentos possíveis, os conceitos complexos da informação e os vários estádios da doença oncológica criam uma grande quantidade de informações que o cuidador da criança diagnosticada com a doença terá de assimilar, dificultando as responsabilidades por que este se encontra encarregado.

Efetivamente, um cuidador mais informado estará mais capacitado para se envolver nas decisões envolvidas nos processos terapêuticos (LUKER *et al.*, 1995; CAWLEY, KOSTIC e CAPELLO, 1990), mais preparado para assimilar a informação transmitida pela equipa médica na fase do diagnóstico, opções terapêuticas e gestão dos efeitos secundários dos tratamentos (WOERMKE, 1993; DAMIAN e TATTERSALL, 1991), assim como terá competências que facilitarão a comunicação com a equipa médica e para transmitir informações à família (HOGBEN e FALLOWFIELD, 1989).

Através de diversos estudos com diferentes amostras, foi possível observar-se um conjunto de informações a que os cuidadores referiam ter maior necessidade de aceder. Desta forma, as necessidades informacionais mais sentidas eram relativas às possíveis consequências a longo prazo dos tratamentos e da doença (VETSCH *et al.*, 2015; CAREY *et al.*, 2012), informações sobre a doença, os tratamentos aconselhados e medicação necessária durante o processo de tratamentos (RUTTEN *et al.*, 2005; KERR *et al.*, 2007; SLATER *et al.*, 2016),

como realizar os cuidados em casa (WANG *et al.*, 2016), o que fazer em situações de emergência, precauções no dia-a-dia, conselhos alimentares e instruções de administração de medicação (ICONOMOU *et al.*, 2001).

A literacia em saúde estabelece-se como um domínio de investigação bastante amplo e com muita margem de progressão e produção científica já que, tal como expõem Santos e Figueiredo (2003), é necessário definir a organização de como estas informações deverão ser fornecidas aos cuidadores, assim como deverá ser estudada a forma de as comunicar, quais as abordagens adequadas e o *timing* em que cada informação deverá ser disponibilizada.

4. Oncologia pediátrica

4.1. O cancro em idade pediátrica

O cancro é apontado, nos dias de hoje, como uma das principais causas da mortalidade infantil em todo o mundo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019; KRASIN e DAVIDOFF, 2012). Dados recolhidos na primeira década do atual século demonstraram que, em média, são diagnosticados cerca de 300.000 novos casos oncológicos todos os anos em jovens com idade inferior a 10 anos (AMERICAN CHILDHOOD CANCER ORGANIZATION, 2016), sendo que esta incide entre 50 e 200 crianças por cada milhão em todo o mundo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019).

Apesar das já conhecidas causas que levam à maior possibilidade de ser alvo da doença e que incluem, nomeadamente, estilos de vida inadequados, ainda não são conhecidas muitas razões para a incidência de cancro em idades pediátricas, constatando-se que, atualmente, pouco se sabe sobre comportamentos que possam evitar a ocorrência da mesma. Contudo, o Institute of Medicine and National Research Council (2003) informa que fatores genéticos e exposição e contaminação radioativa aumentam a possibilidade de ocorrência de alguns tipos de cancro em idades pediátricas.

4.2. O cancro em Portugal

O cancro é a segunda causa de morte mais comum em Portugal, implicando, todos os anos, um gasto de cerca de 867 milhões de euros. Entre 2013 e 2017, foi calculado que existiu um aumento de 300 milhões de euros a ser gastos no setor da saúde devido à doença, facto que poderá ser explicado devido ao aumento do custo dos tratamentos e ao aumento da incidência da doença em território nacional (GONÇALVES *et al.*, 2017).

Dados relativos à oncologia em idade pediátrica em Portugal demonstram que, entre 1997 e 2006, na região Norte do país, foram diagnosticadas com cancro 845 crianças com menos de 15 anos. Destas crianças, 475 rapazes perfizeram 56,2% dos casos observados, sendo que a faixa etária que foi vítima de maior incidência se encontrava entre o primeiro ano de vida e os 4 anos (PORTUGAL, 2011). Já entre 2009 e 2013 foram diagnosticadas 12.000 crianças com a doença, sendo que estas se encontravam entre apenas alguns meses de vida e os 17 anos (PORTUGAL, 2014).

4.3. Relação entre cuidadores e profissionais de saúde

O diagnóstico de cancro num indivíduo, para além das suas consequências nefastas na saúde e qualidade de vida, provoca diversas mudanças na vida do paciente e dos próprios cuidadores e família (CAREY *et al.*, 2012). De forma natural, a família desempenha um papel essencial de apoio emocional, logístico e físico no acompanhamento do paciente oncológico (ZEBRACK, MILLS e WEITZAMAN, 2007; ARAÚJO *et al.*, 2013).

Tendo em conta a importância dos profissionais de saúde e, nomeadamente, dos métodos que estes utilizarão para tratar o paciente para que exista a maior percentagem possível de sobrevivência, denota-se a importância de estes *stakeholders* colaborarem entre si da forma mais eficaz para que o doente possa usufruir do acompanhamento mais adequado. Nascimento *et al.* (2005) e Di Primio *et al.* (2010) sublinham que os profissionais de saúde deverão apoiar os cuidadores da criança quando estes mais necessitarem por forma a prevenir o aparecimento de sintomas como cansaço físico e mental dos mesmos. Tal como destacam Antunes e Lopes (2019), a partir desta colaboração resultarão o planeamento das opções terapêuticas a realizar, de acordo com as opções da própria família e o conhecimento teórico-prático da equipa médica.

4.4. Impactos do cancro pediátrico no seio familiar

A ocorrência da doença e a realização das opções terapêuticas na criança justificam a completa mudança na vida da mesma a níveis fisiológicos, físicos, emocionais ou psicológicos, entre outros. Porém, a responsabilidade inerente de assumir o acompanhamento e apoio diário de todas as atividades da criança por parte dos cuidadores compreende uma série de consequências que este deverá estar preparado para enfrentar já que, tal como Kurtz *et al.* (1995) e Raveis, Karus e Siegel (1998) apontam, uma resposta positiva por parte destes responsáveis promove uma resposta mais eficaz da criança aos tratamentos e à doença. Dessa forma, não se poderá menosprezar a importância de capacitar os cuidadores com recursos não só emocionais, mas também técnicos e com aptidões para tomadas de decisão informadas para que a possibilidade de integração da criança no período de sobrevivência seja mais evidente.

Tal como expõem Azeredo *et al.* (2004), o diagnóstico da doença poderá provocar uma crise emocional dos cuidadores, do mesmo modo que o medo de perder a criança e o medo de não serem, em conjunto, capazes de enfrentar a doença e satisfazer as necessidades diárias da criança poderão originar a quebra dos laços afetivos. A estas possíveis consequências poderá adicionar-se o facto de os cuidadores serem obrigados a equacionar o congelamento da conquista de vários objetivos profissionais, pessoais e familiares devido à indisponibilidade de terem atividades paralelas à responsabilidade de acompanhar a criança, bem como poderá ser necessário o abandono de empregos devido à incompatibilidade de horários, provocando a falta de recursos económicos numa fase da vida em que os gastos são maiores do que o habitual (SANTOS e FIGUEIREDO, 2013; MIEDEMA *et al.*, 2008; SILVA *et al.*, 2009). Inclusive, sentimentos de frustração devido à perceção de falta de colaboração para a assistência partilhada à criança poderão fundamentar a razão para episódios de divórcio. Entretanto, o oposto também poderá ocorrer, ou seja, os pais e cuidadores poderão dar muita atenção à criança e, se esta tiver um irmão, este poderá receber menor atenção e desenvolver sentimentos de isolamento social, rejeição e ciúmes (AZEREDO *et al.*, 2004; ARAÚJO *et al.*, 2013).

Entre outras possíveis consequências, encontra-se também a deterioração dos índices de saúde dos cuidadores. Segundo Wiener *et al.* (2016) e Araújo *et al.* (2013), a saúde psicológica e física dos mesmos também se ressentirá já que, muitas vezes, estes descuram com maior facilidade a riqueza nutricional da alimentação, os índices de *stress* são mais notórios, não usufruem de horas de sono recomendadas e poderão sofrer de mais sintomas depressivos ou arritmias cardíacas.

4.5. Plataformas e intervenções digitais para cuidadores em oncologia pediátrica

Com o intuito de contribuir para o aumento de competências de pacientes e cuidadores, comportamentos mais adequados para estilos de vida saudáveis e utilização correta dos serviços de saúde, verifica-se que os serviços de saúde fornecem informações em formatos de papel em folhetos ou até em grupos de suporte. Porém, tal como argumenta Tang *et al.* (2014), pacientes e cuidadores são obrigados a deslocar-se presencialmente a locais específicos para aceder a este tipo de iniciativas, o que em alguns casos envolve certas limitações a vários níveis. Desta maneira, Griffiths *et al.* (2006) e Wang *et al.* (2016) justificam a pertinência de desenvolver plataformas digitais que proporcionem melhor acessibilidade a conteúdos escritos e a qualquer altura que o leitor deseje, assim como a interatividade entre utilizadores das plataformas, gestão logística e de tempo mais eficaz e alcance de indivíduos que se encontram em locais geográficos dispersos.

Atentas a esta lacuna, várias entidades começaram a desenvolver um outro tipo de estratégias no presente século e são, atualmente, uma das principais promessas de mudança de paradigma de acesso à informação e colocação do cidadão com um papel essencial na tomada de decisões no que aos serviços de saúde diz respeito. Inclusive, em 2013 verificou-se que já existiam 295 aplicações móveis para o setor oncológico (KIM e XIE, 2017). Steinhunbl, Muse e Topol (2013) argumentam que o notório crescimento do desenvolvimento de plataformas digitais como apoio ao paciente e cuidadores poderá ser justificada devido à necessidade de criar estratégias que possibilitem a diminuição de custos associados à utilização de serviços de saúde, à notável adesão por parte da população mundial a tecnologias móveis e ao enorme potencial e eficaz poder de transmissão de conhecimento que estas tecnologias viabilizam. Aliás, Maher *et al.* (2016) salientam que estas plataformas, caso sejam compostas por conteúdos importantes e sejam apresentados de uma forma concisa, selecionada e simples poderão promover uma administração de cuidados de saúde adequados.

A partir de estudos que foram produzidos a fim de aferir o *feedback* dos utilizadores de várias estratégias já desenvolvidas, foi observado que este tipo de soluções digitais aumentaram a sensação de suporte social, contribuíram para menores índices de depressão, permitindo ainda que os autocuidados usufríssem de uma maior eficácia (RAINS e YOUNG, 2009). Inclusivamente, tal como Lapid *et al.* (2015) e Maher *et al.* (2015) referem, a maioria dos cuidadores abordados nos seus estudos já utilizam plataformas digitais para aceder a conteúdos que promovam a aquisição de competências de literacia em saúde e pretendem que mais tecnologias sejam criadas para que o suporte a estas situações seja cada vez melhor e mais avançado.

No entanto, é necessário considerar alguns fatores que devem ser levados em conta quando se pretende educar em saúde ao desenvolver uma plataforma digital para este setor. Kim e Xie (2017) observam que a legibilidade da informação produzida, a simplicidade de *design*,

tamanhos e tipos de letra idênticos, textos pragmáticos e diretos e sem recurso a linguagem médica são preferências que uma grande parte dos cuidadores valorizam na hora de avaliar uma plataforma.

5. Projeto HOPE: a aplicação para cuidadores

O Projeto HOPE foi idealizado após a realização de estudos desenvolvidos no Instituto Português de Oncologia do Porto que evidenciaram um conjunto de problemas associados ao setor da oncologia pediátrica, nomeadamente a baixa percentagem de atividade física e de adesão aos tratamentos que justificam uma menor taxa de eficácia das opções terapêuticas e, com efeito, da probabilidade de inclusão da criança no período de sobrevivência. Por outro lado, foi observado que os cuidadores não possuíam as capacidades mais adequadas para acompanhar a criança neste difícil trajeto, traduzindo-se muitas vezes num acompanhamento pouco eficiente e até insatisfatório. Com efeito, este projeto conta com duas plataformas digitais distintas: um videojogo para a criança e uma aplicação de cariz informacional para os cuidadores que a acompanham. Este artigo propõe-se a apresentar, deste modo, a aplicação desenvolvida para os responsáveis pela criança.

A primeira, o videojogo, pretende aumentar a eficácia dos tratamentos realizados ao tornar a atividade física da criança numa rotina diária, diminuir os níveis de ansiedade e aumentar os níveis de confiança e adesão aos tratamentos ao transmitir à criança conhecimentos adequados à sua realidade etária sobre o cancro. Já a aplicação para os cuidadores tem o objetivo principal de capacitar os cuidadores com conhecimentos que o preparem para a responsabilidade de acompanhar a criança durante toda a jornada da doença, incluindo a fase de diagnóstico até à realidade em que não se encontram apoiados pelos profissionais de saúde em casa e ao próprio retorno à escola.

Qual o tratamento mais eficaz para a doença diagnosticada, os efeitos destas opções terapêuticas, qual a alimentação ideal, quais os cuidados de higiene necessários ou como se deve preparar o retorno da criança à escola são perguntas comuns que os cuidadores poderão ver respondidas na aplicação para cuidadores. Inclusive, estes diferentes cenários por que tanto o cuidador como a criança terão de atravessar, estão presentes em ambas as plataformas, para que a criança no seu videojogo também possa entender quais os desafios que terão de ser ultrapassados em cada fase e quais os comportamentos que se deseja que esta tenha.

O projeto foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar que no âmbito da atividade do LACLIS – Laboratório de Criação para a Literacia em Saúde, confere o suporte científico ao Projeto HOPE.

5.1. Análise das necessidades informacionais

Na fase de recolha de dados foi estipulado que o método a ser utilizado seria um *focus group* com cuidadores a realizar em parceria com a Associação Acreditar, entidade que acolhe crianças diagnosticadas com cancro e as suas famílias quando estas não têm possibilidades de garantir que a criança usufrui de recursos logísticos ou económicos, entre outros, ou quando estas vivem em locais distantes dos hospitais responsáveis por efetuar os

tratamentos. O método escolhido revelou-se o mais adequado, pois pretendia-se que nesta fase os cuidadores expusessem quais as principais dificuldades e informações que sentiram mais necessidade de recolher durante todo o processo que os seus filhos atravessaram.

Efetivamente, este método recolheu uma série de testemunhos valiosos sobre as dificuldades que a doença expôs e algumas das mudanças na vida que lhes foram apresentadas por força das nefastas consequências que a doença e os tratamentos tiveram. Aliás, o método corroborou as evidências observadas na revisão de literatura realizada pois foi aferido que a amostra não utilizou quaisquer fontes de informação exceto a equipa médica, nomeadamente a Internet, devido às informações erradas e por vezes negativas que lá se encontram, seguindo os conselhos da equipa médica. Contudo, a amostra destacou que na fase de diagnóstico existiu, de certa forma, uma comunicação entrópica partilhada com os profissionais de saúde devido à transferência de um grande volume de informação logo nas primeiras semanas pelo que, logo após serem informados sobre o diagnóstico da doença do filho, foram obrigados a tentar assimilar uma quantidade de informação que não conseguiram perceber.

Quando questionados sobre quais as necessidades informacionais mais prementes neste processo e quais os conteúdos notoriamente mais necessários a ser fornecidos a cuidadores de crianças diagnosticadas com cancro, os participantes consideraram essencial o desenvolvimento de quatro tópicos gerais de informação, nomeadamente qual a alimentação mais adequada, chamar a atenção dos cuidadores para os cuidados na hora de administrar a medicação e como evitar erros potencialmente fatais, quais os cuidados de higiene mais importantes e como os executar e, por último, como gerir os laços familiares. Neste *focus group* aproveitou-se, ainda, para questionar os participantes sobre qual seria a importância desta aplicação para futuros cuidadores, tendo sido observado que a estratégia é vista como bastante promissora, contudo, com a premissa que sejam fornecidos conteúdos ricos em conhecimento e adaptados à doença específica que foi diagnosticada, assim como a extensão dos conteúdos seja limitada, breve e de fácil compreensão.

5.2. Recolha e arquitetura da informação

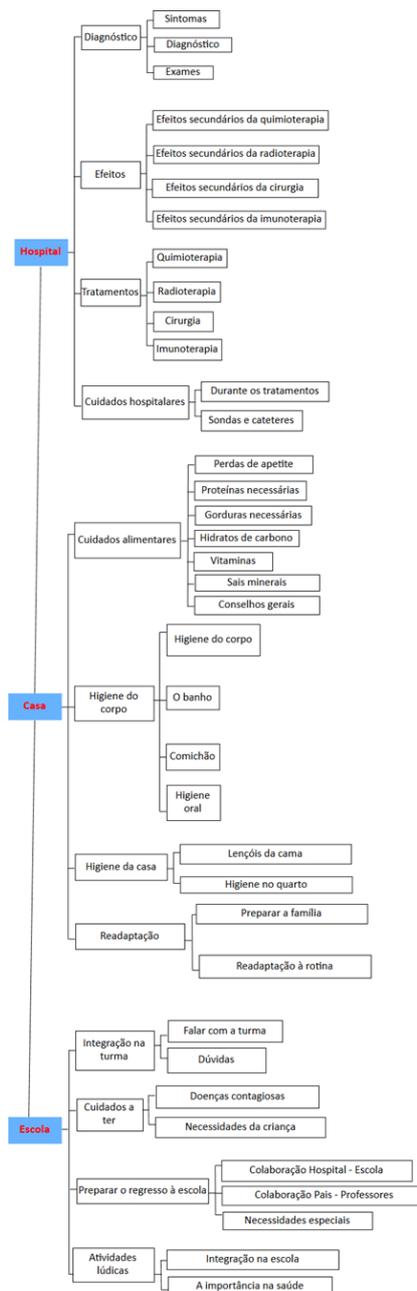
Para a recolha de informação validada cientificamente procedeu-se através de um conjunto de *websites* pertencentes a entidades nacionais e internacionais. Entre estes encontram-se o PIPOP (Portal de Informação Português de Oncologia Pediátrica), o site da Fundação Rui Osório de Castro, a American Cancer Society, Cancer Research UK, Liga Portuguesa contra o Cancro, Portal do Hospital São João e a Associação Acreditar. Nesta fase pretendia-se, fundamentalmente, fazer o levantamento de informações validadas numa série de fontes fidedignas e perceber quais seriam os conteúdos-base que seriam produzidos no futuro. Ainda nesta fase do trabalho foi determinado, tendo em conta os resultados observados na revisão de literatura e no *focus group*, quais seriam os tópicos e problemáticas específicas que seriam abordadas, pelo que foram recolhidas apenas informações que respondessem a estas.

A arquitetura e estruturação da informação para a aplicação é composta, no geral, por três ambientes diferentes, que estão de acordo com a ordem cronológica natural e com a realidade que tanto o cuidador como a criança terão de enfrentar na vida real: o Hospital, Casa e Escola. Esta espécie de itinerário está desenhada para acompanhar os cuidadores numa série de dificuldades comuns entre si, pelo que quando estes se encontram numa determinada fase do processo, poderão aceder a estas informações que responderão às suas

dúvidas que criam uma sensação de insegurança relativamente às responsabilidades adquiridas.

Tal como se pode verificar na figura 3, a aplicação é composta por menus que se distribuem, em cada ambiente, em dois níveis hierárquicos, ou seja, em cada menu geral (e. g. cuidados hospitalares, cuidados alimentares) encontram-se menus específicos onde se poderá ter acesso aos conteúdos desenvolvidos.

Fig. 3 – Arquitetura da informação



Fonte: Elaboração do autor

5.3. Validação de conteúdos

A validação dos conteúdos e da arquitetura criada para a aplicação desenvolveu-se através de um conjunto de entrevistas com uma amostra de *stakeholders*, que contou com uma enfermeira, uma técnica de acompanhamento familiar especializada em oncologia pediátrica e duas cuidadoras. Neste processo, percebeu-se a necessidade de reunir não só com cuidadores, mas também com responsáveis hospitalares e técnicos associados a entidades de apoio às famílias oncológicas, nomeadamente a Associação Acreditar, para que fosse garantida a colaboração de pessoas com valências necessárias que contribuíssem para este projeto ao avaliar o trabalho desenvolvido. A amostra foi formada por duas cuidadoras, uma enfermeira especialista em oncologia pediátrica e uma cuidadora social associada à Associação Acreditar. Pretendia-se, então, que esta amostra fornecesse um feedback válido que possibilitasse a realização de melhorias nos conteúdos e na forma como estes foram estruturados.

Tal como foi observado no *focus group*, também neste grupo de entrevistas foi possível entender que a amostra de *stakeholders* considera que este tipo de tecnologia é uma mais-valia, acima de tudo, para a criança, já que poderá usufruir de cuidados mais adequados durante todo o processo de batalha contra a doença. Aliás, tendo em vista a própria tecnologia desenvolvida, a amostra demonstrou o seu apreço pela mesma pois, segundo os mesmos, esta reúne conteúdos que agregam fases críticas no acompanhamento da criança, e torna possível a uniformização de conteúdos numa só tecnologia, através de uma linguagem simples e direta.

Contudo, apesar de a tecnologia ter sido avaliada de forma bastante positiva pelos participantes, foram recolhidas algumas sugestões de melhoria. Entre algumas destas, a educadora social observou que seria importante acrescentar informação acerca dos alimentos que não são saudáveis nesta fase crítica, como efetuar a higiene alimentar, a importância de desinfetar brinquedos e outros objetos com que a criança lide diretamente, bem como manter-se afastada de pessoas potencialmente doentes. Já a enfermeira completou que existe a necessidade de acrescentar uma fase acerca da administração medicamentosa em casa, e que deverá ser desenhada uma articulação entre o ambiente hospitalar e o ambiente escolar para que os cuidadores percebam que a criança não deverá ser isolada dos seus pares, existindo sempre a escolha de a criança entrar em contacto com a comunidade escolar através das tecnologias e, desse modo, a escola ir até elas, sem existir, necessariamente, o desvinculo entre a criança e a escola. A mesma considera que, efetivamente, isto poderá prevenir futuros casos de *bullying* e perda permanente dos laços com a restante comunidade.

6. Conclusões e perspectivas futuras

A inclusão efetiva de políticas para a literacia em saúde na realidade diária dos serviços de saúde é, nitidamente, um dever das entidades responsáveis por gerir a prestação de cuidados de saúde pois, apesar do aumento da esperança média de vida que se verifica atualmente, é observado o aumento da incidência de doenças crónicas, nomeadamente o cancro.

Desde as nefastas consequências da doença e dos tratamentos utilizados até ao aumento dos gastos no setor da saúde e os efeitos que decorrem na vida, tanto dos pacientes como dos cuidadores, são observadas evidências que sugerem a notória perda da qualidade de vida da criança quando diagnosticada com cancro. O ecossistema de saúde e a própria realidade financeira que advém dos gastos neste setor são pouco sustentáveis. Por estas razões, considera-se urgente a tomada de medidas que capacitem os cuidadores com conhecimentos adequados para efetuarem o acompanhamento à criança de uma forma segura e eficaz, tornando possível o crescimento dos próprios índices de eficácia dos tratamentos. Acresce que, com indivíduos mais competentes e com níveis de literacia em saúde adequados, estes estarão mais preparados para realizar a autogestão de saúde de forma mais satisfatória, pelo que se defende a tomada de medidas mais relevantes para a colocação do cidadão no centro de tomada de decisão.

Entre as políticas de literacia em saúde que se deseja que sejam tomadas, encontra-se a notória importância de criar estratégias digitais que articulem o cidadão junto com os serviços de saúde e a gestão dos índices de saúde. Considera-se que, atualmente, dada a adesão em massa da população mundial a tecnologias móveis, estas deverão ser utilizadas ao serviço do cidadão para melhores cuidados de saúde, prevenção de doenças e promoção da saúde devido ao, relativamente, baixo custo de aquisição das tecnologias, facilidade de acesso à informação e a oportunidade, mais do que nunca, de criação de redes de comunicação que conectem pacientes, cuidadores e profissionais de saúde.

Desta forma, é esperado que o trabalho apresentado seja um dos pioneiros na elaboração e implementação de tecnologias móveis, servindo de promotor e estímulo para que mais plataformas digitais possam vir a ser criadas, aumentando não só a capacitação e poder de tomadas de decisão da população, mas também de promoção de uma maior conectividade entre *stakeholders* das mais variadas áreas, especialmente no setor da saúde, onde ainda são verificadas diversas lacunas.

Neste âmbito, será, também, relevante a expansão do estudo a mais participantes, com o objetivo de consolidar os dados recolhidos e, eventualmente, desenvolver mais funcionalidades da aplicação apresentada ou de uma nova aplicação a desenvolver.

Referências bibliográficas

AMALRAJ, Sunil [et al.]

2009 Health literacy, communication, and treatment decision-making in older cancer patients. *Oncology*. [Em linha]. 23:4(2009)369-75. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19476267>.

AMERICAN CHILDHOOD CANCER ORGANIZATION

2016 *International statistics : summary of IARC report*. [Em linha]. 2016. [Consult. 12 dez. 2018]. Disponível em: <https://www.acco.org/global-childhood-cancer-statistics/>.

ANTUNES, Maria da Luz; LOPES, Carlos

2019 Contributos da literacia em saúde para a promoção e racionalização de custos na saúde. In *Literacia em saúde : modelos, estratégias e intervenção*. Lisboa : ISPA, Centro de Edições, 2019, p. 43-64.

ARAÚJO, Priscilla Cristhina Bezerra de [et al.]

2013 Os Impactos na vida dos cuidadores de criança com câncer : uma revisão de literatura. *Perspectivas em Psicologia*. [Em linha]. 10:4(2013) 1-9. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4835/483549015002.pdf>.

ARIETA, Carlos Eduardo Leite [et al.]

2006 Quality of health care : patient satisfaction in a university hospital. *Arquivos Brasileiros de Oftamologia*. [Em linha]. 69:5 (2006). Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17187144>.

AZEREDO, Zaida [et al.]

2004 A Família da criança oncológica : testemunhos. *Acta Médica Portuguesa*. [Em linha]. 17 (2004) 375-380. Disponível em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/download/1110/775>.

CAREY, Mariko L. [et al.]

2012 Development of cancer needs questionnaire for parents and carers of adolescents and young adults with cancer. *Supportive care in cancer*. [Em linha]. 20:5 (2012) 991-1010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs00520-011-1172-2>.

CAWLEY, M.; KOSTIC, J.; CAPPELLO, C.

1990 Informational and psychosocial needs of women choosing conservative surgery/primary radiation for early stage breast cancer. *Cancer Nursing*. 13 (1990) 90-94.

DAMIAN, D.; TATTERSALL, M. H.

1991 Letters to patients : improving communication in cancer care. *Lancet*. 338 (1991) 923-992.

DI PRIMIO, Aline Oliveira [et al.]

2010 Rede social e vínculos apoiadores das famílias de crianças com câncer. *Texto & Contexto Enfermagem*. [Em linha]. 19:2 (2010) 334-342. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-07072010000200015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

GONÇALVES, Francisco Rocha [et al.]

2017 The Cost of cancer treatment in Portugal. *Ecancer medical science*. [Em linha]. 11 (2017) 765. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5606294/>.

GRIFFITHS, Frances [et al.]

2006 Why are health care interventions delivered over the Internet? : a systematic review of the published literature. *Journal of Medical Internet Research*. [Em linha]. 8 (2006) 10. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16867965>.

HOGBEN, B.; FALLOWFIELD, L.

1989 Getting it taped : the “bad news” consultation with cancer patients. *British Journal of Hospital Medicine*. 41 (1989) 330-333.

ICONOMOU, Gregoris; VAGENAKIS, G. Apostolos; KALOFONOS, Haralabos P.

2001 The Informational needs, satisfaction with communication, and psychological status of primary caregivers of cancer patients receiving chemotherapy. *Supportive care in cancer*. [Em linha]. 9 (2001) 591-596. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11762969>.

INSTITUTE OF MEDICINE AND NATIONAL RESEARCH COUNCIL

2003 Childhood cancer survivorship: improving care and quality of life. Washington, DC: The National Academic Press, 2003.

JACKSON, L. D.

1992 Information complexity and medical communication : the effects of technical language and amount of information in a medical message. *Health Communication* [Em linha]. 4:3 (1992) 197-210. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15327027hc0403_3.

KELLER, Darcie; WRIGHT, Julie; PACE, Heather

2008 Impact of health literacy on health outcomes in ambulatory care patients: a systematic review. *Annals of Pharmacotherapy*. [Em linha]. 42:9 (2008) 1.272-1.280. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18648014>.

KERR, L. M. [et al.]

2007 Understanding the supportive care needs of parents of children with cancer: an approach to local needs assessment. *Journal of pediatric oncology nursing*. [Em linha]. 24 (2007) 279-293. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17827494>.

KIM, Henna; XIE, Bo

2017. Health literacy in the ehealth era: a systematic review of the literature. *Patient Education and Counseling*. [Em linha]. 100:6 (2017) 1.073-1.082. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28174067>.

KRASIN, Matthew; DAVIDOFF, Andrew

2012. Principles of pediatric oncology, genetics of cancer, and radiation therapy. In CORAN, Arnold G. - *Pediatric Surgery*. [Em linha]. [S. l.] :Elsevier Health Sciences Division, 2012, vol. 7, p. 397-416. Disponível em: <https://kundoc.com/pdf-principles-of-pediatric-oncology-genetics-of-cancer-and-radiation-therapy-.html>.

KURTZ, Margot E. [et al.]

1995 Relationship of caregiver reactions and depression to cancer patients' symptoms, functional states and depression: a longitudinal view. *Social Science & Medicine*. [Em linha]. 40 (1995) 837-846. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/027795369400249S?via%3Dihub>.

LAPID, Maria L. [et al.]

2015 Cancer caregiver : perceived benefits of technology. *Telemedicine Journal and E-Health*. [Em linha]. 21:11 (2015) 893-902. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4649772/>.

LUKER, K.A. [et al.]

1995 The Information needs of women newly diagnosed with breast cancer *Journal of Advanced Nursing*. 22 (1995) 134-141.

MAHER, Molly [et al.]

2016 User-centered design groups to engage patients and caregivers with a personalized health information technology tool. *Biology of Blood and Marrow Transplantation*. [Em linha]. 22:2 (2016) 349-358. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1083879115005935?via%3Dihub>.

MAHER, Molly [et al.]

2015 A Novel health information technology communication system to increase caregiver activation in the context of hospital-based pediatric hematopoietic cell transplantation : a pilot study. *JMIR Research Protocols*. [Em linha]. 4:4 (2015). Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4704973/>.

MARINHO, Sandra [et al.]

2012. *Olhares cruzados sobre comunicação na saúde: relatório de um debate*. [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/21077274/Olhares_cruzados_sobre_comunica%C3%A7%C3%A3o_na_sa%C3%Bade_relat%C3%B3rio_de_um_debate.

MCCRAY, Alexa

2005 Promoting health literacy. *Journal of the American Medical Informatics Association*. [Em linha]. 12:2 (2005) 152-163. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC551547/>.

MIEDEMA, B. [et al.]

2008 The Economic impact on families when a child is diagnosed with cancer. *Current Oncology*. [Em linha]. 15:4 (2008) 173-178. Disponível em: <https://current-oncology.com/index.php/oncology/article/view/260>.

NASCIMENTO, Lucila Castanheira [et al.]

2005 Crianças com câncer e suas famílias. *Revista da Escola de Enfermagem*. 39:4 (2005)469-474.

ODDONE, Nanci; MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha

2007 Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Revista Ciência da Informação*. [Em linha]. 36:1 (2007) 118-127. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S01001965200700020012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

OECD

2018 Health at a glance : Europe 2018 : state of health in the EU cycle. *OECD Publishing*. [Em linha]. 2018. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/health-at-a-glance-europe-2018_health_glance_eur-2018-en.

ORTIZ, A.

2017 *Using health literacy to improve emergency department discharge*. [Em linha]. [S. l.]: Walden University, 2017. Disponível em: <https://scholarworks.waldenu.edu/dissertations/3716/>

PAPADAKOS, Janet K. [et al.]

2018 Health literacy and cancer self-management behaviors : a scoping review. *Cancer*. [Em linha]. 124 (2018) 4.202-4.210. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30264856>.

PEDRO, Ana Rita; AMARAL, Odete; ESCOVAL, Ana

2016 Literacia em saúde, dos dados à ação: tradução, validação e aplicação do European Health Literacy Survey em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. [Em linha]. 34:3 (2016) 259-275. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902516300311>.

PORTUGAL. Direção-Geral de Saúde

2014 *Portugal: doenças oncológicas em números, 2014*. [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral de Saúde, 2014. Disponível em: <https://www.dgs.pt/estatisticas-de-saude/estatisticas-de-saude/publicacoes/portugal-doencas-oncologicas-em-numeros-2014.aspx>.

PORTUGAL. Registo Oncológico Regional do Norte

2011 Tumores infantis 1997-2006: Região Norte de Portugal. *Folha Informativa*. [Em linha]. 2011. Disponível em: https://www.roreno.com.pt/pt/estatisticas/documentos/doc_download/49-tumoresinfantis.html.

RAINS, Stephen A.; YOUNG, Valerie

2009 A Meta-analysis of research on formal computer-mediated support groups: examining group characteristics and health outcomes. *Human Communication Research*. [Em linha]. 35 (2009) 309-336. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK78345/>.

RAVEIS, V. H.; KARUS, D. G.; SIEGEL, K.

1998. Correlates of depressive symptomatology among adult daughter caregivers of a parent with cancer. *Cancer*. [Em linha]. 83 (1998) 1.652-1.663. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9781961>.

RUTTEN, Lila Finney [et al.]

2005 Information needs and sources of information among cancer patients: a systematic review of research, 1980-2003. *Patient Education and Counseling*. [Em linha]. 57 (2005) 250-261. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15893206>.

SANTORO, Kathryn L.; SPEEDLING, Claire

2011. The Case for investing in youth health literacy: one step on the path to achieving health equity for adolescents. *NIHCM Issue Brief*. [Em linha]. (2011) 1-15. Disponível em: https://www.nihcm.org/component/cck/?task=download&file=publication_pdf&id=363.

SANTOS, Cátia Queiroga; FIGUEIREDO, Maria do Céu Aguiar Barbieri

2013 Experiências dos familiares no processo de adaptação à doença oncológica na criança. *Revista de Enfermagem*. [Em linha]. 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So874-02832013000100006.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SILVA, F. A. C. [et al.]

2009 Representação do processo de adoecimento de crianças e adolescentes oncológicos junto aos familiares. *Escola Anna Nery: revista de Enfermagem*. [Em linha]. 13:2 (2009) 334-341. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141481452009000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

SLATER, Penelope [et al.]

2016 The Oncology family app, providing families with cancer care information at their fingertips. In *Conference Australian and New Zealand children's haematology/oncology group Annual Scientific Meeting*. [Em linha]. 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29161974>.

SØRENSEN, Kristine [et al.]

2012 Health literacy and public health: a systematic review and integration of definitions and models. *Consortium Health Literacy Project European*. [Em linha]. 2012. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-12-80>.

STEINHUBL, Steven; MUSE, Evan D.; TOPOL, Eric J.

2013 Can mobile health technologies transform health care? *JAMA*. [Em linha]. 310:22 (2013) 2.395-2.396. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/1762473>.

TANG, Winnie P. Y. [et al.]

2014 Web-based interventions for caregivers of cancer patients: a review of literatures. *Asia-Pacific Journal of Oncology Nursing*. [Em linha]. 1:1 (2014) 9-15. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5123453/>.

VETSCH, Janine [et al.]

2015. Information needs in parents of long-term childhood cancer survivors. *Pediatric Blood & Cancer*. [Em linha]. 2 (2015) 859-866. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25663499>.

WANG, Jingting [et al.]

2016 Developing “care assistant: a smartphone application to support caregivers of children with acute lymphoblastic leukaemia. *Journal of Telemedicine and Telecare*. [Em linha]. 22:3 (2016) 163-171. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26271029>

WIENER, Lori [et al.]

2016 Impact of caregiving for a child with cancer on parental health behaviors, relationship quality, and spiritual faith: do lone parents fare worse? *Journal of Pediatric Oncology Nursing*. [Em linha]. 33:5 (2016) 378-386. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26668211>.

WITTENBERG, Elaine [et al.]

2018 Caregiver communication about cancer: development of a health resource to support family caregiver communication burden. *Journal of the Psychological, Social and Behavioral Dimensions of Cancer*. [Em linha]. 2018. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30471236>.

WITTINK, H.; OOSTERHAVEN, J.

2018 Patient education and health literacy. *Musculoskeletal Science and Practice*. [Em linha]. 38 (2018) 120-127. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30017902>.

WOERMKE, D.E. Harrison; GRAYDON, J.E.

1993 Perceived informational needs of breast cancer patients receiving radiation therapy after excisional biopsy and axillary node dissection. *Cancer Nursing*. [Em linha]. 16 (1993) 449-455.

WORLD HEALTH ORGANIZATION

1998 Health Promotion Glossary. *Health Education and Health Promotion Unit*. [Em linha]. Issue 1 (1998). Disponível em: <https://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION

[20--] *Children's health and environment*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 25 fev. 2019]. Disponível em: <https://www.who.int/ceh/capacity/cancer.pdf?ua=1>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION

[20--] *International childhood cancer day: questions & answers*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 25 fev. 2019]. Disponível em: https://www.who.int/cancer/media/news/Childhood_cancer_day/en/.

ZEBRACK, Brad J.; MILLS, Jennifer; WEITZMAN, Tammy S.

2007 Health and supportive care needs of young adult cancer patients and survivors. *Journal of Cancer Survivorship*. [Em linha]. 1 (2007) 137-145. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18648954>.

João Miguel Ferreira | joaomdbferreira@gmail.com

Universidade do Porto